W.C. Taylor

A EPÍSTOLA Aos Gálatas

Cesconi 65

Índice

Estudos - Comentário Sobre A Epístola Aos Gálatas

Autor: Dr. William Carey Taylor

- Comentário - Epístola Aos Gálatas

Dr. W. C. Taylor

COMENTÁRIO

A Epistola Aos Galatas

William Carey Taylor

-- 1954 –

CAPÍTULO I

PARÁFRASE: 1-5 Paulo, embaixador da corte celeste aos povos do império romano, um enviado cujo apostolado, não teve procedência humana nem intermediário humano, mas por toda a linha de sua comunicação veio directa e imediatamente das divinas pessoas do Pai e Filho, cuja união e propósito redentor foram demonstrados na ressurreição de Cristo, - Paulo, Timóteo, Tito, Tóquio e Trófimo, Gaio e outros companheiros, todos acordes nesta mensagem em defesa do único Evangelho – às igrejas de Antioquia de Pisídia, Listra, Derbe e Icônio, e às demais da província romana da Galaica, por Paulo fundadas e por ele orientadas na verdade e na vida cristã. Graça, o favor imerecido mas eficaz que Deus outorga ao crente, e paz, a coroa de todas as bênçãos alcançadas pela fé, – tudo quanto a saudação grega e a hebraica uniram de bons votos para formar palavras características do encontro entre os crentes em Cristo – vos sejam outorgadas da fonte das bênçãos que procedem indistintamente de Deus Pai e Filho, se bem que seja este quem por sacrifício expiatório dos nossos pecados deu-se em substituição dos pecados humanos condenados, arrancando-nos do perverso regime contemporâneo de que fazíamos parte integral e dando-nos a gloriosa liberdade dos filhos de Deus, cuja vida eterna e celeste começamos a gozar quando cremos e se expandirá na glória que nos espera eternamente. Glória, pois, ao Pai nosso e de Jesus Cristo, neste Evangelho que é a extenuação na vida humana do eterno propósito divino e cuja realização redundará na glorificação do nome divino para todo o sempre. Amém.

1 Paulo – nascido em Tarso da Cilícia, talvez no ano 1 de nossa era, uns cinco ou seis anos depois da encarnação de seu Senhor; filho de pais Hebreus, se bem que morando na Dispersão do seu povo; educado nas antigas culturas hebraica – língua morta de seu povo e da sua literatura clássica das Escrituras, – aramaica – o vernáculo da Palestina e regiões vizinhas naquele tempo –, grega a koinê do império romano desde Babilónia até a Espanha e ao norte e ao sul do Mediterrâneo –, latina – a língua das leis, administração e exército formidável e omnipresente daquele glorioso império de que Saulo, embora de uma raça odiada e pequena, era cidadão soberbo; matriculado na escola doméstica da mais estrita educação religiosa e nacionalista sob a instrução dos pais, matriculado nas escolas ou tutores na cultura grega de Traso, sede de notável universidade, matriculado nas aulas teológicas dos rabinos de Israel, formado aos pés do erudito, benquisto, e liberal Gamaliel em Jerusalém; promovido a campeão, de seu povo; membro de seus supremos tribunal, o Sinédrio, e agente da campanha

internacional desta corte contra a desprezada seita dos nazarenos; rico, erudito, imoralíssimo, enérgico, aristocrata; filho das três maiores civilizações tempos históricos. Tais fatos e memórias surgiriam no pensamento dos gálatas, como surgem em o nosso, ao ler a primeira palavra desta epístola – Paulo.

1 Paulo – "A raça de que veio a Bíblia era odiada na antiguidade bem como hoje. Como vem, então, que a um produto daquela raça, tenha sido concedida influência irrestrita? Como pode ser que as barreiras separadoras do judeu e gentio, semita e ariano, tenham sido vazadas em um ponto, de modo que à corrente da vida semita tenha sido permitido livre curso sobre os ricos campos de nossa civilização moderna? As respostas a estas perguntas devem ser procuradas na vida mais íntima de um judeu de Tarso. Em lidar com o apóstolo Paulo estamos lidando com uma das forças motoras da história do mundo" ("The Origin of Paul's Religion", por Machen, p. 20)

…"O movimento cristão teve início entre um povo muito excêntrico; em 35 d. C., pareceria, ao observador superficial, uma seita judaica. Trinta anos mais tarde era, francamente, uma religião mundial. Verdade é, que seus membros eram em número reduzido. Os passos realmente importantes, porém, haviam sido dados. A conquista do mundo era agora questão de tempo. Este estabelecimento do cristianismo como religião mundial, tanto quanto é possível atribuir-se qualquer grande movimento histórico a um homem, é devido a Paulo." (De "The Origin of Paul's Religion", por Machen, pp. 7-8).

"…O cristianismo, em outras palavras, não podia viver sem teologia. E o primeiro grande teólogo cristão foi Paulo." (Em "The Origin of Paul's Religion", por Marchen, p 20.)

…"A história da doutrina poderia ser escrita como a história das reacções paulinas na Igreja." (Von Harnack, "History of Dogma", p. 136.)

1 Apóstolo – o termo foi usado na Septuaginta em I Reis 14:6 referindo-se a Aías como "enviado" para predizer a ruína da casa Jeroboão. Era comum no sentido de um delegado, mais do que mensageiro (anjo). Os gregos usavam o termo para a frota. Os judeus empregavam a palavra a respeito de uma embaixada das autoridades para uma cidade estrangeira, especialmente para obrar tributo para o templo. Paulo era apóstolo do Sinédrio, em missão perseguidora, quando Cristo o capturou para seu apóstolo. O termo indicava, depois da queda de Jerusalém,

um conselho, ao redor do sumo-sacerdote, de eminentes judeus para ajudarem nas suas deliberações de política doméstica e representá-lo no estrangeiro.

Não foi, pois, uma palavra nova, mas bem conhecida e honrada. Nem foi restrita, em seu uso, aos Doze. Nesta epístola mesmo há reminiscência tanto de Cristo como do Espírito Santo terem um apostolado da parte do Pai, (4:4, 6), e Jesus é chamado apóstolo, em outro escrito, também apologia anti-judaizante, Heb. 3:1.

Com os primeiros oficiais do Cristianismo, os doze apóstolos pertenciam à ordem única do ministério primitivo, eram pastores (João 21:15, 16, 17), presbíteros (I Ped. 5:1), bispos (At. 1:20, simples co-presbíteros do mais humilde bispo de uma igreja antiga. Possuíam, todavia, deveres especiais neste único ministério. Eram as testemunhas oficiais de todo o movimento cristão, desde o baptismo de João através do trabalho e ensino do Messias nos dias de sua carne, e especialmente de sua paixão, ressurreição e ascensão e da vinda do Espírito Santo, que lhes dotou de abundante poder para sua missão. Eram órgãos de revelação, co-fundadores do cristianismo – pedras de alicerce, Jesus sendo a rocha fundamental, a pedra da esquina. Eram os autores do Novo Testamento, com a colaboração de seus auxiliares; constituíam, informal, informal e individualmente, ou em grupos, uma corte de apelação para as igrejas enquanto a verdade ainda era uma tradição oral, a completar-se e concretizares no Novo Testamento. Pela imposição de suas mãos, davam poderes milagrosos aos dignos, At. 8:18. Tinham seus auxiliares, delegados, amanuenses e correios. Cumpriram a promessa de Jesus de que ele havia de completar sua revelação, por meio deles, sob influência e graça especial do Espírito, João 14:26; 15:26, 27. Sua posição no cristianismo é única e eterna, pois a vida cristã tanto celeste como terrestre se edifica sobre eles, como o Apocalipse testifica em símbolos encantadores.

Como, pois, admitir em este grupo um estranho, a quem faltasses uma parte dos requisitos? Os judaizantes contestaram a possibilidade. O caso de Matias não foi precedentes, porque Judas nunca participara das realidades carreira. Matias tinha sempre as qualificações e completava o número, potencialmente, desde o princípio.

A resposta é dupla.

1 . Os Doze propalamento nunca tiveram sucessores, em sentido algum. Estão com sua posição eterna e inalterável no cristianismo, tanto sobre nossas consciências como no destino celeste, onde estão associados com Jesus. Esta

espátula mesmo não coloca a Paulo, na “sucessão apostólica” – é o primeiro golpe contra “uma sucessão apostólica” – nem para a cátedra de Tiago, filho de Zebedeu, morto por Herodes. Os Doze ficam doze, reinarão sobre doze tronos em Israel, não mais, e nem Paulo missão. Eram os apóstolos de Israel, primeira e principalmente.

2. Paulo nunca teve nem parte nem missão no apostolado original. Jesus o escolheu para um apostolado único, para os gentios. Não é rival de Matias ou de qualquer outro apóstolo original. Teve seu próprio lugar. Deus o proibiu de evangelizar na Palestina e marcou seu campo de acção no mundo gentio. Ele nos deu a metade dos livros de nosso Novo Testamento. Ele valeu mais que os Doze, pelos vistos recursos de sua cultura, personalidade, fervor, tenacidade e perspicácia mental. Sob a inspiração do Espírito ele nos informa, sem falsa modéstia, que ele era mais operoso para Jesus e o reino do que os Doze: “Antes trabalhei mais abundantemente que todos eles”, I Cor. 15:10. No apostolado, Paulo não é número trezes. E’ número um – e único. Ele possuía todas as qualificações enumeradas acima excito o acompanhamento pessoal do Batista e do Messias, nos seus ministérios. Associou com ele, porém, Marcos e Lucas, os quais lhe suplementaram esta deficiência, por ensino caquéctico que nos deu dois evangelhos, Marcos agindo mais sob Pedro, mas principiando sob Paulo. Paulo pregava, como os demais, sobre João Batista e seu ministério de introdução do cristianismo (Atos 13:24, 25; 19:4). Ele supriu, pois, esta falta nas suas qualificações. Era um apóstolo no sentido mais lato da palavra.

É mister, porém, reconhecer um sentido menos lato desse termo. Apóstolo, no grego, é missionário, no latim. Na etimologia e na significação os termos são, em sentido restrito, sinónimos. Os doze e Paulo eram missionários de uma categoria sem sucessores, pois sua missão permanece fundamental pelo tempo e pela eternidade e para o cristianismo todo. Apóstolos, porém, isto é, missionários, eram Barnabé, At. 14:4, 14; talvez Anacrónico e Junja (Rom. 16:7; certamente Silas e Lucas, embora o termo não se use a seu respeito. Quando Paulo, porém, teve a visão da chamada para passar à Macedónia, Lucas testifica: “Procuramos logo partir para a Macedónia, concluindo que Deus nos havia chamado para aí pregar o Evangelho”, At. 16:10. Lucas era notável missionário e participou da chamada. Paulo, também, inclui seus companheiros na missão europeia no uso do termo no segeiros” e “enviado” em II Cor. 8:23 e Fil. 2:25. O termo evidentemente ficou generalizado neste sentido. De outra forma Paulo não poderia ter taxado de “falsos apóstolos” (missionários) I Cor. 11:13, seus

antagonistas. Os judaizantes, certamente, não fingiam ser da categoria dos Doze. Bajulavam antes aos Doze em oposição a Paulo. Eram, porém, zelosos missionários – missionários falsos porque seu evangelho era falso.

Missionários, em geral, são enviados – enviados que são, pioneiros em fundar e estabelecer o cristianismo numa região até ao ponto de se manter ela por si, sem auxílio de fora, em pleno vigor doutrinário, ético e cooperador. “Evangelistas” são missionários itinerantes, numa região onde o cristianismo já se estabeleceu mas de cuja extensão ali se ocupam. Paulo era evangelista, às vezes, missionário, por gosto especial, e mesmo apóstolo no sentido mais lato e profundo do termo. É nosso apóstolo, também sem sucessor ou par, através dos séculos. Esta epístola o defende e confirma nesta posição e autoridade.

1 “NÃO”. A terceira palavra da epístola é um não enfático e há vinte e oito dessas negações, e entre elas há várias das declarações mais enérgicas do trecho biográfico da epístola. Analisemos esta constante negação de Paulo.

NÃO da parte de seres humanos (1:1): negando que fora constituído apóstolo pela autoridade ou comissão de homens.

NÃO por via humana (1:1): negando que qualquer homem fora porta-voz da chamada ou revelação divina, afirmando que Deus era fonte e Deus o canal, a origem e meio de graça e verdade, de revelação e do apostolado, no caso de Paulo. A causa original e a causa instrumental são divinas, não humanas, em tudo quanto se diz respeito ao apostolado de Paulo.

NÃO é segundo uma norma humana (1:1). Não tem de conformar-se com padrão de vida dos Doze, porque era um apostolado sui generais, sem precedente na vida humana.

NÃO o recebi eu (enfático) do lado nenhum homem (1:12). A preposição “ao lado de” é usada duas vezes, composta no verbo e independente com o substantivo. Duplamente Paulo nega ter ficado ao lado de qualquer mestre humano para dele aprender o Evangelho. Outro – “mas não EU” – receberam de terceiros seu evangelho; eu, Paulo, porém, tomei-o directamente dos lábios de Jesus.

NÃO fui ensinado (1:12). Nenhum mestre cristão poderia dizer: Paulo foi aluno. Só Jesus, em notável apocalipse, se lhe tornara Mestre, directamente do céu e pelas revelações dadas mediantes o Espírito.

NÃO consultei a nenhuma ser humano (1:16). A verdade, e a certeza da verdade, habitavam a mente e o coração de Paulo desde que viu a Jesus. Não se sentia dependente de opiniões ou conselhos humanos. Ele foi i mais humilde dos homens, atribuindo a Jesus todas as suas ideias fundamentais, sem gabar-se de um só pensamento original, ou foi o mais audaz e presunçoso dos homens, atribuindo completamente a Deus tudo quanto ele mesmo originasse. Paulo era bom, veraz, e órgão de revelação divina, ou era fraquíssimo em carate e personalidade.

NÃO subi a Jerusalém. Fora ali antigamente para matricular-se no estudo da Lei. Sozinho, porém, com Jesus, no deserto, meditou as relações entre a Lei, que conhecia a fundo, e a novidade do Evangelho revelado.

NÃO seria escravo de Cristo, se agradasse aos homens. Logo o agradar não é a irmã de seu propósito e conduta.

NÃO vi outro dos apóstolos senão Pedro e Tiago, dos quais, claramente, não recebeu seu Evangelho anti-judaizante.

NÃO minto. (1:20). Há tantas teorias psicológicas sobre a experiência de Paulo que se resumem na ideia de que ele mentiu, ou, pelo menos, pensam que a verdade está muito aquém de que o apóstolo afirmou nesta epístola. Enganam-se.

NÃO fiquei conhecido de vista às igrejas da Judeia (1:22). Seu ministério não teve fase neófita em Jerusalém.

Paulo fez uso exaustivo de todas as possíveis maneiras de negar. Negou pelas preposições que poderiam expressar quaisquer relações entre seu Evangelho e os homens. Negou tudo e por todos os meios, a fim de afirmar, pelo contrario, a origem e transmissão total do único Evangelho, directamente, de Deus e Jesus Cristo, a Paulo e, por Paulo ás igrejas. Foi para dizer não tantas e tantas vezes que Paulo escreveu esta epistola.

“Paulo cria que Jesus Cristo era um ser celestial; Paulo colocou-o claramente ao lado de Deus e não do homem. Não por homem algum, mas por Jesus Cristo, diz ele ao iniciar a Epístola aos Gálatas”. (“The Origino f Paul’s Religion”, por Machen, p. 22.)

2 Ás igrejas da Galáxia – É o “modelo de sãs palavras”. Não o desprezemos. A revelação divina jamais designou pela palavra igreja uma organização eclesiástica

de natureza provincial, nacional ou internacional. A razão é simples: não havia no cristianismo apostólico semelhante grei ou concepção ou vontade. Os apóstolos receberam dos lábios de Jesus Cristo a palavra igreja e significava uma congregação ou assembleia, capaz de ouvir e resolver problemas de disciplina, segundo a palavra de testemunhas e a deliberação congregacional, Mat. 18:17. No fim do período de revelação crista, no Apocalipse, Jesus ainda está enviando mensagens a tais igrejas e na última página do Novo Testamento ele está esta "a favor das igrejas". Não há vislumbre nem sílaba de ensino no Novo Testamento a favor de uma vasta organização eclesiástica, quer nacional, quer católica. Tudo isto nasceu nos séculos pós-apostólicos em imitação carnal do imperialismo dos Césares. Deu-nos papas em lugar de Césares, com Roma ainda "a cidade eterna", de eterna tirania e usurpação dos direitos humanos. Quando obtivermos o consentimento de nossas consciências para dizermos: "A Igreja da Galáxia" – ou da China ou de Portugal ou do Brasil – já nosso cristianismo está na descida vertiginosa para a carnalidade e a apostaria. Já não tem valor aos nossos olhos "o modelo de sãs palavras" apostólicas; e já não somos dóceis discípulos de Cristo, mas ambiciosos para impor as nossas ideias e vontade sobre a própria Palavra de Deus, quando mutilamos uma palavra que encerra uma revelação divina. O cerimoniaríamos gera o orgulho e o orgulho quer o imperialismo eclesiástico nacional ou internacional, às vezes prostituindo-se com César, em união abominável de igreja e Estado. Assim o Evangelho e as igrejas do Senhor desaparecem, no redemoinho da vontade própria dos ambiciosos, refractários sempre à revelação divina. O Novo Testamento se dirige às igrejas locais, autónomas em suas respectivas cidades. "Nada além". A sabedoria carnal não dará ao reino de Cristo melhor agência do que as livres, autónomas e democráticas igrejas do Senhor, cooperadoras no bem. São igrejas do Novo Testamento porque estão segundo o "modelo das sãs palavras" do Novo Testamento e são a qualidade de igrejas que o Novo Testamento sempre produz, quando consciências regeneradas e livres de preconceitos buscam nas Escrituras apostólicas a norma de uma vida cristã obediente.

2 A ausência do artigo na frase ressuscitou dentre mortos intensifica o alcance largo e indefinido da linguagem. Deus não fez que Jesus saísse de entre os mortos, conhecidos e definidos, mas de entre mortos em geral, todos que eram desta categoria. É difícil traduzir esta concepção em nosso idioma mas, mas vale a pena preserva-la.

2 Alguns dos irmãos que estavam com Paulo, se esta epístola foi enviada de Corinto, eram Timóteo, da Galáxia mesmo, Tóquio e Trófimo, da província vizinha da Ásia, mencionados em Atos 20:4 como tendo partido em companhia de Paulo quando deixou Corinto. Na companhia em Corinto, estava talvez Tércio, o amanuense da Epístola aos Romanos, e Lúcio, Jason, Sosípatro e Gaio, irmãos notáveis no grupo associado com Paulo em Corinto, Rom. 16:21, e talvez, Tito. É um prazer lembrar-nos de todos esses santos pregadores primitivos, unidos com Paulo contra o legalismo e o ritualismo.

2 Galáxia – "Paulo, possivelmente, teria dado a estes cristãos incipientes na Galáxia, mais do que seriam capazes de apreciar ou reter. O panfleto, todavia, que incorpora sua oferta e seu apelo permanece um dos documentos clássicos da religião crista, e apesar da apreciação histórica das circunstâncias imediatas ressaltar as formas efémeras e inconvenientes de sua lógica, deixa também transbordar o elemento eterno da mensagem." ("The Approah to the Testament", por James Moffatt, p. 141).

3 Soberano – "O que é, porém, de muito maior valor é que o termo "Senhor" nas epístolas paulinas – denominação característica usada por Paulo com relação a Cristo – é o mesmo, em todos os sentidos, para referir-se à divindade, quando o termo "Deus". Ainda, através das epístolas, a atitude de Paulo para Cristo não é mera atitude de homem para com homem, ou discípulo para com o mestre; é atitude do homem para com Deus". ("The Origin of Paul's Religion", por Machen, p. 198).

4 em expiação de – Sabemos que esta frase é mais do que uma tradução da preposição grega do original. É uma tradução desta preposição e da ideia ordinariamente associada com a mesma, em relação ao problema dos pecados humanos. Ligtfoot declara categoricamente que a ideia de substituição expiatória não é dada pela palavra, (Comentário, p. 73). O dr. A. T. Robertson, porém, demonstrou cabalmente, depois, que esta é precisamente a preposição predileta usada em toda a literatura grega para indicar substituição. É a interpretação normal num contexto onde este problema surge. Nossa tradução, pois, é da ideia de Paulo. (Grammar of the Greek New Testament in the Light of Historical Research, p. 630-632). Em lugar de nossos pecados, em substituição expiatória, Jesus se deu, ofereceu, entregou. Como diz o "Expositor's Bible", p.26: "No sentido de sacrifício, como vitima no altar da expiação, "como cordeiro, levado

ao matadouro", ele se deu a si mesmo por nós todos. "Para nos remir de um mundo perverso", diz o apóstolo; para remendar um mundo suficiente".

4 "A fim de que nos safasse da atual era maligna – O Prof. Findlay, no "Expositor's Bible", p. 32, exclamou há décadas: "E não é uma era maligna (mundo mau)? Cada matutino põe diante de nós sua miserável narrativa de desastre e de crime. Todo o dia o nome do Todo-Poderoso é blasfemado desde a manhã até ao por do sol. E cada noite tem suas horríveis orgias enquanto as filhas da vergonha andam nas ruas seduzindo. Grande impérios impões taxas sobre o pão dos pobres e lhes amarguram existência, a fim de manterem seus exércitos e suas crudelíssimos máquinas de guerra. E mesmo em cidades abarrotadas de riqueza há milhares de homens e mulheres pobres, pacientes e honrados cuja vida e uma verdadeira escravidão a fim de banir a fome de suas portas." E que não diriam Paulo e Findlay de nossa geração de após-guerra, e de novas guerras? Verdadeiramente maligna!

Paráfrase, 6-9: Talvez minha epístola chegue em tempo para ainda suster a deserção de tantos revoltosos contra o Evangelho da graça, seduzidos para as fileiras do falso evangelho judaizante. Pasma pensar em tamanha instabilidade! Pobres vítimas da ideia fixa de uns fanáticos! O Evangelho, porém, é um só e imutável. Sois engrenados por agitadores; nem agitador, no entanto, nem apóstolo genuíno nem anjo da corte celeste pode mudar em coisa alguma o Evangelho de Cristo. Já vos prevenimos contra esta sedução e repetimos a cautela agora. Este movimento subversivo não está inocente! Como órgão de revelação divina eu vos declaro que é amaldiçoado por Deus. Qualquer um – apóstolo, anjo ou agitador – é maldito por Deus se procura modificar em sentido algum o evangelho que vos proclamei na sua inteireza puríssima quando vos evangelizei. Não é genuíno nada além, nada que se finja ter progredido além da verdade salvadora que eu, como apóstolo, vos revelei, no meu Evangelho de Jesus Cristo.

6 Estou estranhando – A Epístola aos Gálatas facilmente se analisa. Cap, 1 e 2 tratam da defesa do apostolado de Paulo. Cap, 3 a 5: 12, é a defesa de seu evangelho, e o resto da epístola é a exortação prática que aplica os princípios do Evangelho à vida e conduta dos crentes. Principiemos agora o estudo auto-biográfico que Paulo escreveu para provar a origem divina de seu apostolado, independente de qualquer outro apóstolo.

O termo defesa precisa de mais uma palavra de explicação. É uma das máximas militares de Napoleão: "O exército que fica nas trincheiras é derrotado." Paulo jamais caiu neste erro de tética. Sua defesa é investir contra a fortaleza do

inimigo. Ele defendeu o cristianismo com medidas positivas, mesmo numa polémica enérgica de ataque frontal.

Quando se converteu, foi logo à sinagoga dos judeus para converte-los também. Por sua vontade teria ajustado seus canhões contra o judaísmo na própria Jerusalém, à sombra do templo, mas Deus proibiu isto numa visão, pois a fúria farisaica não lhe pouparia a vida. Em todos os lugares Paulo vai logo iniciar o Evangelho na própria sinagoga até que de lá seja expulso pelos rabinos. Quando processado nos tribunais romanos, ele procura converter seus juízes. Quando emissários vêm de Jerusalém a Antioquia para escravizar os crentes gentios sob o jugo de costumes levíticos, Paulo vai a Jerusalém mesmo, fortaleza dos judaizantes, e lá vence os adversários do Evangelho da graça, e consegue que esta igreja história os repudie, e, para ter uma demonstração cabal da vitória, leva a consigo a Tito, gentio incircunciso, que continua gozando a comunhão cristã na própria Jerusalém sem ser circuncidado. Quando se levantaram turba - multas Paulo sempre quis pôr-se no meio delas para convence-las com sua eloquência, e várias vezes conseguiu este desideratum. Sendo preso, evangelizou a própria casa de César e a guarda imperial. Nenhum inimigo jamais encontrou Paulo e suas forças nas trincheiras, timidamente esperando o ataque para defender-se, dispostos a deixar o inimigo devastar os campos da seara divina se tão somente não tocasse nas suas pessoas. Não. A defesa de Paulo é um salto para o combate, e a primeira palavra de guerra é: "anátema", pois não é sobre assunto de somenos importância.

Paulo podia assim agir por ser desinteresseiro. Pugnava pelo bem, verdade, pela salvação de outros. Que qualquer interesseiro cuide em não usar o método de Paulo para fins particulares ou partidários! Senão, seu "anátema" cairá sobre sua própria cabeça ignóbil, pronunciado pelo público cristão, horrorizado ao ver um interesseiro praticar o sacrilégio de explorar as coisas sagradas para sua própria comodidade.

6 desertar – "A palavra que descreve a falta dos gálatas é um termo militar significando deserção e daí mudança de opinião. Assim Dionísio de Heracléia, que abandonou o partido filosófico estóico para abraçar o epicureu, foi chamado o desertor, ou vira-casaca". (David Smith, me Life and Letters of St. Paul, p. 196).

8 pregar como evangelho – Este verbo significa directamente, ou em reminiscência, pregar como evangelho, ou proclamar uma pessoa ou nova como evangelho. Há muitos verbos para pregar; a ênfase, porém, deste verbo é sobre

a mensagem pregada. Meu Dicionário Grego assim o define: “levo boas novas a, proclamo as coisas concernentes à salvação cristã, … podendo a boa nova ser uma pessoa”. É a pessoa de Cristo, v. 16, a pessoa não do rabino Jesus, senão do Cristo crucificado e ressuscitado, Salvador, Senhor, Sacerdote e Rei, a pessoa e sua obra redentora. Evangelizar é pregar esta mensagem. Pregar outra mensagem não evangelizar – engana os incautos, e com consequências eternas. Paulo exclama: “Ai de mim, se não anunciar o Evangelho.” O ai é duplo. Ai de mim, se, possuindo o conhecimento do Evangelho, e sendo chamado por Deus, eu, todavia, não me entregar ao ministério de sua proclamação. É o ai do desviado de sua carreira, do rebelde, do ocioso, do negligente. O outro ai é ainda mais terrível – o de ativar-se em pregar mensagem que não seja evangélica, “bem outra”, diferente. Este é a ai que cabe no coração judaizante, romanista, sacramentariano, moralista, pagão. É o ai de Paulo que corresponde ao anátema do mesmo Paulo. Os judaizantes eram modelo de zelo, operosidade, constância, lealdade em proclamar o que criam. Aí está a calamidade. O que criam e pregavam não se podia chamar Evangelho. Era uma nova má, escravizadora, impotente para salvar ou santificar, morta e mortífera. “Ai e anátema!” exclama o nosso apóstolo.

8, 9 Sobre as palavras “algo além” lede no fim deste livro o estudo suplementar: “Nada além”, e digamos isto mesmo à nossa consciência, cada vez que somos tentados a acrescentar coisa alguma ao cristianismo de Cristo e do Novo Testamento, mormente quando o assunto é o Evangelho, o esclarecimento do caminho da salvação.

8, 9 maldito (anátema) – significa nos papiros pagãos: “maldição dos deuses infernais. E no Novo Testamento quer dizer: maldição, objecto amaldiçoado, entregue às mais terríveis imprecações”, (meu Dicionário Grego, p. 11). A ideia de censura eclesiástica, excomunhão, não se associa com a palavra no Novo Testamento. No grego patrístico o termo adquiriu esta noção; é alheia, porém, às epístolas de Paulo.

8, 9 maldito – “As palavras ásperas da linguagem do apóstolo, tanto em Gálatas e II Coríntios, foram sem dúvida, evocadas pelo menos por idêntica aspereza por parte dos seus oponentes. As questões pendentes, eram fundamentais e a discussão das mesmas não era qualquer calmo debate académico, mas uma verdadeira competição de greves consequências entre homens de intensa convicção e profundo sentir. Não era significativa somente para a Galáxia, e Corinto e Jerusalém, nem para aquela época para esposar o ponto de vista

defendido por Paulo, ou tivesse a controvérsia terminado na vitória do partido judaizante, toda a história do cristianismo seria diversa da que tem sido. O cristianismo seria somente uma seita do judaísmo, e como tal, seria, relativamente, uma pequena força na história do mundo, ou teria mesmo se perdido, reabsorvido na comunidade da qual surgiu. A Epístola aos Gálatas é documento de primeira mão, do coração de uma das mais significantes controvérsias na história da religião." (Burton, no "International Critical Commentray", sobre Gálatas, p. 1 vi).

6 a 9 – Quando é a intolerância religiosa uma virtude? Às vezes, é virtude. Quando é perversidade e pecado? Geralmente, a intolerância é pecado. Paulo nos serve de exemplo e podemos segui-lo como ele seguiu a Cristo.

Esta é a única epístola em que apóstolo não louva os leitores mas o seu escrito é tão intolerante contra o mal em que caíram que não se demora em formalidades. Lança imediatamente um repto aos judaizantes e os põe fora da comunhão evangélica pela simples medida de negar que sua mensagem seja digna do nome Evangelho.

Notai o ponto da controvérsia. Os judaizantes, para ganhar terreno entre discípulos de Paulo, dizem que o Evangelho de Paulo é deficiente que eles trazem um outro evangelho suplementar que vai além do que Paulo pregava.

Daí a indignação tempestuosa de Paulo: –

a) Essa mensagem é realmente e radicalmente outra, de natureza diferente – v. 6 "evangelho diferente", "bem outro".

b) Toda a mensagem fingidamente evangélica, que vá além do Evangelho de Paulo, é maldita, pois é uma maldição para quem por ele ficar decepcionado. O Evangelho de Paulo é salvação para todos os que crêem, de todas as raças e nações, na condição única de fé. Os propagandistas vêem catequizando os neófitos, dizendo: – "Paulo prega a Cristo. Sua mensagem é evangelho elementar. Mas nós temos verdade mais completa que vem de Jerusalém. Não é a fé só, mas a circuncisão também." Assim iam "além". E a resposta de Paulo foi: "Ainda que um anjo vos pregar do céu um evangelho além do que vos pregamos, seja anátema – Se alguém vos está pregando um evangelho além do que recebestes, seja anátema".

Quase todos os chamados evangelhos de hoje em dia estão precisamente nesta categoria. São evangelhos de salvação por meio de fé e obras, fé e batismo, fé e a igreja, fé e sacramentos, fé e sábados, fé e batismo no Espírito Santo, fé e falar línguas, fé e tantas invencionices eclesiásticas ou filosóficas! Sejam anátema os mensageiros de tais evangelhos e seja anátema seu evangelho, diferente do Evangelho que diz: “Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo”. É aquele que pões outra condição para ser salvo que desperta a indignação de Paulo, pois avilta o cristianismo, pondo em destaque considerações materiais e ofuscando a espiritualidade da experiência da graça salvadora em Cristo.

O grande teólogo escocês, Jayme Denny, disse dessa intolerância de Paulo: “Intolerância como esta é elemento essencial na religião; é seu instinto de preservação própria. Se Deus, de fato, fez alguma coisa por Cristo da qual depende a salvação do mundo, é um solene dever cristão ser intolerante contra tudo quanto ignore, negue ou sofisme esta obra de Cristo. Nem o Velho Testamento nem o Novo conhece coisa alguma de uma religião sem este espírito de intolerância, Êx. 20:3; Atos 4:12; I João 5:12; Mateus 11:27”.

Notemos, pois, inteligentemente, a esfera dessa intolerância cristã:

1) É no terreno de doutrina, não de interesses pessoais ou partidários.

2) É no terreno religioso, não no civil. Paulo nunca invocou a arma da lei aniquilar heresias ou punir hereges.

3) É no terreno de livre discussão e de decisão pessoal. O tribunal a que o apóstolo faz seu apelo é à consciência pessoal, e à decisão voluntária por parte de cada um e da parte da igreja como congregação autónoma.

4) Trata-se de um real perigo às almas humanas, ao Evangelho ao reino de Deus e à honra de Cristo.

5) Sua intolerância é franca e pública. Não consiste em ostracismo mesquinho ou politicagem.

Esta norma de intolerância podemos e devemos imitar – não a intolerância de interesses rivais, mas sim a atitude pessoal de repulsa de erro e de defesa da verdade na sua pureza sem mescla de erro.

9 “anátema” – “Estas coisa têm sido desprezadas como especulações estéreis, mas são, na verdade, o fôlego de nossas vidas cristãs. São, verdadeiramente, o

campo de batalha dos teólogos; a Igreja fulminou de anátema aquelas que defendiam a ideia de que Jesus, embora grande fosse menor do que Deus. Esses anátemas, porém, foram benéficos e justos. Tal diferença de opinião não era qualquer questiúncula: não existe um 'quase Deus'. Tal ideia é blasfémia; um plano inferior ao infinito é infinitamente menor". (What is Faith?" p. 116, por Machen).

9 "anátema" – "As sentenças de julgamento pronunciadas pelos apóstolos apresentam um chocante contraste com os que têm fulminado da cátedra de seus sucessores, elevados a ela por auto-eleição. Nos Cânones do Concílio de Trento, por exemplo, contamos cento e trinta e cinco anátemas. Uma grande porção destes concerne aos direitos do sacerdócio; outros a complicados pontos secundários de doutrina; alguns foram dirigidos, virtualmente, contra os ensinos de Paulo. Aqui está um exemplo: "Se alguém disser que a fé justificadora não é mais que confiança no perdão de pecados por amor de Cristo, ou que por esta fé, somente, somos justificados: seja anátema." Ainda: "Se alguém disser que o Cânon da Missa contém erros e que, portanto, deve ser ab-rogado: seja anátema." Na sessão de encerramento, o ato final do cardeal presidente foi pronunciar: "Sejam anátema todos os hereges;" ao que os prelados reunidos exclamaram antifonalmente: "Anátema, anátema." Com esta impressão nos lábios, os Pais da Igreja encerraram seus pios labores. Foi a Reforma, "a liberdade dos filhos de Deus", que Roma anatematizou. A censura de Paulo vigora contra todos os Cânones Conciliares e as Bulas Papais que lhe contra venham. Duas vezes, apenas, ele pronunciou esta grave palavra: uma sobre aqueles que "não amam o Senhor;" outra, sobre aqueles que, propositadamente, pervertem seu Evangelho. Os anátemas papais soam como as maldições de um sacerdócio irado, ciumento de suas prerrogativas; aqui temos a santa severidade de um apóstolo inspirado, preocupado unicamente com a verdade e com a honra de seu Mestre." (The Epistle to the Galatians", por Findlay, pp. 46, 47).

Paráfrase, 10-14 "Maldito", é minha solene sentença. Agora, diante dessa linguagem resoluta, quem terá a coragem de me acusar de ser bajulador de homens? Eu, que livremente me fiz escravo de Jesus, procuraria outro senhor – o instável populacho, ou sanguinolento sinédrio – para lhes agradar? Não tinha eu vantagens, posição e tudo mais no judaísmo, se tais coisas pudessem me atrair? Abandonei o que vossos agitadores alegam ser o móvel de minha conduta. E o motivo foi: eu vi Jesus. Não me matriculei no estudo do Evangelho do modo como me formei, após longos anos de estudo, na escola rabínica de Gamaliel. Ninguém

me educou na fé. Jesus Cristo fez passar diante de meus olhos um apocalipse de sua divina pessoa gloriosa. Meu evangelho, pois, é Jesus e nada além.

10 agradar a homens – "Isto é, por poupá-los a dolorosa operação cirúrgica de circuncisão e, em geral, por tornar-lhes fácil o Evangelho". (Moffatt, num artigo em "The Expositor", sobre "Paul and His Critics").

10 favor dos homens… de Deus – O apóstolo, primeiramente, elimina a sugestão dos inimigos de que seu ministério fora egoísta. Um ministério que tem por fim agradar aos homens jamais agrada a Deus. Desde que ninguém pode ter dois senhores, aquele que busca agradar aos homens não será servo de Cristo. O apóstolo nestas palavras condena, terrivelmente, a muitos ministros do Evangelho. Gál. 1:10: I João 2:15.

10 Weymouth assim parafraseia: "Sim, digo maldito! Será linguagem de um bajulador de homens?" Conybeare e Howson atribuem grande valor à posição enfática dos advérbios de tempo: agora e ainda. "Sua resposta é que se a popularidade fosse seu alvo, Paulo teria permanecido no Sinédrio. Os advérbios de tempo salientam o contrate entre sua posição antes e depois da sua conversão. Comparai 5:11". (Life and Letters of St. Paul, p. 525).

11 não da parte de homem algum – "A única acusação que seus críticos poderiam fazer seria mais ou menos assim: Paulo recebeu de outros (os Doze) seu evangelho precisamente como nós outros, e era seu dever ficar nisto (isto é, na corrente da tradição; Jesus, os Doze, Paulo); ele, porém, rompeu a corrente, sem justificativa, livrando-se desta dependência, própria e justa, e pregou aos gentios um afastamento da ideia de lei que é equivalente à rejeição de toda a autoridade. em repudiar a censura de seus oponentes, Paulo contesta a premissa do argumento deles: a linda da sucessão apostólica não é: "Jesus – os Doze – Paulo", senão "Jesus – Paulo", em seu caso, como era "Jesus – os Doze", no caso deles. Portanto, a crítica tanto de seu evangelho como de sua autoridade cai terra". (De um artigo de James Moffatt, em "The Expositor", sobre "Paul and his Critics".

11, 12 não segundo padrão humano… não da parte de homem algum – Seria difícil formular uma negação mais cabal. Analisemo-la.

O evangelho e o apostolado de Paulo não é da parte de homens. A sua origem é divina, inteiramente divina, unicamente divina, imediatamente divina, sem mescla de opiniões ou testemunho ou orientação da parte de homens.

Ademais, o evangelho e apostolado de Paulo não vieram “por algum homem”. Nenhum homem serviu de meio e instrumentalidade nas mãos de Deus para chamar a Paulo para ser apóstolo, ou para revelar a Paulo Cristo e sua verdade e vontade. Cristo apareceu a Paulo directamente, pessoalmente, e chamou-o para ser apóstolo e mais de uma vez deu-lhe revelações de sua pessoa e verdade.

Notai o alcance destas declarações.

I. Na época da controvérsia com os judaizantes, este fato fechou toda a discussão do estado dos crentes gentios, pois o Evangelho para todos os povos, sem distinção de classe ou de raça, faz parte da revelação dada por Cristo quando chamou Paulo para ser apóstolo aos gentios.

II. Na época da Reforma este fato destrói a doutrina romanista da primazia de Pedro. Ninguém pode ler Gálatas 1 e 2 e acreditar na primazia, na infalibilidade, ou no papado do falível Simão Pedro que dissimulou em Antioquia e errou na aplicação de doutrina fundamental.

III. Na era do racionalismo os críticos radiais encontraram logo este testemunho de Paulo de uma experiência de revelação sobrenatural. Eles admitem que o homem Paulo existiu e escreveu a Ep. aos Gálatas. Portanto, têm de admitir a revelação que ele afirma ter recebido do Cristo ressuscitado ou inventar uma hipótese de que Paulo ou é mentiroso ou é alucinado. Nem uma nem outra hipótese é verosímil. A única alternativa é aceitar o testemunho de Paulo acerca do Cristo ressuscitado e o Evangelho que ele revelou e confirmou. Vede a Introdução.

Jerónimo disse: – Há quatro qualidades de ministros cristãos:

1. Os que foram enviados nem da parte de homens nem tão pouco pela instrumentalidade de homens; tais foram os protestas e os apóstolos.

2. Os que são de Deus, mas pela instrumentalidade dos homens, como os sucessores de profetas e apóstolos. (Impugnamos a ideia romanista de sucessores).

3. Os que são dos homens, mas não de Deus, como sucede quando alguém é consagrado pelo favor, protecção e lisonja.

4. A quarta classe é composta daqueles que têm sua chamada nem de Deus nem dos homens, mas unicamente de si, como os falsos apóstolos de quem Paulo fala. A vocação de Paulo é imediatamente sobrenatural.

12 revelação (apocalipse) – "Um revelação da verdade, instrução concernente a coisas divinas até então desconhecidas – especialmente as relacionadas à salvação cristã – dada à alma por Deus mesmo, mormente pela operação do Espírito Santo, e assim devendo ser distinguida de outras formas de instrução".

12 revelação – Quantas revelações de Jesus Cristo mencionou Paulo? Gál. 1:1, 16; II Cor. 12:1, 7; Efes. 3:3; I Cor. 11:23; 14:37; 15:3. Paulo resisto a revolução em Gálatas com a revelação divina. Algumas dessas revelações eram externas e objectivas; todas eram também interiores, no da sua natureza espiritual. Gál. 1:17. Nessas revelações o apóstolo recebeu todas as suas doutrinas. Isto não seria ordinariamente necessário ou natural. No caso de Paulo, porém, era indispensável à sua independência. Isto não impede que ele, como qualquer outro mortal, tivesse aumentado seus conhecimentos de fatos históricos pela conversação com testemunhas, como na visita a Pedro e em outras estadias em Jerusalém. Não é, porém, no terreno de minuciosos fatos históricos da vida de Jesus que Paulo na procura orientar. Suas doutrinas são sua mensagem: e, especialmente, sua interpretação dos fatos centrais da cruz e da ressurreição de Jesus. Pela revelação foi-lhe dada sua doutrina. À vista de Jesus face a face outorgou-lhe a grande revelação de todas as revelações históricas, demonstrando a ressurreição e a redenção. O Espírito o guiava, depois, na devida aplicação deste fato, simetricamente, aos problemas de teologia, soteriológica, escatologia e a vida ética dos crentes. Em nenhum aspecto doutrinário de sua mensagem ficou Paulo o aluno de outro homem.

12 Por uma revelação de Jesus Cristo – Revelações podem ser sonhos, verdades que são fruto de estudo, ensino ou meditação sob a inspiração divina, símbolos interpretados, vozes audíveis de seres invisíveis, etc. Uma revelação desta natureza Paulo menciona em 2:1. Mas este vocábulo tem frequentemente a reminiscência da remoção de um véu ou cortina, deixando visível o actor de um drama. Jesus deu a Paulo um apocalipse, seis décadas antes de assim visitar a João em Patmos. Perto de Damasco ele se mostrou, descortinou o palco celeste e Paulo o ouviu e aí, e somente aí, originou seu evangelho, no seu início e na sua plenitude.

12 “apocalipse” – “Paulo não converteu-se em virtude de ensinos dos recebidos dos homens; não converteu-se como o normal dos cristãos se convertem, pela pregação da verdade, ou pela revelação de Cristo na vida de seus seguidores. No caso de Paulo, Jesus mesmo fez de modo visível o que geralmente faz por meios que ele estabeleceu. Sobre a realidade da conversão, Paulo joga toda sua vida, e sobre ela baseia sua autoridade apostólica”. (“The Origin of Paul’s Religion”, por Machen, p. 66).

13 igreja de Deus – Burton assim os dois sentidos da palavra “igreja” em o Novo Testamento: “O que lhe inspirava a missão era de visão de uma igreja universal, adorando ao único Deus e Pai, e aceitando a Jesus como Senhor e Salvador – uma igreja a que acorressem homens de todas as nações e religiões, não pelo vestíbulo do judaísmo e aceitação da Lei de Moisés e dos ritos do Velho Testamento, mas directamente de onde estivessem, através da porta única de fé declarada e franca em Jesus Cristo. Seus oponentes também criam em um Deus e em Jesus como sendo o Messias, não podiam, todavia, consentir em que se entrasse na comunidade cristã a não ser pela aceitação do Judaísmo, ou que a igreja cristã não fosse mais que uma específica expressão da comunidade religiosa judaica.

“ekklesia" designa, mais comummente, uma assembleia local de cristãos, menos frequentemente o corpo de todos os cristãos no mundo. A razão da distinção entre os dois termos, e a ordem de desenvolvimento dos dois empregos de “ekklesia", são difíceis de se estabeler. Estes exemplos, embora poucos em número, indicam o que o N.T. mesmo fez muito mais claro, que pelo fim do período pré-cristão, as congregações judaicas – “Sinagogas”, por este tempo largamente desenvolvidas tanto na Dispersão quanto na Palestina (veja Bons. Rel. d. Jud. 2, pp. 197 f.) – eram universalmente conhecidas como sinagogas; e o termo “ekklesia", o termo anteriormente usado de preferência para uma assembleia ou comunidade judaica, caiu em desuso. Não existiria, talvez, qualquer explicação mais provável desta mudança de emprego, que o uso corrente de “ekklesia" no mundo grego, para designar uma assembleia civil (cf. Atos 19:39). Este fato levou os judeus, quando se expandiram através de todo aquele mundo e estabeleceram suas congregações locais, a preferir o que havia sido o termo menos usado, sinagoga.

“Por outro lado, quando, nas mesmas regiões em que estas sinagogas judaicas existiram, os cristãos estabeleceram suas próprias assembleia, achando eles mais importante distingui-las das congregações judaicas que das assembleias civis,

com as quais muito mais dificilmente se confundiriam, escolheram o termo “ekklesia", que os judeus haviam abandonado.

“… O uso de termo com relação à igreja cristã surgiu primeiro em terras gentias e com referência às organizações locais; o desenvolvimento, porém, do sentido ecuménico foi mais fácil devido ao uso de qahal com referência a Israel com o povo do concerto de Deus e a representação deste termo na Septuaginta por “ekklesia". até certo ponto isto é confirmado pelo uso do termo nas cartas de Paulo. Em todas as que precedem Col., é usado preponderantemente no sentido local”. Burton em “the International Critical Commentary”, o volume sobre Gálatas, p. XII e 418, em seguida). (Discordo da primeira sentença deste parágrafo, por ser anti-histórica, mero criticismo subjectivo radical. O resto da citação tem valor erudito. W. C. T.).

Alguns pensam que Paulo perseguira a igreja universal e a isto se refere quando diz “perseguia a igreja de Deus”. Mas o contexto histórico não se coaduna com esta teoria. Desde o dia de Pentecostes a igreja universal possuía elementos genuinamente cristãos em Roma e suas províncias em três continentes (Atos 2:8-11). Paulo não efectuou uma perseguição em escala universal, antes a sua excursões inevitavelmente esporádicas a cidades vizinhas. Quando começou a alargar demais a esfera de seu ódio, Jesus o fez parar e render-se e o transformou em seu apóstolo.

Ora, temos uma declaração nítida do historiador Lucas sobre a igreja que foi perseguida por Paulo e não deixa possibilidade de dúvidas. “Naquele dia levantou-se uma grande perseguição contra a igreja em Jerusalém”, Atos 8:1. O grego é duas vezes definido: “a igreja, a em Jerusalém”, excluindo determinadamente qualquer outra igreja ou outro sentido do termo igreja. A Ep. aos Gálatas está absorta nos problemas de igrejas locais. E é somente neste sentido que o termo se usa nesta epístola.

Algum comentador faz objecção de que Paulo não teria dito “a igreja de Deus” se a referência fosse à igreja local. Pasma ver tanto preconceito e cobiça de ares católicos entre alguns evangélicos! E não chamou Paulo a Igreja de Corinto “a igreja de Deus” (I Cot. 1:1)? E não escreveu “a igreja de Deus”, I Cor. 10:32; 11:16? Seu uso reverente da frase era constantemente concernente a (chamada) “igreja local” (I Cor. 11:22; I Cor.1:1; I Tess. 2:14; II Tess. 1:4, I Tim. 3:5; e Atos 20:28). A objecção é tão frívola como fútil.

14 tradições de meus pais – “Paulo está pensando de seu pai, como em Gál. 1:15 pensa de sua mãe, e é quase impossível fugir à conjectura de que ele usa as palavras: que me separou, em Gál. 1:15, e separado, em Rom. 1:1, como jogo de palavras sobre o nome dos fariseus – nome de que em tempo anterior fora ele portador orgulhoso, que agora, porém, podia ele empregar em sentido todo diverso”. (por T. Zanh, “Introduction to the New Testament”, in loco).

14 ardentemente zeloso – Nada havia em Paulo de morosa preparação psicológica para a conversão. Ele era perseguidor sincero, adepto adiantado do judaísmo, zeloso das tradições farisaicas. A noção de que ele estava prestes a modificar sua atitudes, e ia meditando nisto em caminho para Damasco, é uma ideia racionalista, sem base bíblica. Ele afrima aqui (vs. 13-14) precisamente o contrário. Sua conversão foi instantânea. Num momento, todo o seu ser estava concentrado em exterminar o culto de Jesus. Em outro, ele ouviu Jesus falar, aceitou o fato da morte e ressurreição do seu Messias, e se fez seu mensageiro aos povos.

William Jenning Bryan uma vez replicou a uns psicólogos descrentes que ridicularizavam a possibilidade de conversões instantâneas: “vós reconheceis que num acesso de ira um homem pode matar seu semelhante; num rasgo de patriotismo pode se tornar um herói e salvar a pátria; num momento de miséria pode suicidar-se; num aperto de fome pode roubar; num surto de paixão pode arruinar a felicidade doméstica alheia e manchar a consciência para sempre. Mas não sabeis que num momento de arrependimento a alma pode nascer de novo.”

Paráfrase, 15-24. Deus é o Autor de minha personalidade, de todos os meus dotes naturais e sobrenaturais. Ele me predestinou, preparou, separou e encaminhou para meu apostolado. E, na hora por ele escolhida, deu-me esta revelação de Jesus, objetiva na estrada para Damasco, subjetiva na minha experiência de sua graça. A revelação foi a chamada. E não desobedeci à visão celeste. A ninguém consultei. Sendo apóstolo e conhecendo a Jesus face a face, não tive de me apresentar perante meus pares, do apostolado limitado da circuncisão. Fui ao Sinai. Meditei a Lei e o Evangelho. O Espírito me comoveu, me acalmou e me iluminou e inspirou. Voltei em tempo e me pus a evangelizar. Afora uma quinzena na casa de Pedro, em amigável visita em Jerusalém, eu nenhum contacto tive com os Doze, nem com as primitivas igrejas da Palestina, nem com aquela que eu persegui – se bem que vi ligeiramente seu líder Tiago – nem com as muitas outras que daquela originaram, quando minha perseguição cruel a espalhara. Estou

falando com absoluta veracidade quando vos afirmo que por dezassete anos preguei este mesmíssimo Evangelho sem que sua mensagem variasse que o Cristo glorificado me dera. E isto se tornou notório na cristandade inteira, a qual, mesmo lá nas igrejas da Palestina, glorificou a Deus porque a mesma fé que eu procurava exterminar, agora estou anunciando pela autoridade de Jesus Cristo e como o único Evangelho. Perguntai a esses emissários de Jesus. Testemunho que lá mesmo ouviram este apoio e regozijo geral na minha missão e mensagem.

1:15 em diante: A harmonia de Carroll é assim: - Leia-se Atos 9:17-19, então Gál. 1:15-17, depois Atos 9:20-25, e Gál. 1:18; em seguida, Atos 9:26-27 e Gál. 1:18-20 e, de novo, Atos 9:28-29 (menos a última cláusula); então leia-se Atos 22:17-21 e Atos 9: 29 (última Cláusula) até verso 31, e Gál. 1:21-24. Carroll, seguindo Lighfoot, supõe que Paulo aqui não menciona a visita de caridade por não vir ao caso do que estava discutindo isto é, sua relação com os Doze, os quais estavam fora de Jerusalém durante a fome de Atos 11:30. A terceira visita de Lucas (Atos 15) é identificada com a segunda da Ep. aos Gálatas (Cap. 2).

Notai que propósito de Lucas é bem diferente de Paulo, sem ser contrário. Lucas história a atividade dos apóstolos e sua unidade de vistas, muito tempo depois de estar morta esta controvérsia judaizante. Paulo, no meio da controvérsia, salienta sua independência dos apóstolos de Jerusalém.

15 Paulo "nasceu e nasceu de novo, para ser o apóstolo aos gentios, dotado pela natureza pela regeneração, para sua alta vocação". (Bruce em "St. Paul's Conception of Christianity", p. 42).

15 comprazeu-se – Paulo creu na soberania de Deus na conversão do pecador: "Mas quando aprouve a Deus". A conversão é um ato divino primeiro, e depois uma experiência humana. A providência de Deus tinha preparado Paulo na sua vida e, no tempo predeterminado, chamou-o pela sua graça, "Saulo, Saulo, por que me persegues?", e com aquela irresistível voz na alma o maior inimigo de Jesus logo cedeu e reconheceu, em Jesus, seu Jeová (Senhor).

15 "Aquele que me separara e designara para a carreira apostólica" é tradução de uma só palavra, particípio de um verbo que indica "marcar confins", separando de certas esferas e limitando a outra. O contexto esclarece a referência do verbo no sentido de que a carreira designada, como os limites dentro dos quais a vida do apóstolo haveria de correr, seria o apostolado. Subentendida esta referência do contexto, o resto da tradução procede

legitimamente do verbo como explicado. A doutrina é a conhecida verdade da predestinação. Vidas santas e operosas correm na senda do propósito eterno de Deus.

15 “graça” – Os gálatas foram chamados por Deus “na graça do Cristo”, v. 6; Paulo “mediante a graça de Deus”. Notai como a graça, e a chamada eficaz para a salvação que é estendida na esfera da graça e por meio da graça, procedem igualmente do Pai e do Filho. A graça, a chamada eficaz e a salvação eram comuns a Paulo e aos crentes gálatas.

16 Revelar seu filho em mim”. Intérpretes liberais e radicais procuram opor esta sentença ao fato da revelação objetiva na qual Jesus se descortinou na sua glória celeste sem perder sua identidade terrestre. Persistem em dizer que a revelação, sendo “em mim”, era apenas subjetiva, e que qualquer um recebe revelação congénere quando crê.

Sobre esta ideia se pode dizer: (1) que, se Paulo apenas tratava de uma experiência comum a ele e aos demais crentes, não havia motivo para tanta exaltação; (2) em mim pode ser traduzido, ou significar: em meu caso; e revelar reter seu pleno valor objetivo – Lighfoot assim interpreta a frase; (3) outrossim, o verbo pode muito bem indicar a revelação total em todos os seus aspectos objetivos e subjetivos. Um fenómeno meramente objetivo não é uma revelação. Os judeus acharam que a fala do Pai a Jesus era trovão. Tribos africanas que fogem apavoradas para a floresta quando pela primeira vez um avião desce na sua vizinhança não recebem qualquer revelação de sua natureza. Os que acompanhavam a Paulo presenciaram os fenómenos que resultaram na conversão dele; nada, porém, entenderam. O aparecimento objetivo de Jesus na glória tinha de ser percebido subjetiva, íntima e intelectualmente, “em” Paulo, para servir de revelação e operar sua conversão. Nada perdeu de sua realidade como fenómeno objetivo quando foi subjectivamente percebido em Paulo e espiritualmente oprerou sua regeneração.

16 Evangelho – “Desde o princípio, o Evangelho cristão, como de fato o nome “Evangelho”ou “boas-novas” implica, consistia no relato de algo acontecido. E, desde o princípio, o significado do acontecido era exposto, resultando daí a doutrina cristã. “Cristo morreu” – isto é a história; “Cristo morreu por nossos pecados” – é a doutrina. Sem esses dois elementos, ligados em união indissolúvel, não há cristianismo. A narração dos fatos é a história; a narração dos fatos com seu significado é a doutrina. “Sofreu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e

sepultado" – é a história. Ele me amou e deu-se por mim" – é a doutrina. Tal era o cristianismo de igreja primitiva". ("Christianity and Liberalusm", por Machen, p. 27 e 29).

16, 17 "Possivelmente existe também um contraste implícito em Gál. 1:16, 17, entre a conferência com os primeiros apóstolos, e a comunhão direta com Cristo; provavelmente Paulo quer dizer: Ao invés de conferenciar com a carne e o sangue em Jerusalém, comunguei com o Senhor na Arábia." ("The Origin of Paul's Religion", p. 74).

16 A mais simples defunção do Evangelho temos aqui – "o pregasse sempre". É o mesmo que Filipe anunciou incontinente ao estadista etíope: "principiando por esta Escritura, anunciou-lhe a Jesus". O Evangelho não se isola da Escritura, I Cor. 15:3, 4; porém, na base da historicidade e exegese das Escrituras, proclama ricas boas-novas, as quais significam precisamente o valor da pessoa e obra redentora de Jesus Cristo crucificado e ressuscitado.

16 revelar seu Filho em mim – Paulo recorre a sua experiência cristã para provar seu evangelho. Ele era testemunha do Cristo ressuscitado e suas provas do Evangelho eram sempre a narração do que tinha experimentado.

A experiência de Paulo é única entre todas as conversões na história cristã, com talvez a excreção de Tiago, que provavelmente foi convertido também pela vista do Senhor ressuscitado, I Cor. 15:7. Nós outros fomos convertidos pelo testemunho alheio, pela leitura da revelação dada a outros. Paulo foi convertido pelo Senhor Jesus, que na sua glória excelsa pessoalmente evangelizou e capturou seu grande inimigo e o fez seu principal mensageiro, I Cor. 15:10.

Devido a esta experiência sobrenatural, única, objetiva e real, na qual ele viu e ouviu a Jesus Paulo estava em posição de ser apóstolo, testemunha da ressurreição; e seu testemunho é prova cabal do poder de Cristo na vida, e da verdade do Evangelho da graça.

16 em mim – A experiência, mesmo de Paulo, era no íntimo. A vista que lhe foi concedida do Senhor Jesus foi objetiva, exterior, fenómeno natural, embora a causa fosse sobrenatural. A experiência, porém, produzida por este fato era íntima. "Aprouve a Deus revelar seu Filho em mim".

Esta combinação dos fenómenos iscos que demonstraram a ressurreição e identificaram o Crucificado com o Senhor da Glória, com a percepção e fé nos

mesmos, constituiu tanto a experiência como a revelação dada a Paulo. São as credenciais do seu apostolado, do seu evangelho e do próprio cristianismo.

15 separara… para a carreira apostólica – Há dois externos a evitar em nosso pensamento a respeito de Paulo e sua contribuição ao cristianismo. Os seus contemporâneos ultra-nacionalistas julgavam que ele nada sabia de Cristo e do cristianismo, portanto o consideravam fato desprezível em interpretar a revelação dada em Jesus.

Os racionalistas pensam que Paulo foi o primeiro cristão e o verdadeiro autor do cristianismo.

A Epístola aos Gálatas é a resposta cabal a ambos os erros. Paulo prova que seu evangelho e ministério são genuínos, autorizados pelo próprio Cristo em pessoa. Ao mesmo tempo, ele insiste na identidade do seu evangelho e na igualdade do seu apostolado com a mensagem e posição dos doze apóstolos. E o resto dos primeiros dois capítulos é dedicado a provar esta independência e igualdade, conservando ao mesmo tempo o ato de haver um só Evangelho.

Paulo historia sua carreira para provar que ele não foi discípulo dos outros apóstolos.

a) Foi convertido fora de Jerusalém, longe dos Doze. Não consultou a nenhum líder cristão.

b) Passou seus dias de neófito na Arábia, sendo Deus seu único Mestre, e a meditação sua única escola.

c) Voltou para Damasco e evangelizou, já certo da sua mensagem.

d) Só foi a Jerusalém depois de três anos, e mesmo assim de visita a Pedro, visita de quinze dias. Um apóstolo visita a um colega não vendo qualquer outro, senão a Tiago, o irmão de Jesus.

e) Então passou longos anos na Síria e na Cilícia em evangelização. As igrejas da Judeia ouviram dos resultados e glorificaram a Deus pelo ministério de Paulo.

f) Depois de quotize anos, foi a Jerusalém com Tito, em obediência a uma revelação divina, não para consultar a quem quer que fosse.

g) O caso de Tito, mesmo em Jerusalém, demonstrou a aceitação da mensagem e doutrina de Paulo, por Tito foi aceito ali na comunhão cristã sem se circuncidar.

h) Paulo explicou seu evangelho, na ocasião, aos principais cristãos daquela primitiva igreja. Nada lhe acrescentaram. Pelo contrário, deram-lhe a mão de parceira, e reconhecem como a esfera e campo de seu apostolado o mundo gentio.

i) A prova cabal é quando Pedro e Barnabé, influenciados por admiradores do austero Tiago – admiradores estes que foram além dos princípios de seu venerável pastor – erraram em doutrina e prática, Paulo, longe de se sentir inferior ou subordinado a eles, repreendeu-os e corrigiu-os publicamente, e salvou na sua pureza o Evangelho que a covardia ou a moleza deles teria comprometido.

Esta é a cadeia de provas de sua independência dos Doze. Cristo foi o Mestre de Paulo, não Pedro, Tiago e João. Damasco foi o berço espiritual de Paulo, não Jerusalém. Paulo estudou a teologia cristã na Arábia, não em Jerusalém, Paulo visitou como colega, não como discípulo. Paulo discutiu o Evangelho com os demais líderes, como sócio na evangelização mundial, não como enviado deles. Paulo corrigiu as imperfeições deles na aplicação dos princípios evangélicos. Paulo demonstrou em Jerusalém a autenticidade do seu evangelho e pelo notório caso de Tito venceu toda a oposição.

Logo é apóstolo e órgão de revelação divina, e os emissários que percorrem Galáxia pregando um evangelho além do dele são anátema, são falsos irmãos.

Esta é a marcha do argumento no resto do Capítulo 1 e o Cap. 2.

16 o prego como Evangelho – Notai bem. Pregar o Evangelho não é argumentar, defender e impor um sistema de pensamento ou acção. É proclamar alegre e convincentemente uma pessoa, e esta pessoa é Jesus. “Filipe abriu a boca, e… anunciou-lhe a Jesus.” Nada menos, e nada mais é pregar o Evangelho. O Evangelho é uma pessoa; a fé salvadora, portanto, é uma transacção pessoal entre o pecador penitente e o Salvador, uma aproximação de nosso espírito contrito diretamente ao Salvador. E são boas novas o podemos, sem medianeiros mortais, chegar a Jesus e ser salvos. O prezado leitor entende o Evangelho? É o assunto que mais convém e urge entender.

17 Arábia – “Ele agora é impelido pelo Espírito, como Cristo fora impelido, para o deserto; e o rabi que se sentara aos pés de Gamaliel, sentado agora aos pés de Cristo, se torna o grande mestre da Igreja, interpretando o Cristianismo no

sentido de ser uma religião universal". (R. M. Elder, "The Concise Bible Dictionary", p. 87).

17 Arábias – incontinenti para a Arábia – As opiniões mais desencontradas existem sobre esta viagem de Paulo à Arábia. "Fui-me embora para dentro da Arábia" – é o que Paulo realmente escreveu. Parece uma viagem considerável. Não sou dogmático em pensar que ele foi ao Sinai. Peso a seguinte objeção de Frederico Rendall, no "Expositor's Greek Testament", in loco: "Se fora concedida a Paulo comunhão com Deus no monte Sinai, o toponímico teria valor demais, como argumento em favor de sua divina comissão, para que fosse omitido aqui. Além disto, a península sinaítica era remota de Damasco; a jornada era sempre perigosa para viajantes sem escolta, e no ano 37 (a data mais provável para a conversão de Paulo) era quase impossível por causa da guerra entre o Rei Aretas e os romanos".

Sobre isto eu diria, em resposta: (1) A comunhão com Deus alegada por Paulo, seja onde for, não teria valor apologético, pois não poderia ser provada pelas "duas ou três testemunhas" exigidas em toda a Escritura e pelo bom senso. (2) Paulo não ostenta comunhão desta na II Cor. 12:4. (3) Viajar não era tão difícil. Paulo sempre soube chegar ao seu destino e não lhe falavam os recursos necessários. (4) Notando, na Introdução, os esquemas cronológicos, o leitor verá que o ano 37 não é muito provável para a data da conversão, logo seus eventos não influiram, pois é quase certo que Paulo se converteu antes desse tempo. Teodoro Zahn deu muito estudo à cronologia de Aretas e afirma que Paulo não se podia ter convertido, depois do ano 36. É bem provável que sua conversão se desse três ou quatro anos antes desta data. ("Intriduction" vol III, p. 455). (5) Quanto à distancia, Elias foi para lá em quarenta dias. Paulo teve três anos para a ida e volta. Damasco não é muito mais longe do Sinai do que Carmelo. (6) Quanto às dificuldades, desaparecem quase por completo quando nos lembramos de que Paulo fabricava tendas, como oficio, e seria bem-vindo entre aquelas tribos do deserto por causa de sua arte.

Naturalmente, não insistimos em que Paulo esteve no Sinai apenas por motivos sentimentais. Há sólidas razoes. (1) Arábia é por ele mesmo identificada com Sinai, na alegoria de 4:21-25. (2) O nome dado a Sinai pelos árabes é Agar (4:25) e isto Paulo chegaria a saber lá na vizinhança e não em outra parte. (3) fosse ao pé do Sinai ou mais longe, Paulo sem dúvida contemplava o Sinai na sua meditação, viu que o Calvário sobrepuja e eclipsa o Sinai e fez este desaparecer

com seus relâmpagos e ameaças (Heb. 12:18-22). Seriam mais vivas estas meditações na vizinhança. (Crisóstomo e outros alegavam que Paulo evangelizava no deserto; isto não é, porém, declarado nem é provável.)

Lightfoot, pois, num estudo especial sobre o assunto, parece ter razão em dizer: "Assim no deserto do Sinai, como no monte da transfiguração, se encontram três dispensações como se fossem um só. Aqui Moisés recebera as tábuas da Lei no meio de fogo, temporal e espesso negrume. Aqui, de novo, Elias, profeta típico, escutara a voz de Deus e partiu, refrigerado, para sua missão de justiça. E finalmente, aqui, na plenitude dos tempos, São Paulo, o maior pregador daquela de quem a Lei e os profetas falaram, ficou fortificado e santificado para a sua grande obra, foi instruído tanto na largura como no cumprimento da sabedoria de Deus, e foi transformado de campeão de uma tradição intolerante e estreita para ser o apóstolo, de grande coração, aos gentios". (Comentário de Lightfoot sobre Gálatas, p. 89).

17 "Arábia" – "A importância da Arábia no argumento de Paulo é devida tão somente ao fato de que a Arábia não é Jerusalém; Paulo menciona a viagem à Arábia meramente em contraste com uma jornada a Jerusalém, que ele exclui em interesse de seus argumentos. O único motivo que, parece, exigirá uma prolongada demora na Arábia é a narrativa da primeira visita de Paulo a Jerusalém, Atos 9:26-30; a desconfiança que cristãos de Jerusalém revelaram contra Paulo é claramente explicável se após sua conversão estivesse ele vivendo em regiões mais remotas de Jerusalém do que Damasco o é.

"O detalhe referente aos três anos era grandemente valioso à argumentação de Paulo em Gálatas, onde mostra que por um considerável período posterior à sua conversão, não se encontrara com aqueles de quem diziam ter ele recebido seu evangelho." ("The Origino f Paul's Religion", Machen, p 73.)

18 conhecer a Cefas – "Para explorar a São Pedro, a fim de descobrir como se disporia a tratar o ex-perseguidor que agora se virara em campeão". (F. J. A. Hort, em "Judaistic Christianity" p. 56). Este verbo era usado de viagens de turistas para ver as maravilhas do mundo. Certamente, porém, Paulo não foi a Jerusalém somente para mirar a Pedro como o viajante mira a esfinge ou o Taj Mahal! Seu motivo era cristão. E Findlay (em o "Expositon's Bible", in loco) diz: "Para que esta visita? Foi para dar relatório às autoridades da Igreja e colocar-se sob a sua direção? Para procurar a instrução de Pedro, a fim de obter um conhecimento mais seguro do Evangelho que abraçara? Nada disso. Nem mesmo para fazer

perguntas a Cefas, como alguns vertem este verbo, segundo uma velha praxe clássica – "ganhar informação" dele; foi, porém, para "conhecer a Cefas". Saulo foi a Jerusalém com o coração cheio da certeza de sua alta vocação, procurando, como de igual para igual, conhecer pessoalmente o líder dos Doze".

18 conhecer a Cefas face a face e – A linguagem em si magnifica o apóstolo Pedro. A Bíblia, porém, parece prever ("a Escritura previu" 3:8) o uso sectário e interesseiro que o clero Roma faria do nome de Pedro. Portanto, cada vez que Pedro é louvado por suas genuínas virtudes, no contexto há um antídoto para o romanismo, uma declaração que demonstra a falibilidade e fraqueza do apóstolo explorado pelo clero. Logo depois de Cristo dizer o "Tu és Petrus", que os lábios clericais pronunciam com tanta avidez, disse o mesmo Cristo ao mesmo apóstolo: "Satanás, tu és para mim uma pedra de tropeço, porque não cuidas das coisas de Deus", etc. na ocasião em que Pedro teve o exaltado privilégio de estar presente à transfiguração, proferiu uma asneira sobre a construção de três tabernáculos e somos informados por que: "não sabia o que havia de dizer", (Marcos 9:5). É Marcos, "interprete" de Pedro, que nos informa disto. É eco do próprio apóstolo, na sua madureza, quando se chamava apenas "co-presbítero" e queria que todos magnificassem a Cristo e não ao servo de Cristo. Depois de Jesus proferir as palavras: "Aqueles a quem perdoardes os pecados, lhes serão perdoados", vem em poucos dias a pergunta humilhante, três vezes repetida, "Tu me amas?"

Outrossim, imediatamente depois de lhe dizer "Pastoreia as minhas ovelhas", Jesus lhe prediz sua morte ignominiosa e o repreende pela disposição sempre buliçosa, dizendo: "Que tens tu com isso? Segue-me tu". Quando usa as chaves do reino para abrir de par em par a porta de bênção aos gentios, Lucas relata que ele estava tão obstinado em seu preconceito que se opôs três vezes ao próprio Deus e recusou obedecer-lhe na santa visão. E ele tem de defender-se, na Igreja de Jerusalém, defesa que temos no extenso capítulo 11 de Atos.

Na mesma narrativa deste carta em que se historia que Paulo visitou a Pedro em Jerusalém, como para conhecer uma maravilha e, em outra ocasião, o chamou à parte em importante palestra, como sendo uma das "colunas", eis que no mesmo contexto há a narrativa da hipocrisia de Pedro, seu abuso de sua grande influencia para levar outros a pecar, e a censura publica que mereceu da parte do apóstolo aos gentios.

Deus era soberano para usar Pedro como queria. E nós serenamente magnificaremos a obra e as Escrituras de Pedro, em pleno acordo com o

propósito divino. O clero não nos afastará da verdade para um extremismo que despreze o grande apóstolo. “A Escritura previu”, todavia, o erro romanista, e para um texto que magnifica a Pedro, existe um contexto que revela sua falibilidade e imperfeição. Jesus quis usar a generosa personalidade do enérgico pescador, mas a Escritura, cada vez que historia a liderança de Pedro, usa de um forte caveat contra séculos medievais para não supor que o mais instável de todos os apóstolos fosse infalível.

18 Cefas – Conybeare e Howson observam: “Cefas, não Pedro, é a lição dos melhores MSS através desta epístola, como nas epístolas enviadas a Corinto, exceto numa passagem, Gál. 2:7, 8. São Pedro era conhecido, ordinariamente, até este período pela forma siro-caldaica do seu nome (o nome aliás conferido por nosso Senhor), e não pelo equivalente grego. É admirável que ele mesmo, nas suas epístola, usasse a forma grega, talvez como distintivo do seu antagonismo contra judaizantes que instintivamente se apegariam à forma hebraica”. (Life and Letter of St. Paul, p. 526).

19 … “Certamente, é muito mais provável que a verdadeira razão para Paulo ver apenas a Pedro e Tiago, dentre os líderes, é que os outros estivessem fora da cidade em trabalhos missionários na Judéia. A presença deles nas igrejas da Judeia explicaria a menção daquelas igrejas em Gál. 1:22. Paulo está indicando a parcimónia de seu contacto direto com os primitivos apóstolos. As igrejas da Judéia se tornariam importantes em seus argumentos se constituíssem em cenário dos labores apostólicos.

“Paulo nada diz do ocorrido durante os quinze dias de suas relações com Pedro. É, porém, altamente improvável, como Holston mesmo indica, que ele os passasse fitando silenciosamente a Pedro, como se este fosse uma das belas cenas da cidade.” (“The Origino f Paul’s Religion”, por Machen, p. 76).

19 o irmão do Senhor – Temos aqui uma declaração que identifica o principal bispo da igreja de Jerusalém, como Tiago, “o irmão do Senhor”. O artigo grego salienta o substantivo – “o bem conhecido, o notável irmão do Senhor”.

Em vão o romanismo procurou torcer esta linguagem. Seu significado é natural, claro, insofismável. Tiago era irmão de Jesus, filho da mesma mãe.

Esta passagem concorda com Mat. 13:15. Aí é a multidão de Nazaré que fala, todos conhecedores da família do Carpinteiro. Do mesmo modo que afirmam que Maria é a mãe de Jesus, afirmam que Tiago, José Simão e Judas são seus irmãos

e que suas irmãs são conhecidas. Um fato é tão certo quanto o outro. Da mesma fonte de que sabemos ser Maria a mãe de Jesus, sabemos também ser Tiago seu irmão – da Bíblia, e dos vizinhos de Jesus em Nazaré, pelos seus testemunhos preservado na Bíblia.

Convém lembrar que nossa Bíblia foi escrita por um povo, e para um povo, que não praticou o celibato nem exaltou a virgindade, antes considerou o casamento sem filhos maldição divina e a maior desgraça. A Bíblia é um livro judaico, não um documento europeu e medível, e portanto só pode ser entendida pelos que ponham longe de si todas as ideias de superior santidade de celibato e antes reconheçam a glória, a pureza, e a santa nobreza do lar, da maternidade e da família. Paulo chama Tiago "o irmão do Senhor", usando o nome divino de Jesus. Nenhuma ofensa há ao Deus encarnado ter irmãos carnais. Aliás, Paulo fala "dos irmãos do Senhor" na primeira Epístola aos Coríntios (9:5).

A Maria da Bíblia, virgem-mãe de nosso Senhor, virtuosa esposa de José, foi a santa mãe de Tiago, José, Simão, Judas e algumas filhas, modelo de todas virtudes femininas, entre elas a maternidade e a direção de um lar piedoso. Esta Maria é a mulher que Deus agraciou e o anjo saudou e as primitivas igrejas honraram e todos hão de chamar bem-aventurada. E é figura mais digna e real, no santuário do seu humilde lar, instruindo seus filhos nos mistérios de Deus, do que a fictícia rainha do céu, adorada em altares semi-pagãos, com falso fogo e o incenso de superstição, nos faustos templos de Roma.

É o dever supremo da atualidade libertar as moças desta geração dos falsos ideias de convento, que arruínam a vida de suas vítimas, e roubam a sociedade, empobrecem o lar e o Estado, e negam ao próprio Jesus e às suas verdadeiras igrejas vidas que poderiam ser bem úteis. Maria é protagonista do lar, não de conventos; da santidade da família, não do celibato; de serviço à igreja na comunhão de seus membros, não do isolamento no claustro.

20 Evidente neste histórico é a absoluta ausência do papado no cristianismo apostólico. Paulo é salvo, chamado ao apostolado, firma suas convicções doutrinárias, começa a pregar, é enviado ao mundo gentio, e funda o cristianismo na Galáxia e outras vastas províncias sem ser consagrado por Pedro ou qualquer outro dos Doze, sem consultá-los, sem receber deles doutrina ou autoridade alguma, sem a mínima dependência deles no sentido mais remoto. Ou isto é a verdade ou Paulo é mentiroso e perjuro. Ele, porém, solenemete declara: "Eis que perante Deus afirmo que não minto."

Não somente era sua carreira, do princípio até o fim, independente de Pedro, dos demais apóstolos e do primeiro bispo de Jerusalém, o notável irmão do próprio Jesus, mas serviu em diversas ocasiões para corrigir o erro na doutrina e prática deles e de seus partidários e intérpretes.

21 Síria e Cilícia – O fruto desta atividade é visto em Atos 15:41. Paulo e Silas, na segunda viagem missionária do apóstolo que partiu de Antioquia, iam "fortalecendo as igrejas" em "Síria e Cilícia". Paulo e Barnabé não alcançaram estas províncias na primeira viagem. Como podia Paulo ir "fortalecendo igrejas" na referida zona? Claramente, ele já organizara igrejas ali no seu ministério primitivo, antes de Barnabé levá-lo a Antioquia. Agora, na segunda missão, ele confirma tanto sua atividade quando trabalhava a sós como a obra que acabara de efetuar com Barnabé. Vemos as igrejas largamente espalhadas, em tempo bem primitivos na história cristã. É a norma apostólica universal e perpétua.

22 às igrejas – Esta informação da Epístola aos Gálatas sobre organização congregacional do cristianismo apostólico é importante.

A. Não existia nenhuma organização provincial. Há muitas igrejas, não uma "igreja da Gálatas", não "a Igreja" da Galáxia.

B. Paulo nos revela que a pluralidade de igrejas na própria Judéia principiou muito cedo. Era ele "desconhecido às igrejas da Judéia que estavam em Cristo". Portanto quando voltou de Damasco a Jerusalém já existiam "igrejas da Judéia", organizadas nos três anos de sua ausência. Era natural que por longos anos houvesse somente a grande congregação de milhares dos cristãos em Jerusalém, reunindo-se no templo. Depois da perseguição de Paulo, porém, os membros ficaram espalhados e se arraigaram logo em novos centros onde fundaram igrejas. Já havia diversas nesta ocasião quando Paulo visitou a Judéia. Ele perseguira uma igreja (v.13), a Igreja de Jerusalém, Atos 8:1,3. Quando voltou, á Judéia encontrou cheia de igrejas. Sua perseguição estimulara, pela providência de Deus, a multiplicação das igrejas congregacionais na província.

C. Cada qual é autónoma e directamente unida com Cristo. Não havia clero ou organização centralizada a que as igrejas se fundissem, sendo unidas com Cristo, Não. Todas as igrejas estão em Cristo.

D. Esta sentença confirma a cardeal doutrina de que os membros de uma igreja tem de ser regenerados antes de se batizar e fazer parte de uma igreja. Como

pode uma igreja estar em Cristo, e os membros que a compõem estarem fora de Cristo?

Nenhum igreja é bíblica se os membros não estiverem em vital união com Cristo por uma fé viva e santificadora. Se os membros estão em Cristo, a igreja que compõem está em Cristo. E quanta dignidade e privilégio há em que uma assembléia de pecadores, salvos pela graça, esteja "em Cristo". Enaltece as igrejas, e aumenta a responsabilidade de se manterem puras e santas.

22 As igrejas…em Cristo – Duas verdades se manifestam incidentalmente aqui. Uma é a pluralidade de igrejas autónomas, na ordem apostólica da vida cristã. Por longo tempo só havia uma igreja na terra. Paulo, na providência de Deus, perseguiu aquela. Essa providência logo multiplicou-a em muitas igrejas, do mesmo género, da mesma fé e ordem. Se alguém quer agora fundir as muitas igrejas em uma só, está procurando fazer os ponteiros do relógio divino voltar para traz vinte séculos.

Outra verdade gémea é a ênfase sobre a fé regeneradora, antes do batismo e antes de o batizando ser, em qualquer sentido, membro de uma igreja, (comungante ou não-comungante). Esta ênfase dá-nos o ideal de igrejas compostas únicamente dos regenerados. Deus nos fala segundo a norma de nosso ideal – dando a Simão o nome de Pedro, a nós outros o título de santos e às igrejas o emblema de seu sublime idealismo – as igrejas que estavam em Cristo. União de todos os membros com a cabeça os constitui vitalmente um corpo – corpo de Cristo. Mera união dos membros, porém, sem estarem em Cristo, dá-nos um cadáver eclesiástico, cheio de corrupção contagiosa, mortífera e repugnante.

23 prega a fé – A fé em Cristo é a atitude que traz a salvação, é o aspecto saliente na religião cristã. Portanto, "a fé" quase se tornou sinonimo do cristianismo, como "o Caminho", igualmente, se fez um nome popular do mesmo movimento, segundo historia Lucas, nos Atos. Não temos aqui seu uso, em sentido posteriormente popularizado, para significar a soma das doutrinas cristãs. Mas a fé – uma parte, – por uma figura bem comum, ficou sendo o nome do todo. "Pregar a Cristo" é "pregar a fé", que é nossa atitude eficaz em receber a Cristo. E ambas as frases explicam o que significa "evangelizar", pregar o Evangelho.

CAPÍTULO II

Paráfrase: 1-10 Como acabei de dizer por quotize anos as igrejas da Palestima estavam numa contínua acção de graças a Deus a meu respeito, pela conversão do perseguidor tão privilegiado e feroz que eu era. Passados estes quase três lustros da minha atividade na Cilícia e na Síria, cheguei, em solene comissão divina e humana, a Jerusalém. É que o advento de emissários judaizante em Antioquia me levou a fazer motim espiritual contra a sua propaganda de que os crentes gentios não se podiam salvar sem um rito, o ato iniciação da Lei como regra da vida, de matrícula formal no judaísmo. Com outros representantes da Igreja de Antioquia, vimos na dupla missão de levantar o assunto entre os Doze e os demais órgãos de revelação em Jerusalém, para um acordo doutrinário, promulgado pelo Espírito Santo e repudiando tais emissários como falsos irmãos, nem salvos, nem capazes de ensinar o caminho de salvação a outros; e, em segundo lugar, para reatar a confiança mútua e relações cordiais entre as duas igrejas irmãs, a de Antioquia e a de Jerusalém. Na minha companhia iam Barnabé e Tito. Barnabé, levita, culto e generoso filho da tribo sacerdotal, que fora enviado de Jerusalém a Antioquia num surto de ciúme cismado, para investigar a evangelização anónima e voluntária de gregos por uns crentes fugitivos e humildes, Barnabé que chegou e "viu a graça de Deus" na conversão dos gentios, Barnabé que permanecera na obra e se associara comigo na mesma, estendendo-a nesta base até a Galáxia, este mesmo Barnabé mais uma vez me patrocinou nos círculos da fé em Jerusalém. Levei Tito, simpático e energio grego, para servir como meu auxiliar, para constituir um caso concreto, uma amostra na cidadela judaizante do que seja um crente incircunciso, para servir como um foco de intransigência na verdade do Evangelho, um símbolo e testemunha, ali e na volta, da derrota formal e do repúdio dos judaizantes, contra a unidade cristã e da harmonia das duas maiores igrejas e do ministério e apostolado unânime de gentios e judeus, em inabalável amor ao Evangelho.

Quais as alternativas a este meu testemunho de que recebi a graça, o apostolado, o Evangelho e minha educação teológica directamente de Jesus Cristo, sem mestre humano? Não o aprendi na minha educação em Traso, como mostrei há pouco, nem no meu curso aos pés de Gamaliel, nem tampouco por qualquer associação com os apóstolos. Se não veio dos homens, é porque deveras veio a mim direita e totalmente de Jesus glorificado, sem intermediário algum.

Pois bem. O Jesus glorificado será menos capaz de se revelar e de me ensinar do que o Jesus na sua humilhação que ensinou aos Doze? Pereça a ideia! Nesta reunião em Jerusalém fiquei lado a lado com os Doze. Não acharam em mim deficiência, nem no meu discípulo-amostra, que levei para demonstrar minha obra entre os gentios; nem podiam apontar falta na minha exposição particular do meu evangelho nem ainda me acrescentaram coisa alguma ao evangelho ou ao apostolado ou à autoridade, antes me deram a mão de plena camaradagem e igualdade, reconhecendo os confins de seus atributos e o território de minha missão. De certo, espiões legalistas não concordaram na decisão e hoje a procuram anular; eles foram, porém, os repudiados, eles os "falsos apóstolos" não eu!

1 Esses incidentes são o verso da medalha que popularmente se chama "O Concilio em Jerusalém". Pela frase, alguns querem dizer que em Jerusalém no meado do século apostólico, se reuniu o primeiro desses vastos conclaves eclesiásticos que publicaram credos, com anátemas a granel em tom feroz contra todos quantos discordassem deles. A ideia é falsíssima, caluniadora e anacrónica. O que houve em Jerusalém foi:

(1) Uma conferência promovida por uma igreja local, congregacional e autónoma, para haver um entendimento com outra igreja mais antiga, de mais experiência, mais dotada de órgãos de revelação divina, uma igreja, porém, da mesma categoria. A Igreja de Antioquia enviou seus representantes. A Igreja toda de Jerusalém assistiu às deliberações (Atos 15:22). O acordo foi transmitido aos interessados por um grupo representando as duas igrejas, escolhido dentre o ministério de ambas.

(2) Paulo e Barnabé, possivelmente Tito também, os Doze em Jerusalém, Marcos, os profetas cristãos, Silas e alguns dos Sete eram, alguns mais, outros menos, órgãos da revelação divina, os intérpretes e orientadores doutrinários do novel cristianismo. Sendo o assunto doutrinário era natural, inevitável, que se lhe pedisse uma declaração a respeito. Esta declaração se fez numa afirmação de que como fruto desse amigável estudo da questão, "parecida bem ao Espírito Santo e a nós…"

(3) A Igreja de Jerusalém como o seu ministério e seus hóspedes concordaram em repudiar os emissários do movimento judaizante que haviam perturbado as boas relações entre as duas igrejas e enganando os incautos sobre o caminho da salvação. Ficaram conhecidos e classificados como "falsos irmãos intrusos",

“perturbando com palavras”, “subvertendo as almas”, (Gál. 2:4; Atos 15:24). O que não houve, foi: (1) Coisa alguma “ecuménica”. Somente duas das muitas igrejas se fizeram representar a conferenciaram. (2) Confecção de credo algum. O que se votou era uma sugestão provisória, uma “carta” (Atos 19:23) para facilitar a evangelização tanto de judeus como de gentios, em cidade onde viviam lado a lado, a fim de não se escandalizarem mutuamente. Esta sugestão foi efémera e de limitado alcance, uma medida provisória cujos ensinos Paulo contradisse nas Epístolas aos Coríntios (I Cor. 8:8, 9; 10:25-32). Nós não a acatamos nem se fez referência ao assunto nesta ou em outra epístola de Paulo. O próprio texto da passagem é preservado em duas lindas é complexo e dificílimo. (3) Nem tampouco houve a presença de bispos, no sentido moderno da palavra. Era o ministério modesto e democrático da era apostólica, cada um igualmente pastor presbítero-bispo – todos, desde Pedro até Tito, “co-presbítero”, (I Ped. 5:11). (4) Não houve anátemas nem excomunhão nem nem coisa semelhante. O “anátema” de Paulo nesta epístola foi sua interpretação da atitude divina, como órgão que era de revelação, contra o falso evangelho judaizante. (5) Não houve intervenção do estado para fornecer um diretor – como Constantino, o qual, mesmo sem ser batizado ainda, se fez chefe do Concílio de Nicéia e impôs sua autoridade imperial anti-evangelicamente – nem para forçar a conformidade da dissidência nem para punir heresia ou banir ou queimar hereges. Não há vislumbre de semelhança entre a reunião de Atos 15 e Gálatas 2 e os concílios católicos. A ideia é muito e exploração eclesiástica. É uma injeção venenosa do medievalismo em o Novo Testamento.

Nem tampouco era a reunião uma convenção ou presbitério assembleia geral ou coisa semelhante. Tais organizações hodiernas se reúnem este ano em tal lugar, e para o ano em outro lugar, e assim por diante. Onde, pois, se efetuou a segunda reunião na suposta série da qual a Atos 15 e Gál. 2 foi a primeira? Em que cidade que reuniu a segunda? Não houve segunda, pois não era reunião anual organização permanente de espécie alguma.

As únicas organizações cristãs conhecidas em o Novo Testamento são as igrejas de Deus. Não há outra espécie de organização superior, para senhorear e escravizar as igrejas. Mesmo reuniões de caráte cooperativo, promovidas pelas próprias igrejas, não se desenvolveram por, falta de liberdade, e porque o apostolado e a profecia serviam de elo de comunicação e orientação cooperadora, juntamente com a importante agencia geral do ministério – os evangelistas. (I Cor. 16:1; II Cor. 8:1-24; Rom. 15:25-27). Há uma só menção de

um presbítero cristão, não como tendo sessões anuais ou exercendo autoridade sobre as igrejas e o ministério, mas reunido para consagrar outro ministro para sua carreira e recomendá-lo à confiança das igrejas, I Tim. 4:14. Organizações gerais são permissíveis como método da cooperação das igrejas. No dia, porém, em que tais agremiações principiam a assumir qualquer função das igrejas de Deus, já se desdivaram da norma apostólica. Às igrejas cabe chamar e exonerar pastores, celebrar a Ceia e exercer a disciplina e outros tais atos coletivos e eclesiásticos. Uma organização geral que usurpe estas funções é ilícita, anti-bíblica e perigosa. Uma organização geral que julga ser unidade superior, da qual as igrejas do Senhor Jesus sejam meras fracções, já é um desvio de Novo Testemunho. Organizações cooperadoras extra-bíblicas são lícitas como meras servas das igrejas, métodos úteis usados na esfera voluntária por estas para cumprirem sua missão divina e inalienável. O Novo Testemunho reconhece a doutrina da cooperação das igrejas por meio mensagem, II Cor. 8:23. E Atos 15 dá o exemplo de duas ou mais igrejas estudarem por um grupo de representantes um problema comum e até fazerem recomendações a outras igrejas a bem da paz e da evangelização. O resto da história apostólica, porém, mostra a autonomia destas e das demais igrejas em afastar semelhante plano logo que não lhes conviesse. Na senda desses princípios é que deve seguir toda a organização extra-bíblica. Fique cada uma sem função eclesiástica alguma e bem subordinada às igrejas que a criaram e a queiram usar nas suas tarefas cooperativas de largo alcance. São princípios que Atos 15 e Gál. 2 e as duas Epístolas aos Coríntios nos advertem a respeitar.

1 “Quotize anos!” ¬– “Como a maior parte dos agentes da providência divina, São Paulo tinha larga experiência em demoras”… (Bruce, “St. Paul’s Conccption of Christianity”, p. 98). Para a harmonia de Atos e Gálatas e a identificação desta vista, vede a Introdução.

2 em particular aos lideres – Notemos a tática de Paulo. Ele expos o seu evangelho aos líderes. Expor o Evangelho não é recebê-lo dos Doze, nem pedir seu apoio sua opinião. Visa conservar a unidade do cristianismo por uma declaração que mate as distinções desairosas e artificiais.

Os judaizantes eram tão acerbos que por pouco teriam desfraternizado os cristãos das igrejas fundadas por Paulo. Portanto, o apóstolo tudo fez para conservar a unidade cristã. Não havia diferença doutrinal entre ele e os Doze. A melhor maneira de demonstrar este fato era expor-lhe com toda a franqueza sua

mensagem e que eles o dissessem com igual franqueza aos seus admiradores partidários.

Isto fez com os três de maior nomeada, como em Atos 15 expos tudo à igreja de Jerusalém publicamente. Era boa tática, são juízo. Sirva-nos de exemplo ao buscar a paz, a unidade, a cordial fraternidade, numa base Tiago, João e Pedro verificaram que estavam pregando as mesmas verdades. Assim todos poderiam dar a mão de parceira, mutuamente, pois eram sócios ao pregar o mesmo, o único Evangelho.

Há uma relação entre a doutrina e a diplomacia. O pregador precisa de convicção, de cortezia, e de coragem.

2 revelação – Vede a discussão de 1:12, 16. Esta revelação orientou tanto a Paulo como a Igreja de Antioquia, Atos 15:2, 3, 22, 30, 31.

2 Evangelho – Vede 1:16. Paulo é arauto deste. Evangelho, como João Batista era Precursor e Voz de Jesus.

2 costumo pregar – Paulo usa um verbo diferente aqui, uma reminiscência do reino, da vinda do Rei e de João Batista. O evangelho é a boa nova de um reino e a chegada do Rei: Paulo, como o Batista, se pôs nas encruzilhadas da vida, continuamente proclamando em voz alta que o povo "preparasse o caminho do Senhor".

2 "líderes" – Tiago, Pedro e João eram precisamente líderes. Estavam na frente porque corriam melhor na carreira cristã, não por nenhuma arbitrariedade ou proteção eclesiástica ou hierárquica. Paulo, pela mesma primazia na operosidade decidida, tomara a dianteira e se tornara mais notável do que Barnabé. Aqui vemos a descrição do verdadeiro líder do povo de Cristo. Um líder bem pode destruir outro, pela rivalidade e ciúme. Paulo sacrificou sua soberba, seu brio carnal. Em lugar de isolar-se e exigir que os outros o investigassem antes de espalhar e apoiar boatos contra sua obra e mensagem, ele foi voluntariamente perante os colegas de maior influência, na região de onde vinha o perigo cismático, e procurou a unidade de vistas e de lealdade. Pediu licença para expor sua mensagem e o perigo de uma propaganda rival e contraditória. Os três seriamente o escutaram e lhe deram razão; e a decisão pública, se bem que não mero eco desta reunião particular, teve seu êxito devido à harmonia essencial entre quatro homens que de antemão puderam firmar sua unidade de vista e lealdade, por um aperto formal das destras. Paulo conseguiu, assim, que nem sua

carreira passada nem a futura viessem a terminar em futilidade. Não basta ser ortodoxo na verdade. É mister também ser tratável, esquecido de si, estadista espiritual, sabendo o essencial em que não se pode ceder uma polegada de terreno, e um mero costume em que se pode ceder tudo pelo amor da paz.

2 "futilidade" – Se Paulo evangelizasse o povo gentio, não seriam salvos seus conversos, mesmo sem o apoio de Jerusalém? Sem dúvida! Como, pois, seria "futilidade" seu ministério passado e futuro, sem o resultado dessa entrevista com as três colunas do cristianismo em Jerusalém? Em primeiro lugar, soberbos emissários do farisaísmo batizado ameaçavam arrastar para o judaísmo os convertidos nas igrejas por Paulo fundadas. Em segundo lugar, iam inutilizar a influência e capacidade de futura evangelização da parte do apóstolo, destruindo de vez a confiança cristã na sua conversão, chamada para o apostolado e revelação recebida de Jesus Cristo. Com uma rápida série de vitórias, como esta, que estavam na iminência de ganhar na Galáxia e na Acáia, teriam os emissários da carne silenciado e desprestigiado a voz mais forte e eloquente do Espírito. Paulo poderia ter separado seus conversos, que não fossem arrastados pela onda, para um cristianismo gentio, isolado cristianismo original. Mas que desilusão! Nem por um instante optou por semelhante tragédia. Voou, qual uma flecha, para Jerusalém e uniu em sincero e urgente estudo da crise os mais sábios e responsáveis pela futura direção da cristandade, pois os líderes inevitavelmente dão o rumo a seguidores e ao curso da coletividade.

Notai quão diferente Pedro agiu em Antioquia. Estava no campo alheio, hóspede, visitante em território onde ele mesmo tinha concordado na direção do trabalho por Paulo e Barnabé. Logo se esquece disto. Chegando de Jerusalém um grupo de outros estranhos, ele lhes escuta as sugestões. Não se lembrou de convocar uma reunião de líderes para tomar uma atitude unida e estudada. Com a ousadia que lhe era inata, toma logo uma posição incoerente consigo, para o Evangelho e para com Paulo, do qual era hóspede, divide a igreja de Antioquia em dois grupos, separados por um abismo racista. Opõe-se ao princípio fundamental de Paulo, ergue de novo aquela muralha cerimonial que Cristo derrubara com a cruz do Calvário (Efes. 2) e virtualmente anula a graça de Deus para quase a totalidade da raça humana. Nem consultou a Paulo no caso. Faz propaganda secreta para apresentar uma frente única dos demais líderes. Quando Paulo descobre a propaganda, já o mal esta feito. Só uma repreensão pública, só outro "motim" pode salvar de novo o Evangelho da graça. "Futilidade" é o nome mais leve que se pode dar ao curso de Pedro em Antioquia. Paulo chama-lhe condenável.

2 lideres – Lighfoot nota que a tradução frequente desta linguagem com um verbo subentendido no tempo passado (como na Ver. Bras.) erra e deixa uma falsa impressão. Paulo aqui reconhece que esses com quem conferenciou em particular SÃO líderes. Sua posição e influência na cristandade não se acabara de forma alguma quando ele escreveu esta epístola. Parece proceder este engano da Vulgata, "qui videbant", embora a Versão Latina Antiga tivesse o tempo presente.

3 Tito – Vede nas notas sobre a tradução o pensamento do dr. A. T. Robertson de que Lucas e Tito eram irmãos carnais.

3 nem Tito… obrigado – Com a prudência da serpente Paulo combina a intransigente inocência da pomba. Podia comparar doutrinas, particularmente, para verificar a essencial unidade de vistas. Nenhum comprometimento, porém, consentiu fazer para a paz. A circuncisão de Tito seria uma perda para o Evangelho, devido à maneira por que seria interpretada. Portanto, Paulo recusou, a todo custo. Ele circuncidou a Timóteo porque a interpretação dada ao ato seria benéfica; recusou circuncidar a Tito porque seria interpretado o ato como submissão a uma doutrina falsa. Muitos alegam que não se importam com o que outros dizem. Paulo se importou. A interpretação dada por outros aos nossos atos, embora errónea, pode colocar o peso da nossa influência ao lado de erro. Somos responsáveis por praticar o direito e conseguir que o nosso exemplo valha na defesa e propaganda da verdade.

3 "embora seja grego" – "Parece haver aqui uma alusão tácita ao caso de Timóteo. São Paulo parece argumentar deste modo: Vós alegais que eu concedi a validez da Lei de Moisés quando circuncidei a Timóteo. O caso era diferente: Timóteo era meio-judeu, de filiação. Como foi que eu agi no caso de Tito, um verdadeiro gentio? Não consenti por um instante." (Lightfoot, Comentário sobre Gálatas, p. 105).

4 pseudo-irmãos – Aquele que realmente confia num rito para obter a salvação, a vida eterna e a justiça de Deus, não é irmão do crente. Paulo perscruta a propaganda e analisa os motivos dos propagandistas de erro. A um erro ético sempre acompanha o erro doutrinário, pois não há infalibilidade. Paulo questiona os motivos dos judaizantes em 1:7; 2:4; 4:17 e 6:12. A peseudo-largueza que atribui a todos os propagandistas de erro motivos do bem é de uma vez simplória e traidora da cidadela. "Provai os espíritos", é a ordem divina.

4 “Entraram como espiãos penetrando no acompamento de seus inimigos, no qual pé ante pé foram avançando, imperceptivelmente, a fim de saber até que ponto ficara relaxada a observância da lei judaica pelos cristãos em Antioquia”. (Conybeare e Howson, Life and Letters of St. Paul, p. 186).

4 Subjugassem à escravidão – Temos uma construção rara, reminiscência do pensamento vívido no cérebro do autor – a fim de que eles vos irão subjugar á escravidão. Estava na sua mente a lembrança do perigo e de sua vontade de prevenir os gálatas: “eles vos subjugarão à escravidão, estão determinados a impor-vos um jugo à cerviz.” Ficou a linguagem – tempo futuro indicativo – na cláusula dependente. O fato mostra a ânsia e agitação espírito de Paulo enquanto ditava a carta.

4 “A nossa liberdade” – “de isenção das ordenanças da Lei mosaica” – Conybeare e Howson. Notai bem que temos esta liberdade em Cristo Jesus. Unidos com o Senhor, “tomando sobre nós o seu jugo”, temos liberdade. Sacudindo de nós o jugo da Lei, sem tomar nossa posição grata e obediente sob a lei de Cristo, teríamos apenas a anarquia moral, a licenciosidade. A união com Cristo, porém, nos dá a liberadade santa, sob “a lei real”.

4, 5 “Parece que São Paulo ia acrescentar: “Os apóstolos principais instavam comigo para ceder”… os conselhos dos apóstolos da circuncisão constituem a pedra escondida contra a qual se bateu em naufrágio a gramática desta sentença… O sentido da declaração de Paulo deve ser: “Aos escrúpulos dos irmãos mais fracos eu teria cedido o ponto; os ensinos, porém, dos irmãos falsos tornaram impossível qualquer concessão nesta matéria”. (Lighftoot, Comentário sobre Gálatas, p.106).

5 “fosse determinada de vez a permanência inalterável” – “A ideia de firme possessão é reforçada pelo verbo composto, no original, o tempo aoristo e a preposição”, Lighftoot, in loco. O grande anglicano define “a verdade do Evangelho”, no mesmo contexto, como: “A doutrina da graça, a manutenção da liberdade cristã, como oposta ao falso ensino dos judaizantes.”

5 “Permanência inalterável da verdade do Evangelho” – “Paulo não era um cristão de prática, apenas, que considerasse a vida como superior à doutrina, e a prática superior ao princípio. Antes, ao contrário, ele sobre posse ao princípio do particularismo judaico, pelo único modo possível; venceu-o por um princípio. O

verdadeiro apóstolo dos gentios não era Paulo o missionará da prática, senão Paulo o teólogo.” (“The Origim of Paul’s Religion”, por Machen, p.3.)

6 A referência á posição honrosa é ao fato de que esses propagandistas tinham visto o Senhor Jesus nos dias de sua carne e assim se consideravam superiores a Paulo, e mormente alegavam que por este motivo os Doze eram os únicos apóstolos. Paulo repudia isto como uma consideração carnal.

7 “Pelo contrário”. Weymouth contesta a ideia adversativa, dizendo: “O contrário de acrescentar é tirar”. Mas em discussão. Longe de os primitivos apóstolos acrescentaram coisa alguma a Paulo, ele lhes acrescentou sua percepção nítida universalidade de Evangelho sem peias de nacionalismo, legalismo ou racismo. A Pedro ele acrescentou a repreensão de seu erro e a explicação do Evangelho que Bengel chamou “a medula do Cristianismo”. Nenhum apóstolo teria negado, em tese, estas verdades. Paulo lhes acrescentou a clareza e intensidade destas convicções e sua aplicação fiel aos problemas atuais.

7 “tenho sido constituído o permanente depositário do Evangelho” – O tempo perfeito passivo do verbo “confiar” dá esta ideia. Deus confiou o Evangelho a Paulo para todo o mundo gentio. Foi feito em tempo passado o depositário, e continua, na hora de escrever esta epístola, na mesma responsabilidade. O mesmo verbo se subentende a respeito de Pedro. Limitou-se, assim, o ministério e o Evangelho de Pedro à circuncisão em tempo passado, e em 57 d. C. anida se limita aos mesmos confins judaicos. Este verbo teria sob impossível e falso, na pena de Paulo, se Pedro já tivesse se constituído bispo de Roma na década anterior.

8 “Um apostolado da circuncisão”, ou à Palestina, ou a Israel na Judéia e na Diáspora. A ausência do artigo com “apostolado” é indício de haver diversos apóstolos a Israel, não apenas Pedro. Se bem que seja possível que o genitivo dependente torne definido o substantivo apostolado, não é, porém, provável. Em tais casos pode estar ausente o artigo de ambos os substantivos. Achando-se, porém, num e não no outro, é provável que este seja indefinido, um entre diversos. Pedro, pois, tinha um apostolado e entre diversos, não somente na pequenina Palestina gozando uma posição única comparável à Paulo no apostolado às nações no mundo gentio.

9 Tiago, Cefas e João. Um exemplo da obstinada interpretação tendenciosa que em tudo vê a primazia de Pedro é a maneira por que o clero de Roma foge à sua

posição secundária nesta lista. O paladino dos papas, Leonel Franca, na sua opus magnum, em primeiro lugar vê primazia quando Pedro fica por último. De novo enxerga a primazia do apóstolo quando seu nome está em segundo lugar, a posição central. E, com exultação, lembra-se de qualquer menção de Pedro, primeiro na lista. Se Pedro é último na lista, "o clímaz é evidente". Se é primeiro, a posição oposta dá a mesma ideia sugerida pelo último lugar. A vontade crer, vê a primazia em todas as posições, primeira, segunda ou última. Que os romanistas sinceramente lastimam a menção secundária de Cefas aqui é evidente pela constante modificação da ordem nos textos. O próprio Padre Leonel Franca cita a passagem: Pedro, Tiago e João, no corpo de seu livro, e na nota em tipo fino confessa o texto genuíno e argumenta que a posição secundária – que evita citar – é que indica primazia.

9 Tiago, Pedro e João eram colunas, não "as (únicas) colunas". Havia outras.

9 mãos direitas – "É evidente que este incidente em Antioquia, que a princípio parecia pleno de perigo à propagação do Evangelho, deveria depois, poderosamente, confirmar o caráter decisivo da carta escrita de Jerusalém. Se as autoridades de Jerusalém foram fracas em executar a doutrina que esposaram, e depois quando resistidas por S. Paulo, reconheceram-lhe o direito, como aparentemente fizeram, estavam daí por diante duplamente obrigadas a apoiar concordemente o caráter do trabalho de S. Paulo." "Judaustuc Christiantiy", Hort p. 8.

9 gentios – Acha-se às vezes empregada nesta Epístola a palavra que se traduz uniformemente, em nossas versões, "gentios". Com esta tradução, se bem que geralmente certa, no sentido secundário do vocábulo entre os judeus, perdemos toda a reminiscência da ideia fundamental do termo. Significava "as nações". Em contrate com os judeus exclusivistas, o resto do mundo eram "os gentios", "as nações" versus "o Povo"; mas Paulo em seu espírito missionário, sem dúvida, retinha em seu pensamento "os povos gentios", o vasto mundo a evangelizar, e assim o temos traduzido às vezes. Moffatt está certo, também, ao usar o termo "pagãos", em vários contextos. E em 2:12 provavelmente a referência primacial é aos crentes que se haviam convertido do povo não-judeu.

9 Tiago – A linguagem de 1:19 não é decisiva sobre a questão do apostolado de Tiago. O original é ambíguo. Certamente Tiago não foi um dos Doze, e com igual certeza era um dos grandes missionários primitivos. Vede meu comentário sobre "A Epístola de Tiago". Tiago, como Paulo, foi convertido pela vista do Cristo

ressuscitado e parece não ter havido fervor como o destes dois que, embora quase como abortivos, foram troféus imediatos do Cristo ressuscitado, um antes, o outro depois da ascensão. Neste transe as quatro colunas cristianismo eram estes. Dois eram do grupo privilegiado da Transfiguração e do Getsêmane, sendo que o terceiro daquele grupo se fizera mártir. Dois eram frutos da ressurreição de Jesus. Em Jerusalém, Tiago era o homem de maior influência, como as visitas de Paulo deram ocasião de demonstrar, Atos 15, 21. Fora da Palestina, Paulo o grande crente. Em Antioquia, Tiago, uma vez pareceu mais forte do que Paulo. Pedro e Barnabé assim julgavam, mas descobriram o contrário antes de findar o incidente. Face a face, Tiago e Paulo sempre se tratavam com grande deferência. Esta luta visava obrigar os partidários de Tiago a respeitarem as praxes estabelecidas ou reconhecidas por Paulo, entre os crentes gentios, no território por ele evangelizado, como Paulo escrupulosamente respeitava as praxes recomendadas por Tiago no território onde ele era o vulto que servia de norma aos costumes dos crentes. Tiago foi a ocasião – não a causa – de Paulo ser preso, perder em prisão anos de sua atividade e ser mártir afinal; o apóstolo dos gentios, porém, nunca se queixa.

Alguns pensam que Tiago foi eleito pela igreja de Jerusalém como apóstolo, para completar o número dos Doze, quando Tiago, filho de Zebedeu, foi morto por Herodes. Outros supõem que ele alcançou o título pela sua grande influência, santidade e associação com os apóstolos nas decisões de vital interesse à Igreja de Jerusalém, da qual era talvez o bispo-presidente. Ainda outros interpretam o grego de modo a exclui-lo do número dos apóstolos. Outros pensam que era apóstolo no sentido geral de missionário pioneiro. Logo não é possível o dogmatismo no caso.

9 “a graça que me fora dada” – A graça divina é a força mais operosa e versátil na vida humana. “Salva” (Atos 15:11; Efes. 2:8), gera no homem arrependido a fé salvadora (Atos 18:27), “justifica” (Rom.3:24), outorga firmeza (Rom. 5:2), superabundou em força redentora mais eficaz do que a terrível força do pecado (Rom. 5:20), reina na vida outrogada ao crente pela justiça de Jesus Cristo (Rom.5:21), assenhoreia-se de crente para a santidade, libertando-o do domínio da Lei (Rom.6:14), e do pecado, do qual a Lai é a força (I Cor. 15:56), faz Vingar propósito divino na eleição (Rom. 11:5, 6), inspira o ensino apostólico nas Escrituras (Rom. 12:3), distribui soberanamente a todos os crentes seus dons para servir a Cristo (Rom. 12:6); a graça sendo a fonte das graças da vida cristã (I Cor. 1:4), orienta o lançamento dos fundamentos de novéis igrejas (I Cor. 3:10),

produz no caráter e operosidade cristã tudo quanto o melhor crente consegue (I Cor. 15:10), cria a nossa vida cristã em santidade (II Cor. 1:12), produz a sublime generosidade na mordomia (II Cor. 8:1), é suficiente para toda boa obra (II Cor. 9:8), dá força na fraqueza e conforto na tribulação (II Cor. 12:9), dada sempre gratuitamente (Efés. 1:6; Rom. 3:24), rica em efetuar nossa redenção e a remissão dos nossos pecados (Efés. 1:7), garante nossa vida na glória nos séculos do provir (Efés. 2:7), cria ministros (Efés. 3:7), leva-os a pregar (Efés. 3:8), é universal entre os regenerados e distribuidora de dons espirituais a todos estes (Efés. 4:7), é fonte de melodia no coração nos cânticos do povo de Cristo (Col. 3:16), dá eterna consolação e boa esperança (II Tess. 2:16), salva, "não segundo as nossas obras, mas segundo o seu propósito e segundo a graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos" (II Tin. 1:9), é a suprema educadora da consciência regenerada, "ensinando-nos, a fim de que renunciando a impiedade e as paixões humanas, vivamos no presente mundo sóbria, reta e piamente" (Tit. 2:11, 12), justifica (Tit. 3:7), entronizada no céu, fonte das respostas divinas às nossas (Heb. 4:16), por ela prestamos serviços agradáveis a Deus (Heb. 12:28), confirma o coração (Heb. 13:9), constitui a atmosfera e ambiente vital em que crescemos espiritualmente (II Pedro 3:18).

Notai esta "graça multiforme de Deus" (Versão Rohden de I Pedro 4:10). Absolutamente nenhuma associação se vê desta graça com sacramentos, igreja, confessionário, sacerdócio, indulgências, romarias, água, benta, rosários, bentinhos, "Jesus Sacramentado", imagens, hóstias nem qualquer outro elemento de superstição pagã ou romana. A graça de Deus define como "favor não merecido mas livremente outorgado, especialmente a bondade pela qual Deus manifesta favores aos que estão destituídos de mérito e concede aos pecadores o perdão de suas ofensas e os convida a aceitar a salvação eterna em Cristo; a bondade e misericórdia que Deus outorga, exercendo sobre a alma sua santa influência, convertendo-a a Cristo, guardando-a, fortalecendo-a e aumentando nela a fé, o conhecimento, e o afeto e acendendo nela as virtudes cristãs". Thayer citado no meu Dicionário Grego. A graça é uma realidade espiritual. É espiritualmente comunicada. Mana do Espírito de Deus a nossos espíritos por uma experiência sobrenatural. Graça e espiritualidade e vida estão nas esferas celestiais em Cristo Jesus, em união com os nossos espíritos, e absolutamente não se canalizam por água, hóstias ou outro elemento material nem por organização eclesiástica. Tal superstição não passa do materialismo que só acredita naquilo que vé e apalpa com as mãos.

Segunda a sua natureza, pois, opera a graça divina em chamar, abendçoar e outorgar poder e dons ao ministério cristão. Isto é vastamente diferente da noção romanista, anglicana e ortodoxa-grega de o sacramento de "ordens". Em primeiro lugar, o único ministério oficial do cristianismo não se divide em castas sacerdotais de ordens hierárquicas graduas. Pedro mesmo nunca chegou a grau mais elevado no ministério do que ser "copresbítero" com os demais presbíteros nas igrejas de Deus, todos estes bispos humildes, sem pompa e gáudio mundano, todos pastores de rebanhos autónomos congregacionais, todos pregadores da Palavra de Deus. Em segundo lugar, longe de a graça de Deus passar pela sagração episcopal, das mãos impuras de um bispo antibíblico, para um seminarista não regenerado, preso nas mãos de uma hierarquia celibatária desde tenra idade, lançado nesta carreira sem se consultar sua vontade madura, gravando-se um suposto caráter indelével em sua alma – longe disto, digo, a graça divina, sem essas peias paganizadas da Roma medieval, consiste em Jesus Cristo mesmo chamar, pelo seu Espírito na consciência do chamado, a quem ele quiser para proclamar o Evangelho e pastorear um rebanho do seu povo.

Paráfrase: 11-14. Se, porém, em Jerusalém eu não era inferior aos Doze, em Antioquia, pouco depois, meu Evangelho coerência doutrinária eram maiores e melhores. Além de igual e independente, tive de me tornar mentor de Pedro. A sombra de Tiago, austero vulto da Lei e do Evangelho, se lançou desde Jerusalém até a Síria. De novo apareceram espiões de nossa liberdade, conseguindo amedrontar a Pedro, e em seguida aos demais judeus na igreja de Antioquia, inclusive mesmo Barnabé. Tive de corrigir-lhes a defecção doutrinária da verdade do Evangelho da graça a castigar-lhes publicamente, a aberração moral, pois estavam solidários no caminho torto da hipocrisia. Fiquei só, o único judeu a não me esquivar da comunhão em Cristo que recusa admitir barreiras de nacionalismo ou racismo. Bem sabeis, contudo, que não fiquei só depois de declarar a verdade. Não foi em vão a defesa do Evangelho.

11-21 "Ao escrever Gál. 2:11-21, Paulo cessara, completamente, de pensar em Pedro. O que ele dissera a Pedro em Antioquia era exatamente o que ele queria dizer quando escrevia esta epístola aos gálatas. Ao relatar, quando escrevia esta epístola aos gálatas. Ao relatar, não com pedante precisão verbal, antes em substância o que dissera a Pedro, Paulo penetrava no coração de seu evangelho que havia sido desprezado pelos judaizantes na Galáxia. Muito antes da gloriosa passagem de Gál. 2:11-21 findar, já ele olvidara completamente a Pedro, Barnabé

e Antioquia, e pensava unicamente na graça de Cristo, e como se tornava inoperante para os que dela desertam para uma religião de obras".

Ele e Pedro, diz Paulo, concordaram perfeitamente sobre a insuficiência da Lei, e a suficiência absoluta da fé em Cristo. Por que então agiria Pedro em contrário a essas grandes convicções?"

"A passagem Gál. 2:11-21, portanto, longe de estabelecer um desacordo fundamental entre Pedro e Paulo, fornece a mais inesperada evidência possível, de sua unidade fundamental." ("The Origin of Paul's Religion", por Machen, p. 102).

11 Pedro foi a Antioquia – Por que? Não era uma invasão do território de Paulo e Barnabé? Não dera sua palavra de honra – manifestada no formal aperto de mão de "um acordo de cavalheiro" – que ele iria à circuncisão? Temos um bom exemplo aqui da maneira como não devemos agir! Pedro estava no território de Paulo, mas seguiu os costumes de outra província, desprezando as praxes locais. Não tomou conselhos do responsável pela direção do trabalho. Fez uma cisão entre obreiros unidos, sobre um pretexto de somenos importância. Causou um escândalo público. Levou dolorosa repreensão. Quão diferente a conduta de Paulo no território de Pedro! Nem ficou ali porque Deus o designou outro campo. Voltava a Jerusalém apenas como visitante e filantropo, e como visitante cortes se comportou. Adaptou-se às praxes do povo visitado desde quando não viessem em conflito com a verdade do Evangelho. Que espírito de consideração Paulo mostrou em Atos 21:20-26! A demarcação de esferas de responsabilidade e o respeito mútuo na divisão de trabalho é a única base de um entendimento duradouro, de uma paz estável, de uma cooperação eficaz. Pedro não doi o último presunçoso que levou uma repreensão por ter invadido o terreno dos atributos alheios, bulindo com aquilo que não era de sua conta. Bem dissera Jesus a seu apóstolo buliçoso: "Que tens tu com isso? Segue-me tu!" Paulo apenas repete, na sua repreensão severa, a lição que nosso Mestre dera ao seu discípulo tão difícil de ensinar o que ele não queira aprender. Notai a declaração de Paulo, anos depois do evento: "ele persistia numa atitude condenável". "Também de pecados de presunção guarda o teu servo; que eles não se assenhoreiem de mim; então serei perfeito, e ficarei livre de grande transgressão" (Salmos 19:13).

11 "resisti" – O verbo indica que Pedro foi o agressor" (Burton "International Critical", Vol. Sobre Gálatas, in loco). Burton assim analisa os eventos. Pedro chegou, provavelmente, na ausência de Paulo. Viu e gostou da liberdade gentia

na igreja de Antioquia. Neste transe chegam alguns de Tiago. Pedro, amedrontado pela atitude intransigente deles a favor das praxes menos liberais de Jerusalém, recua e se separa. A igreja se confunde e ameaça cindir-se. Barnabé e os demais judeus crentes se aliam a Pedro com os partidários de Tiago. Pressão formidável é aplicada socialmente aos crentes gentios para obrigá-los a evitar a separação por ceder sua relutância e circuncidarem-se. Neste transe Paulo volta de uma viagem. Repreende publicamente a Pedro, foco emocional e social da crise, o responsável no caso, reafirma a liberdade doutrinada previamente na conferência em Jerusalém e vai além para a plena liberdade gentia de qualquer subordinação legalista ao regime mosacio.

13 “até Barnabé”. “Et tu Brute!”

13 “hipocrisia” – A palavra usada por Paulo é HIPOCRISIA. Recear traduzi-la fielmente é o mesmo respeito aos homens que Paulo tanto condenava pela sua indevida influência sobre as nossas lealdades a Cristo e à sua verdade. Pedro e os demais judeus crentes sabiam a verdade. Agiam ao contrário, pecando contra a luz, por covardia perante representantes de poderosos elementos farisaicos que exploravam o nome Tiago. O “Expositor’s Greek Testamenti” (Vol. III, p. 163) diz que esta palavra corresponde nitidamente à nossa palavra “hipocrisia”. Fidelidade ao texto grego torna difícil outra tradução. Os que ontem comiam com seus irmãos gentios e hoje recusam comer com eles, mesmo na própria cidade gentia cuja hospitalidade gozam, estão fingindo escrúpulos que não sentem e o apóstolo Paulo não hesita em dar a semelhante insinceridade seu nome claro: “hipocrisia”. O de. A. T. Robertson disse que a palavras significa hipocrisia, no legítimo sentido mau. (Word Pictures, Vol. IV, p 287).

13 dissimulação “Pedro, porém, havia realmente transcendido aquele ponto de vista; e quando ele, temendo estes recém-chegados, alijou-se gentios, ocultava suas verdadeiras convicções. Foi a inconsistência de sua conduta que Paulo foi levado a observar. Tal inconsistência não podia deixar de ter um mal efeito sobre os cristãos gentios. Pedro recebera-os à verdadeira comunhão. Agora, porém, aparentemente julgava ele dever ocultar e envergonhar-se da tal prática. Os cristãos gentios eram levados à conclusão de que, na melhor das hipóteses, estavam apenas no limiar da comunidade cristã; o chefe dos primitivos apóstolos de Jesus envergonhavas e, aparentemente, de associar-se com eles. A despeito da liberdade outorgada pelo concílio apostólico, os cristãos gentios eram de novo tentados a remover os impedimentos que sobre eles repousavam, aceitando a

circuncisão e tornando-se, plenamente, membros da Igreja. Evidentemente o guardar da Lei por parte dos cristãos judeus era uma posição média. Quando seguido conscienciosamente, como um dever que descansasse ainda sobre os da descendência judia, Paulo lidaria com o caso mais amenamente. Quando, todavia, fosse seguida por temor dos homens, a despeito de uma compreensão superior, tornava-se "hipocrisia", repreendida acremente." ("The Origim of Paul's Religion", por Machen, p. 101-2).

Paráfrase: 14-21. O teor de minhas palavras ditas a Pedro, eu renovo nesta crise igual entre vós. Tomem nota todos os crentes aí entre os meus patrícios: Pedro e os demais judeus crentes, na casa de Cornélio e em Antioquia, vivam como se fossem gentios, comendo as carnes que o judeu considera cerimonialmente imundas, e sem as lavagens de purificação que a Lei prescreve. A mesa do Senhor nos era sempre uma, em cada igreja composta de judeus e gregos. A norma se firmou, a bandeira de liberdade içou-se, a doutrina se definiu em Jerusalém com o concurso de todos os órgãos de revelação e do Espírito Santo, a nova foi formalmente promulgada entre gentios e judeus, e lá e cá temos vivido e ensinado assim, apóstolos de ambos os grupos. É erro doutrinário procurar fazer voltar os ponteiros do relógio para o primitivo regime da Lei; é hipocrisia fingir que tudo isto não se deu. Tamanha obras da graça libertadora não se anula por timidez, nem se esconde por prudência, nem se nega por atamento a colegas austeros cujos problemas bairristas talvez sejam complicados pela liberdade alheia. Nós, como crentes judeus, estaríamos negando nossa própria experiência se aceitássemos a teoria judaizante. Sabíamos a fundo a impotência da Lei e suas obras para nos justificar. Por este motivo, nós, que éramos da Lei, corremos a Jesus e nos tornamos crentes em o Salvador e Messias prometido. Não éramos "pecadores" – termo pejorativo que como judeus costumávamos usar em orgulhosa hostilidade contra todos os gentios. Talvez agora nos caiba o epíteto judaizante de "pecador", pela nossa infracção cristã do regime mosaico e pela confissão de nossos pecados e imperfeições que Cristo ordena confessar a Deus e uns aos outros. Não responsabilizamos a Jesus nem a sua graça por nossas imperfeições nem por um instante consentimos que seja Cristo taxado do labéu de autor das faltas que no progresso da nossa santificação ainda restam vencer. Ele é o Autor das vitórias da graça em nossa experiência até aqui e das demais etapas do nosso futuro progresso na senda do aperfeiçoamento.

Lealdade, pois! Coerência com experiência da graça e a doutrina da graça. Não desmanchemos o que temos edificado; nem edifiquemos, em adulação aos

homens, o regime que formalmente desmanchávamos em nossa vida entre os povos do mundo. Ora, foi a Lei mesmo que nos educou, por duras lições, na impotência ética da lei e na sua incapacidade de salvar. Quando por esta educação preparatória nós fomos promovidos para a vida em Cristo e o viver de Cristo em nós, por via de nossa fé, não está em desabono de nosso amado Israel e seu regime religioso. Este regime foi dado por Deus precisamente para nos trazer como um povo ao dia do Messias e sua graça, o atual estágio da progressiva revelação divina. Agora temos chegado ao Calvário, não recuemos para o Sinai! Eu me identifico permanentemente com a crucificação de Jesus e com a sua ressurreição em poder. A morte do meu Salvador foi uma necessidade fundamental do universo. Não foi um gesto dramático desnecessário, e recuso anular a obra redentora de Jesus por um rescuo para qualquer regime de lei, seja de Moisés, seja de quem for. Se há possibilidade alguma de justiça por lei, então a exigência da graça divina é nula e a morte de Jesus na cruz foi supérflua, um gesto frívolo do infinito sacrifício do Calvário e suas riquezas de graça e glória.

14 judaizarem – “Não poderia ser uma qualquer distinção sutil acêrca desta ou daquela forma de intercâmbio, pois S. Paulo denominou-a de modo amplo: “um constrangimento dos gentios a se judaizarem”. Isto foi provavelmente uma alegação de inoportunidade: “É mais importante conservar os amigos de Jerusalém em boas relações do que evitar qualquer risco possível de afugentar nossos irmãos gentios recém-convertidos: não importa em rejeitá-los ou obrigá-los à circuncisão; nem fraternizando-nos com eles, desde que sabemos a ofensa que disto resultará em Jerusalém: bom será demorar um pouco para ver se as circunstâncias de si mesmas não se acomodam para melhor, aguardando nós isto sem pressa excessiva”. Raciocínio plausível deveria ter sido este, e por certo existiu algum raciocínio plausível, capaz de enlear a Barnabé e mesmo a Pedro. O resultado disto era, todavia, que multidões de crentes gentios batizados, e até aqui tratados em termos de perfeita igualdade, deveriam ser de então exibidos como desiguais da companhia dos cricruncios Apóstolos do Senhor que por eles morrera. Tal juízo, S. Paulo bem diria ser em assência covardia moral; e tal conduta, não sendo em forma uma expulsão dos gentios convertidos, era um alijamento de sua companhia, e em efeito uma intimação a que se tornassem judeus caso quisessem no sentido mais amplo manterem-se cristãos. S. Paulo não nos diz como findou a querela: tendo ele continuado, porém, mantendo excelentes relações com os apóstolos em Jerusalém e prosseguindo com um evangelho desimpedido em sua mão, é razoável supor que S. Pedro e os outros

reconheceram-lhe o direito. De modo contrário, a história da Igreja tomaria um curso muito diverso”. (Judaistic Christianity”, Hort, p. 78.)

14 “Contra a verdade do Evangelho” – “S. Paulo repreendeu, em S. Pedro, não uma aberração doutrinário, porém, moral: ele era simplesmente infiel às suas próprias convicções.” (“Judaistic Christianity”, Hort, p. 77). Mas as conclusões a que o povo chegava afitariam o Evangelho, daí o discurso de Paulo. Pedro aceitava, ás escondidas, a verdade; seu público, porém, era contrário tanto à verdade como ás suas próprias convicções. Daí a hipocrisia e a tendência de anular a graça de Deus.

O erro de Pedro, pois, objetivamente considerado e classificado, foi erro em doutrina, tornando nula a revelação que ele recebera em Cesaréia; foi um erro prático de terríveis consequências, e envolvendo o ostracismo social da maioria dos crentes; foi um erro de caráter, pois Pedro sabia melhor. Dissimulou, manchando seu caráter com a covardia e hipocrisia; foi um erro na prática de uma das ordenanças da casa de Deus, pois desvirtuou a unidade da igreja em Antioquia, que é parte do simbolismo da Ceia do Senhor para cada igreja que a celebre, símbolo em que todos os membros comem juntos na celebração coletiva prescrita (I Cor. 11:17-34).

Ninguém pode ler inteligentemente a Epístola aos Gálatas e crer na infalibilidade de Pedro. De todos os homens, Simão Pedro seria o último a professar a infalibilidade. E se tivesse semelhante ideia, permaneceria na memória a repreensão pública de Paulo para logo afugentar da sua mente tamanha presunção.

Autores romanistas têm procurado vários subterfúgios para livrar a sua doutrina de infalibilidade papal das sérias consequências da repreensão dada a Pedro por Paulo.

(1) Alguns chegaram a negar que Cefas era Pedro, e alegaram tratar-se de outro discípulo qualquer.

(2) Outros, como os franciscanos, fingem que a visita de Paulo a Pedro em Jerusalém foi em homenagem à sua primazia e autoridade papal; o contexto, todavia, contém o incidente, logo narrado, do encontro em Antioquia; e a associação de Tiago e João com Pedro na única passagem em que Paulo se refere aos três com certa deferência – sendo Tiago mencionado primeiro, e Cefas segundo – mostra quão fútil é esta busca de argumentos.

(3) Os franciscanos, nas notas que afixam à sua tradução do Novo Testamento, procuram desviar o termo “repreensível” de toda a culpa no sentido de erro doutrinário. A linguagem de Paulo, porém, mostra que ele não considerou o erro leve.

a) Tudo isto está num contexto em que Paulo afirma que sua atitude fez permanecer a verdade do Evangelho.

b) Paulo diz sem rodeios que Pedro “era condenado” em Antioquia.

c) Acusou-o de ter “dissimulado”.

d) Afirma que “não andavam retamente conforme a verdade do Evangelho.”

O grego é vivo – estavam andando numa vereda torta.

e) Paulo diz que o curso de Pedro é equivalente a edificar as coisas que destruira (a Lei e suas cerimônias) e afirma que quem toma esse curso é “transgressor”.

f) Usa a frase ainda mais significativa: – “Não faço nula a graça de Deus”.

Os franciscanos traduzem “simulação” em lugar de dissimulação e citam lá um jesuita qualquer par provar que, “Nem toda a simulação é ilícita”.

Bem diz o dr. Carrol que se Paulo não tivesse agido como agiu em Jerusalém, e Antioquia, segundo narra neste capítulo 2, não haveria hoje nenhum cristianismo gentio, e o cristianismo judaico seria uma seita sem valor. O apóstolo salvou o Evangelho.

Surge a pergunta natural: “Se os apóstolos eram homens falíveis, como é que temos certeza do cristianismo”?

Bem. Em primeiro lugar apeguemo-nos aos fatos. Nunca neguemos um fato por medo das duas consequências. O fato é que apóstolos eram pecadores falíveis. Os Evangelho narram suas opiniões errôneas, corrigidas por Jesus. Aqui Pedro foi Corrigido por Paulo. O próprio Deus ter de dar uma visão muito chocante a Pedro em Cesaréia sobre este mesmo assunto para vencer-lhe aos preconceitos nacionalistas e conseguir que aceitasse a universalidade do Evangelho e evangelizasse a Cornélio.

O Novo Testamento não historia extensamente a vida dos Doze exceto Pedro, portanto não podemos dar detalhes nos outros casos. Tiago, porém, o primeiro autor inspirado, diz: “Pois todos nós tropeçamos em muitas coisas”; e João afirma

“Se dissermos que não cometemos pecado a nós mesmos nos enganamos e a verdade não está em nós”. Ora, se alguém é pecado, é falível, pois é da natureza inescapável do pecado fazer aberrar o juízo e o pensamento.

Deus para orientar o cristianismo podia ter adotado duas medidas – A) Tornar os apóstolos isentos do pecado, glorificando-os para nos servir de guias infalíveis. Isto ele não fez porque seria misturar fenómenos celestes com terrestres. Tais homens não nos serviriam de estímulo porque seriam muito deferentes de nós, isentos de nossas limitações e sofrimentos. B) Deus podia dar aos homens seu Espírito e revelar-se na história cristã, guiar suas igrejas, em crise permitidas na sua providência, inspirar os apóstolos a escrever epístolas infalíveis para revelar a verdade sobre o problema em foco. Do mesmo modo que o Espírito gerou no ventre da virgem, falível e sujeita às imperfeições humanas, o Infalível Verbo, a Palavra encarnada, assim também este Espírito divino inspirou nas mentes dos escritores falíveis do Novo Testamento a Palavra Inspirada e Infalível da revelação cristã.

A Bíblia desconhece homem infalível entre os pecadores não-glorificados; porém, as Escrituras são perfeitas, inerrantes, soberanas na vida, na consciência e no pensamento do Evangelho, na sua pureza e infalibilidade, entregue em vasos de barro, frágeis e impuros, como o muito falível, precipitado e, às vezes, covarde Simão Pedro.

Lutero disse no seu Comentário sobre Gálatas – “Por que devo eu desprezar a Deus que é o grande Mar e tão altamente reverenciar a Pedro que é uma gota de água no Mar? Antes deve a gota ceder lugar ao Mar, e Pedro a Deus”.

A Fonte infalível de orientação cristã é a Bíblia, não homem algum. Deus emprega mensageiros humanos para transmitir sua Palavra aos homens; é a Palavra, porém, que tem autoridade, não o mensageiro.

14 andava… contra a verdade – Vemos quanto valor Paulo deu à coerência doutrinária. Seu apelo a Pedro foi para ser coerente com a doutrina da universalidade do Evangelho, verdade que ele abraçara.

Dizem que a “coerência é vício de almas mesquinhas”. Depende. Há coerências e coerências. Pedro estava coerente com seu passado e com uma forte corrente de opinião cristã quando recusou comer com os crentes gentios em Antioquia. Esta coerência com o passado, com as tradições, pode ser grande vício, e até

abominável pecado. Nada de coerência com tradições falsas ou um passado erróneo.

A coerência com a verdade, porém, é a essência de um espírito cristão. Esta virtude nos fazer parecer muito incoerentes com nosso passado, mesmo com nossa conduta de ontem; porém, a norma da vida não é o passado mas sim a verdade. Se descobrimos que nosso passado não estava de conformidade com a verdade em qualquer respeito, temos de recuar, ou antes avançar para a posição reta e bíblica.

Uma consciência bem disciplinada e alentada pela graça é a única fora que nos pode orientar assim.

14 "Contra Pedro a declaração memorável de Paulo sustenta três acusações sérias: ele fora réu (1) de virtualmente excomungar os cristãos gentios, pela insistência no cumprimento do costume judaico a título de base de comunhão, a compulsão partindo do próprio exemplo dele; (2) de estultificar-se por estar reedificando o que tinha destruido; (3) e de frustrar a graça de Deus por declarar, em efeito, que é insuficiente para a salvação dos homens, necessitando o auxílio suplementar de práticas legalistas." (Breuce, "St. Paul's Conception of Christianity", p. 58)

14-21 Foi preciso repreender, à vista de todos, um pecado público. I Tim. 5:20. Há três acusações contra a conduta de Pedro: (a) uma infração da comunhão cristã contra os crentes gentios, 14-16, (b) incoerência com seu próprio evangelho, estultificando-se, 17-20 (c) anulação da graça de Deus por declarar em efeito que ela é insuficiente para a salvação, carecendo ser suplementada pelas ordenanças legais, 21.

Esta secção da carta serve a um propósito duplo – tanto para defender a autoridade do apóstolo quanto para introduzir a próxima discussão e distinguir a justificação pela fé da justificação pelas obras de lei. (a) Os judeus não podem se justificar pelas obras da Lei; tem de crer, porém, em Cristo para salvação. Sendo assim, tanto maior é a necessidade de o gentio não confiar em obras legais senão em Cristo, 15-18 (b) o pecador não pode justiçar-se pela Lei nem pode o santo viver por meio dela. O crente está morto para a lei vive em união com Cristo e Cristo vive na sua vida por meio da sua morte redentora. Bengel chamou este trecho "summa ac medulla christianismi", 3:19-20. (c) Não há qualquer mistura de lei e graça num evangelho puro. A justiça que vem por meio da morte de Cristo

é absoluta e perfeita. Se fosse possível a justiça por outro medito, a morte de Jesus seria vã.

14 “Não é, òbviamente, só por motivos de ordem história que apóstolo aqui repete esta notável exposição de sua fé. Visa, sim, a instrução agora das igrejas para as quais escreve, e significa, embora não o diga: isto é o que disse a Pedro naquele tempo, e é isto que vos digo a vós também agora”.

15 “pecadores” – “A palavra era quase um sinónimo de gentios, no vocabulário religioso dos judeus”. (Lightfoot, com sobre Gálatas, p. 115).

16 Sobre a ausência do artigo com a palavra “lei”, demos várias notas. A ausência do artigo, se em alguns passos um genitivo dependente não torna ambos os substantivos definidos, indica qualquer Lei, qualquer regime legal, sistema de regulamentos cerimoniais e morais que tenha servido ou sirva de base da vida e esperança religiosa entre os povos do mundo. A redenção operada por Cristo visa libertar os povos de todos os legalismos religiosos, não apenas do da Lei mosaica.

16 “lei” – Esta palavra é o assunto da epístola. O termo varia entre sua referência genérica (lei de todas as espécies, tendo directamente em mira a Lei de Moisés) e a referência limitada e particular (a Lei de Moisés). A palavra se encontra usada 32 vezes nesta epístola, sendo esta a primeira. Notai na sua inteireza cumulativa as afirmativas e negações do apóstolo sobre o assunto. Lei não justifica (2:16 declaração repetida três vezes neste versículo); conduz seus adeptos a morrerem para a lei, pelo desespero na possibilidade de por em prática suas exigências, (2:18); não serve de meio de justiça (2:19); não traz pela prática de suas obras o Espírito Santo à vida de seus adeptos (3:2); Deus dá o Espírito ao ouvinte que crê, não ao legalista que obra o que a Lei manda (3:5); amaldiçoa em sentença e na vida absolutamente todos os seus adeptos que sejam réus de uma infracção que seja, em comparação com a perfeita conformidade exigida (3:10 bis); a ninguém justifica perante Deus, pelo motivo de assim anular por semelhante justificação legalista a multissecular Promessa de justiça mediante a fé em Jesus (3:11); não é absolutamente um regime de fé, mas únicamente galardoa o homem perfeito, (3:12); Cristo nos redimiu (entrou no mercado da nossa escravatura espiritual sob lei, pagou o preço e nos libertou e removeu de semelhante domínio) (3:13); “a Lei (a espécie do género lei que Paulo tem em mira nesta epístola) nunca teve senão carreira e propósito parentético, e limitado a um povo, no multissecular prazo da Promessa, que se estende a ambos os lados do parêntese efémero do regime mosaico (3:17); a herança da semente espiritual de Abaão, da qual o

Espírito dado ao crente é o penhor, procede da graça, sendo lei e Promessa mútuamente exclusivas (3:18); a Lei teve o positivo propósito de estimular transgressões e assim produzir o desespero nos seus adeptos, preparando-os assim para desejarem e avaliarem sua necessidade de aceitarem a Cristo uma vez que a Lei era um contrato bilateral, com Moisés como mediador, o qual ninguém jamais cumpriu, numa vida humana, quanto ao contratado, senão Jesus Cristo (3:19); não é isto preconceito contra esta acatada espécie de lei, a Lei de Moisés, pois se fosse possível Deus estabelecer uma lei capaz de produzir na humanidade decaída uma real justiça, decerto a Lei de Moisés teria sido esta lei, sua falência e impotência de conseguir aquilo que exige sendo simplesmente a fraqueza inerente em qualquer regime de lei, não especialmente na da Moisés – sendo verdade o converso, também, isto é, se a Lei fosse capaz de conseguir a justiça que exige, então a justiça seria possível por lei, como regime ético eficaz e viável (3:21); na era parentética e preparatória mosaica, a lei tinha as funções de sentinela, carcereira e escravo-tutor de menores espirituais (3:23-24); "a Lei" era querido tutor do judeu, como muitos tutores-escravos foram estimados e amados pelos menores até chegaram à sua maioridade, a qual nós achamos em Cristo e simbolizamos no batismo, qual toga da nossa cidadania no reino de Cristo (3:25-29); lei, em domínio sobre Cristo, era parte de sua humilhação nos dias de sua carne (4:4); ele suportou o jugo para nos libertar, resgatar completamente e de vez de qualquer regime de lei (4:5); "a Lei" teve por fim precisamente nos orientar contra toda a confiança em lei – é seu próprio antídoto, vacinou a Paulo contra o legalismo para sempre, e dá esta isenção a todos os crentes ajuizados em sua interpretação; (4:21); ninguém pode escolher dentre os elementos da Lei algo para guardar e o resto para abandonar ou considerar letra morta – se alguém se sujeitar ao regime, é obrigado a respeitar e executá-lo na sua totalidade, nada de eclectismo, nada de marcar os dez mandamentos para vigorar friamente revogar para si os demais 2376 mandamentos que tiveram igual origem e têm igual autoridade no sistema mosaico (5:3); nada de agradar partidários deste ou daquele elementos de legalismo, praticando para alcançar a justiça a circuncisão, o sábado, a dieta ou qualquer outra mania de legalistas, somente para ter a paz social; quem se faz adepto de um item de um regime legalista está completamente entregue ao sistema todo, não tem parte em Cristo, já não reside espiritualmente na pátria da graça (5:4); a vida do crente é servir em amor, e se alguém tiver medo, fique sabendo que tudo quanto houver de valor duradouro na Lei de Moisés se preserva na sua exigência de amor, decretado também por

Jesus para nós, e derramado em nossos corações eficazmente pelo Espírito (5:14); estando, pois, guiados pelo Espírito, absolutamente não estais na pátria da mentalidade chamada "lei" (5:18); ninguém pense que na pátria e clima da espiritualidade vamos cair em condenação, degenerar em anticomunismos, ficar um escândalo na vida, pois, contra os frutos do Espírito a que somos entregues o inteiro sistema e alcance de legalismo não será capaz de pronunciar uma sentença (5:23); pelo contrário, os anticomunismos por excelência, os moralmente impotentes, sempre são precisamente os adeptos de lei, pois não guardam a lei de que são partidários (6:13). E que este testemunho de Paulo é a verdade, torna-se evidente pelo fracasso e desespero do próprio Saulo de Tarso e seu ódio contra Jesus Cristo – o apóstolo sabia por experiência de que falava – e pelo Israel incrédulo de sua geração e da de Jesus. O parêntese mosaico ia se fechar. O novo ia dar a demonstração de seu legalismo. Deus, numa escala nacional, demonstrava perante a raça o que lei consegue no terreno de justiça. Ele separara Israel pela muralha de circuncisão, dieta e cerimoniosíssimo, educou sua consciência na moral por mestres como Moisés e Isaías, deu-lhes juízes, legisladores, moralistas, salmistas, reformadores, sacerdotes no templo, levitas na vida doméstica, profetas e rabis, purificou seu povo por 40 anos de peregrinações, castigos, cativeiros e o heroísmo épico dos Macabeus, iluminou tudo com a esperança messiânica e chamou a raça humana para ver o resultado de tanto esforço, o melhor que Deus e o homem poderiam conseguir pelo ideal sistema de lei. E que é que vemos? Este mesmo povo, em seu auge espiritual, foi classificado por Jesus como "geração adúltera", vivia em constantes turba-multas, traições e aventuras desordeiras, matou seus profetas, burla sua idolatrada Lei a cada passo, achando nela um jugo insuportável, testifica Pedro, e termina o regime crucificando seu próprio Deus encarnado enquanto seus chefes e a massa popular gritam como lucos, jogam poeira ao ar, rasgaram as vestimentas e insanemente invocam sobre a cabeça da raça para todo o porvir o sangue remidor, mas rejeitado, do imaculado Filho de Deus. Jesus classificou a vida que a lei produziu nesta experiência nacional favorecida pelos céus e a terra, como sendo nada menos do que infernal (Mat. 23:15), um túmulo branqueado hipocritamente, mas cheio de podridão. Quereis ver o antinominianismo concretizado, superlativo, incurável? Vede o que a Lei de Moisés fez para seus adeptos após séculos de esforço. Deus chama a raça humana ao Calvário, dá-nos uma demonstração final da impotência de uma Lei, boa, santa e justo, porém inerentemente incapaz de produzir o bom, o justo e santo que exige, embora sua

súmula fosse escrita pelo próprio dedo divino. E Deus nos diz no Calvário: “Eis o capítulo final do legalismo em uma religião tolerado por vosso Deus. Eis o melhor que a Trindade é capaz de conseguir por século de esforço divino no melhor povo na história da moral. Ninguém conseguirá mais. Então terminou a Lei, em sua missão perante Deus. Nunca regenerou, nunca justificou, nunca santificou, nunca espiritualizou a nenhum homem, a nenhum povo. Continuará apenas em seus aspectos terrenos numa limitada esfera de uma teocracia caduca por mais quatro décadas. Seu altar, porém, seus sacrifícios, seu sacerdócio, sua assembleia, seus ritos, sua ética parcial e preparatória, seu templo, seu dourado Santo dos Santos agora são abandonados pela Trinada. O Pai rasga com as mãos invisíveis o véu do templo de cima abaixo, deixando oco e sem Habitante o santuário que era símbolo e centro de todo aqule sistema de religião. O filho clamou: “Está consumado” – “término de lei” está naquele brado! O Calvário é barreira sempiterna. A Lei não passa para vida que Jesus nos comprou. O Espírito vem por ser o Paráclito, o poder, a garantia, a seiva vital que com segurança realiza na vida cristã o fruto e os ideais que a Lei jamais conseguiu. Peço ao sincero estudante que leia e releia, em sua força cumulativa, este testemunho de Paulo contra lei e a Lei. Se consentirmos forjar ainda um ecletismo de Lei e Evangelho e impô-lo sobre a mal orientada consciência dias e nossos círculos de influência, então, quanto a nós, a Epístola aos Gálatas foi escrita em vão, equivale ragá-la de nossa Bíblias, viver com um torso de Novo Testamento, e deixar na confusão muitas almas imortais às quais Paulo revelara a plena luz da Nova Aliança.

16 “Outrossim, é mister lembrar que o apóstolo tivera sua experiência do legalismo antes de sua conversão; para a maior parte dos homens, porém, vem depois. Poucos escapam ao contágio da moléstia em algum tempo da vida.” (Bruce, “St. Paul’s Conception of Chrisitianity”, p. 60).

18 (V. Br.) “Se eu torno a edificar as coisas que destruí, constituo-me transgressor.” Lutero cometeu este erro, e os demais reformadores. Com terríveis açoites castigaram o romanismo por não se conformar como Novo Testamento. E quando os anabatistas mostraram que este princípio destruiria o batismo infantil, logo edificaram o que tinham destruído e insistiram em reter no cristianismo muitos elementos que são meras tradições humanas, tão isentas de qualquer autoridade apostólica quanto é o próprio romanismo.

18 Conybeare e Howson traduzem as elipses na linguagem de Paulo assim: “Porque se eu novamente edifico aquela (estrutura da Lei) que já demoli, então

eu me patenteio seu transgressor. Mas a abolição da Lei não me torna transgressor porque, etc.

A parte grifada é considerada como cláusula supressa, mas inerente no pensamento comprimido do apóstolo.

19 "por via de legalismo morri para legalismo" – O legalismo único que é discutido e que deu origem a esta epístola é a Lei de Moisés, que os judaizantes queriam impor aos crentes gentios. O motivo do discurso foi um lapso dado ao legalismo mosaico da parte de Pedro e Barnabé e certos que vieram de Tiago, resultando em cruel ostracismo de crentes gentios porque não judaizavam. Não se tem em vista. Imediatamente, nenhuma outra lei senão a lei de Moisés. O Espírito de Deus, porém, levou Pailo aqui de fazer sua declaração genérica, aplicável a todos os legalismos dos séculos. Certamente, porém, porém, se é aplicável a todas as leis, a aplicação imediata e propositada é à Lei de Moisés.

Alguns querem conservar ainda em vida, mesmo para os crentes em Jesus, a Lei de Moisés. Dizer: morri para lei, mas estou vivo para a Lei de Moisés é como se alguém dissesse: "Não como frutos, só como bananas"; ou se outro declarasse: "Não faço parte do exército, sou apenas seu generalíssimo"; é como se o oceano dissesse: "Eu não sou água, apenas o mar". onde há legalismo, senão na Lei de Moisés? De que escrevia Paulo? Porventura estava em foco um corpo de leis da autoria de Solom, Napoleão ou Ruy Barbosa? A única forma da lei no horizonte desta epístola é a Lei de Moisés. E é para esta do com Cristo, assimilado à redenção operada na cruz do Calvário.

Há uma teoria que quase se fez dogma a alguns intérpretes. É que a palavra "lei", no original, sem o artigo, nunca se refere à Lei de Moisés, na que a Lei (com o artigo), sempre se refere à Lei de Moisés e que Paulo morreu para alguma vaga abstracção que não estava em foco nesta Epístola, mas não morreu para a Lei de Moisés, a qual se identifica, nesta teoria, erradamente, com a lei moral. Tudo isto está errado, destituído de qualquer apoio nas epístolas paulinas. A referência direta e única nesta e muitas outras passagens é para a Lei de Moisés, embora a palavra seja genérica, para incluir na condenação os demais legalismos que surgissem.

Outrossim, usa-se o artigo com a palavra lei várias vezes sem que se refira à Lei de Moisés. Paulo fala "da lei de Cristo", 6:2; da "lei de seu marido", Rom. 7:2; da "lei do Espírito da vida em Cristo Jesus", Rom. 8:2; da "lei do pecado e da morte",

Rom. 8:2; da “rei de minha mente”, Rom. 7:23; da “lei do pecado que está em meus membros”, Rom. 7:23; etc. etc. – princípios que ele discutia em vários contextos. Nenhuma destas frases se refere à Lei de Moisés todas têm o artigo com a palavra lei.

Em inúmeras referências lei (sem o artigo) se refere à Lei de Moisés. Quando Paulo ensina tantas vezes que por obras da lei nenhuma carne se há justificada, deve se notar: (a) que é perfeitamente gramatical traduzir “pelas obras da Lei”, pois é princípio da gramática grega que um substantivo, em dependência gramatical sobre outro, permite que ambos sejam considerados como definidos, tão definidos como se houvesse dois artigos gregos na frase. Este princípio da gramática grega impossibilita esta teoria dogmática de que a palavra “lei” sem o artigo nunca se refere à Lei de Moisés. O contesto sempre esclarece. Pode ter esta referência, ou geral e inclusiva, ou particular e única; e pode ser traduzida “a Lei”, como virtualmente todas as versões traduzem, em línguas que tem artigo definido. (b) Mesmo se não traduzirmos assim, e se a referência é genérica, o género “Lei” inclui a Lei de Moisés, e, em muitos contextos, esta é a única lei que apóstolo tem em seu horizonte ou que o leitor poderia entender no caso.

Mas não ficamos em teorias gramaticais ou questões abstratas. O que Paulo aborda em Gálatas, ele frequentemente desenvolve amplamente em Romanos. É o caso aqui. Qual a Lei para a qual Paulo morreu? Há uma passagem paralela em Rom. 7:4 – “De modo que, meus irmãos, também vós desligados estamos da Lei.” Lei aqui tem o artigo. Ninguém pode duvidar que a referência é à Lei de Moisés. Paulo morreu para a Lei e foi desligado da Lei. O corpo de Cristo é barreira intransponível entre o crente e a Lei de Moisés. Esta ficou na outra vida, a vida incrédula, a vida em Cristo, nosso Legislador e Rei. (Veja-se os estudos suplementares sobre os vários e complexos aspectos desta doutrina).

20 fé – “Se a fé cristã está, porém, baseada sobre a verdade, então não é a fé que salva o cristão mas o objeto da fé. E o objeto da fé é Cristo. A fé, pois, de acordo com a persoectiva cristã significa apenas receber uma dádiva. Ter fé em Cristo significa desistir da pretensão de alcançar o favor de Deus pela perfeição do caráter; aquele que crer em Cristo aceita, simplesmente, o sacrifício que Cristo ofereceu no Calvário. Os resultados de tal fé são uma nova vida e todas as boas obras; mas a salvação em si mesmo é, absolutamente, dádiva graciosa de Deus. (“Christianity and Liberalism”, Machen, p. 143).

20 “Leia-se com grande veemência estas palavras me e por mim” – Lutero.

20 “Na história humana os grandes motivos foram sempre o ideal elevado, o magno exemplo, e o forte apego a uma pessoa, e a sentença de Paulo abrange todos os três”. (T. R. Glover, “Paul of Tarsus”, p. 214).

21 a graça de Deus – A substância do Evangelho é a graça de Jesus Cristo – não obras, mas graça! Não obediência nossa, mas confiança em Cristo. Não ritos exteriores, mas o novo coração. Não autoridade sacerdotal, mas o sacrifício e a intercessão de Cristo! Não a observância de dias, mas a nova aliança! Não a moralidade legal, mas o fruto do Espírito! Não uma vida circunspecta, mas a morte salvadora do Filho de Deus! Não uma crença católica, mas uma fé pessoal! Não mérito humano, mas justiça de Cristo! Por amor deste Evangelho bem-aventurado podemos bem decidir como Paulo, “Não tenho a minha vida como coisa preciosa a mim mesmo, contanto que complete a minha carreira e o ministério que recebi do Senhor Jesus, para dar testemunho do Evangelho da graça de Deus”.

14-21 “A passagem explica-se melhor, sendo entendida como incorporando a substância do que Paulo disse a Pedro em Antioquia, apesar de que indubitavelmente, nenhum esforço há de uma reprodução verbal. De qualquer modo, quer Gál. 2:14-21 seja um relato do que Paulo dissera em Antioquia, quer seja muito do que almejava dizer aos gálatas, uma coisa é evidente – quando Paulo principia a relatar no verso 14 o que dissera a Pedro, tem a intenção de destacar algo sobre que ele Pedro concordaram; quer dizer: “Tu e eu, embota tenta todas as vantagens da Lei, abandonamos tais vantagens, de modo a sermos justificados pela fé em Cristo. Como, então, forçar os gentios a buscarem a salvação por um meio que em nosso próprio caso era fútil? Além do mais, certo é que isto Paulo disse a Pedro. O contexto torna a questão perfeitamente lúcida. Deve ser lembrado que Paulo responsabilizou a Pedro, não por falsas doutrinas, mas “hipocrisia” – isto é, por ocultar verdadeiras convicções”. (“The Origin of Paul’s Religion”, Machen, p. 123). É mister notar, porém, que a hipocrisia que esconde e confunde a verdade, gera erros, fatalmente, entre as vítimas da confusão, embora o hipócrita tenha melhor orientação íntima que os confundidos. (W. C. T.)

14-21 Não é certo se este discurso se estende até o fim do capítulo 2 ou se Paulo termina o discurso citado em v. 18, e daí em diante temos seu comentário aos gálatas sobre o que dissera a Pedro. Em todo caso discutiremos até o fim do capítulo.

Paulo toma o ponto de vista de um judeu, ao argumentar com Pedro, e mostra que há incoerência com a experiência de salvação pela graça, mesmo no caso de um judeu convertido.

Diz ele: “Nós judeus por natureza e não pecadores diante dos gentios”. Para os judeus os gentios eram pecadores por excelência, fora do pacto da graça. Mas Paulo mostra que mesmo os privilegiados judeus tinham de ser convertidos e salvos pela graça de Jesus. Logo a Lei é outro sistema e sem vigor no cristianismo, pois já foi abandonada como esperança dos judeus crentes, inclusive o próprio Pedro, quando creram em Cristo. Como querem impor sobre os gentios o que eles mesmos não acharam eficaz?

Que significa a pergunta de Paulo no v. 17? Significa que o judeu não se considerava pecador, no mesmo sentido dos gentios. Os judeus disseram a Jesus “nós não somos pecadores.” Paulo mesmo afirmou que tinha vivido segundo a Lei, sem culpa. Isto não afirma impecabilidade, mas que quando pecou orerecera os sacrifícios exigidos pela lei levítica. Portanto, seus pecados passaram para a vítima e foram expiados pela sua morte. Ora, o pecador gentio permanecia sob o peso de seus pecados e assim era por excelência o pecador.

Todavia, Pedro e Paulo não tinham encontrado paz espírito neste sistema de expiação, nem sentiram-se justificados. Abandonaram, pois, esta esperança da Lei e se abrigaram em Cristo, salvando-se, como qualquer gentio pecador, pela graça imerecida de Jesus. Daí a incoerência de se separar dos gentios por motivos legalistas.

Este discurso é sumamente importante para a teologia, para a pureza do Evangelho, e para a edificação e enriquecimento da experiência crista, porque nele nós vemos que as considerações preponderantes na mente de Paulo eram espirituais, na esfera da vida íntima e não somente a satisfação objetiva, legal, e forense da Lei de Deus pela sacrifício de Cristo. A doutrina de Paulo sobre justificação é a “justificação de vida” (Rom. 5). A vida é a palavra tónica de sua discussão. Tem havido tamanha controvérsia entre Gál. e Rom. que, às vezes, este fato fica obscurecido. Notai-o pois: “Estou crucificado com Cristo: logo já não sou eu, o que vive, mas é Cristo que vive em para. Aquela vida que agora vivo na carne, vivo na fé do Filho de Deus que me amou e se entregou por mim.”

Nenhuma ideia fria, dogmática, de controvérsia, forense, legal faz justiça a estas palavras. A doutrina de substituição aí está, mas é Cristo crucificado, de tal forma,

e com tamanho poder atrativo, que leva Paulo à cruz também, e ele fica associado, identificado com Cristo na morte e na ressurreição. É nova criatura pela expiação feita por Cristo na cruz. Cristo morre pela expiações dos pecados de Paulo, ressuscita para sua justificação e se encarna em Paulo, vive em Paulo não pela reencarnação mitológica do espiritismo, mas pela sua onipresença e pela obra de seu vigário, o Espírito Santo.

Ora, este é o princípio do argumento de Paulo, não o fim, não mero corolário. Quem não tiver esta concepção vital, esta experiência de ser crucificado com Cristo, esta convicção de que Cristo vive em sua personalidade, nada sabe da verdadeira doutrina e esperança de Paulo na morte expiatória de Jesus.

Notemos a moral e a consagração no seu ensino. "Eu morri para a Lei a fim de viver para Deus". Nada do espírito de Balaão que associou a adoração de Deus com a corrupção e a frivolidade. Deus é mais do que sua lei. Cristo na vida, longe de baixar a moral, antes a eleva acima mesmo do que a Lei exigia, pois espiritualiza suas exigências.

Morrer para a Lei, sem que isto seja "a fim de viver para Deus", não é a experiência cristã. Cristo em nós é tanto "esperança da glória" quanto força moralizadora e espiritual, separando nossa vida do pecado e do mundo e consagrando-a a Deus. Tudo isto está mesmo no prefácio da doutrina de Paulo sobre a justificação pela fé.

CAPÍTULO III

1-6, Paráfrase: A graça nula?! Justiça por via de lei?! Cristo morto desnecessariamente?! Que loucura é essa? Que mau olhado com que alguém vos fascinou, como o olhar da serpente fascina o pássaro alucinado? Que feitiço? E depois de eu tornar a doutrina da Cruz tão clara como um edito real na praça pública! Cristo como que foi crucificado perante os vossos próprios olhos pela clareza de minha pregação pungente; e o valor de sua morte, seus efeitos expiatórios e santificadores são permanentes. E a vossa experiência história na ocasião de minha primeira visita? É nula também? E os sofrimentos que suportastes e a espiritualidade que gozastes? Tudo também nulo, hein? Ò gálatas loucos. Informai-me já. Lembrai-vos de como fostes convertidos e entrastes na posse e no gozo do Espírito Santo. Foi quando estáveis praticando o rito de circuncisão ou guardando alguma lua nova ou sábado ou cerimónia de ablução legal ou mesmo esforçando-vos para praticar a moral? Antes não veio do céu esse gozo inefável precisamente enquanto ouvistes a pregação e misturastes com fé salvadora o vosso ouvir? Isto sim. Começastes a vida cristã no Espírito. Crer evangelicamente e receber o Espírito Santo são experiencias concomitantes e inseparáveis. O Espírito tanto vos salvou como deu credenciais abundantes, nesta nossa era apostólica de revelações celestes, operando milagres entre vós como um filantropo espalha suas dádivas em magna festa de generosidade. E alguém agora pode vos enganar com a sua propaganda de que isto é apenas a cartilha da vida, e haveis de vos promover para a Lei, e assim vos aperfeiçoar e vos formar nos cursos superiores do discipulado? Ó vítimas alucinadas de tão falsa doutrina! Será que meu ministério entre vós foi em vão? Não posso acreditá-lo. Basta lembrar-vos de uma sentença, tríada do Livro da Lei, se bem que na sua parte história, e esta sentença é concernente ao hebreu dos hebreus, o pai e patriarca da raça. Este supremo judeu foi CRENTE, justificado antes da circuncisão, e sem ela, justificado por crer. Deus tratou sua fé como se fosse justiça completa e absoluta, sem falta ou falha na vida inteira; nós, e não os judaizantes, estamos na sucessão patriarcal da fé, herdeiros da promessa, possuídos e possuidores do Espírito Santo e de seu gozo inefável, pela fé.

1 salientado qual cartaz – o verbo se usava a respeito do notícias publicas, afixadas pelos pais nas praças, a fim de avisar ao comércio que não responsabilizavam pelas dívidas dos filhos. Um cartaz, antes de existir a imprensa, equivalia a um reclamo do tamanho de uma página, nos matutinos de hoje. A cidade inteira lia esses cartazes. Paulo pregara assim, vividamente, de Jesus e

ainda com “letras rasgadas” escrevia concernente à cruz. (Também se afixavam cartazes com éditos imperiais.)

1 qual cartaz… - “É possível que, quando Paulo escrevia aos gálatas, que Jesus Cristo crucificado houvesse sido representado ou figurado diante de seus olhos, (Gál. 3:1) e se referia, não meramente à ênfase com que o fato da morte de Cristo fora proclamada na Galáxia, mas ainda ao realismo e vivacidade com que a história lhes fora detalhada. Tão vivido era o relato da crucificação que Paulo fez na Galáxia, que tornara-se para os gálatas como a visão que deparassem de um magnífico quadro de Jesus crucificado”. (“The Origino of Paul’s Religion”, por Machen, p. 150).

1 O tempo perfeito do verbo crucificar “representa a crucificação, não apenas como mero incidente histórico, mas como fato de permanente, sim eterno, valor”. (David Smith, in loco).

1 “desajuizados” – Note como a Bíblia classifica o apego à Lei. A falta de juízo desses gentios consiste em ter sido levados com a onda judaizante, a qual fizera até Pedro e Barnabé sentirem temor e tremor. O caso de Pedro e Barnabé, porém, era bem diferente. Sendo judeus, tinham de pensar na sua influência em Jerusalém. Isto fizeram erradamente. Caíram na hipocrisia. Sabendo melhor, pecaram contra a luz de suas próprias consciência e convicções, sobre as praxes da liberdade cristã de uma igreja em território gentio. O caso dos gálatas era diferente. Sendo judeus, tinham de pensar na sua influência em Jerusalém. Isto fizeram erradamente. Caíram na hipocrisia. Sabendo melhor, pecaram contra a luz de sua próprias consciências e convicções, sobre as praxes da liberdade cristã de uma igreja em território gentio. O caso dos gálatas era diferente. Neles não é falta de sinceridade, senão de juízo. Pedro mantinha no íntimo sua doutrina; apenas deixou-a inoperante, “nula”, por um prazo pequeno, numa visita em cidade estranha, como alguns crentes deixam sua religião na pasta quando estão de viagem. Os gálatas feitos prosélitos pelos judaizantes, porém, já se colocaram fora do terreno onde Cristo salva, são praticantes convencidos do erro, repudiaram o Evangelho de graça mediante a fé. No caso deles, não falta apenas coragem para mentir as convicções: faltam as convicções. O juízo ficou turbado, desviado. É um arrependimento às avessas, mudança fundamental da mente sobre o próprio Evangelho. Praticar a circuncisão, guardar os sábados e luas novas do cerimonialismo judaico era o juramento à bandeira da Lei, a que se entregavam, hesitantes, corpo e alma, supondo alcançar assim a salvação que

imaginavam não ter alcançado em Cristo. Paulo, comparando as bênçãos reais em Cristo com a ilusão negativa e inviável de uma vida impotente debaixo da Lei, mesmo debaixo de qualquer sitema de legalismo, deu sua sentença: “desajuizados”, fora de si, alienados do gozo evangélico da razão.

Findlay, em “The Expositor’s Bible”, p. 167, analisa a loucura gálata, de acordo com as várias declarações de Paulo neste capítulo: 1 Os gálatas se esqueceram da cruz do seu Salvador – o primeiro passo em se desviar! 2 Perdendo de vista a cruz, também rejeitaram o Santo Espírito de Deus. 3 Sua insensatez era maior e mais culpável, porque os desligava do fruto de seus sofrimentos e sacrifícios, já experimentados gloriosamente em prol do Evangelho e seu Cristo. Repudiam um passado precioso para apanhar sombras vãs.

1 “enfeitiçou” – Há mais valor no legalismo do que na feitiçaria, ou na magia? Como esperança de salvar, tudo não passa de superstição.

1 “uqal cartaz” – Intérpretes influenciados pelos papiros preferem a ideia do verbo que inclua o desenho e a publicidade de um cartaz. Os intérpretes um pouco mais antigos, porém, apoiam antes a ideia de pintar. Cito, do meu “Dicionário Grego” o preclaro Thayer: “Certamente significa escrever diante dos olhos de todos que podem ler… represento (pinto retrato “diante dos olhos” “… diante de cujos olhos foi pintada a representação de Jesus Cristo crucificado – isto é, fostes ensinados definitiva e claramente concernente à eficácia meritória da morte de Cristo”. O “Expositor’s Bible” tem uma nota no mesmo teor. O peso dos papiros, porém, não foi sentido por essas autoridades, e me parece concludente.

3 “começado no Espírito” – Notai o testemunho do estudo especial no fim do livro sobre a terrível falha nas Bíblias clericais em que atribuem ao espírito humano o que só o Espírito divino pode efetuar. Qual é o começo da vida cristã? Será a convicção do pecado? Isto é obra do Espírito no pecador, mesmo antes da salvação, João 16:18-11. Será a regeneração? Obra, não batismo infantil, mas do novo nascimento: “o que é nascido do Espírito é espírito.” Se há começo da vida antes do nascimento, é quando esta vida é gerada. O mesmo verbo pode ser traduzido “o que é gerado do Espírito”. Será a justificação o começo da nova vida? “fostes justificados… no Espírito do nosso Deus.” I Cor. 6:11. A vida cristã é acesso a Deus? “Pois por ele (Cristo) temos ambos (judeu e gentio) a nossa entrada ao Pai em um Espírito”, Efés. 2:18. Quer alguém voltar à velha eternidade para examinar como principiou a nossa salvação nos eternos propósitos de Deus? “Deus vos escolheu desde o princípio para salvação na santificação do Espírito e

na fé na verdade", II Tess. 2:13. Seja qual for o aspecto inicial da salvação que contemplemos, começamos no Espírito Santo. Deus dá o arrependimento (Atos 11:18), e tanto a fé como a salvação que esta experiência alcança são "o dom de Deus", Efés 2:8. Não há aspecto algum da obra de salvação desde a eternidade pré-história até a eternidade futura que não seja operado pelo Espírito Santo em nós e a nosso favor. "Eleitos pela presciência de Deus Pai, na santificação do Espírito, para a obediência e para a aspersão do sangue de Jesus Cristo". Assim Pedro começou sua Primeira Epístola. Em toda a experiência da salvação Deus o Espírito está nos separando para si, santificando-nos através de todo o processo da peregrinação cristã. E este dom inicial do Espírito, derramado em nossos corações quando cremos, é abundante e generoso, comparado à liberalidade de um promotor de festa que supre aos músicos do seu coro, com toda a largueza, as evidências de sua generosidade.

3 "fé" – Depois da palavra "lei", esta é a magna ideia da Epístola; acha-se usada 22 vezes. É a essência da pregação evangélica (1:23), o canal pelo qual manam para nós, livremente, as bênçãos de justificação, igualmente aos judeus convertidos, antes e depois do Pentecostes, e aos gentios (2:16); é o âmago da vida em Cristo (2:20), recebe o Espírito no coração no momento de ser "misturada" (Heb. 4:2) com o ouvir (3:2, 5), é a base e garantia da nossa filiação espiritual de Abraão, no Israel de Deus (3:7, 8, 2), é o fôlego vital da vida eterna (3:11), regime diferente por completo do da Lei (3:12), recebe o Espírito prometido (3:14); toda a promessa do alívio do universo das consequências da queda canaliza-se mediante a fé (3:20), "antes de Cristo" e "antes de fé" são frases sinónimas (3:23); a espectavia dos séculos antes de Cristo foi a revelação da fé vindoura (3:23); a própria Lei visava a morte do legalismo e a preparação de um povo espiritual em plena era de justificação pela fé (3:249; depois da aurora da fé justificadora, a Lei não tem função na vida religiosa do povo evangelizado (3:25); a fé nos outorga nossa filiação na família de Deus (3:26), justifica nossa esperança de justiça (5:5), é uma força ética na vida, operosa pelo amor (5:6), é o elo que constitui os crentes numa família, a casa da fé, os domésticos de Deus (6:10). Vede como temos neste capítulo uma das grandes passagens clássicas da Bíblia sobre a fé. As alternativas são a fé e o Espírito versus a Lei e suas obras. Nada de confusão ou ecletismo. Sobre a principal palavra e assunto da Epístola, vede a súmula do emprego da palavra Lei na epístola em uma nota sobre 2:16.

4 "sofrestes" – Burton insiste que este verbo é neutro, isto é, não significa em si experiências boas ou más, porém, apenas experiência. Se assim é, a ênfase é

ainda maior sobre o fato de que o legalismo imposto pelos judaizantes era essencialmente contraditório a toda a experiência cristã genuína que houvera entre os gálatas.

5 “A palavra traduzida “está provendo com largueza”, em Gál. 3:5, significa, etimologicamente, “ser dirigente de um coro”, referia-se, originalmente, ao costume ateniense de um cidadão rico prover as despesas do coro em uma das festas dramáticas. Mas tarde, porém, empregava-se para designar qualquer provisão generosa. Quando Paulo a empregou, sua origem estava inteiramente esquecida”. (“The Orign od Paul’s Religion”, por Machen, p. 271-2).

5 “milagres” – Convém notar certos fatos instrutivos. (a) Os milagres eram abundantes nas igrejas apostólicas do primeiro século cristão. Era um período de revelação, o maior na história do universo. A encarnação, visões celestes quando Jesus foi batizado, transfigurado, crucificado, ressuscitado, e apareceu aos seus discípulos e a Paulo, a vinda do Espírito para sua missão especial, as revelações a Paulo e a João em “apocalipse” são coisas nunca antes vistas e jamais repetidas na vida cristã. Acompanhando estas supremas revelações da Trindade na vida humana, havia milagres secundários: curas da lepra, cegueira, e toda sorte de moléstias que ainda não são curáveis pela medicina, ressurreição de mortos, a intervenção da personalidade divina as águas ou multiplicou os pães e peixes, e o notável milagre de falar línguas no dia de Pentecostes e em outras ocasiões, em grandes centros onde a presença de ouvintes de muitas províncias, de fala diferente, tornaria instantaneamente claro e insofismável o milagre. Estes dons de milagres não se distribuíam universalmente e para sempre. Pela imposição das mãos dos apóstolos o Espírito era dado para esta missão especial de possibilitar soberanamente o uso de dons secundários e miraculosos, como falar línguas ou curar os doentes. Os milagres assim continuavam em cada igreja, mesmo sem a presença dos apóstolos. Mas o Espírito distribuía estes dons, e não eram acessíveis a todos e em toda as circunstâncias. I Cor. 12:4-11.

(b) Esses milagres secundários não eram provas da santidade, nem de ser verdade o que pregavam os que praticavam o miraculo. Os magos do Egipto igualaram os milagres de Moisés, até certo ponto, Ex. 7:11, 22; 8:7, 18; 9-11. Milagres não provaram a verdade de seu paganismo, nem apoiaram os sórdidos motivos de Balaão. Judas, sendo filhos da perdição e sob o poder de Satanás, operava todavia milagres como os demais apóstolos. Milagres podem ser evidência de origem divina de uma doutrinam ou podem, igualmente, ser prova de sua inspiração

diabólica, II Tess. 2:9, 10, 11. Deus consente no uso de milagres pelas forças satânicas, como consente em abusis do dom da personalidade e da influência social. Muitos se esquecem de que Satanás é uma entidade de vasta superioridade à nossa ordem terrestre de fenómenos e que com toda a facilidade ele pode fabricar maravilhosas credenciais para impor o erro e a superstição e para contrafazer enganosamente tudo quanto Jesus tem feito neste terreno, até s limites que Deus lhe impõe (Jó 1:12). Milagres não provam a falsidade de uma doutrina ou experiência nem a sua verdade. É por isto que os apóstolos mandavam: “Amados, não creiais a todo o espírito, mas provai os espíritos, se vêm eles de Deus”, I João 4:1. Paulo disse que o mesmo Espírito que distribuía dons de milagres dava a outros na mesma igreja dons do “discernimento de espíritos”. Para cada centro de milagres havia fiscais do dom, sobrenaturalmente. Para cada aparecimento do dom de línguas havia o dom paralelo de “ interpretação de línguas”, com a ordem tão fatal a todos os fanatismos hodiernos: “Se alguém falar em língua… haja um que interprete”, I Cor. 12:10; 14:27, 28) (“se não houver intérprete, esteja calado na igreja”) 29 (“falam os profetas, dois ou três. E OS OUTROS JULGUEM”). Nunca houve um uso desenfreiado de milagres nas igrejas apostólicas, e o apóstolo João, no contexto da passagem citada acima, mostra aos seus leitores que milagres não provam nem a doutrina nem o caráter nem espiritualidade do operador de milagres, ANTES É DOUTRINA QUE ESQUADRINHA MILGRES E OS APROVA OU OS REPUDIA. Notai, no estudo especial no fim do livro sobre o Espírito, como Jesus constituía os frutos, e não os sinais, como provas cabais de sua doutrina. As piores igrejas do Novo Testamento eram as que mais valor davam a milagres, sinais sem frutos.

(c) Nem nas igrejas apostólicas eram milagres um fenómeno superior ao fruto do Espírito. Paulo claramente classifica os milagres como numa escala inferior, I Cor. 12:23. “Mas desejai ardentemente os dons que são maiores. E ainda um caminho sobremodo excelente vou mostrar-vos. Se eu falar as línguas dos homens e dos anjos, e não tiver amor… se eu tiver o dom de profecia, souber todos os mistérios, toda a ciência, se fé a ponto de remover montes, e não tiver amor, NADA SOU”. Inferioridade até ao ponto de nulidade é a sentença contra meros milagres. O amor é dom superior.

(d) O amor não é milagre, não viola nenhuma lei da natureza, antes é a influência mais natural na vida. Todavia, é um fruto sobrenatural. Os grandes intérpretes conservadores, como Benjamin Warfield, abrem uma nítida distinção entre o sobrenatural e o miraculoso. Não é miraculoso Deus minha oração, pois ele é

também Espírito, personalidade. É tão natural que ele ouça minha súplica quanto é que o espírito de um pai terrestre ouça a súplica de seu filho. Esta natural disposição paterna de Deus é sobrenatural porque Deus está sobre a natureza humana e terrestre; existe, porém, e age acima dos terrenos onde se observam fenómenos físicos, sujeitos às leis da química ou da física ou de outras ciências de fenómenos terrestres.

(e) Barateiam e põem em dúvida os milagres reais de Cristo e do Espírito na época apostólica os que insistem hoje em dia em confundir a obra sobrenatural da salvação com os milagres manifestados física e materialmente no primeiro século, como a encarnação, a ressurreição e a vinda do Espírito e os milagres reais narrados no Novo Testamento. Os milagres de Jesus na vida humana superam infinitamente as pálidas mentiras de milagres fingidos de falar línguas ou de curar pelos processos psíquicos que todos os médicos inteligentes e os psiquiatras empregam todos os dias nos hospitais e policlínicas. Tem feito, pois, um serviço calamitoso ao Novo Testamento os advogados de semelhante teoria. Qualquer estudante moderno da psicologia sabe que a mente tem influência sobre a matéria que ao inculto parece milagre. Essa influência não é nem violação das leis da natureza nem invasão das mesmas por uma força que suspenda sua operação. A oração pode libertar influências humanas, divinas, providenciais, coletivas e individuais, dentro e fora do doente, que maravilhosamente podem sacar dos recurso escondidos no corpo enfermo para curá-lo. Tais curas não são milagres, nem provam doutrina, pois são comuns aos advogados das doutrinas mais contraditórias. São prova do valor do contacto invisível de um espírito com outro espírito, em despertar a vitalidade física do corpo humano. Estas curas "pela fé", porém, ou pelos médicos ou pelos psiquiatras ou a vinda do Espírito. E estes estão limitados ao poder inerente na personalidade.

Mil vezes maior prejuízo trazem ao cristianismo os que insistem em que, se suas mentiras de falar línguas e operar milagres não forem admitidas, então perigam os milagres do Novo Testamento. E a maior blasfémia de que linguagem humana seja capaz é o embuste da missa. A causa é maior do que o efeito. Se palavra do padre tem poder para encarcerar numa hóstia a deidade, corpo e sangue de Jesus Cristo, então tal padre é maior do que Deus, pois criou o próprio Criador pelo fiat de uma palavra clerical. O sacramentalismo que supõe ser canal da graça divina a água batismal, o pão ou o vinho é mero materialismo a serviço de ambições eclesiásticas de mando insolente na vida alheia. Tudo isso é misticismo falso. O verdadeiro misticismo é a comunhão de nossos espíritos com o Espírito Divino,

mediante a fé, o Espírito Santo operando sobrenaturalmente em nossas vidas na esfera invisível e intangível de salvação eterna, e de seus frutos, o amor, o gozo, a paz e as demais virtudes sobrenaturais da vida cristã.

Nós não temos os milagres do Novo Testamento em nossa experiência cristã hodierna, porém, permanecem eles em nossa apologética, com a força cumulativa dos séculos da fé. Os milagres de Jesus são os nossos milagres. Cremos "por causa das mesmas obras." (João 14:11) Não queremos milagres melhores como base da fé, pois são os estupendos milagres que revelaram deus em Cristo como a finalidade da revelação. Não precisando nós de revelações suplementares, não precisamos de milagres suplementares para lhe servirem de credenciais. Quem não tiver doutrina nova, desconhecida e estranha ao Novo Testamento, não precisa de milagre novo, pois ao doutrina do Novo Testamento já tem em seu favor os milagres de Jesus e os apóstolos. Nós outros temos bênção infinitamente maior do que milagres, o fruto sobrenatural da salvação e vida eterna que o Espírito outorga abundantemente ao crente.

7-14 Paráfrase: Esse recuo para a Lei não é apenas a estratificação de vossa experiência cristã. É contrário à Escritura, ao universalismo da promessa feita a Abraão e aos aspectos da obra expiatória do Calvário na qual Cristo agiu como nosso Substituto, Vigário e Fiador. Na religião há dois pontos de partida: a fé salvadora e as obras da Lei, regime no qual alguém se inscreve pela circuncisão. A Lei não parte do princípio de fé, mas de uma exigência de absoluta perfeição moral e absoluta conformidade cerimonial, como única condição da vida eterna. Quem, pois, se inscreve na carreira de vida sob a Lei, obriga-se a uma vida imaculada por toda a existência como condição para escapar à condenação. Nem vida nem justiça são viáveis sob a lei. O Evangelho, porém, é a expansão multissecular da promessa. Merece acatamento do judeus porque foi dado a Abraão. Garante a salvação do gentio que crê, porque desde sua primeira anunciação abrange todos os povos, a raça comum dos homens que os judeus desairosamente chamam "gentios". A filiação mostra uma hereditariedade espiritual. A feição do espírito que passa do pai Abraão aos filhos espirituais é a fé: todos os crentes estão na descendência da promessa, membros da raça espiritual do crente-patriarca. Os adeptos da Lei, pelo contrário, estão na descendência da maldição, pois a Lei só tem para o pecador sentença contra todos os transgressores. Há remédio. Cristo assumiu nossa posição debaixo desta maldição, identificou-se com a sorte que o legalismo nos outorgava, comprou-nos por preço infinito, a fim de nos transferir de tamanha escravatura e cativeiro

para a liberdade dos filhos de Deus, em plena maioridade e madureza evangélica, um regime de promessa, fé e poder ético e dinâmico pelo Espírito que em nós habita.

7 "filhos de Abraão" – "Aí está a doutrina extraordinária de Paulo para os judeus, isto é, que os verdadeiros filhos de Abraão são os que crêem, como ele creu, "os que são de fé", um idioma comum a Paulo para expressar esta ideia (v. 9, Rom. 3:27; 4:16; 14:23), aqueles cuja filiação espiritual procede da fé, não do sangue. João Batista denunciou os fariseus e os saduceus como víboras, embora fossem descendentes de Abraão (Mat. 3:7) e Jesus classificou os fariseus como filhos do diabo, não e filhos espirituais de Abraão (não filhos de Deus), em João 8:37-44." (De A. T. Robertson, em "Word Pictures in the New Testament", Vol. IV. p. 292).

7 "Ficai sabendo" – Este fato, de a bênção consistir no Espírito, na experiência, e ser outorgada à fé, é coisa a lembrar, a saber, incessantemente. "Continuai a sabê-lo", diz Paulo. Há certos fatos que têm um ministério perpétuo ao espírito humano, e a cruz é um, e o início e a continuidade da vida cristã e do gozo e possessão do Espírito desde o momento quando nasceu a fé enquanto ouvíamos o Evangelho, é outro. Sabei e meditai neste fato de modo que seja um companheiro de toda a vida.

8"A Escritura previu" – Paulo atribui à Palavra de Deus presciência. Por uma figura muito natural, são predicados da palavra divina as qualidades pessoais do seu autor. Suas referências sempre foram mais do que locais e efémeras. Previram os nossos dias e problemas e, por isto, não se emaranharam em detalhes passageiros de regulamentos complexos de conduta, (excito o parêntese da legislação mosaica para a nação israelita, Gál. 3:17). Deram, porém, tantos princípios eternos, adequados para os novos problemas de nossos dias, como, às vezes, uma frase cuja plena aplicação parece predestinada directamente para séculos longe do tempo do escritor. "A Escritura previu", em uma época antiga, e resolveu uma situação bem posterior, nos dias de Paulo, como as Escrituras de Paulo previram e resolveram por seus princípios eternos os problemas de nossos dias.

1. A Escritura previu a época missionária e Deus fez o pacto da graça contemplar em Abraão "todas as nações".

2. A Escritura previu a mariolaria e deu os nomes dos filhos da mãe de Jesus.

3. A Escritura previu o ritualismo e declarou que o guardar dos dias santos vem tornar em vão todo o esforço apostólico, 4:11.

4. A Escritura previu o batismo infantil e o proibiu, tacitamente, quando deu a norma: “quem crer e for batizado”, “fazei discípulos, batizando-os”, exigindo frutos dignos do arrependimento antes do batismo.

5. A Escritura previu o sacramentalismo e incorporou em sua palavra autorizada a declaração de Paulo de que o batismo não faz parte do Evangelho, I Cor. 1:17.

6. A Escritura previu a corrupção eclesiástica e impossibilitou-a, entre crentes obedientes, quando usou a palavra “congregação”, “assembleia” como o nome imutável da organização eclesiástica por Cristo ordenada e tantas vezes fala nas igrejas de Deus, na igrejas de Macedônia, Judéia, Acaia, Ásia, dos gentios, etc. Mostrando cabalmente que a palavra não evoluiu em significação diferente, pois Jesus remata sua última revelação falando “a favor das igrejas” e mostrando-se o divino Zelador de suas luzes, Apoc. 22:16; 1:11-20.

7. A Escritura previu”bispos” da apostaria, soberbos, pomposos e paramentados e indentificou imutavelmente a palavra e o efício genuíno com as palavras e o efício de pastores e presbíteros, Atos 20:17-28, as Epístolas Pastorais, mostrando vários bispos numa igreja, não várias igrejas constituindo império de um bispo espúrio, que não tem vislumbre de direito ao título bíblico para sua carreira ant-bíblica.

8. A Escritura previu a fábula da infalibilidade e do papado de Pedro e encheu o Novo Testamento, desde os evangelhos até ao epístolas gerais, cm contradições de semelhante propaganda tendenciosa, da parte de ambiciosos e pretensos sucessores do apóstolo.

9. A Escritura previu a evolução de padres e categoricamente proibiu o termo como título ministerial.

10. A Escritura previu os perigos da democracia cristã de igrejas autónomas e cooperadoras e historiou o único mandamento de Jesus sobre questões surgidas entre os membros e sua disciplina correccional. Se Mateus 18 fosse obedecido nas igrejas, exigindo sempre o esforço pessoal antes da discussão pública, e limitando esta à voz de testemunhas, as igrejas seriam livres de 90% das dificuldades que às vezes amaçam sua democracia.

Reuni todos os erros que a mente fértil dos homens inventaram durante os séculos. O antídoto aí está na Palavra de Deus. É uma das evidências maravilhosas de sua origem divina, de sua autoridade e adaptabilidade perpétua e suficiência em guiar a vida pelos seus princípios.

8 “anunciou previamente” – “A palavra grega corresponde às latinas ante a evangelizare; por isso nota neste lugar S. João Crisóstomo: Não disse revelais, mas evanglizavit (anunciou coisas alegres), para fazer compreender que o próprio patriarca regozijara deste modo para justificar-se e ardentemente desejara que isto se realizasse.” (Versão Franciscana, com notas, Tomo III, p. 305, primeira edição). Pois, não seria mais consentâneo que o clero de Roma participasse desta alegria na justificação pela fé, colocando-se pelo menos a par de Abraão?

10 É três tempos vivos de verbos usados no original contribuem sua ideia à citada e seu uso doutrinário por Paulo.

1 É maldito todo legalista que não for perfeito em perseverança em, intimamente, conformar-se com as exigências espirituais da Lei de Moisés. Tempo presente linear.

2 O livro da Lei de Moisés foi escrito e permanece em vigor agora. Ainda está em nossa Bíblia. Para a alma que opta pelo sistema de justiça pelas obras, o supremo padrão legal pelo qual o pecador tem ser julgado é a Lei de Moisés, desabrochada na sua interpretação espiritual e perfeita no Sermão da Montanha. A Lei está em vigor sobre a consciência do pecador, mormente o pecador legalista, a fim de matar-lhe essa falsa confiança e conduzi-lo a Cristo para ser salvo pela sua graça redentora. Tempo perfeito. O que tem sido escrito ainda vigoram para condenar pecadores. Nunca foi escrito para salvar ou reger crentes, a não ser para reger a vida cívicoreligiosa do israelita, provisoriamente, debaixo da teocracia, até a queda de Jerusalém em 70 d. C.

3 É maldito todo adepto de legalismo, se sua vida inteira, contemplada como um ponto, um todo, (num aoristo efectivo), não for real e perfeitamente uma conformidade absoluta com a Lei, em letra e espírito.

Pregai isto e assim conduzireis os legalistas a Jesus, como fazia Paulo.

10 “Todos os escritos” – Tudo ou nada. Aqui, como no começo do Capítulo 5, a fusão de Lei e Evangelho, obras e fé, Espírito e um ritual da carne, é terminantemente proibida e declarada impossível. É mister escolher. O ecletismo

não é possível, pois Deus é quem justifica, santifica e glorifica, e nada disto faz no terreno de lei. Vede a nota sobre 5:3.

10-13 “A lei… lei” – Neste trecho da Escritura, como em outros também, quase não há diferença final na referência à palavra “lei” com ou sem o artigo grego. A gramática grega permite traduzir “as obras da Lei” ou “obras de lei”. O sentido é este, a aplicação é aquela. A razão que explica estar debaixo de maldição os que são de obras de lei, é aquela que chama de maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas “na livro da Lei”. Ninguém, todavia, é justificado “em lei” ou “por meio de lei”. “A Lei não é de fé”. Assim passa-se de “lei” genérica para “A Lei” de Moisés sem solução de continuidade na discussão. A referência é sempre para a Lei de Moisés. Sem o artigo a ideia é genérica, “a Lei” de Moisés ou qualquer outra lei. Com o artigo se refere definitivamente “a Lei” de Moisés, às vezes como típica de todas as leia do género, às vezes somente à Lei. Pelas referências genéricas, Paulo deu à sua linguagem possível alcance contra todos os legalismos, seja de Israel ou de qualquer outro regime legalista e ritualista que surgir através dos séculos para escravizar a consciência. A “lei”, porém, que está sempre no seu horizonte e no dos gálatas, nesta discussão, é “a Lei” mosaica, que os judaizantes queriam impor sobre os gálatas gentios como meio de salvação e norma da vida cristã gentia.

10, 13 “viverá… terá vida” – “O verbo traduzido viver tem seu sentido soteriológico, em citações do Velho Testamento: “escapar à morte, pena do pecado”, “alcançar o apoio divino”, “ser justificado”. (Burton em “The International Critical Commentary”, Vol. sobre Gálatas, p. 135).

10-13 debaixo… em nosso lugar… redimir da maldição – “Paulo aqui desenha um quadro por meio de três preposições. Estávamos debaixo da Lei, qual espada suspensa por um cabelo sobre nossas cabeças. Cristo vem pôr-se sobre nós e a espada. Esta cai sobre Ele, em lugar de sobre nós. Saímos assim de esta posição – debaixo da maldição. Os papiros são ricos em tais significações de huper – como, por exemplo, no caso de alguém assinar um documento (huper), em lugar de um analfabeto”. (A. T. Robertson em “The Expositor”, série 8, Vol. 18, páginas 324 e 325, num artigo sobre “The Use of huper in Business Documents is the Papyri”.

12 Aquele que faz… - “A Lei achava-se no Velho Testamento, especialmente nos livros de Moisés. Em torno da Lei escrita, crescera verdadeira multidão de interpretações orais que contribuíam para aumentar as adições. Por esta

"tradição dos anciãos" regulava-se a vida do judeu devoto, nos mínimos detalhes. A moralidade tornara-se assim uma questão de regras externas, e a religião uma relação de crédito e débito que o homem estabelecia com Deus.

"Para claro que a religião do fariseu dos tempos de Paulo estava carregado com todos os defeitos de uma religião de mérito, que a distinguisse de uma religião de graça." (De The Origim of Paul's Religion, por Machen, p. 178 e 179).

15-16 Paráfrase: A Lei foi um parêntese (duração: do Sinai até o Calvário, jurisdição territorial: de Dã até Berseba, cem léguas no máximo, e no Mediterrâneo até o deserto, vinte e cinco léguas, no máximo, juntamente com algumas colónia, em bairros judaicos nas cidades do império romano, onde exercia limitada regência de costumes nas sinagogas), (caduca na sua regência político-teocrática nesta período de transição, finada na sua função preparatória de um povo para seu Messias, porque o Messias está aqui em nossos corações). Este parêntese tão curto, tão local, tão bairrista, tão estreito, nunca foi nem a lei moral para a raça humana nem a promessa de salvação, eficácia ética, vida espiritual, vitória e energia viral. Estas bênção pertenciam à promessa, as boas novas evangelizadas a Abraão quatrocentos e trinta anos antes do abrir do parêntese, concretizadas na justificação e na justiça provenientes da fé e agora iluminadas, definidas e proclamadas no cartaz do evangelho de Cristo, nas letras rasgadas mensagem apostólica, depois do fechar do parêntese da Lei, operando no Calvário e no repúdio do templo e sistema mosaico quando Deus rasgou o véu e deixou o santíssimo lugar oco e profanado. A aliança da promessa é o aspecto permanente da graça salvadora revelada em Cristo Jesus, imutável, infenso a concílios, acréscimos, evolução eclesiástica ou sacramental, mistura de tradições ou ecletismo de regimes incompatíveis. Nada além. A fé salva, moraliza, vence o mundo, unifica a família de Deus. Estas bênçãos Deus deu eternamente à semente e herdeiro da aliança de promessa: foi dada de graça e por toda a história e para todo o sempre constitui um regime únicamente de graça.

15-17 "aliança" – Correntes fortes e eruditas de interpretação bíblica optam pela significação "testamento" da palavra que aqui é traduzida "aliança". É um questão da escolha entre duas fontes de influência sobre o vocabulário do Novo Testamento. Nos papiros a significação geral, quase única, é testamento. Na Septuaginta, porém, a palavra traduz a ideia de "aliança", "pacto", "concerto". Ora, tanto os papiros como Seputaginta e o Novo Testamento pertencem ao grego koinê. Indubitavelmente, porém, a LXX tinha preponderante influência

sobre os autores das escrituras cristãs. Se, pois, a Bíblia deles, em tão constante uso e meditação, depositava uma significação de uma palavra, nas suas mentes, e as praxes comerciais, alheias ao uso religioso do termo, contribuem para outro possível significado do termo, sinto que a preponderância está a favor do sentido herdado da Septudinta, nada havendo ao contrário no uso paralelo do vocábulo no contexto ou em outras passagens do Novo Testamento.

Se optarmos pela tradução testamento, surge a dificuldade que Deus não está morto. É possível diminuir a força desta consideração, lembrando que a linguagem, em qualquer hipótese, é figurada e que no emprego de qualquer figura, sempre há detalhes que não se podem aplicar ao caso. A morte do testador, porém, não me parece detalhe secundário num testamento. O sentido "aliança", uma aliança unilateral de graça divina, preserva a ideia essencial da imutabilidade, sem rejeitar o tradicional valor do vocábulo na Septuginta. Reconheço, porém, que a palavra bem pode ter, em qualquer contexto, mais força por causa da dupla imutabilidade associada com seu uso popular comercial, no sentido de testamento, e seu histórico emprego bíblico com o significado de "aliança" Lightfoot nega que o termo tenha o sentido "testamento" senão numa passagem na Epístola aos Hebreus. O dr. A. T. Robertson admite a possibilidade do sentido "testamento" em várias passagens, dando geralmente, porém, a tradução "aliança".

17 A Lei que veio depois – "Paulo podia, perfeitamente, em boa consciência, aceitar o incalculável apoio do Velho Testamento em sua obra missionária, ao mesmo tempo que rejeitava para os gentios convertidos as exigências cerimoniais que o Velho Testamento impunha. A solução do problema é claramente apresentada na Epístola aos Gálatas. A Lei do Velho Testamento, de acordo com Paulo, era autorizada e divina. Era porém, temporária; tinha autoridade, apenas, até que visse o cumprimento da promessa. Era um aio que deveria conduzir os judeus a Cristo; e (tal é a implicação, de acordo com a Espístola aos Romanos) podia bem ser o aio que conduzir a necessária convicção de pecado". ("The Origin of Paul's Religion", por Machen, p. 18).

17 "quatrocentos e trinta anos" – "É este o prazo em Ex. 12:40 da peregrinação no Egipto (cf. Gên. 15:13). A LXX, porém, adiciona palavras calculadas a incluir neste prazo o tempo em que os patriarcas viviam em Canaã, assim cortando pela metade o tempo da sua demora no Egipto. Cf. Atos 7:6. Não é material ao argumento de Paulo, qual das duas cronologias se adota, senão que "quanto

maior o prazo em que a aliança esteve em vigor, tanto mais impressionante seu argumento" (Burton.)" (De A. T. Robertson, "Word Pictures", Vol. IV, p. 295). A Versão Franciscana confessa que a Vulgata segue a Seputaginta aqui, que é um dos muitos defeitos de tão imperfeita e errada tradução. As Bíblias evangélicas seguem o original hebraico.

18 "deu… que ainda gozamos" – "Tempo perfeito, médico, indicativo do verbo dar de graça. O dom ainda está em vigor mesmo depois que a Lei veio." (A. T. Robertson em "Word Pictures", Vol. IV, p. 296).

19-29 Paráfrase: - Que é, pois, a Lei, qual a sua função e razão de ser, qual sua missão no serviço dos eternos propósitos da revelação divina? Visava definir, acentuar e fazer abundar o pecado, relevando assim a natureza retratária humana, ensinando aos homens a impotência moral deles, preparando-os assim para o diagnóstico de seu desespero moral e espiritual em si, impulsionando-os por suas exigências irrealizáveis a correr para Cristo e ser salvos. "Até vir a semente", Jesus – o término da Lei! Deus não podia utilizar-se de um parêntese da Lei, no meio do regime da promessa, para salientar a necessidade e o valor desta, para dar uma demonstração da futilidade de legalismo a que o homem decaído é tão propenso, para conservar um povo peculiar sob uma tutela severa da moral a fim de servir de berço para Cristo e a inauguração da carreira universal do seu evangelho? Podia, e assim fez a própria Lei, reconhecendo sua futilidade para alcançar a justiça exigida e encaminhando seus adeptos ao regime de graça salvadora e vitória moral pelo Espírito mediante a fé. Nosso texto contra a Lei é tirado da própria Lei.

A Lei fez tudo que qualquer lei podia ter feito. Cumpriu sua missão. Foi um escravo fiel, gradando os menores da aliança mosaica sob sua tutela, até terminar sua missão com a maioridade do crente. Somos filhos maiores mediante a fé em Jesus Cristo. Desde que nos tornamos maiores, em plena gozo da cidadania no reino de Deus, demos de mão as coisas de menor, saímos da era das faixas e fraldas; em nosso batismo revestimos a togada nossa maioridade na graça e no Espírito e vivemos na liberdade responsável, na qual desaparecem umas tantas distinções arbitrável que não podem vigar legitimamente na liberdade e unidade dos filhos de Deus. Cristo é o nosso vestir, o nosso unir, o nosso herdar, a realidade preciosa de toda a promessa.

19 "em estímulo das transgressões" – Uma ilustração velha e humilde é a mãe que, saindo para um visita, disse aos filhinhos: "Enquanto eu estiver fora,

ninguém ponha feijões nas narinas ou nos ouvidos.” Quando voltou, a cabeça de cada criança estava entupida de feijões. Vemos esta influência provocativa de lei até para pessoas inocentes, no Éden. O Diabo logo tomou partido desta vantagem legalista para seduzir a Eva, que esta quis logo tomar o que era proibido. A Lei estimula transgressões e Deus deu esta legislação para que não ficassem escondidas na vida íntima mas vissem a se manifestar, diagnosticar e curar. A Lei era como uma limonada quente, boa, doce e eficaz que me deram quando tive catapora. Logo depois, as evidências da moléstia se manifestaram, o médico pode dar o diagnóstico com certeza, e a cura não tardou.

“Em outras palavras, o objetivo da Lei de Moisés foi desenvolver o pecado. Não é a resposta do apóstolo na sua inteireza; é a chave, porém, à resposta… A declaração de Paulo em Rom, 5:20 é seu comentário sobre esta sentença: “Sobreveio a Lei para que abundasse a ofensa”. A mesma necessidade se expressa em I Cor. 15:56 – “A força do pecado é a Lei”… Este resultado tristonho Deus certamente teve em mente quando deu a Lei. “Em estímulo de” significa promoção, não prevenção. A Lei não piora a situação; releva quão será está … A Lei de Moisés, portanto, foi uma dispensação provisória… Seu objetivo foi tornar-se supérflua… Pela sua operação sobre a consciência a Lei ensinou homens sua necessidade de redenção… A Lei distribui suas ordenanças como sentinelas ao redor da célula do pecador preso; ele não pode escapar… O judaísmo era uma educação para o cristianismo. Preparou o mundo para a vinda do Redentor.” (Findlay, em “The Expositor’s Bible”, sobre Gál., Cap. 14).

19 “estímulo de transgressões” – “O judaísmo do período paulino não era, aparentemente, caracterizando por uma acentuada noção de pecado. A razão disto não se tem que se tem que procurar longe. O legalismo dos fariseus, regulando os mínimos detalhes da vida, não tornou a lei excessivamente difícil de cumprir, porém, facilitava-lhe a obediência. Jesus disse aos seus discípulos: “Se a vossa justiça não exceder à dos escribas e fariseus, de modo algum entrareis no reino dos céus.” É, na verdade, mais fácil limpar o exterior de um vaso que seu interior. Se os fariseus reconhecessem que a Lei exige não somente a observância de regras externas, senão e precìpuamente, a misericórdia, a justiça e a amor para com Deus e os homens, não se precipitariam na satisfação de sua medida de obediência, e a Lei teria então cumprido sua magna função de aio, para conduzi-los a Cristo. Uma visão baixa da Lei conduz ao legalismo religioso; a visão elevada da Lei conduz o homem a buscar a graça”. (De The Origin of Paul’s Religion, por Machen, p. 179).

19 As Epístolas aos Coríntios tratam mais dos aspectos facciosos deste movimento judaizante, extravagências locais doutrinárias, do que da magna questão da Lei. Paulo mostra, porém, em qualquer outro assunto que tenha ligação com este, o mesmo forte sentimento de associar fundamentalmente a Lei e o pecado. Assim no zénite de sua doutrina gloriosa da ressurreição ele exclama: "O agruilhão do pecado é a morte e a força do pecado é a Lei" (com o artigo no original – a Lei de Moisés). Os que, a despeito destas quatro magnas epístolas de Paulo, insistem em fazer que a Lei continue a ser regra da vida cristã nem avaliam a seriedade de vida, precisamente, o que a Palavra de Deus declarara ser "a força do pecado".

19-20 a ideia é a mesma expressa categoricamente em Rom. 5:20 – "Sobreveio a Lei para que abundasse a ofensa." O mediador, nestes versículos, é Moisés. Por isto se usa o artigo definido. Há 250 interpretações, colecionadas por algum curioso, do sentido do versículo vinte. A dúvida principal surgiu na mente de padres primitivos ou medievais, porque opinaram que só Jesus podia ser o "Mediador". Moisés, porém, era mediador da aliança nacional da lei levítica. Aí havia duas partes, Deus e Israel, e Moisés era mediador. Na aliança evangélica, porém, anunciada a Abraão, não há duas partes. É incondicional. O povo não é parte, e a bênção não depende do povo. Logo a aliança foi feita sem aparecer um terceiro. Desta linguagem figurada, Jesus é o Herdeiro e nós, em solidariedade corpórea com a Cabeça, somos coerdeiros, incorporados espiritualmente na Semente. Logo Deus é a única parte contratante. A bênção universal é incondicionalmente prometida à Semente Jesus. Entre Deus e Jesus não há mediador. Logo semelhante figura é impossível aqui, embora seja possível em outra linguagem figurada, de outras passagens. Uma passagem figurada não pode caminhar sobre as pernas de outra passagem cujo simbolismo seja bem diferente. A aliança evangélica é unilateral. Logo, a promessa não depende nem dos recipientes nem de terceiros, mas únicamente da graça de Deus.

19 Se aceitássemos a tradução: por causa de transgressões, o sentido seria: "As nossas versões (inglesas), traduzem isto, "por causa de transgressões", desprezando o artigo grego. Não existiram, obviamente, transgressões antes de existi a Lei, mesmo dada uma profunda degradação moral. O verdadeiro significado é que a Lei foi instituída com vista às ofensas que ela especifica, pronunciando-as, daí por diante, como transgressões da Lei. Resumido, colhe-se, do conteúdo da Lei o seu propósito. As proibições dos Dez Mandamentos revelam seus próprios propósitos: foram instituídos para reprimir o culto a deusas falsos,

a idolatria, a blasfémia, a violação do sábado, a desobediência aos pais, o homicídio, o adultério, o roubo, o falso testemunho, e a cobiça. Esses pecados prevaleciam anteriormente à Lei. Pronuncidados, porém, definitivamente como transgressões, invocava-se o temor da ira de Deus para reforçar a fraqueza do senso moral e educar a consciência do homem. O mesmo aspecto da Lei é rigorosamente apresentado em I Tim. 1:9. As leis não são feitas para o justo, mas para libertinos e insubordinados." (De "The Expositor's Greek Testament", in loco).

22 "outorgada aos crentes, originária de sua fé" – "Não é mera tautologia. Os antagonistas de São Paulo concordaram com ele em que somente um crente poderia obter a promessa. Eles discordaram do apóstolo ao manter que o crente obtém a realização da promessa, não pela sua fé, mas sim pelas suas obras." (Lightfoot, Com. Sobre Gálatas, p. 148). E quantos outros não necessitam dessa mesma bendita "tautologia": "outorgada aos crentes, originária de sua fé", "justificados gratuitamente pela sua graça". Os que odeiam a doutrina da graça mediante a fé saltam qualquer barreira de linguagem bíblica. Quando, porém, a corrida tem de ser por cima de dois obstáculos que a inspiração bíblica coloca na senda do pensamento, é-lhes mais difícil ir avante em franca contradição com a Palavra de Deus. É outorgada ao crente, e proveniente de sua fé, não ao crente proveniveniente de alguma obra, sacramento ou influência clerical ou eclesiástica subsequente à fé. Vede o estudo suplementar: "Nada Além".

22 "A Escritura apanhou o universo debaixo do pecado" – No v. 8, a Escritura "previu". Aqui a Escritura rege o universo, julga, determina, toma providências, ordena a vida do universo a fim de que a promessa fosse dada aos crentes, da procedência de sua fé em Jesus Cristo. O crente recebe as bênçãos da graça de uma só fonte – de sua fé em Jesus Cristo. É fé pessoal numa pessoa, não crença em dogmas. Jesus Cristo é o objeto da fé traz a realização da promessa. É a fato central do universo, o segredo da redenção do universo dos efeitos do pecado. A ideia de que o universo jaz na sombra do pecado e é afetado pela redenção de Cristo, não é estranha a Paulo. Rom. 8:22, 23; I Cor. 15:24-28; Heb. 9:23-24, etc.

"A fé"- é aqui o nome de que nós chamamos a religião crista, como "o Caminho" o era em Atos. A parte dá nome ao todo, o característico ao caracterizado. Nem por isto a fé significa aqui dogma ou crendo. "A vinda da fé" foi a chegada da era cristã quando passasse a Lei como período de revelação e entrasse em vior, evidente e universal, o período de revelação na qual a fé salvadora em Cristo

crucificado é o único caminho de justiça diante de Deus. Houve o vislumbre disto na experiência de Abraão. Chegou à sua plenitude e clareza no ministério de Jesus e do Espírito Santo. “A vinda da fé” salvadora teve sua, na história evangélica.

24 “escravo-tutor” – Milligan cita um papiro em que a mãe de um aluno menciona o seu “pedagogo” e lhe enviou saudações bem respeitosas: “Saúde seu estimado pedagogo”. Seu comentário é: “A referência ao pedagogo é interessante, provando que era a sua função tanto levar o aluno ao professor como agir na capacidade de tutor ou curador até que o menino chegasse à maioridade, no mesmo sentido em que na famosa passagem, Gál. 3:24. São Paulo descreve a lei como “pedagogo” para trazer os homens ao seu pleno desenvolvimento e liberdade em Cristo… O pedagogo seria um escravo e a estima em que era tido bem nos pode informar que a sorte da classe superior de escravos não foi absolutamente tão dura como às vezes se representa – era antes considerada com máxima boa vontade, de parte a parte”. (“Here and There among the Papyri”, p. 97).

26 “vós outros todos, em união com Jesus Cristo, sois filhos” – “A ênfase da sentença é todos e filhos; “todos”, judeus e gentios indistintamente, os que estão debaixo da Lei e os que estão sem a Lei; “filhos”, tomando para si, pois, os privilégios, a liberdade de sua filiação em plena maioridade, de modo que a supervisão rigorosa do tutor se acaba quando cessais de ser menores.” “Em Cristo Jesus. O contexto obriga estas palavras a serem tomadas em separação da frase mediante a fé… “ Vós sois filhos em virtude da vossa união com Cristo Jesus, vossa existência em Cristo Jesus.” (Lightfoot, Comentário sobre Gálatas, p. 149).

28 “um só homem” – “Um homem” – Nenhuma palavra diz “homem”, no grego todavia um é masculino, não neutro. “Uma personalidade moral” (Vincent). O ponto é que “em Cristo Jesus” distinções de raça nação (“nem judeu nem grego”) não existem, divergências de classe (“nem escravo nem forro”, nenhum proletariíssimo e nenhum capitalismo) desaparecem, a rivalidade dos sexos (nem sexo masculino nem sexo feminino) se acaba. Esta declaração radical marcou a senda que o cristianismo havia de trilhar na esfera e no espírito de Cristo. A candura nos obriga a confessar que este alvo não foi alcançado. Estamos, porém, caminhando e certamente nenhuma esperança existe de chegar ao destino senão no “Caminho-Jesus”. (Robertson, “Word Pictures of the Now Testament”, Vol. IV, p. 299).

27 “A declaração de que, no ensino de São Paulo, é o batismo o meio de acesso a Cristo, considero incorreto”. (Adolpho Deissmann, “St Paul”, p. 131).

27 “revestistes” – “A concepção da maioridade espiritual, está aqui associada com o batismo por uma figura tirada do uso grego e romano. Em uma certa idade, o jovem romano mudava sua toga praetexta pela toga virilis, passando à categoria de cidadão. Assim o cristão era investido de sua maioridade espiritual, no ato do batismo. Ele estivera, até então, sob leis e regulamentos, como uma criança na casa paterna. Agora, porém, passou a gozar a independência de um filho adulto. Esta figura da vestimenta é aplicada de vários modos na Escritura: Os efeitos da morte e ressurreição são decretos em II Cor. 5:4 pela figura de “despidos” e “revestidos”, as figuras de “revesti-vos do Senhor Jesus Cristo” e “revesti-vos de toda a armadura” em Rom. 13:12, 14, Efés. 5:11, expressam o novo apoio e força de nossas vidas necessárias ao guerrear cristão. O sentido exato do texto depende em todos os casos do contexto. Aqui o autor tem, evidentemente, em vista a mudança de indumentária que assinala a transição da juvenilidade para a maioridade. Gregos e romanos faziam grandes celebrações nestas ocasiões, e festejavam a investidura do jovem no traje de adulto com grandes reuniões familiares e ritos religiosos. O jovem, até aí sujeito às regras domésticas, era então admitido aos direitos e responsabilidades de cidadão, e tomava seu lugar ao lado do pai no conselho familiar. O batismo é, de fato, assemelhado à entrada na maioridade espiritual: o convertido, que estava até então preso a obedecer mandamentos definidos, a preencher deveres prescritos estava de agora em diante liberto para aprender a vontade de Deus pela voz íntima do Espírito, cumprindo as obrigações, aumentadas em peso de responsabilidade, que repousavam sobre um cidadão da comunidade celeste sob a guia da consciência iluminada. Ele entrara na sua maioridade espiritual, e estava assim emancipado de seus primitivos laços à uma lei externa. Existe uma óbvia correspondência entre esta figura de “revestir-se do Senhor Jesus Cristo” no batismo, e a cerimónia que prevalecia na igreja, em séculos subsequentes de se vestir os catecúmenos com trajes brancos no momento do batismo. Ambos dão expressão a pensamentos ligados: alguns dos Pais da Igreja associam-nos, e é possível que a linguagem do apóstolo servisse de base da introdução e uso geral do cerimonial. O simbolismo, porém, diferia materialmente. O traje branco correspondia antes às vestes nupciais da parábola; eram um emblema de pureza e significavam os efeitos purificadores do batismo, onde, por outro lado, o contexto da Epístola aponta à libertação e emancipação do controle. (“The Expositor’s Greek

Testament” in loco). É instrutivo este contraste entre a figura de Paulo e a superstição pós-apostólica que imaginava “efeitos purificadores do batismo”. Tal ideia é de origem pagã. Tais efeitos não existem. Mas o símbolo da toga é leal. Não é a toga que traz a maioridade – apenas a proclama simbolicamente. Antes é a maioridade que traz a toga, sua constumeira proclamação ao público. Em toda a história da religião não há maior estultificaçao de um simbolismo do que o batismo infantil, relegando, precisamente, para a inconsciente e irreponsável infância, o símbolo apostólico da maioridade espiritual do crente, a responsabilidade e liberdade da fé, seja qual for a idade daquele que crê.

27 maioridade… batizados… vos revestistes – A linguagem de Gál. 3:26-27 é devida a esta figura de maioridade. O batismo é cerimónia cristã. Um judeu que se submetesse a esta cerimónia professava seu progresso além das cerimónia levíticas. Estas em rudimentares na revelação subordinando a alma a Moisés e ao regime legalista. O batismo proclama o regime da graça e glorifica Cristo como o Senhor da nossa vida. Ficamos, pela profissão e segundo os votos batismais, revestidos de Cristo.

Fiquem, porém, eternamente separadas coisas distintas. “Sois filhos de Deus mediante a fé – todos.” Não há crente no sentido evangélico, que não seja filho de Deus, regenerado, na posse e no gozo da vida eterna. O batismo não é fator para constituir-nos filho de Deus.

Quando o jovem romano chegava à maioridade, deixava a moda de menino, I Cor. 13:11. Entrava em nova fase de vida e indicava isto pela vestimenta. O símbolo de sua maioridade era a toga e revestia-se deste manto e tornava-se homem e entrava no pleno gozo de seus direitos civis. Paulo afirma que o batismo é a toga da nossa cidadania. A toga não conferiu a cidadania – a filiação, na maioridade, conferiu-a. A toga era apenas o símbolo e a profissão dos fatos baseados na maioridade. A filiação, no sentido mais amplo, procede de crer. A toga do filho na maioridade é o batismo.

Os crentes, debaixo da Lei, eram filhos de Deus pela fé; não receberam, porém, a liberdade de filhos. Eram meninos, sujeitos a escavos-tutores, num período em que Deus os educava e os preparava para mais larga liberdade e responsabilidade. Semelhante posição não é diferente da escravidão religiosa, pois o menino que esteja sujeito ao escravo, é inferior ao escravo, é mesmo um escravo, porquanto é forçado a obedecer à vontade de outrem e não seguir seus próprios propósitos e orientação.

Na juventude do povo de Deus esse regime era necessário. Cristo, porém, o aboliu. Convençamo-nos do fato. O regime e o método legal não vingam mais. A principal fraqueza da cristandade é que não acredita neste fato. É a derrota de muitos pastores evangélicos e outros líderes cristãos. Crentes em Jesus Cristo não podem ser tratados como meninos; precisam, porém, ser tratados como filhos de Deus no pleno gozo e no exercício responsável de sua maioridade. Cristo os liberta e Cristo os responsabiliza, e nem por um instante imaginemos haver liberdade sem responsabilidade, e sem as consequências de responsabilidade mal e timidamente desempenhada.

O mesmo propósito da redenção efetuada por Cristo é introduzir em nós o espírito filial, e acabar com o espírito servil. Cristo nasceu súdito da Lei para nos redimir da sujeição à Lei e nos transportar para o regime de filhos de Deus.

Verifica-se o efeito revolucionário desta doutrina sobre o judaísmo e o romanismo, que neste terreno são iguais, e igualmente opostos ao espírito de Cristo.

27 "batizados" – "Para um judeu contemporâneo o batismo cristão era um dos vários batismos, bem significativo – pois um homem é sepultado com Cristo pelo batismo; atravessa uma linha e abandona a velha vida e suas associações; está morto ao mundo e a seus amigos de outrora – mas a ideia não é mágica, absolutamente", (T. R. Clover, "Paul of Tarsus", p. 112).

28 Eis uma grande distinção entre o Evangelho e o legalismo. A Lei criou uma aristocracia religiosa. Os séculos do judaísmo demonstraram ser isto um insucesso. O Evangelho sempre cria o espírito de democracia. Todas as distinções artificias não têm mais significação religiosa. Escravo e senhor, homem e mulher, judeu e grego, têm os mesmos privilégios em Cristo Jesus, e são herdeiros segundo a promessa. O apóstolo Paulo foi o grande democrata espiritual da história humana. O Evangelho fez do aristocrata de Tarso um democrata espiritual.

CAPÍTULO IV

1-7 Paráfrase: Vou me explicar. Esta sujeição à Lei. Que classifico como um estágio de menoridade espiritual, não impossibilita que seja filho de Deus algum irmão, zeloso da Lei. Há tantos crentes que ainda não se emanciparam de sua infância espiritual para a liberdade dos filhos de Deus. Moisés foi escravo na casa de Deus (Heb. 3:5). Serviu de tutor a Israel. Os crentes no Messias prometido que viviam ou vivem sob a jurisdição da Lei teocrática dele estão na menoridade espiritual, embora filhos e herdeiros de Deus. A função do tutor é legítima, pelo prazo determinado pelo pai. Vosso Pai, porém, fez cessar a tutela da Lei no Calvário, deu aos seus filhos a comunhão mais íntima, a responsabilidade de cidadãos e sócios na empresa do reino, a presença santificadora e eficaz do Espírito de Cristo para vos orientar, e a revelação final da moral, no exemplo e no ensino de Jesus e seus apóstolos, com o poder para progressivamente realizá-lo. São as bênçãos da maioridade evangélica. Estas bênçãos outorgam-se a crentes sem distinção de raça judeus e gentios. Entrastes logo em pena maioridade de fé. Como buscais a tutela da menoridade, uma tutela caduca para outros e nuca estabelecida para vós? Cabe ao pai escolher o tutor do filho, e vosso Pai escolheu o Espírito Santo para ser vosso orientador e a vontade de Cristo para ser a vossa lei. Neste intuito êle enviou ambos num apostolado de salvação. O Filho fez a obra objetiva da redenção, para, legalmente, tirar-vos de toda a possível jurisdição de qualquer legalismo e dar-vos a liberdade responsável de filhos maiores. O Espírito, pela obra subjetiva da salvação, torna vital, real e eficaz em vós esta filiação, levantando em vosso espírito o sentimento filial de amor, que balbucia a Deus o "Papai" da criança aramaica, tão preciosa lhe é esta filiação e o amor que gera em vós. Sendo assim filhos, e na maioridade, já sois herdeiros; e não há ganho em imiscuir-vos num regime morto que nunca vos foi predestinado. É por Deus que entrastes na filiação e liberdade evangélica. Não o entristeçais por uma atitude retrógrada que repudie seu amor e propósito paterno.

2 " Na lei grega o pai estipulava a data quando havia de começar a maioridade do filho. A lei romana conservava o menor debaixo de tutores até chegar à idade de quotize anos e debaixo de curadores até à idade de vinte e cinco. Esta passagem se ajusta a ambas estas leis." A. T. Robertson, (de um artigo numa revista).

3 "Nós" – A palavra é bem enfática e se refere aos leitores gentios e judeus. O Evangelho é a única religião na história humana, de salvação pela graça, de uma aliança unilateral, de um regime sem condições de mérito legalista ou

eclesiástico. Os homens, absolutamente todos, têm estado debaixo de lei, elementos fundamentais de lei estão escritos nas próprias consciências dos pecadores e incorporados parcial e imperfeitamente em legislações vigentes de cada povo. Cristo veio redimir a esperança e a conduta, da impotência de lei, de todas as leis, qualquer que fosse sua espécie. A retenção consiste em anular a jurisdição da lei sob a qual o crente lutava em desespero, satisfazer suas exações contra nós pelo mérito de nosso Fiador, remover sua jurisdição e nos animar por motivos adequados a cumprir a moral e a vontade de Cristo. Cristo nasceu debaixo de uma lei na sua mais completa manifestação na vida humana: lei mosaica, regulamentos dos escribas que se sentavam na cátedra de Moisés e aos quais, na sua capacidade autorizada na Palestina, Jesus exigia obediência pelos seus apóstolos; lei romana que regeu a crucificação e o túmulo de Jesus, e a lei íntima de Deus, perfeitamente orientando a Jesus Cristo em toda a sua vida. Jesus nasceu sob este peso complexo de lei, para nos redimir, por completo, de toda aquela esfera, tanto para conseguir a nossa salvação, como para conseguir a nossa santidade e vitória espiritual na vida cristã. Nem pela lei íntima de Deus somos salvos ou santificados, antes esta é a mais exigente de todas as leis, somente podendo condenar o pecador. Somos salvos à parte de lei, pela graça divina, salvos "pela graça gratuitamente". Jesus nasceu sob a lei do romano, do grego, do judeu, do africano, do índio, do aborígene, do homem universal, nasceu para efetuar uma redenção absoluta para o crente, libertando-o da lei genérica, no terreno de salvação, santidade e vida eterna. Esta vida havia de ser a vida de filhos, obedientes pelo amor e pelos sentimentos filiais de liberdade e responsabilidade.

3 "elementares disciplinas morais do mundo" – Termo de significação muito discutida, e de várias ideias indisputáveis. "Mundo" é cosmos. Em comparação com a ética cósmica, qualquer lei é mera gota do mar, mera cartilha de sabedoria, mero alfabeto versus o mundo de literatura, um corpúsculo do sangue em comparação com o coração, um reflexo de sol numa gota de orvalho em comparação com a majestade, o calor, a força do astro-rei. O progresso espiritual inevitavelmente deixa para trás o rudimentar. Nós outros não soletramos as palavra que lemos. Também os melhores crentes agem espontaneamente, no entusiasmo do amor cristão, sem pensar em esta ou aquela legislação como tendo sua conformidade nas suas vidas. Todo o ritualismo, quer do judaísmo, quer das sociedades secretas de filosofia, religião, ascetismo, culto aos mortos ou ao estado, não passa de infantilidade. Na falta de coisa melhor, talvez tenha um

regime legalista rudimentar certo valor na menoridade de um povo ou da raça; voltar, porém, de Jesus para tão fraca e insignificante disciplina de nossas consciências é estupendo recuo moral. As idades das trevas são sempre os períodos de muita lei e pouco evangelho.

3 "rudimentos do mundo" "Tertuliano distingue (em de Virg. Vol. 1) quatro etapas de evolução histórica da religião: (1) rudimenta – a religião natural; (2) infantia – a Lei e os Profetas; (3) juventus – o Evangelho; (4) maturitas – o Paráclito" (David Smit em Life and Letters of St. Paul p. 208, nota 3.

4 "completação do período de tempo predeterminado" – "O enviar (o 'ex-apostolar') de Cristo marca, para Paulo, a pleroma tou chronou (citando o grego que é traduzido no título deste parágrafo – W. C. T.). A frase sem dúvida significa mais do que a mera ideia da estação própria para introduzir o Cristo no mundo. A 'plenitude do tempo' significa o término de uma época (aeon) e o começo de outro período da existência do universo. (Geerhardus Vos, em "Princeton Seminary Essays", p. 213). James Moffatt cita dos papiros o verbo congênere numa frase que ele traduz: "expirar o prazo estipulado". ("The Expositor" Vol. XX, p. 139, num artigo: "Pickings from the New Papyri").

4 "plenitude de tempo" – "A vontade de Deus é a alma da história universal. A marcha dos afazeres humanos mostrou a evolução progressiva da vontade divina dentro das condições de tempo e espaço que constituem os confins da vida terrestre. Paulo nos aponta o aparecimento de Cristo na terra como a culminação do período antigo da história e o início de nova época. O passado conduziu a raça até esta plenitude e nela se encabeça e acha sua explanação; a era nova parte daí em sua jornada multissecular". (De "The Teaching og Paul", p. 91, por Sir William Ramasay).

5 "adoção" – "Nossa posição de filhos maiores" é a significação desta palavra neste contexto, embora geralmente seja traduzida "adoção". Mas "adoção" significa a colocação legalizada na posição e com os privilégios de filiação. Aqui se trata da salvação dos crentes, quer judeus, quer gentios. O contexto, porém, salienta esta salvação no seu aspecto anti-legalista, de plena maioridade – superioridade e emancipação de qualquer regime legalista, especialmente da Lei de Moisés.

Ora, David Smith e outros erradamente interpretam a palavra que traduzi "tomássemos posse". Afirmam que significa: receber de novo. Com isto advogam

a ideia de que o pecador não regenerado já era filho de Deus, mas o pecado lhe roubou do gozo de sua filiação. Agora ele "recupera seu estado perdido de filiação". Tenho isto como um sentimento anti-evangélico e anti-bíblico, desleal também, ao elementar conhecimento do grego. O verbo retrata uma transacção comercial. A preposição composta com o verbo é a base da referida exegese: "Recebemos de novo". Tal não é a ideia, absolutamente. O sentido é: recebemos de alguém, como o comprador recebe do vendedor. Compro uma laranja por 50 centavos. Recebo a laranja do pagamento dos 50 centavos, ou do vendedor. Mas não recupero a laranja. É interpretação tendenciosa, para amparar o velho erro de que o pecador em seu estado natural é filho de Deus e apenas precisa recuperar sua filiação negligenciada. O dr. A. T. Robertson e outros peritos em grego negam o alegado sentido do verbo em que se baseia esta exegese contestada. Pela recebemos nova filiação, regeneração e adoção, a realidade e a posição de filhos, e de filhos maiores, no gozo de sua herança evangélica. Conservemos, pois, toda a rica ideia do vocábulo e do contexto.

5 "nossa posição de filhos maiores" – Esta palavra, insiste Lightoof, nunca significa "filiação", mas sim os privilégios de filiação. Cristo, pois, trouxe, pelo resgate pago pela sua morte, esses privilégios a crentes que estavam na sua menoridade, como aos crentes da nova era evangélica que entravam logo na sua posição privilegiada na família de Deus quando creram em Jesus. A filiação podia existir, e existia, sem a maioridade e liberdade de filhos.

Ouvi um sermão notável sobre "similaridades e dissimilaridades entre nossas praxes de adoção e as de Deus". Algumas similaridades são: (1) Deus e nós adotamos pessoas que antes não eram filhos – verdade evidente, senão no sentido especial da palavra aqui. (2) Deus, como nós na qualidade de pais, corrige o filho, pessoalmente, quando erra, com castigos convenientes, não o entregando à lei para condenar. (3) O filho destina-se à casa de seu pai – João 14:2. Dissimilaridades entre as bênçãos que Deus pode outorgar, e outorga, pela adoção e as nossas limitações no caso: (1) Nós quando adotamos um filho não lhe podemos mudar a natureza, removendo a velha natureza e implantando uma nova disposição. Deus muda a mente (arrependimento) e o espírito (regeneração) e o rumo (conversão) da vida e ajuda a nova vida a superar a velha natureza e mortificá-la. Esta consideração faz com que nós procuremos adotar um órfão que tenha os méritos de saúde, boa mentalidade e hereditariedade favorável, pois não podemos mudar a herança do sangue. Deus oferece filiação a todos, pois com a posição de filho ele pode dar sobrenaturalmente a natureza de

filhos de Deus aos que entram na família divina pela fé. (2) Nós podemos deserdar filhos maus; Deus nunca lança fora os que se chegam a ele por Jesus, João 6:37. Ele castiga o errante e o reclama e santifica. (3) Nossa adoção somente afeta o estado legal do filho adotivo, mas a adoção divina não para até incluir a personalidade completa, pois Paulo usa a palavra também concernente à ressurreição do corpo em glória inefável. Adoção, pois, é uma grande doutrina de Paulo e tem no seu horizonte o tempo e a eternidade.

5 "adoção" – "Esta palavra significa para Paulo a recepção por Deus de homens na relação de filhos, objetos de seu amor, gozando sua comunhão, sendo que o resultado final é a vida futura na qual estão revestidos com um corpo espiritual; a palavra, porém, pode ser usada para contemplar qualquer uma das etapas desta experiência toda." (Burton, Comentário sobre Gál., in loco no "International Critical Commentary".)

6 "apostolado" – Sobre este aspecto da obra do Espírito Santo, consultai o estudo suplementar sobre o Espírito.

1-7 A linguagem é forte. Esta menoridade, escravidão, regime de tutores e curadores, disciplina elementar, situação da qual Cristo nos resgatou, tudo descreve Êxodo 20 em diante até o fim do Penteteuco, juntamente com a história de seus efeitos como a religião de um povo. Não fujamos à realidade da Epístola aos Gálatas. O que se está discutindo é concreto, é urgente, é o problema da crise na Galáxia, sim da grande controvérsia na vida de Paulo que produziu estas quatro epístolas.

Diz o dr. Machen (em "What is Faith?", p. 185, 186): "O caráter cerimonial da Lei do Velho Testamento, que é tão inferior à operosidade no interior do homem que caracteriza a nova dispensação, foi do propósito de Deus, visando assinalar a inferioridade de qualquer regime de em distinção de um regime de graça"… "Muito enfaticamente diga-se que o contraste não foi entre uma lei inferior e uma lei superior. Foi um contraste entre qualquer espécie de lei, por mais elevada que seja, concebida como meio de obter mérito, e a graça absolutamente livre de Deus."

William Paley, comentando 3:23-25 e 4:1-5, diz: "Estas passagens são nada menos de que uma declaração de que as obrigações da Lei judaica, consideradas como dispensação religiosa, cujos efeitos haviam de se realizar na vida do outro mundo, já cessaram, mesmo em relação aos próprios judeus." O mesmo autor explica o

motivo do apóstolo em cumprir a Lei judaica como “amor à ordem e à tranquilidade, sim a vontade de não ofender desnecessariamente (Atos 16:3;21:26)”. (Obra e página não anotadas).

8-20 Paráfrase: Sei que a maioria de vós, convertida do paganismo, não está voltando para a Lei, pois nunca esteve sob a jurisdição do judaísmo. A Lei de Moisés, porém, é do género do legalismo, e vós tivestes em vossas religiões aí na Galáxia outro legalismo. No judaísmo se observam sábados, luas novas, festas religiosas das estações do ano. Nas demais religiões, com a exceção do Evangelho, observam-se tais dias também. É a alma do legalismo e vive no regime mosaico, como em muitos outros. Já experimentastes, pois, esses rudimentares exercícios de religião exterior, disciplina elementar. No que em vosso culto havia de paralelo ao ritual de Moisés, bem sabeis sua impotência. Escravizando-vos, pois, à circuncisão e ao legalismo para o qual serve de iniciação, estais apenas trocando jugos insuportáveis, voltando para o mesmo género de legalismo, se bem que para outra espécie de lei, que para vós parece oferecer novidade. A única coisa substancial no legalismo pagão era o ritual. No Evangelho, porém, por via de fé em Cristo, chegaste ao conhecimento espiritual e mútuo que se travou em Cristo entre vossas almas e o vosso Deus. Tendes somado a realidade. Haveis agora de abandoná-la para caçar uma sombra?

Minha relação pessoal em tudo isso é extremamente íntima. Sou vosso exemplo. Não vos dei nenhum exemplo exótico. Em questões de costumes e praxes eu segui a vossa norma gálata, vivendo na maneira do povo e do seu meio ambiente. O exemplo moral e espiritual, que vos mostrei na minha vida e vos ensinei, foi o essencial, e foi um exemplo de liberdade e maioridade evangélica. Não judaizei entre vós, uma vez terminado meu breve ministério nas sinagogas de vossas cidades. E parecia-me razoável esperar de vós atitude mais leal. Com quanta ternura me acolhestes quando cheguei entre vós enfermo e bem podíeis ter achado meu estado repugnante, até virando o rosto para cuspir. Naqueles tempos me tratastes como se eu fora um anjo do Senhor, ou mesmo Cristo Jesus. Estáveis prontos a dar-me tudo, até os próprios olhos. Quão diferente agora! Chegam esses partidários da Lei, enfeitiçando as igrejas. Sou franco, digo-vos a verdade. Os vossos aduladores declaram que este feto me classifica na categoria de inimigo. Pudera! Minha fraqueza procede, pelo contrário, de um amor que é quase como o amor materno, na sua brandura e carinho. O prazo desta luta é para mim quais dores de parto laborioso até que eu verifique pela vossa atitude que sois realmente filhos de Deus, Cristo estando em vós, esperança da glória.

Não há terceiro nascimento; vosso vacilante desvio da verdade, porém, me faz voltar toda a ansiedade que me cabia, originariamente, como instrumentalidade humana na vossa regeneração. Para confirmar a vossa fé, quem me dera que eu agora estivesse face a face convosco. Com quanta ternura modularia os tons da voz, em súplica pela lealdade a Cristo. Estou longe, porém, e mui perplexo.

9 “rudimentares, impotentes, depauperados, escravizar-vos.” – Terríveis palavras para analisar uma situação religiosa medonha – a observação da Lei. Voltai a estudar as notas sobre a palavra nos capítulos 2 e 3 e os estudos suplementares no fim do livro. É o assunto da epístola.

9-11 “São Paulo refere-se, definitivamente, ao culto idólatra seguida outrora por esses gálatas, e, não menos definitiva e enfaticamente, descreve o apego deles ao ritualismo judaico, como uma volta á disciplina impotente e depauperado da menoridade, da qual foram emancipados quando abandonaram aquele culto... O apóstolo aqui considera os elementos mais elevados de religiões pagãs como correspondendo, embora imperfeitamente, ao elemento inferior da Lei mosaica.” (De Lightoof, Com. sobre Gál, p. 170). E ainda encontramos, no mesmo contexto: “O judaísmo era um regime de escravatura como o paganismo. O paganismo fora uma disciplina, como o judaísmo.”

9 “rudimentares, impotentes, depauperados” – O dr. A. T. Robertson lamenta que hoje em dia tantos homens ainda se enganem e se deixam famintos “negligenciando a Cristo para caçar o fogo fátuo de falsas filosofias”. (Word Pictures, Vol. IV, p. 303).

10 “dias guardais” – Quando crentes gentios começam a guardar dias santos, meses especiais, tempo como “Quaresma”, “Semana Santa”, e anos como o ano sabático ou o “ano santo” do Papa, Paulo perde confiança no seu cristianismo, e considera o trabalho gasto na sua conversão trabalho perdido, v. 11. Que desdém não sentiria pelo ano sagrado dos calendários eclesiásticos com seu ritualismo!

10 “Guardais dias e meses e tempos” – “Dia de lua nova” – diz o apóstolo em Col. 2:16. Há centenas de milhões de observadores da lua nova, na atualidade, e não são judeus. Estes observaram cerimonialmente todas as luas novas. Colocavam sentinelas nos altos para verificar o primeiro sinal da fase da lua que iniciava o período do santo e com tochas passavam o aviso das montanhas para os vales, às cidades e ao templo.

Agora, porém, toda a terra costuma judaizar na semana pseudo-santa. Por que varia a semana dessa fictícia santidade, um ano caindo em março e outro em abril? É porque é regulada pela lua nova. O romanismo encaixou a festa judaica da páscoa em os costumes pagãos de um cerimonialismo que caía mais ou menos na mesma época em honra a uma deusa adorada na primavera do ano e crismou tudo com um "santidade" católica. Tendo Jesus sido crucificado durante uma páscoa judaica, misturam páscoa, história cristã e paganismo num ecletismo em que é Roma semper eadem. Ora, a páscoa se governava pelo calendário judaico lunar, e Roma persiste no mesmo caduco regime na sua anti-bíblica observação de "dias santos".

A Organização das Nações Unidas procura regularizar a data, com erudição, diplomacia e consideração financeira – pois a observação de dias santos é sempre comercializada e acumula todas as sortes de vícios, explorações e acréscimo de tradições dos homens, seus mais zelosos promotores, às vezes, sendo negociantes ímpios, ateístas, ou infiéis, por causa do lucro comercial com a praxe. Em vão o ONU se ativa no caso. Ramos comerciais dos pequenos exploradores do dia não percebem o ponto de vista dos altos capitalistas e diplomatas. O assunto é preso também a uma das mais antigas controvérsias pós-apostólica e afeta a polémica entre a "Igreja Ortodoxa Grega" e a "Igreja Católica Romana". A mocidade carnal não vê com bons olhos qualquer medida que toque em seu carnaval, pois como vai a santidade da páscoa vai a santidade do carnaval, em todas trocaria as civilizações católicas. Quem de índole carnal não trocaria uma semana santa por cinquenta e uma semanas de licenciosidade, mesmo descontando um pouco os quarenta dias da quaresma? Mormente, com o tácito consentimento do clero a uma orgia de três dias e três noites em vastas populações se entregam deliberadamente a buscar o Diabo na rua e folgar com ele sem freios. Que espírito mau não veria uma vantagem em trocar esses três dias por uma noite de vigília sobre o frio ídolo do Senhor morto? Certamente que sim. E, de sobra, ganha logo depois da noite com o Senhor morto o sábado de aleluia, nos bailes de uma carnalidade bem viva e remuneradora da cobiça.

A tendência de guardar "dias santos" é uma das influências mais perversas na história humana. Permite organizar as forças do mal, ampará-las com tradições sócias e eclesiásticas e, com prévio aviso, de longe planejar a carnalidade. Mas se damos cada domingo ao Senhor, sendo todos os domingos comemorações da sua ressurreição, nutrimos sempre a nossa fé sem essa multidão de consequências terríveis e pecaminosas. Com razão podia Paulo supor que tudo estava perdido

em igrejas que descambavam para o ritualismo e um regime contaminador de guardar dias e meses e meses e luas novas. A “semana santa” é um culto preso à lua nova. Páscoa é elemento do judaísmo. Nada disso faz parte do cristianismo apostólico gentio.

12 Lightfoot parafraseia: “Larguei todos aqueles honrosos e tradicionais costumes do meu povo, todas as praxes associadas com a minha raça, para me tornar como vós. Tenho vivido como um gentio a fim de pregar eficazmente a vós, gentios. Vós haveis de me abandonar agora, quando abandonei tudo por vós?” (Com. sobre Gál., p. 174) Quando a Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira enviou seu primeiro missionário, Zacarias Campelo, aos índios, preguei o sermão de sua consagração ao ministério abnegado, que encetava com a santa Noemi Campelo ao seu lado. Usei desta sentença, que, para mim, constitui belo ideal de todo o trabalho missionário. Conformidade com o povo em tudo que não seja matéria de revelação divina, a fim de que o povo chegue, juntamente conosco, a amar e crer em Cristo e conformar-se com tudo quanto ele revelou e mandou.

12 “sempre me imitai” – Paulo é exemplo do cristianismo. Há excelente paradoxo neste versículo. Paulo, nas minúcias da vida, se tornara como seus conversos. Nas grandes questões da vida cristã, porém, seu viver é norma para os crentes. O missionário, o pastor, o evangelista devem conformar-se ao seu ambiente em tudo, - ressalvando, porém, as verdades e ordenanças reveladas por Deus no Novo Testamento – apresentando-se como exemplo somente na obediência à Lei de Cristo; no mais imitarão, por sua vez, ao povo que procuram ganhar para Jesus.

No v. 13 encontramos uma referência história. Paulo pregou aos gálatas por acaso. Não foi do seu pleno. Ramsay pensa que ele e Barnabé não ficaram em Perga porque Paulo teve um acesso de impaldusimo, que grassa aquela zona, portanto foi logo à Galácia, uma terra alta como o sertão. Chegou ali assim, estando doente ao ponto de se sentir repugnante, mas o povo, longe de o repelir, tratou-o como um anjo de Deus.

12-16 “Podemos, com o Sir William Ramsay, supor que Paulo na sua primeira jornada missionária pretendia, partindo de Perga, evangelizar a Panfília, mas naquela praia palustre foi atacado por alguma moléstia (o impaludismo ou a oftalmia) que o obrigou a buscar o clima vigoroso do alto sertão de Antioquia, alguns mil e cem metros acima do nível do mar. marcos, não estando preparado para esta jornada extensa na serra de Tauro, voltou à casa de sua mãe em

Jerusalém (Atos 13:13-14). A condição desanimadora do apóstolo bem poderia parecer repugnante a estes gálatas. Provocou, pelo contrário, a simpatia e o cuidado amoroso. Tanto maior o motivo de surpresa em estes generosos hospedeiros abandonarem o Evangelho que tão alegremente recebem do apóstolo (Gál. 4:13-15; 1:6-7)". (Notas do Novo Testamento, Versão Weymouth, in loco.)

13 "enfermidade" – Paulo pregara na Galáxia por motivo de saúde. Sir. William Ramsay seguiu as pisadas do apóstolo nas suas jornadas. Há um salto na primeira viagem missionária depois de deixar a ilha de Chipre para o continente. Não evangelizaram a província de Panfília. Era e é uma zona terrível de impaludismo, baixa, quente e doentia. Marcos voltou de lá e Paulo e Barnabé deram um salto para uma zona sadia. Icónico, Listra e Derbe eram o Garanhuns, Caruaru e Campina Grande, ou Petrópolis, caxambu e Campos do Jordão, daquela região. Paulo chegou bem doente. Recuperou-se e foi bem recebido, a despeito da sua moléstia. O impaludismo ou uma grave oftalmia que grassam naquela zona são suficientes para explicar o incidente.

15 O primeiro sentimento do convertido é o gozo, a alegria! Onde ficou dissipado? Por que não continua hoje em dia? Examinemo-nos para ver o motivo de desgostos e desânimo e voltemos à nossa alegria cristã.

17 Confessamos que exclui tem mais apoio dos dicionários do que "isolar". Se aquela for a tradução melhor, revela que os agitadores judaizantes estavam procurando eliminar das igrejas os gentios incircuncisos e humilhá-los, obrigando-os a implorar restituição pela influência dos tais agitadores. Paulo preveniu aos gálatas que os motivos dos judaizantes não eram bons. Há recente testemunho, partindo das descobertas nos papiros gregos, que me leva a traduzir isolar, isto é, isolar a Paulo para desprestigiá-lo como autoridade na vida de seus conservos.

19 Figura amistosa, termo de carinho – "filhinhos". "dores de parto" num homem! Paulo aplica audazmente a figura a si. As dores maternais que resultam em dar à luz as igrejas de Galáxia foram dores sofridas por Paulo, e ele quer usar tom suave e persuasivo para Cristo ser formado nos membros das igrejas.

Eis o que Paulo espera de crentes, que sejam um Cristo na terra, que no caráter Cristo seja formado, em suas vidas Cristo viva.

4:21 – 5:1 Paráfrase: Nesta ternura quase materna, vou narrar-vos uma história, tirada da própria Escritura da Lei, que tem para mim, como para vós, todo o valor histórico, devocional e de lições proveitosas, mesmo contra o próprio legalismo que impõe sobre o judeu. Costumam fazer das relações entre Abraão e duas mulheres uma alegoria religiosa. Tomo emprestada a alegoria deles, para aplicá-las de maneira mais legítima e coerente. O patriarca, na alegoria, em suas relações com as duas mulheres, Agar e Sara, representa as duas alianças que recebeu de Deus, a aliança da hereditariedade espiritual, segundo a qual são herdeiros os crentes, e a aliança da hereditariedade natural, o Israel segundo a carne, sua Lei, cujo rito de inicição começou com o Abraão, definindo-se afinal o sistema todo do Sinai. Eis a alegoria. Agora a aplicação: As duas mulheres são as duas alianças. A da Lei só pode ser a mãe escrava, pois está em regime de sujeição e dá à luz filhos sujeitos à mesma escravatura. A do Evangelho é a esposa legítima, a mãe legítima, dando à luz o filho legítimo, o filho da promessa original. Dos filhos, Ismael é o “filho natural”, ilegítimo, bastardo – num regime monógamo – Isaque, porém, é filho sobrenaturalmente prometido e nascido. Sua filiação não vem por meros processos naturais; é o filho da promessa; o Espírito Santo é autor de sua vida. O Evangelho é a promessa. O Espírito é o autor de nosso nascimento espiritual. Não nascemos por uma semente material, física, como um rito, mas sim por uma experiência sobrenatural, a graça por via da fé salvadora. Agar é o Sinai, agora tão idolatrado em Jerusalém que é quase sinónimo do legalismo. Ismael é o judeu; a expulsão de Ismael é o repúdio da Lei e dos legalistas no cristianismo. Sara é a aliança da graça, o Evangelho, a nova Jerusalém celeste. O crente é cidadão nesta pátria espiritual, filho, na família de Deus, por uma filiação sobrenatural. A promessa se realiza em nosso santo gozo no Espírito. A promessa é universal no seu alcance, a Lei é para Israel segundo a carne, que está na iminência de desaparecer. O Evangelho crescerá; o judaísmo diminuirá. O judaísmo persegue; o Evangelho é um regime de liberdade e ama a liberdade. Os dois sistemas não se misturam, não se coadunam, não se confundem, nada de ecletismo! Eles vos excluem! Pois bem. A decisão é inevitável. O Evangelho e a Lei, o crente e o legalista não podem viver lado a lado mas mesmas igrejas gentias. Expulsai os adeptos da escravatura legalista. Tomai vossa posição corajosa no terreno da liberdade e nunca mais consintais em sujeitar-vos a qualquer jugo de legalismo. Para liberdade Cristo vos deu liberdade. Não é, pois, de livre escolha, mas obrigatória para o crente, pois sem sua liberdade é impossível exercer sua responsabilidade.

24 “duas alianças” – Já notamos, 3:15-18, a verdade das duas alianças, feitas por intermédio de Abraão e Moisés, sendo a aliança legal e nacional, definida na sua plenitude e entregue por Moisés a Israel, 430 anos menos antiga do que a aliança evangélica e universal, dada aos crentes, judeus e gentios, em o Cristo prometido, a semente de Abraão. Agora, 4:21-31, Paulo ilustra estas duas alianças por uma alegoria tirada da vida de Abraão e suas relações com Agar e Sara, com Ismael e Isaque. Isaque era filho da promessa, um filho sobrenaturalmente dado aos seus velhos pais. Ismael era filho pelas leis da procriação natural. Deus mandou rejeitar o Ismael e considerar filho único do pacto a Isaque, filho da promessa. Portanto são os crentes, sobrenaturalmente nascidos de Deus, e não os judeus, filhos legítimos, carnais, de Abraão, que são os herdeiros da aliança, os filhos da promessa.

24“duas alianças” - O consagrado e original missionário à África Dan Crawford, escreveu numa carta de 1 de maio 1918, ao “Sunday School Times”: “Naquela época o lema era FAZEI, agora é FEITO (Como nosso hino: ‘Cristo tudo fez completo, nada por fazer deixou’. W. C. T.). Era FAZEI E VIVEREIS: agora é VIVEI E FAREIS. Naqueles tempos era MUITAS VÊZES, agora é UMA VEZ. nesses dias era SALÁRIO, agora é DOM. Naquele regime a Lei apagava o transgressor, agora apaga seu pecado: então eram açoites e perdas para o filho pródigo, agora é a melhor roupa e o beijo paterno. Naquele tempo todos os homens de Siquém foram mortos, neste todos da referida cidade se chegaram a Jesus. A Lei deixou os homens sem desculpa; a graça, porém, lhes dá um advogado. A Lei FECHOU TODA A BOCA; em Rom. 10 toda a boca se abre. Assim eu afirmava com pressa e alegria, como verdadeiro filho de Martinho Lutero, terminando com o contraste cumulativo entre os primeiros atos públicos de Moisés e Cristo. O primeiro feito de Moisés, em Ex. 2, é matar um homem. O primeiro ato de Jesus, pelo contrário, que Marcos história, é curar um homem!”

25 “Sinai” – “Até o dia de hoje os árabes chamam o Sinai Agar, o g soando com dj”, diz Weymouthm in loco.

25 “Arábia”, - isto é, no país dos edomitas, longe da terra da liberdade e da promessa. Não é apenas uma nota geográfica. Está prenhe de significação. A Lei e aliança sinaítica não dada na terra de promissão, senão muito longe no deserto da Arábia.” (Moffatt, “The approach to the New Tesyament”, p. 138).

26 “Jerusalém” – Regozijemo-nos na doutrina da Nova Jerusalém, capital celeste, da qual somos colonos, a dispersão na terra, que ambiciona gozar sua cidadania

e temos antegozos de sua comunhão e seus costumes. Os filhos da Jerusalém atual são escravos, sob o jugo levítico. Somos o Israel de Deus, colónias da Nova Jerusalém. Vede o estudo suplementar sobre “O Israel de Deus”.

27 Esta citação é da Septuaginta. A Versão Brasileira assim traduz o original hebraico: “Canta, estéril, que não deste à luz; rompe em cânticos, e clama, tu que não tiveste dores de parto; porque mais são os filhos da desolada, do que os da que tem marido, diz Jeová. Alarga o sítio da tua tenda, e estendam-se as cortinas das tuas habitações; não o impeças: alonga as tuas cordas e segura as tuas estacas; a tua posteridade possuirá as nações, e fará que sejam habitadas as cidades desertas.”

Carey, pois, apenas segui ao apóstolo Paulo quando interpretou esta Escritura como uma das grandes profecias missionárias do Velho Testamento. O Israel de Deus, lá no cativeiro, a nação espiritual, parecia divorciada de Jeová, seu marido, segundo a linguagem figurada dos profetas. Demos tempo ao tempo, porém, e seja esclarecido o futuro do propósito divino missionário. Então este Israel de Deus, composto de crentes dentre todos os povos, membros do Israel espiritual pela fé, terá uma gloriosa união frutífera com seu Deus e uma semente natural do Israel segundo a carne que se julga ser único meio legítimo de alguém ser filho e herdeiro da aliança feita com Abraão. A profecia se interpreta à luz da encarnação e do reino de Jesus entre todos os povos. Notai, porém, como Paulo modifica a figura. Aqui ele não chama o Israel espiritual a mãe. “A Escritura prevendo…” Alguém com uma lógica eclesiástica diria: O Israel de Deus é a Igreja Católica. A Igreja Católica é a grei do Papado. Logo a Santa Madre Igreja de Roma é que dá à luz filhos de Deus e extra ecclesiam mulla salus. Paulo não vai até esse ponto de exploração da figura. A mãe é a aliança da graça, não o eclesiásticos de um recrudescimento eclético de judaísmo com todos os paganismos dos séculos. Aprendemos a nunca ser sábios “além do que está escrito”. Nunca levar uma figura além de seu alcance bíblico, nunca aplicá-la a uma entidade que esteja completamente fora do horizonte do escritor inspirado. A Igreja ainda é virgem, noiva do Cordeiro. Jeová era esposo de Israel, mas Jesus ainda nos autoriza a sair pelas encruzilhadas e convidar hóspedes às bodas do Cordeiro. Seu casamento ainda está no porvir.

28 “filhos da categoria de Isaque” – Na aliança de Abraão, a promessa é dada ao indivíduo, não ao homem e seus filhinhos. Os recém-nascidos são filhos da carne, “pois o que é da carne é carne”. Todos os gentios que crêem, porém, são filhos

da promessa. Seus filhinhos que não podem crer não fazem parte da aliança, mas únicamente os que nascerem segundo o Espírito, v. 29. Um só nascimento, mesmo na família de um crente, não basta. Só os que nasceram duas vezes são "filhos da promessa". Os nascidos "segundo o Espírito" são unicamente os beneficiários da aliança. O próprio Ismael é prova de que a filiação carnal não dá a ninguém entrada na aliança. Ismael era filho de Abraão mas foi excluído do pacto.

29 "persegue" – Toda a religião legalista persegue, como Ismael, filho carnal, perseguia a Isaque, filho da promessa. Haja visto o romanismo, e mesmo Lutero, Calvino, e Zwínglio com suas ideias cerimoniais do pacto de Abraão.

30 "expulsa" – Paulo não manda perseguir, antes a perseguição é sinal de legalismo, da velha aliança. Manda, porém, separar os evangélicos dos legalistas, os filhos da escrava dos filhos da promessa, os adeptos do Sinai, dos cidadãos da Nova Jerusalém. Neste "lança fora", se refere às igrejas, não ao poder civil. Ninguém que confie na Lei e observe suas cerimónias para a salvação te direito a fazer parte de uma igreja de Cristo.

30 "Descendência natural de Abraão não constituía, título válido para privilégios nenhuma prova era também de legitimidade; Abraão mesmo expulsou de casa um filho natural, em antecipação ao método de Deus ao preferir os cristãos aos judeus. Ismael tipifica os judeus, Isaque os cristãos". ("The Approach to the New Testament", James Moffatt, p. 137.)

Podemos ver quão larga a distância que se abrira entre os judeus e os cristãos, e a posição a que a atitude de Paulo o conduzira. Imaginai um fariseu ddisposto a chamar seu povo: "Ismael!" Ismael eram aquelas tribos da península da Arábia com as quais os israelitas tinham parentesco mas contra os quais nutriam ressentimentos e ódios figadais. Agora Paulo toma o nome predileto "Israel de Deus" para uma mistura de gente cristã em que não há distinção de raça ou ração, e ao verdadeiro e histórico Israel, residente na Palestina, o apóstolo dá o nome de Ismael. Jerusalém fica transformada em Agar, escrava, concubina, fugitiva! E o odiado Evangelho se torna a Nova Jerusalém, e esses crentes cuja salvação se negava nos círculos judaizantes e cuja comunhão se recusava à mesa, eis que se transformaram naquele filho do sorriso, da paz, da aliança, da fé – Isaque. Com mais uma década, a Epístola aos Hebreus formalmente chamará todo o crente, da raça hebraica, para sair do arraial do seu povo e sofrer com seu Salvador num novo Gólgota, fora do acampamento nacionalista. Mas ainda estamos no período

de transição, em 57 d. C. Voltando a Jerusalém, Paulo ainda agirá segundo os conselhos de Tiago, Atos 21:20-26. Por ora, só há plena liberdade evangélica entre os gentios.

1 "liberdade" – "A liberdade dos gentios, de acordo com Paulo, não era uma concessão, antes era um fato absolutamente exigido. Exigia-se justamente pela interpretação mais fiel da Lei do Velho Testamento. Se Paulo houvesse sido um judeu liberal, jamais teria sido o apóstolo dos gentios; jamais teria desenvolvido sua doutrina da Cruz. A liberdade gentia, em outras palavras, não era, de acordo com Paulo, um relaxamento de exigências restritas em favor dos interesses práticos da obra missionária; era uma questão do princípio. Pela primeira vez a religião de Israel podia avançar, (ou melhor, foi compelida a avançar) em boa consciência, para a conquista espiritual do mundo." ("The Origim of Paul's Religion", por Machen, p.13.)

1 "liberdade" – "No princípio do século décimo-sexto, Deus escolhera um homem que começou a ler a Epístola aos Gálatas com seus próprio olhos. O resultado foi a redescoberta da doutrina da justificação pela fé. Sobre esta redescoberta assenta o todo da liberdade evangélica. Comentada por Lutero e Calvino, a Epístola aos Gálatas tornou-se a Magna Carta da liberdade cristã". ("Christianity and Liberalism", por Machen, p. 143-4.)

1 "liberdade" – "Na religião, bem como na vida política, a liberdade tem que ser cuidadosamente protegida; nada mais fácil do que perdê-la mais ou menos inconscientemente. Existe uma gravitação instintiva por parte do ego inferior, para nível em que regras externas e um código objetivo nos livram das obrigações da liberdade, do raciocínio próprio e da pressão de viver sob os supremos motivos de uma compreensão vital. E as forças reaccionárias jamais são tão fortes como no período imediato a um avanço. Explica-se, pois, o tom imperativo de Paulo." ("The Approach to the New Testament," por James Moffatt, p. 140.)

1 "liberdade" – "Paulo mesmo, de qualquer modo, baseia sua doutrina da liberdade dos gentios, completamente, em Jesus. Apoia a doutrina sobre o que Jesus filzera, e não sobre o que Jesus dissera, ao menos, nos primeiros tempos de sua vida". ("The Origim of Paul's Religion", por Machen, p. 13.)

1 "liberdade" – "Internamente, é bom verdade, os primitivos discípulos em Jerusalém já estavam livres da Lei; estavam realmente confiando, para a salvação, no que Cristo por eles fizera, e não em sua observância da Lei. Não entendiam

aparentemente, porém, que estavam plenamente livres; ou melhor, não sabiam bem por que estavam livres.” (“The Origim of Paul’s Religion”, por Machen, p. 19.)

CAPÍTULO V

Paráfrase: 2-12 Cristo ou circuncisão! "Qual será? Solenemente renovo minha mensagem evangélica. Ambos não! Cristo não consente em ser parte do Evangelho, apenas um dos fatores para salvar. É tudo ou nada. Qualquer posição que derdes à circuncisão, roubais a Cristo. Ele não cede terreno. Sois vós que cedereis, pondo-vos fora do caminho. Abrireis um abismo entre vós e nós, entre vós e nosso Salvador. Nele não teríeis parte. Encarcerados na Lei, teríeis de render-lhe absoluta conformidade em todos os seus 2386 mandamentos. Naturalmente seríeis uns condenados eternos, longe de Cristo e da esfera onde sua graça vos possa alcançar e salvar. É uma escolha medonha e confio e rogo que minha exortação esteja a tempo e que nenhum de vós tenha feito tão medonha decisão. Se for como eu creio, somos todos nós unidos numa salvação pela fé, não pelas obras ou ritos; num vigor moral e santo no Espírito, não no legalismo; num terreno de graça, não de contagem de mérito humano. Mesmo que haja pouco desse fermento de veneno entre vós, é demais; levedo rapidamente a massa, pelo seu fanatismo, se não for lançado fora. Confio que esta será a sentença judicial de cada igreja contra um advogado que seja do legalismo ou ritualismo. E que este incidente seja o fim da estipre! Que tal agitador fique sem descendência, sem sucessor, pois está vos seduzindo para a traição! Todo o assunto de tal fanatismo está simplesmente alheio ao Evangelho. Nem a circuncisão tem valor evangélico nem a mera atitude negativa contra a circuncisão – digo isto a qualquer um que esteja tentado a ser partidário do meu nome em oposição ao judaísmo, sem a experiência da graça que eu tenho e prego. A fé não se limita a asperezas controvérsias, mas é a força mais salutar e operosa na vida humana, pois na fé salvadora do crente reside o amor que santifica. "O amor tudo crê." A fé em tudo ama, e é operosa na santidade por este amor. Não vacilei neste Evangelho. O caso de Timóteo não é paralelo ao vosso, nem é exemplo para vós. Estou perseguido precisamente porque em toda parte prego o que aqui declaro a vós. É o único Evangelho. Sem aceitar e gloriar-se no "escândalo" da cruz, ninguém tem parte com Cristo.

2 O quinto capítulo até v. 12 salienta e reforça este argumento. É preciso entender Gál. 5:2-4 no seu contexto, nas circunstâncias e no seu ambiente. Será, modo contrário, uma fonte de perplexidade e confusão. Como pode ser a verdade absoluta: "se vos circuncidardes, Cristo de nada vos aproveita"? Paulo mesmo era homem circuncidado a Timóteo. Pois bem. Como negar aos gálatas uma parte em Cristo se forem também circuncidados?

O motivo é que os gálatas eram gentios. A circuncisão para eles seria um ato responsável, de pessoas inteligentes e conscientes da significação de seus atos, incorporando-se ao judaísmo, tomando as obrigações nacionais da Lei levítica, e fazendo-se adeptos desse sistema. Seria repudiar ao Evangelho, a graça e a cruz, e pôr sua confiança numa cerimónia, no legalismo, e no mérito humano. Seria, portanto, um passo fatal, uma decisão anti-cristã, uma negação cabal de Cristo perante os homens. Seria colocar-se fora do terreno onde Cristo salva e abençoa.

O ato de se submeter à circuncisão haveria de revelar o estado de sua alma. "Já fostes separados de Cristo tantos quantos estais no afã de ser justificados numa esfera de lei." Os adeptos d legalismo são todos incrédulos, embora façam parte, em alguns casos, de igrejas de Deus. Não diz que os crentes serão separados de Cristo se praticarem se praticarem a circuncisão: afirma, porém, que a disposição de confiar em uma cerimónia religiosa para salvar a alma revela uma alma perdida, miseravelmente enganada, já separada de Cristo. Quem é capaz dessa confiança em ritos prova que não é cristão. Sua confiança não foi posta em Cristo.

Uma religião constitui uma unidade. Uma mistura eclesiástica não e cristianismo. Às cerimónias, acompanham sua interpretação. Quem inteligentemente aceita a cerimónia religiosa da circuncisão se incorpora no judaísmo e torna-se devedor à Lei toda. Não cumprindo-a, portanto, está fatalmente perdido.

Seguem diversas conservações ponderadas:

a) Esta tentação é um impedimento para obedecer a verdade, v. 7. Notai que a verdade não é tão somente para debater e crer e argumentar, mas para ser obedecida.

b) Esta tentação é um desvio. v. 7. Deixam de correr bem na estrada real dos peregrinos para seguir uma vereda de curiosidade e novidade.

c) O Espírito não é autor desse movimento. Ele os chamou para Cristo. O ritualismo, porém, nunca vem do Espírito, pois é a morte da espiritualidade. v. 8.

d) É uma influência corruptora nas igrejas, um fermento mortífero, capaz de levedar muitos incautos. v. 9.

e) Paulo apela para a firmeza na primitiva fé cristã, e uma rejeição formal e decidida dos agitadores judaizantes. v. 10.

f) A novel doutrina desfaz a ofensa da cruz. A cruz é ofensiva, sim VISA SER OFENSIVA à soberba filosófica, moralista, e ritualista. v. 11. Sua ofensa é propositada.

g) Paulo faz votos para que os agitadores judaizantes façam mais do que circuncidar-se e assim não tenham mais prole para inquietar o povo simples de Cristo. v. 12.

Valor nenhum há na atitude de confiar em cerimónias. Nem a circuncisão, nem a atitude antagónica à circuncisão, tem valor para a alma gentia. É a atitude que tomamos para com Cristo que nos salva. Não há, igualmente, valor para a salvação em atitudes clericais ou anticlericais. Há muitos que se supõem crentes, por serem anti-clericais. Enganam-se redondamente. Somente uma atitude pessoal para com o Cristo vivo, que foi morto na cruz, pode nos salvar.

2 "Contra esse espírito de compromisso em resolver o problema, o apóstolo insiste em alternativas nítidas: um homem pode ser salvo pelas obras (se guardar a Lei perfeitamente); ele pode ser salvo pela fé. Ele não pode ser salvo, porém, por um ecletismo de fé e obras." (João Gresham Machen, em "What is Faith?", p. 193.)

2 Os pronomes neste versículo salientam que se aplica ao caso dos tentados na Galáxia, não aos judeus crentes, nem mesmo a Timóteo, ou aos muitos que foram prosélitos primeiramente ao judaísmo e mais tarde se tornaram crentes. EU continuo a dizer a VÒS, os tentados pelos judaizantes, vacilando entre o Evangelho e a Lei, entre. O Espírito e a carne, entre obras mortas e uma fé em Cristo que vivifica, a vós sofreis esse pressão medonha para repudiar o Evangelho e a graça como inadequados para a salvação: Se a vossa decisão for pela circuncisão, pela carne, pela Lei, pelas obras, então por estas optastes e somente possuireis os valores que elas outorgam. Deus não premente salvação nesta base. Repudiastes, de olhos abertos, a graça, a fé, a justiça por Cristo crucificado e ressuscitado, e a virtude santificadora do Espírito Santo que moraliza e consagra. Pois bem. Ficais sem estas bênçãos que recuastes. Cristo de nada vos aproveitará, porque não o quisestes. E se protestardes: "Sim, nós o queríamos, mas em nossos termos, ou, pelo amor da paz, o queríamos numa base de ecletismo dos termos dos judaizantes e dele também." A resposta é: "Ele é soberano, salva nas condições por ele determinadas e anunciadas no Evangelho. Ninguém é autorizado a burlar esses termos, para agradar a propagandistas e conseguir uma paz traiçoeira, pois se cada um pode ao seu bel-prazer mudar as condições de

salvação, então estamos em caos religioso. Não! Os temos são claros e inalteráveis. Tomai-os ou rejeitai-os, pois não conseguireis impressionar a Deus com uma atitude que seja considerada tanto de aceitação como de rejeição da graça. Quem a aceita, a aceita como suficiente. Quem não a aceita como suficiente, não se salva."

3 Os motivos revelam a base de juízo. O perigo da circuncisão nesta crise entre os gálatas era o motivo que impunha o ato. O lema do judaizante, desde o princípio, foi sempre o mesmo: "Se não vos circuncidardes segundo o rito de Moisés, não podeis ser salvos". Atos 15:1. Pois bem. Com um rito arvorado em bandeira, a aceitação do rito é juramento a essa bandeira. É sentar praça nas hostes contrárias a Cristo. é naturalizar-se cidadão num reino carnal, material, supersticioso, impotente para moralizar; por mais que gabe da lei moral e cerimonial, é um reino da morte e condenação. "Agora escolhestes. Esses é o vosso regime de vida. É um regime de lei. Pois bem. Sois obrigados a obedecer absolutamente a todos os 2386 mandamentos que se encontram na Lei e se uma só vez na vida tiverdes desobedecido a um só mandamento, já estais perdidos. A vossa lei que abraçastes como esperança. Não pode vos condenar. Nesse terreno, Cristo não opera. Não há salvação para vós nem qualquer outro benefício do Calvário quando repudiastes e rejeitastes como insuficiente, fútil e nula toda a obra redentora do Calvário."

3 Há decisões tão radicais que automaticamente arrastam a vida nas suas conclusões legítimas. A naturalização é uma. Se envolve a aceitação de uma pátria, são era precisamente um ato de naturalização para uma nova pátria, raça e religião. Um gentio, tomando este passo, puramente para fins religiosos, especialmente passa de um regime onde Cristo é oferecido pela graça, para outro no qual a justiça nada tem com Cristo, dependendo inteiramente da conduta do homem. Ou o circuncidado entende isto e está preparado para as consequências de repudiar a Cristo e ao Evangelho, ou é uma dessas almas vacilantes e inconstantes, incapazes de uma decisão salvadora pela fé. "Quem duvida é semelhante à vaga do mar que o vento subleva e agita. Não cuide esse homem que alcançará de Deus alguma coisa." (Tiago 1:6.)

As próprias leis humanas reconhecem o princípio em que Paulo se baseou para escrever o v. 3. É a doutrina jurídica da "escolha equitativa", tão antiga como a lei romana e incorporada à legislação de vários países modernos. Li há pouco a seguinte definição do princípio: "Baseia-se sobre o princípio de que aquele que

busca a equidade tem de se conformar com ela; que onde há dois direitos alternativos ou incompatíveis a escolher, sendo outorgado ao indivíduo o direito de escolher entre os dois, com a intenção manifesta de que não goze de ambos, então ele tem aceitar ou rejeitar um dos dois; em outras palavras, um litigante não pode aceitar um documento para gozar suas vantagens repudiá-lo para fugir de usas desvantagens. Embora seja doutrina jurídica raramente invocada, nem por isto deixa de ser lei, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra." (Cita a decisão de um tribunal superior): "Quem aceita alguns benefícios de um testamento ou instrumento precisa adotar todo o conteúdo do documento, conformar-se com todas provisões e renunciar todos os direitos incoerentes com o benefício procurado, lealmente cumprir todas as disposições de testador." Paulo, no terreno de lei, era especialista. Está de pleno acordo com as praxes de seus tribunais na civilização romana. Nada mais justo do que sua decisão: "Eis que eu, Paulo, vos afirmo que se fordes circuncidados, Cristo em nada vos aproveitará. Ora, vou repetir meu testemunho a cada homem que se circuncida, que ele é devedor, obrigado a por logo em prática a Lei inteira. Tantos quantos estão no afã de ser justificados numa esfera de lei já fostes, de vez desligados de Cristo, decaístes de sua graça."

Nenhum adepto do ecletismo pode fazer para si uma bandeira nacional, escolhendo da bandeira do Brasil o Cruzeiro do Sulm da do Uruguai o sol, da Itália a coroa e a cruz, da do Vaticano as chaves, da Turquia o crescente, da dos EE. UU. as listas, e da de França um fundo tricolor e com esse ecletismo simbólico navegar os sete mares com direitos de cidadão de todas as nacionalidades representadas na bandeira. Não! Ele será tido por um pirata, não uma alma de mente e emoção "larga". Semelhante bandeira é rival e traidora de todas as outras bandeiras, que parcialmente roubou e cuja jurisdição procura de qualquer maneira gozar. O ecletismo na religião termina ficando sem religião de espécie alguma.

4 "Tantos quantos estão no afã de vos justificar numa esfera da lei, já fostes anulados em separação absoluta de Cristo" – Cristo e Lei são duas estradas. Ninguém anda nas duas depois de passar a encruzilhada. Se está agora realmente no afã, na jornada, pela estrada da Lei, o fato torna claro outro fato. Já fizestes uma escolha terrível. Já vos separastes da outra estrada que lá na encruzilhada podíeis ter escolhido. Cada passo vos distancia mais de Cristo. todo o esforço apenas aumenta a distância. A escolha terrível consistiu em uma vez por a mínima confiança em lei, ritual, moral, nacionalismo ou religiosidade, para salvar. Quem opta uma estrada de vida, cancela toda a possibilidade de vida na outra estrada.

Cristo é o caminho. Ninguém vai ao Pai senão por ele. Se num surto de loucura fatal fizestes vossa decisão final e irrevogável pela senda da Lei, então Cristo é nulo para vós e vós sois nulos para Cristo. agis em esferas diferentes e afastadas. Vós fostes roubados de Cristo; Cristo foi roubado de vós. O proselitismo judaizante privou o Salvador e o pecador da união de ambos, na graça que se canaliza por via da fé. A pior ladroeira na vida é esta que rouba a Jesus os frutos do calvário numa vida que podia ter sido salva, e rouba a esta vida sua parte em Cristo crucificado, prometendo-lhe por cerimónias e ritos e uma moralidade superficial e externa, a salvação e o céu. De todas as mentiras é a mais diabolicamente mentirosa. De todas as explorações, é a mais nefanda. Não é de admirar que Paulo exclamou: "Anátema."

4 "Separados de Cristo" – "A religião de Paulo, como a antiga religião de Israel, exigia uma devoção absoluta e exclusiva. Podia alguém inscrever-se nos mistérios de Ísis ou Mitras sem, de todo, abandonar suas crenças anteriores; se pretendia, porém, ser recebido na igreja, de acordo com os ensinos de Paulo, importava desprezar outros salvadores pelo senhor Jesus Cristo". ("The origin of Paul's Religion", por Machen, p. 9.)

4 "em separação de Cristo"… "fora da graça" – é uma das passagens em que alguns evangélicos incoerentes e os católicos romanos e outros legalistas baseiam sua propaganda da doutrina chamada "apostaria". Esta doutrina anti-evangélica de alguns evangélica trata-se do seguinte. Converte-se alguém ao evangelho num avivamento religioso. Passado o fervor, este convertido cai em pecado, fica bêbedo, adultera, furta, briga na rua, comete um escândalo qualquer. "Apostatou." Perdeu a salvação. É preciso em outro avivamento buscar a salvação de novo. E a vida cristã de tais evangélicos toma o aspecto de um passeio em dia instável. A religião é guarda-chuva. No momento em que chove, a pessoa esta tristonha, séria e eleva o guarda-chuva. Passada a chuvinha, volta a ser alegre, esquece o guarda-chuva, folga e dança. Vem outra chuva, outro avivamento de guarda-chuva. Passada a última gota, o triste guarda-chuva de novo se encosta.

"When Devil was sick, the Devil a saint would be.

When Devil got well, a devil of a saint was he."

Tais pessoas não sabem a abc do Evangelho. Para elas, tudo depende das obras. Melhorando, durante a série de conferências evangélicas, sua vida exterior e gozando a camaradagem dos crentes, apressam-se em afirmar que são crentes

também. Perdendo esta moral superficial, julgam tudo perdido, pois não sonham que ser salvo não é uma questão muito simples de guardar ou não guardar os dez mandamentos. Nunca por um instante da vida tiveram uma ideia evangélica, nunca souberam que o homem é salvo pela graça, pois se o souberam não pensariam que uma salvação que vigora num terreno de graça se perde tão frivolamente num terreno de obras e se ganha tão frivolamente de novo em outro terreno de obras. A opinião destes pseudo-crentes é absolutamente a mesma, em sua atitude fundamental que a dos judaizantes e suas vítimas entre os gálatas.

É quase inútil afirmar aos tais contradizentes da Palavra de Deus que esta vale mais do que suas opiniões tão dogmáticas. Dizem: "Mas eu SEI que fui salvo e que perdi a salvação." Minha resposta é: "Pela autoridade da Palavra revelada da Santíssima Trindade eu contesto sua afirmação. O sr. não soube analisar sua suposta experiência cristã. A graça de Deus na experiência não é uma coisa fútil e efémera. A única vida cristã da qual o Espírito Santo é o autor pela regeneração é a VIDA ETERNA. Se o sr. não recebeu VIDA ETERNA de Jesus Cristo quando creu, não recebeu vida alguma, pois "o dom de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor", Rom. 6:23. Se a suposta vida proveniente de Deus não se provou eterna, é prova que não foi de espécie alguma e que o sr. ainda está morto em seus delitos e pecados e sempre tem estado moral e espiritualmente morto. O sr. não está em condição de ter opiniões sobre doutrina cristã, porque doutrina cristã é espiritualmente discernida, e aos que não tenham a vida eterna, falta-lhes a capacidade de discernir realidades espirituais. Sua argumentação da lógica da carne nada vale. Temos uma revelação clara e cabal sobre o assunto. "Se alguns não tiveram fé, porventura a sua falta de fé anulará a fidelidade de Deus? De modo nenhum? Antes Deus seja achado verdadeiro, e todo o homem mentiroso." Qualquer interpretação da vida eterna do crente que a faça degenerar numa vida instável, impotente e imoral de um vira-casaca incurável é uma mentira de baixeza blasfema, uma afronta à veracidade de Deus."

Ora nesta passagem não se trata dessa casta de gente. Ninguém acusa os gálatas de ofensas contra a moral, neste transe de sua vida. Os judaizantes não estão incentivando-os para uma vida de boémios! Absolutamente o contrário! São pessoas que estão dependendo em sua abstenção de imoralidade e em praticarem a Lei para se salvarem. Sua vida procura ser imaculada. Quanto maior o êxito neste afã, tanto mais certa a perda de Cristo, o afastamento da graça, o desvio por completo do Evangelho, a fé genuína, o Espírito e a justiça objetiva do Calvário e subjetiva da santidade. No instante de decidirem que a estrada real de

religião é guardar mandamentos para conseguir as bênçãos de Deus, partiram da encruzilhada dos caminhos da vida e da morte, escolheram o da morte. Cristo é nulo para eles, e eles são nulos para Cristo. são moralistas, no afã da salvação pela moral e pelo cerimonialismo, que são as vítimas desse terrível engano. Os fracos adúlteros e ladrões e bêbedos e mundializados que um dia afirmam ser crentes e outro dia afirmam ser perdidos não estão absolutamente no horizonte deste solene versículo. São uma casta de gente sem seriedade, inferior mesmo aos judaizantes, os quais, se abraçam o sistema de guardar mandamentos, pelo menos faziam um esforço sério de vida estável no que professavam. (Meu opúsculo "A Salvação do Crente é Eterna" discute esta e muitas outras passagens paralelas em relação ao mesmo assunto). Naturalmente, há muitos crentes cuja lógica anda pela cabeça alheia enquanto seu coração se apega somente a Jesus no íntimo, fundamento de sua esperança de salvação. Os tais são salvos a despeito de sua lógica. A graça que não sabem discutir foi e é eficaz e suficiente para os salvar e guardar eternamente, a despeito de sua lógica sectária.

6 Sobre a frase "em Cristo", David Smith diz: "Em Cristo, a fórmula que expressa em resumo a relação do crente a Cristo e tudo que daí resulta, nunca é encontrada nos Simóticos, e no Quarto Evangelho apenas em conexão com as frases "permanecer" e "ser um". É puramente de Paulo, e se refere exclusivamente ao Senhor ressuscitado (cf, II Cor. 5:16). A ideia tem várias analogias: o homem tem de estar no ar para poder respirar, o peixe na água para viver, a planta no solo para crescer. Observai o nexo da experiência cristã, segundo Paulo: (1) Cristo em nosso lugar – Substituição (cf. II Cor. 5:21). (2) Nós em Cristo – Justificação (cf. II Cor. 5:17; Rom. 6:11). Ele morreu por todos (cf. II Cor. 5:14, 15; João 3:16), portanto, todos salvos in posse, mas nenhum in posse a não ser que esteja em Cristo, descansando sobre Ele pela fé pessoal que apropria para si a salvação. (3) Cristo em nós – Santificação (cf. Gál. 2:20; II Cor.13:5; Rom. 8:10). Tanto está o ar no animal como o animal está no ar. (4) Nós em lugar de Cristo – Consagração (cf. II Cor. 5:20). ("The life and Letters of St. Paul", p. 202).

6 "Uma fé que é sempre operosa por via de amor" – Paulo, bem como os judaizantes, cria que o guardar a lei de Deus está, em seu aspecto mais profundo, inseparavelmente ligado com a fé. A diferença consistia na ordem – talvez nem na ordem temporal – de três passos. Dizia Paulo que o homem (1) primeiro crê em Cristo, (2) é justificado, depois, diante de Deus, (3) e começa então imediatamente a guardar a lei de Deus. Os judaizantes diziam que homem (1) crê em Cristo, (2) guarda a lei de Deus o melhor possível, (3) e é então justificado. A

diferença pareceria ao cristianismo moderno e ‘prático’, assunto altamente sutil e intangível, pouco digno de consideração, em vista da grande proporção de acordos no terreno prático.

“Tal pretensão de associar com a obra de Cristo nosso próprio mérito, Paulo via, claramente, ser a essência da descrença: Cristo fará tudo, ou nada fará. Assim a única esperança é atirar-nos sem reservas sobre sua misericórdia e confiar nêle para tudo.” (Christianity and Liberalism,” por Machen, p. 24 e 25.)

9 Acontece que às vezes, pessoas emancipadas não gostam da liberdade. Preferem a gaiola, a prisão, o jugo sobre a cerviz. Os gálatas eram desses insensatos. Paulo considera erro religioso uma escravatura. V. 9.

O apóstolo sempre afirma predestinação e escolha do povo de Deus. “Conhecendo” e “conhecido” são termos que indicam inclusão no pacto da graça. Paulo afirma que ser “conhecido” por Deus vem antes de conhecermos a Deus.

Sua classificação das cerimónias é: “rudimentares, impotentes e depauperadas”. Alias, não há maior impotência do que uma religião que consiste principalmente em cerimónias. Suas vítimas são escravizadas.

11 “ofensa da cruz” – “Que dizeis?!!! EU, que incorri no ódio figadal dos judaizantes, EU, que estou exposto a uma perseguição sem fim partindo deles, estou eu pregando a circuncisão? Então, dizei-me por que razão é que eles me perseguem?! Com toda a segurança assevero, antes, que aquilo que os escandaliza em minha doutrina, a cruz, com sua expiação eficaz do pecado, ficou desfeito, se eu, como querem agora vos alegar, adotei o método deles e principal a pregar a circuncisão.” (Ramsay, in loco).

1 “ofensa da cruz” – “Duplo escândalo: (1) a ideia de um Messias crucificado, visto que os judeus esperavam um rei vencedor; (2)a necessidade de expiação, visto que na concepção deles concernente à Lei o arrependimento e a prática cerimonial bastavam.” (David Smith in loco).

12 Dificilmente o Ocidente entenderá o Oriente e Escritura orientais. Na Índia a terra está cheia de templos dedicados ao sexualismo. Há tantas e tão vastas imagens do órgão másculo da procriação que a adoração do falo parece a religião nacional. E o judaísmo, partidário do extremismo farisaico, crescia no sexualismo. Também para eles a magna arena das vitórias do proselitismo estava no terreno do prepúcio. Paulo disse que o móvel de toda essa inglória campanha judaizante

era para que contassem prepúcios circuncidados, como o índio norte americano gabava de seu scalps – “querem fazer-vos circuncidar para se gloriarem na vossa carne,” Jesus disse que os fariseus rodeariam o mar e a terra para fazer um prosélito; e depois de conquistá-lo por esse rito sujo, seu propósito estaria acabado e, em companhia deles, o neófito no judaísmo, só com esse “sacramento” imundo para o santificar, se tornaria, logo em dobro, um espírito infernal mais perdido do que seu iniciador no proselitismo. Terrível linguagem do “meigo” (?) Nazareno! A de Paulo não é mais violenta, mas é um pouco mais direta. Ele faz votos para que no seu entusiasmo pela obscena cirurgia fossem além da circuncisão e se castrassem. V. 12. Não se permite a Paulo dizer em nossas versões o que ele realmente pensava e disse. Esta é a luta mais tremenda dos séculos. A Epístola aos Gálatas não é uma poesia senão um brado de guerra. O terreno de suas discussões não é um instituto de beleza mas um campo de batalha. Os pacifistas em apologética e os covardes em doutrina acharão mais sossego em outro canto lendo seu “Chácaras e Quintais” ou as novas efusões poéticas. A Epístola aos Gálatas é o Lusíadas da literatura bíblica, da vitória da cruz sobre uma superstição poderosa, indolente e suja. Só compreendendo esses fatos é que podemos mesmo tolerar, para não falar em acolher, esta Escritura, mas rodas polidas da sociedade efeminada hodierna.

Paráfrase: 13-15. Disse estas palavras duras porque a ofensa do agitador judaizante é gravíssima. Deus vos chamou para a liberdade evangélica. Esta não é de livre escolha, é essencial ao cristianismo. O antagonista, pois, anula o próprio propósito divino na vossa chamada, baixa alvo por Cristo estabelecido, remove o “escândalo” da cruz. Ao querer afastar-vos do terreno onde podeis ser livres, ele quer-vos afastar do terreno onde podeis ser salvos, santos e espirituais, pois a graça, a fé e o Espírito são a fonte de tudo isso. Apresso-me em dizer, porém, e com igual intensidade, que a liberdade evangélica não é licenciosidade carnal. Não. Nossa liberdade é escravidão mútua voluntária. Vivei como servos mútuos sempre. “Benditos laços são os do celeste amor”. Mas, são laços. Não podemos seguir o nosso bel-prazer. Somos presos ao amor fraternal. Cuidai dos perigos de controvérsia, mesmo sobre o Evangelho. Se a controvérsia afugenta de vossos corações o amor, e viveis quais feras numa jaula, mordendo-vos e arranhando-vos, sentido! O partidarismo é seu próprio castigo. Uma facção não ficará triunfante sobre outra. Ambas se aniquilarão mútua e tragicamente.

13 “chamados para um regime de liberdade” – Firmemos em nossos corações que a liberdade é um sagrado dever cristão. Cristo é seu autor. Estão desfazendo

o que Cristo fez os que diminuem ou usurpam a liberdade de consciência do homem em Cristo. “Para tamanha liberdade Cristo nos libertou a nós. Perseverai na firmeza, portanto, e deixai de ficar emaranhados novamente num jugo de escravidão.” A liberdade não é facultativa. É elemento indispensável ao caráter varonil, da espiritualidade cristão, da responsabilidade humana. Ninguém pode ser responsável se não for livre. O boi não é responsável, e de si próprio não puxa o arado. Ele trabalho por causa do jugo e do ferrão e do chicote.

É um sinal de depravação humana que os homens queiram o jugo do judaísmo, do jesuitismo, e do sacramentalismo sobre suas cervizes. São os decaídos que pedem o jugo, que anelam pela escravatura, que oferecem as mãos às algemas.

Cristiano nos deixou alternativa. Temos de ser livres. Pois, o cristianismo é uma vida, uma vida de eternas responsabilidades, e ninguém pode ser responsável se não for livre. Se não é livre, sua primeira responsabilidade é a libertar-se. Questões entre a alma e seu Deus escusam a intervenção de terceiros. Somos obrigados pelo Novo Testamento a ser democratas na religião e individualistas na fé e na obediência que rendemos a Cristo.

Essas ideias, porém, são perigosas às almas que não forem dominadas por Cristo, às almas que não forem cristãs. O cristianismo é a aceitação de Cristo como Senhor, e Sacerdote e tudo mais para os misteres religiosos de nossas almas. Quem finge ser cristão, sem o ser, naturalmente fará naufrágio da liberdade como “esgoto da carne”.

13 “carne” – Nunca nos enganemos com a ideia de que “a carne” quer dizer o corpo, nosso elemento físico, as arrobas de nosso peso. O pecado não reside aí. “a carne” não é o corpo, nem está no corpo. A sede da responsabilidade está na alma, na consciência. “A carne” quer dizer nosso ser não regenerado, tudo quanto em nós não tiver sido santificado por Cristo. Paulo fala da “mente da carne”, Rom. 8:7, “a vontade da carne”. Efés. 2:3, “entendimento da carne”, Col. 2:19 e notai quantas “obras da carne” são pecados intelectuais e espirituais. A carnalidade é uma moléstia da alma, das raízes morais do nosso ser, e não moléstia física como a sarna ou a bexiga. Cristo ensina que todo o pecado procede do íntimo do homem, do “coração”.

13 “vivei em escravidão mútua” – A liberdade cristã é social e sacrificial. O contrário da carnalidade não é o ascetismo, mas a sociabilidade santa e altruística. Somos salvos um a um, numa responsabilidade pessoal e isolada e

particular, e, na salvação, somos sobrenaturalmente colocados na família de Deus, no reino de Cristo, na irmandade dos santos, e temos que funcionar socialmente. Rescusemos aceitos o jugo de escravidão; "vivei em escravidão mútua". É o paradoxo da graça e espiritualidade. Um grupo de individualistas sem vontades santificadas, se mordendo e se consumindo mutuamente, é a coisa mais afastada do cristianismo almejado por Jesus que se possa imaginar. A soma toda a virtude cristã é: "Amarás ao teu próximo como o ti mesmo".

Parecemos uma dupla personalidade, gémeos que sejam inimigos, cada um lutando para própria vida diária. Esta personalidade dividida, nós a conhecemos demais. Tão boas resoluções, tão santos propósitos. E quanto fracasso, quanta carnalidade inesperada, quanta tentação que nos assola, e nos vence incontinente. Prevenido é ser meio armado. Se não tivermos demasiada confiança, mas, pelo contrário, avaliarmos que estamos numa luta que nunca termina, não seremos tão facilmente tomados de surpresa pela tentação. Humilhai-vos, pois, na vossa própria personalidade; existem recursos de perversidade satânica no vosso próprio coração, uma falange de impulsos diabólicos na cidadela da vossa alma. É preciso lutar contra este inimigo que é o próprio eu do homem, e substituir seu domínio pelo poder e autoridade de Cristo. de outra maneira, o vosso cristianismo é negativo.

13 "O contraste entre "carne" e "espírito", portanto, não é o contraste entre a matéria e o espírito; é, porém o contraste entre a natureza humana, da qual o pecado apossou-se, e o Espírito de Deus." ("The Origim of Paul's Religion", por Machen, p. 265 e 276.)

14 Vede, no fim deste livro, o estudo suplementar sobre "O Fruto do Espírito" e a discussão deste versículo, citado também por Jesus Cristo no mesmo espírito. Sobre o facciosismo e os males da controvérsia, lede a nota sobre versículos 19 e 26.

Paráfrase: 16-24 – Longe dessa obra destrutiva de facções nas igrejas aí ser a liberdade evangélica, é duplamente nociva. Seu princípio fundamental é o legalismo, que é anti-evangélico; e sua atitude característica é destrutiva, faccionado a unidade essencial de cada igreja e a cooperação de todas elas. O legalismo e a carnalidade, pois, são os aspectos dessa vida judaizante; pela Lei a liberdade é negada, pela carne é contrafeita. Outra vez o ecletismo é impossível. Como tendes de escolher entre Cristo e a circuncisão, igualmente haveis de optar entre o poder vivo no Espírito santificador e a energia da carne nos seus esforços

impotentes para guardar a letra morta em obras mortas. Eu vos exorto a optar pelo Espírito e a tomar cada passo de vossa peregrinação no Espírito Santo, pois é a única esperança de serdes santos. A Lei e o Espírito igualmente condenam a carne, que é a vossa personalidade em todos os seus aspectos e tendências, à parte da graça de Deus. A Lei é impotente para conseguir coisa melhor. O Espírito é eficaz. "Minha graça te basta," dirá o Senhor em cada emergência da vida. Simplesmente não são cidadãos do reino de Jesus Cristo os que vivem em sexualismo, em superstição, na animosidade, e na atmosfera do agitador ou numa vida social desregrada. Pelo contrário o efeito manifesto vital do poder do Espírito na vida cristã é o caráter ideal. Contemplai uma personalidade em que estão completos, simétricos e harmoniosos o amor, o gozo, a paz, a longanimidade, a operosidade benfazeja, o bom caráter, a fidelidade, a mansidão, o domínio próprio. Esta personalidade terá que temer qualquer lei? Bem sabeis que nunca houve lei que a igualasse nem haverá lei que a toque para fazer-lhe mal. Para a obra completa do Espírito Santo em vós, quando comparecerdes no juízo, os justos aperfeiçoados, não há lei universo que seja capaz de uma sentença condenatória. Largai o medo de lei, pois, considerai a carne morte no Calvário e expandi em vós a vida do Espírito de Cristo.

17 "continuamente… em contrariedade" – Entre a natureza baixa do crente e o Espírito no seu coração há uma guerra constante. Não podemos chegar, por isso, à perfeição nesta vida v. 17. A confiança na Lei, porém, é uma arma carnal e fraca. A verdadeira esperança da vitória é por meio do Espírito Santo. Podemos com o seu auxílio e soberania em nossas vidas crucificar as paixões e cobiças da carne e encher a nossa experiência com o poder das bênçãos do fruto do Espírito.

19 Vejamos a operosidade do nosso eu decaído, "a carne". São quinze obras que Paulo enumera e outras são subentendidas. Podemos dividi-las em grupos quais cachos de frutas amargas e venenosos.

Primeiro cacho – o pecado sexual. O dom do sexo é santo, e visa os mais nobres ideais que Deus implantou na humanidade – a paternidade, o doméstica, a perpetuidade da raça com uma forte hereditariedade salutar, a proteção da mulher e dos filhos, os alicerces da sociedade, do Estado, e da religião. É o abuso dos grandes dons, porém, que constitui grande pecado. É o excesso, a imposição, o desprezo de direitos mútuos, a ausência do apoio da sociedade a essa solene união, pelas suas formas estabelecidas, a bestialidade, a ignorância de que o amor é querer o bem estar da pessoa amada e não a gratificação própria – tudo

isto engolfa a humanidade numa onda de miséria. E o mais santo gozo e dom de Deus que foi dado à nossa raça se torna fonte de amargura, moléstia horrível, anarquia, corrupção, imundícia, a religião, e uma praga até a terceira e quarta geração que é pior que todas as pragas do Egipto.

Jesus chamou a sua geração "esta geração adultera". Pois seu principal característico foi a perda da moral e domínio próprio no terreno das paixões sexuais. Quando enumerou os mandamentos a um moço, colocou em primeiro lugar: "Não adulterarás." E Paulo também servia a Deus numa geração adúltera, talvez a mais adúltera que a história humana tenha conhecido, a geração do Nero e Petrônio e dos Herodes. As primeiras obras da carne que o apóstolo menciona são a prostituição, a impureza e a lascívia – atos, pensamentos, palavras, hábitos e cobiças itícitas, de natureza sexual. O primeiro perigo de todos, ei-lo aqui.

O segundo grupo de pecados a que o homem natural é inclinado são: a idolatria e a feitiçaria – superstição, o receio do que haja poder sobrenatural inerente em coisas materiais e atos físicos. Toda esta superstição é do homem natural, o homem sem Deus, o homem decaído. É tudo entrando ao homem sobrenatural, o homem em Cristo, o homem crente. A idolatria é todo o culto a imagens ou a coisas materiais, embora o adorador vise agradar a um espírito invisível e espiritual. Aliás, não há idolatria que não vise agradar a algum espírito, por curvares diante de uma coisa material que o represente.

A feitiçaria é típica das superstições que julgam haver poder sobrenatural em atos físicos, em cerimónias. toda a confiança em sacramentos como meios de graça salvadora é da mesmo essência que a superstição.

O terceiro cacho da árvore do mal é: "discórdias, disposição contenciosa, ciúme, surtos de ira a ferver, politicagens, separações por desconfiança, facções, invejas", - oito frutos venenosos e amargos. São o elemento principal da carnalidade.

Verdadeiramente, temos aqui o perigo principal das igrejas, contendas internas, movimentos partidários, inimizades, ciúmes, invejas. Tudo isso se manifesta. Que cada qual saiba afasta-se do começo de toda a facção numa igreja. Que nos lembremos de que a resposta branda desvia o furor, mas a palavra dura excita a ira. Que compreendamos que o espírito faccioso é pecado, evidência de que sua vítima nada sabe do reino de Deus, v. 21.

Restam duas obras da carne: as bebidas e as festas licenciosas. Parece estranho haver necessidade de semelhante exortação a igreja, mas também hoje em dia não estamos isentos de semelhante carnalidade na comunhão das igrejas.

19 Por que o apóstolo Paulo – compreendendo-o como a pronunciar o julgamento cristão – estabelece tão enfaticamente que a embriaguez é um impedimento à “herança do reino de Deus”? Isso não pode ser esquecido como uma simples ameaça eclesiástica, aplicando provas artificiais com respeito ao membro de uma igreja nesta vida, ou à entrada em um lugar denominado céu na vida de além. O reino de Deus significa o governo de Deus na vida humana, conduzindo homens e mulheres a tal ordem e relação social que resulte em plenitude de vida e de todos os seus poderes e graças. Isto naturalmente implica numa sociedade corporificada daqueles que são assim governados, e tal corporificação do reino de Deus deverá ter seu início em um lugar ou noutro, em algum tempo neste mundo, ou em lugar e tempo que corresponda ao que chamamos o “outro mundo”. O império, o reino, o governo de Deus, porém, é sempre descrito em termos de caráter; os princípios de ordem são: verdade, justiça, e amor ou boa-vontade, e os característicos resultantes são tais como: amor, paz, alegria, força, etc. A embriaguez nada tem em comum com estas coisas. Pelas mais acuradas provas científicas verifica-se que ela obumbra a vista, incompatibilizando-a com a verdade; choca-se com justiça, pervertendo o juízo; paralisando a vontade, certamente impossibilita a boa-vontade.

É significativo, para a interpretação cristã de nosso problema, que, na lista dos “frutos do Espírito”, o último lugar – de um ponto de vista, o clímax – é dado à “engkrateia”, domínio próprio. No maravilhoso simbolismo da Cidade Santa, de origem divina, a qual porém, descerá à terra, a pedra de cúpula das virtudes fundamentes é a ametista, que significa “não ser ébrio”. São o aspecto positivo e negativo da mesma coisa. Pois que a embriaguez é o solvente do domínio próprio, inimigo de toda a sociedade humana e divina. A embriaguez, por sua natureza, exclui da sociedade, pois o homem que não se controla é um perigo para os outros, bem com é incapaz de participar devidamente da cidadania. Em defesa própria, a sociedade tem de tratá-lo, não como cidadão real, às vezes, porém, como criminosos, talvez lunático e ainda como criança. (Citado de uma revista).

21 “reino” – “Jesus e Paulo apresentam o mesmo ponto de vista quanto ao reino de Deus. O termo ‘reino de Deus’ não é muito frequente nas Epístolas; é usado, porém, como sendo familiar aos leitões e quando ocorre, tem o mesmo sentido

que nos ensinos de Jesus. A similaridade aparece, primeiro, em um característico negativo – tanto com Jesus quanto com Paulo, a ideia do Reino está divorciada de toda a associação política e material. Isto pode parecer-nos o mais lógico dos fatos. Não o era, porém, no judaísmo do primeiro século. Bem contrariamente, significava nada menos que uma revolução no pensamento e na vida.

"A similaridade não é, porém, meramente negativa. Em seu aspecto positivo, o reino de Deus nos ensinos de Paulo é semelhante ao que aparece nos ensinos de Jesus. Tanto Jesus quanto Paulo advogam que na admissão pesam implicações éticas. 'caso não sabeis,' diz Paulo, 'que os injustos não herdarão o reino de Deus?' (I Cor. 5:1-9). ("The Origin of Paul's Religion", por Machem, p. 160.)

22 "fruto" – Existe no vosso quintal uma árvore cuja natureza esteja em dúvida? Esperai pelo fruto e será conhecida. Sabemos, do mesmo modo, que temos o Espírito Santo porque seus frutos aparecem em nossa experiência, amadurecem em nossa vida.

Como a primeira obra da carne é o amor degenerado, a sexualidade, assim também o primeiro fruto do Espírito é o amor genuíno. É uma graça e virtude mais larga, mais profunda, mais cheia de afeto e ternura do que a "caridade".

Não deixemos ao mundo as poderosas palavras que expressam a experiência cristã. Santifiquemo-las pelo Evangelho. Um termo que traduzimos por amor no Novo Testamento significa beijar, no grego profani; foi, porém, usado pelos apóstolos a respeito do amor espiritual que temos para Deus. Não consentiram em abandonar para os depravados uma palavra santa. De igual modo elevemos o vocábulo "amor" à sua categoria de membro das três graças, aliás a mais excelente de todas, segundo o hino de I Cor. 13, cantado por Paulo.

O primeiro sentimento operado em nosso ser regenerado é o amor a Jesus Cristo e a Deus que no-lo deu, e então ao seu povo e ao mundo perdido que Cristo ama. Este amor é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo que nos é dado. Rom. 5:5.

Podemos amar àqueles de quem não gostamos, pois o amor é a disposição de dar-nos a nós mesmos em benefício de outrem.

O assunto negativo da Epístola é a Lei e a sua impotência salvadora, moralizadora e santificadora. Aqui temos o ensino positivo e prático, a alternativa evangélica ao legalismo – o fruto do Espírito na vida dos regenerados, dos justificados por

meio da fé salvadora e santificadora. É tão desprezado este assunto, hoje em dia, tão negligenciado este ideal da vida cristã, que demos um estudo suplementar a sua interpretação e aplicação à vida da atualidade. Para este estudo chamamos a atenção especial do investigador e acrescentamos aqui mais algumas notas.

22 “amor” – Há duas pirâmides que se vêem na vida. Os atletas fazem, na sua ginástica, uma pirâmide humana. Um ágil moço galga posição no ar, descansando os pés sobre os corpos de seus colegas inferiores em posição. Outro passa por cima de seus ombros, até quase tocar a cabeça do mais elevado no teto da casa. estas pirâmides são inseguras. Quem as vê formar-se bem sabe que irão desfazer-se tão rapidamente quanto se ergueram. Assim é a vida ou a igreja que se edifique sobre o egoísmo ou a ambição.

As pirâmides do Egipto duram ainda após tantos séculos. Seus alicerces não são de momento, de uma ágil prestidigitação. E não são apenas de pedra dura. Ali, também, se construiu sobre vidas, vidas cultas e peritas, vidas incultas mas trabalhadoras, vidas de soberanos, engenheiros, matemáticos e pedreiros, a vida unida de um vasto império de sabedoria, culto e poder. E seu monumento permanece através dos séculos. Assim Cristo edifica. Ele se faz de si mesmo, por um sacrifício eterno, o alicerce e de nós as pedras vivas, cada uma firme e inabalável em seu lugar. Jesus ainda edifica. E a argamassa que ele usa é o amor, a disposição que o crente espiritual sente de dar-se a Cristo e de encher seu lugar e desempenhar sua missão altruística.

22 “paz” – Um vizinho meu enloqueceu. Sua mania era tomar grandes sacos de sal e sair nos campo a semeá-lo. Todo o dia, trabalhava como escravo, arduamente semeando o sal. Assim é a mania do amargurado. Semeia a amargura e destrói o gozo, a paz, e todo o demais fruto viçoso do Espírito na sua própria vida, no seu lar e igreja e no meio ambiente social. Semeai a paz e a colhereis, com espiritualidade.

24 “Crucificaram” – Vede a paráfrase e a nota sobre 6:14.

CAPÍTULO VI

Paráfrase: 5:25 – 6:5 – A vida no Espírito! Eis a norma do Evangelho e dos crentes.

Somos soldados nas fileiras do Senhor dos Exércitos. Marchemos em união, em disciplina, em perseverança. Marchemos com passos cadenciados. Se o mesmo espírito nos orienta, não será em unidade de convicções e propósito? Não entravemos a marcha unida e o progresso e a vitória com desvios para a esquerda ou para a direita em rivalidades pessoais ou atitudes irritantes. Ninguém marcha pavoneando-se para sofrer dissipação em vaidades ocas.

A marcha, porém, cansa! Ah! isso é outra coisa. Ao camarada que tropeça na longa jornada e cai, impensadamente, carreguemo-lo em nossos braços até que de novo ele nos possa acompanhar. O exército não abandona seus enfermos. Nosso dia de cansaço e fraqueza talvez venha chegando. Lembremo-nos de que somos pó. A essência daquele lei do amor que Cristo nos deu é o altruísmo serviçal, a ternura prática, a camaradagem fraternal. O fardo daquele que tropeçou – alguém o leve, como leve avante também aquele que tropeçou. E quem é forte para si e para outro não se envaideça de sua força. Saiba bem a obra que leva a termo e se meça pelo realmente fez com êxito. Se é forte, é responsável pela sua força. A quem muito se deu, do mesmo muito se pedirá. Tal capacidade, tal responsabilidade.

5:26 a 6:10 – Paulo sempre procurou nas igrejas a união da verdadeira doutrina e a vida coerente entre regeneração pela Espírito e os frutos do Espírito, e entre fé e as obras.

1. A nova vida como uma fraternidade. 5:26-6:6. (a) Admoestação contra a vanglória. O homem que sabe as doutrinas de Paulo realmente tem uma aquisição rara. Existe a tendência de ficar soberbo pela própria crença no Evangelho. Há tentação de desprezar os crentes fracos que não reconhecem os seus privilégios no Evangelho. Este espírito provoca ódio aos fortes e deve ser evitado. O Espírito ama a todos os crentes. Se tivermos o Espírito, não provocaremos a nenhum deles pela manifestação de qualquer superioridade real ou imaginada. (b) A resposta à vanglória é sempre a inveja por parte dos outros. Um professor meu dizia: “Moços, pregadores no Seminário, nunca fiqueis ansiosos com medo de que o vosso próprio mérito não seja apreciado. Fazei o vosso trabalho bem. Haverá sempre quem aprecie a vossa diligência e o valor do vosso trabalho.” A inveja é a ferrugem do caráter. (c) Pelo lado positivo, a vida do

Espírito é simpatia e consideração. As tragédias da disciplina nas igrejas vêm da negligências do versículo 1 do capítulo 6. Começo uma igreja que nunca decida uma questão de disciplina séria sem um dia de oração pelo desviado. Esta compaixão tanto ganha o ofensor como é também a melhor fortaleza contra a mesma tentação na própria vida. (d) A lei de Cristo não é cerimonial mas benéfica. O crente egoísta não pode cumpri-la. O seu cumprimento está em levar as cargas dos outros. (e) A despeito disto cada obreiro é julgado por sua própria obra. Um profundo exame revelaria que, muitas vezes, quando pensamos ser alguma coisa, não somos nada, enganados em nossa opinião a respeito de nós mesmos. A prova é a obra e a sua duração. Nenhuma simpatia de outrem pode me livrar da minha própria responsabilidade.

2. A nova vida como semeadora e ceifa. O apóstolo está ensinado a virtude de gratidão e o dever de sustento do ministério. Por esta razão sua doutrina tem lugar importante para qualquer igreja e deve ser pregada fielmente pelos pastores. É o plano divino que os pregadores do Evangelho dêem o seu tempo ao Evangelho e recebem o seu sustento material daqueles a quem trazem as bênçãos espirituais. Requer-se, também, que os pastores vivam como os membros, não em escala superior ou inferior. “Aquele que é ensinado na Palavra faça participante em todas as coisas boas aquele que o ensina.” Eis a divina reciprocidade. Havia e há hoje aqueles que se eximem deste mandamento de Deus. Ainda pregadores há, que, às vezes, recusam-se a ensinar esta doutrina tão vital à alegria e ao êxito das igrejas. Paulo disse que tudo segue a lei de semeadora e ceifa. O membro da igreja que usa os seus bens para si mesmo, gastando-os em comida, bebida, prazeres, propriedades novas, vestido bonito ou outras gratificações dos desejos naturais, não o empregando para a pregação da fé, semeia na sua carne e da carne ceifará corrupção. Quantas vezes temos visto isto? Recebi carta de minha mãe, uma vez, descrevendo a morte de um crente, nosso conhecido, na outra América. Antes de morrer, ele confessou a tolice de sua vida. Era cristão, porém gastou a sua energia em ganhar dinheiro. E gastou o dinheiro na gratificação da carne, não em imoralidade, mas em agradar-se a si mesmo e à sua família. Sua filha experimentou os prazeres do mundo que as riquezas do pai podiam lhe oferecer. Ficou aborrecida com a vida e suicidou-se. Seu irmão andou no mesmo caminho de egoísmo e, numa contenda, matou ao semelhante. Escapou à prisão pelas riquezas do seu pai, o qual morrendo, disse: “Tenho sido louco. Negligenciei a minha igreja. Vivi para o dinheiro. Causei a perdição da minha família. Entro no céu confiando em Jesus, salvo; sou, porém,

um tolo, com a vida perdida.” Semeou na sua carne, da carne ceifou a corrupção. O apostolo alarga a aplicação deste princípio universal e diz: “Não somente aos pastores, mas a toda a família da fé e a todos os homens, fazei o que é bom. E assim fazendo, ceifareis como semeais.”

1 “O homem espiritual é o que tem o Espírito de Deus; o homem psíquico tem apenas a alma humana.”

2 “Os fardos” – O contexto, como sempre, nos ajuda. “Os fardos” são a fraqueza, o receio, a vergonha, o acanhamento, e as tentações de nosso irmão tentado. Devemos por o nosso ombro sob suas cargas e ajudá-lo a suportá-las e levar a palma de vitória na sua luta.

2 Este versículo serviu de texto do meu primeiro sermão. A ideia da lei de Cristo me empolga cada vez mais, com o acúmulo dos anos na vida cristã. Note-se o estudo especial, no fim do livro, sobre “a lei de Cristo”. W. C. T.

2 “a lei do Cristo” – devemos dar muitíssimo maior ênfase à soberania de Jesus Cristo na vida do seu povo. Ele é o único legislador em Sião, a Nova Jerusalém, e no Israel de Deus. Ele deu centenas de mandamentos para orientar a nossa vida. É esta a nossa lei, não a caduca legislação de Moisés. A Epístola aos Hebreus faz a declaração categórica de que ao passar o sacerdócio mosaico, passou também a Lei mosaica: “Ora se o aperfeiçoamento fosse pelo sacerdócio levítico (pois sob este o povo recebeu a Lei) que necessidade havia de que um outro sacerdote se levantasse segundo a ordem de Melquisedeque e de não fosse contado segundo a ordem de Aarão? Pois mudado que seja o sacerdócio, é necessário que se faça também mudança da Lei.” (Heb. 7:11, 12) Thayer verte o verbo – a própria palavra lei transformada em um verbo, no original – “o povo recebeu a Lei mosaica estabelecida sobre o fundamento do sacerdócio.” Notai que a Epístola aos Hebreus nega também o que a Epístola aos Gálatas nega e foi escrita para negar, isto é, que a Lei sirva para “aperfeiçoamento,” a regra de vida do crente, sua norma ética. Nem salva nem orienta moralmente. Houve, mesmo para as realidades e necessidades de uma ética eficaz, uma mudança de lei. A Lei de Moisés está tão certamente excluída de nossa vida cristã quando o sacerdócio dos Caifás e dos Anás que crucificaram a nosso Senhor. E por ser Jesus o Senhor e Legislador, Moisés já não o é.

Para ter certeza disto, examinemos a única outra palavra sob a qual poderia se esconder uma justificativa da Lei, mesmo para fins éticos. É “mudança”. Poderia

alguém alegar: “Sim, houve mudança da Lei, passou a parte cerimonial e ficou a moral para ainda nos aperfeiçoar na vida ética”. A palavra “mudança” não significa isto. É a mudança feita por colocar uma coisa em lugar de outra. Meu Dicionário Grego a traduz: “mudança, trasladação, remoção.” O verbo congénere se emprega nesta epístola sobre a iminente deserção dos gálatas (1:6). O substantivo se usa três vezes no Novo Testamento: em Heb. 11:5, a respeito de Enoque passar completamente desta vida a celeste, a trasladação; em Heb. 12:27 é traduzida por remoção; e estas ideias não são estranhas. No arrependimento (palavra do mesmo parentesco, de mudança radical) e na fé, a pessoa convertida é trasladada do regime de lei para o da graça; a Lei sofre remoção. O crente está em Cristo, e em Cristo a lei de sua vida ética é Cristo, que nele vive e ordena e dá a legislação orientadora. Como em Col. 2:14, todo o escrito de dívida fica inteiramente removido, cancelado, cravado na cruz do Calvário. “De modo que, meus irmãos também fostes mortos à Lei pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a ouro… agora desligados estamos da Lei.” É esta a natureza absoluta da mudança. Jesus mesmo tornou isto categórica e eternamente claro, inconfundível e fundamental no cristianismo, quando afirmou que não veio operar ou tolerar um ecletismo de Lei e Evangelho, mistura das duas alianças em consideração. Propôs-lhe também uma parábola: “Ninguém tira remedo de vestido novo e o põe em vestido velho; de outra forma rasgará o novo e o remendo do novo não condirá com o velho. Outrossim ninguém põe vinho novo em odres velhos; de outra forma, o vinho novo arrebentará os odres e ele se derrama e estragar-se-ão os odres. Pelo contrário, vinho novo deve ser posto em odres novos.” (Luc. 5:36-38) A Epístola aos Gálatas não é mais cabal negação do ecletismo. Oxalá evangélicos genuínos se convençam da veracidade e do juízo do seu Senhor quando afirma: “O remendo do novo não condirá com velho.” O ensino ético de Moisés não tem e nunca teve o vigor expansivo, a potência vitalizadora, a vitória transformadora de Cristo em nós, e sua lei escrita em nossos corações. “A Lei foi dada por intermédio de Moisés, mas a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo… todos nós recebemos de sua plenitude, e graça sobre graça.” E nesta graça é a única esperança de qualquer filho de Adão ser genuinamente moral. E a nossa vida cristã consiste em “obedecer a verdade” (Gál. 3:1), sim “praticarmos a verdade” (I João 1:6), aliás tornar a verdade em um verbo, como fazia Paulo, e verdadarmos, fazendo da revelação de Jesus Cristo e de sua vontade a própria essência vital de nossa existência na terra.

A Grande Comissão apela para toda a autoridade no universo em apoio à lei de Cristo, ao nosso dever inescapável de ensinar perseverantemente (presente linear do verbo) a observação "TODAS AS COISAS QUE VOS TENHO MANDADO". Eis a nossa lei, a nossa ética, a nossa religião, traduzida em vidas santas e obedientes ao nosso único Senhor, o qual atónito, pergunta: "Por que me chamais, Senhor, Senhor e não fazeis o que vos mando?"

Para ver a superioridade do novo vinho de Cristo nos odres de uma vida cristã obediente às igrejas do Novo Testamento, experimentai-o. muitos crentes nunca por um instante tomaram a sério a Jesus como Senhor. Daí a pobreza de suas vidas éticas e espirituais. Ouvi seu convite e o aceitai: "Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração, e achareis descanso para as vossas almas. Pois o meu jugo é suave, e o fardo leve." E espírito do fardo é levar as cargas uns dos outros. Esta responsabilidade altruística, porém, é fardo que ninguém na vida cristã pode largar ou delegar, "pois cada um levará o seu próprio fardo", o fardo da vontade revelada de nosso Senhor Jesus Cristo, imposta pela Espírito Santo e pelo Novo Testamento sobre a consciência do crente.

Ainda se deve notar que o verbo usado na Grande Comissão de Cristo é o verbo formal de legislação. O substantivo congénere foi usado nos papiros a respeito de "éditos reais". E o mesmo verbo está usado a respeito de Deus mandar, Moisés mandar, e Cristo mandar. Legalistas hodiernos fogem desta Epístola aos Gálatas para o Apocalipse e suas referências a "guardar os mandamentos de Deus e o testemunho de Jesus" (12:17), "a perseverança dos santos" em guardar "os mandamentos de Deus e a fé em Jesus", (14:12) – a passagem em 22:14 nada tem sobre "mandamentos", nos textos genuínos da antiguidade. Tanto a frase imediatamente associada com os mandamentos contemplados ("o testemunho de Jesus" ou "a fé em Jesus"), como todo o contexto em ambas as passagens e o uso total da palavra mandamentos pelo apóstolo João se unem em demonstrar que aqui não existe a mínima referência aos mandamentos da Lei mosaica, mas sim aos da autoridade de Deus e de Jesus, nesta era cristã. João usa a palavra mandamentos nas seguintes passagens: João 10:18; 12:49; 50:13:34; 14:15; 14:21; 15:10, 12; I João 2:3; 2:4, 7, 8; 3:22, 23, 24; 4:21; 5:2; II João 4, 5, 6 e as citações do Apocalipse. Não há vislumbre de sugestão de legalismo nestas passagens, nem os mandamentos são da Lei de Moisés, para os quais morremos pelo corpo de Cristo; João esclarece que são os mandamentos para ser salvos pela fé: "Este é o seu mandamentos que creiamos no nome de seu Filho Jesus Cristo e

nos amemos uns aos outros." "Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo" é mandamentos evangélico e é acompanhado pela promessa; está, porém, tão longe de ser salvação pela conformidade com um sistema legalista de boas obras e cerimónias quanto o dia é de ser trevas de negrume egípcio. A fé em Cristo e o amor derramado em nossos corações pelo Espírito Santo constituem nossa conformidade com os mandamentos que João tem em mira desde seu primeiro escrito ao último. Este amor preza e cumpre, alegre e voluntariamente, a vontade soberana de Jesus, a lei de nossa vida. Vede o estudo suplementar sobre "A Lei de Cristo".

3 Estes vossos fardos, esta vossa lei – não ordenanças cerimoniais (cf. Luc. 11:46; Atos 15:28), mas as enfermidades alheais; não a Lei de Moisés mas a lei da Cristo (cf. João 13:24); (David Smith, in loco).

3 "não é nada" – Devemos sentir uma satisfação em cumprir nosso dever, em levar nosso fardo. Que triste engano quando alguém imagina ser alguma coisa quando outros sabem que para nada presta no reino de Deus, "não sendo nada". A prova é a obra. Cada um prove sua obra. Conte o que fez, não a outros, porém, a si. E veja se sua vida é frutífera, ou é como a figueira que Jesus amaldiçoou – nada de fruto, tudo folha – conversa, prosa, profissão, vanglória, soberba. Oremos como Moisés: "Seja sobre nós a graça do Senhor, nosso Deus; estabelece tu sobre nós as obras das nossas mãos, sim a obra das nossas estabelece-a"

4 "Cada um prove a sua obra" – Em Rom. 12:3, Paulo no dá a medida com que devemos estimar o nosso próprio valor. "pela graça que me foi dada" – sendo a exortação desta divina procedência, não é presunção no apóstolo "digo o todo aquele que está entre vós, que não pense de si mais do que convém, mas dirija sua atenção para pensar sabiamente, CONFORME A MEDIDA DA FÉ que Deus a cada um repartiu." O desconfiado, que em ninguém crê, antes duvida amarguradamente de todos e do êxito de todos os bons empreendimentos, diga a si mesmo, e sem fingimento ou pessimismo: "Eu nada valho. Só posso pensar de mim como uma nulidade. Sendo, pois, eu mesmo tão grande fracasso, nunca mais criticarei a pessoa ou a obra alguma. Quem sou eu para censurar? Que fiz eu para dar-me o direito de medir a operosidade de outrem? Fé pequena é sinal de uma personalidade diminuta e apoucada, um anão espiritual. Cada um vale na proporção de sua fé. Se crê em Deus, se crê em seus irmãos, companheiros na mesma falibilidade e imperfeições, se crê na cooperação no mesmo santo afã, na camaradagem no bem, no êxito de esforço pessoal e unido, então este crente

tem direito a certa estima de si, fonte de confiança nas santas iniciativas. Para ele é lícito certo respeito próprio. Provou sua obra de fé, sabe que tem alicerce e não é casa edificada de palha sobre areia movediça. Não nos convém uma humildade fictícia, hipócrita. Como medimos sem vanglória nossa estatura ou nosso peso, por um metro padrão ou um peso de estatuto, assim tenhamos o mesmo juízo em saber nossa capacidade espiritual. Suba o termómetro de confiança e estima própria até o grau em que o calor espiritual faz registar a temperatura da fé. A balança em que pesamos nosso valor espiritual é a fé. Valemos tanto quanto seja o peso da nossa fé. Nossa altura espiritual é igual à elevação da nossa fé nos empreendimentos do reino. A quantas iniciativas tiveste a fé de empreender, ou de aceitar pelo conselho do vosso pastor ou companheiro que esteja na direção de uma atividade cooperadora, ou mesmo de apoiá-las moral e substancialmente? É quanto vales cristãmente! Não penses mais carinhosamente de ti, com respeito e admiração, do que a fé que manifestas na vida justificada.

5 “responsabilidade” – O contexto desta sentença é trabalho. No terreno de responsabilidade não há procurações. O dever que Deus deu a cada um, importa cumprir, tomando sua própria responsabilidade. Não há burro de carga no reino de Deus, sobre o qual se possa lançar responsabilidades, deveres e trabalho. (“Infelizmente, em algumas igrejas há!” – acrescentou um dos meus distintos revisores.)

Paráfrase: 6-10 – A lei de Cristo provê nosso cuidado mútuo nas horas de emergência e estabelece uma escola, e nós que nela aprendemos somos ensinados na verdade e espiritualidade por aqueles que o Cristo glorificado deu como pastores e mestres às suas igrejas. Sua lei é: os que proclamam o Evangelho, vivam do Evangelho. Esses nossos mestres são sócios em nossa vida espiritual: considerai, pois, que são sócios em vossos bens materiais. Que esses sócios tenham sua parte legítima na vossa mordomia. Bens temporais que Deus vos confiou são como suas outras dádivas. Seu uso determina sua utilidade. Se os semeais em gratificação da vida que vos seria natural, à parte de vossa vida eterna em Jesus, haveis de colher uma corrupção carnal que vos surpreenderá. Se semeais vossos bens materiais na vossos bens materiais na vida espiritual, em mordomia fiel e generosa, então a colheita será gloriosa e na mesma esfera duradoura de vossa vida eterna. A lei de Cristo, pois, opera na esfera daquela lei geral do universo: o que o homem semeia, ceifará. O deus da lei do sustento pastoral é o Deus da lei da seara inevitável. Não penseis, pois, em burlar uma ou outra lei. São princípios fundamentais do universo. De fato, viveis para dar e para

com o ministério que vos serve e depende de vós. Quanto ao mais, manifestemos o mesmo espírito seviçal a todos, segundo as nossas oportunidades e posses, a todos sim, mas especialmente àqueles que como nós são domésticos na casa da fé.

6-8 Para manter a espiritualidade, "para andar no Espírito", é mister ser instruído na Palavra de Deus. E para este fim Deus um ministério oficial às igrejas, "pastores e doutores". Deu-lhes o encargo: "Pregai a Palavra." E ordenou que os que pregam a Palavra vivam da Palavra. I Cor. 9:14.

É vital para a espiritualidade coletiva que haja pregadores, e que ensinem a Palavra, e que sejam pagos. A regra é que o que é ensinado faça seu ministro participante em todas as coisas boas que possui ou ganha.

Paulo anuncia, então, uma das grandes leis do universo, cuja aplicação pode ser universal, embora a aplicação de Paulo seja ao assunto de dinheiro. Diga-me como o crente gasta seu dinheiro e lhe direi o que há de ceifar na sua vida espiritual. Cruzeiros, ou centavos ou milhares de cruzeiros semeados na carne serão ceifados numa safra de corrupção. Muitos crentes roubam de Deus o dízimo, furtam do ministério seu sustento e gastam tudo na sua carne, e mais tarde se admiram porque a sua vida, a sua família, o seu negócio, a sua reputação sejam manchados pela corrupção. O dinheiro que custeia muita indulgência dos pais para com os filhos, se fosse repartido com o ministro que lhes ensina a Palavra de Deus seria uma bênção ao contribuinte e pouparia aos filhos a corrupção que sempre segue a carnalidade.

Como podemos semear para o Espírito? Empregando nosso tempo, dinheiro, dotes sociais, talentos e voz no trabalho que o Espírito Santo procura realizar neste mundo, na tarefa para a qual ele nos chama particularmente, no sustento do ministério que é também por ele chamado, e em fazer bem a todos.

9 A espiritualidade não é obra de um dia. É a seara de uma vida. A inconstância impossibilita a espiritualidade. "Não nos desanimemos em fazer o bem." Perseverai, se quiserdes ser espirituais. Buscai sempre oportunidades de fazer o que é bom a todos os homens, sem desfalecer. A espiritualidade não é um êxtase ou fanatismo egoísta, é fazer o que bom aos outros.

10 "família da fé" – Somos devedores a todos os homens, mas num sentido especial somos ainda mais devedores à família da fé. Não seio de uma família as responsabilidades mútuas são maiores. Somos a família de Deus. Temos deveres

mútuos de excepcional obrigação. Um crente que fizesse mais para ajudar um homem, no que fosse de seu interesse, por este maçom ou correligionário da política do que por ser ele cristão, é um crente carnal. As supremas obrigações mútuas são as que pesam sobre a família de Deus.

Paráfrase: 11-18. Agora termino. Escolhei. Eu impugno os motivos e a mensagem dos agitadores judaizantes. seu motivo é medo do escândalo necessário da cruz. Não querem perder a popularidade onde residem. Lá mesmo nem cumprem a Lei de Moisés nem qualquer outra lei. Apenas escolheram umas coisinhas exteriores para cavalo de batalha e bandeira de vaidade pelas conquistas pessoais do partidarismo de que se orgulham em Jerusalém. Escolhei entre eles e mim, entre Cristo e a circuncisão, entre a Lei e o Espírito Santo, entre as obras da carne e o fruto do Espírito, entre o Evangelho e o pseudo-evangelho. Não me gloriarei na vossa decisão. Quanto a mim – estar gloriando-me – isso nunca! O foco da glória única que enxergo na vida é a cruz do Calvário com sua trindade de crucificações: Cristo em meu lugar o mundo, morto para mim; qu igualmente morto para o mundo, vivendo, porém, eternamente, para o Salvador que vive em para mim. Perante esta cruz, novos valores surgem. Circuncisão e o partidarismo contra a circuncisão passaram igualmente do terreno de valores substanciais. Só ficou a nova criação espiritual de que Cristo é o autor pelo sue Espírito. O exército que o Espírito criou pela fé é um novo Israel de Deus, libertado de uma escravatura da atualidade e dos séculos, a de lei. Sobre todos que marcham nessas fileiras realmente evangélicas, minha bênção: paz, misericórdia, a promessa realizada na vida.

Nada mais peço para mim. Continuo na luta. Sou veterano nesta guerra e não pedi tréguas. Apenas que os que se dizem de Cristo respeitem as cicatrizes de minhas feridas, ganhas em sua devoção. Graça seja a companheira de vosso espírito e o faça triunfar sobre a carne, o mundo e a tentação, por Jesus nosso Senhor!

11 “Neste transe, o apóstolo tira do amanuense a pena e escreve o último parágrafo de seu próprio punho. Desde quando se começou a falsificar epístolas em seu nome, (II Tess. 2:2; 3:7), parece que se tornou hábito seu terminar as epístolas com umas poucas palavras em sua própria letra, para servir de precaução.” (Lightfoot, Comentário sobre Gálatas, p. 220).

“Quando pensamos de S. Paulo preparando uma de suas epístolas, podemos imaginá-lo, medindo a passos seu pequeno aposento, seus pensamentos, seus

olhos fixos sobre Corinto ou Filipos distantes; e ao crescerem diante dele as necessidades de seus correspondentes, profere frases incandescentes ao escriba, revendo o que escrevera, adiciona sua assinatura de autenticidade; de meu próprio punho", para mostrar que toda a epístola procedia dele.

"A Epístola aos Gálatas é particularmente interessante inste respeito. No caso desta carta muito severa, é possível que S. Paulo dispensasse mesmo o amanuense. Quando havia tanto que condenar, S. Paulo, com a cortezia que lhe era natural, e que revela a toda mão, Paulo o cavalheiro, não gostaria de pensar que qualquer pessoa interviesse entre ele e aqueles irmãos errados, porém, amados. Teria ele, assim, dispensado o auxílio costumeiro, e escrito toda a carta de seu próprio punho. De um modo ou outro, meticulosamente, porém, ele dá ênfase a sua parte pessoal no parágrafo final. "Vede" – aponta-lhes assim – "com que grandes letras vos escrevi de meu próprio punho", 6:2. Sou inclinado, por vezes, a ver nas grandes leras a caligrafia tosca e esparramada de um homem pouco habituado a escrever, ou a de alguém cujas mãos e pulsos traziam sinais do labor diário. É mais provável, todavia, que, como em inscrições e em outras partes, as "letras grande" fossem empregadas para atrair atenção especial ao que seguisse." (Esta citação copiei de um livro cujo nome negligenciei de anotar. O Camentário de Dummelow sobre toda a Bíblia, com vários colaboradores, opina que Paulo escreveu esta epístola inteira com a própria mão. Acompanho, porém, a grande maioria de intérpetes em pensar que somente a parte que está impressa acima em maiúsculas é da pena de Paulo.)

11 Deissmam, a grande autoridade alemã sobre os papiros, descobriu um MS grego, escrito em letras maiúsculas pelo amanuense, mas assinado com o acréscimo de um parágrafo do próprio punho do autor. Este parágrafo estava em letra minúscula e cursiva, para distingui-lo do corpo da epístola ditada ao amanuense. No caso de Paulo, deu-se o inverso disto.

12 "Paulo duvidava da boa fé de seus oponentes (1:7; 2:4; 6:12)" – Deissmam.

14 "gloriar-me" – Poucos textos servem como base para mais sermões. Muitos destes nunca se aproximam por um instante do espírito do texto. Quando alguém cita a passagem de modo a deixá-la truncada, terminando com a palavra "cruz," é mutilador da Palavra de Deus. Paulo não se gloriou na cruz, parando assim. O apóstolo gloriou-se na cruz qual se efetuam uma dupla crucificação, mutuamente eficaz do mundo para Paulo e de Paulo para o mundo. Um Calvário que tenha em nosso pensamento uma só cruz, é um Calvário platónico, friamente teológico,

moral e espiritualmente impotente. Se a um lado do Jesus certificado não se ergue outro vulto crucificado, o EU do personalismo, e do outro lado, um vulto igualmente sinistro, o MUNDO, sobre outra cruz, então deixemos de citar este versículo a nosso respeito, pois não temos o direito de aplicar sua linguagem a nós. Dizer que nos gloriamos na cruz quando não queremos morrer para nossa amizade ao mundo é hipocrisia. Não no gloriamos na morte de Jesus se, pelo contrário, sentimos relutância e horror das consequências da sua cruz em nossas vidas. O texto proclama a obra redentora de Jesus Cristo, na sua fase objetiva, como base desta dupla fase subjetiva, pela obra de Cristo em nós, esperança da glória, fonte de vida, a vida no Espírito. Só podemos dizer que nos gloriamos na cruz, na linguagem e espírito de Paulo, quando realmente consideramos fundamental a obra redentora objetiva do Cristo, e consentimos nos efeitos subjetivos desta refenção em nossas vidas.

É interessante, sim, e santificador, contemplar os efeitos múltiplos da crucificação de Jesus no pensamento de Paulo. O corpo dilacerado do Filho de Deus no Calvário é a nossa morte para a Lei, nossa união com Cristo (Rom. 7:4, 5), é o cancelamento das ordenanças mosaicas (Col. 2:14), é a morte do mundanismo – o qual é a adaptação de nosso pensamento e vida ao ambiente da maioria sem Deus – a morte do egoísmo e personalismo, que é o querer a nossa vontade na vida religiosa. Completemos sempre a sentença. Gloriemo-nos na cruz histórica que intimamente nos crucifica, removendo também o mundo de nossa vida como um cadáver repugnamente.

Os tradutores católicos sempre vertem a cláusula relativa "por quem". É possível. O grego permite qualquer uma das duas traduções. No original, Cristo e Cruz são masculinos, de sorte que não temos a diferença do género que existe em português. Por que os tradutores evangélicos geralmente traduzem "pela qual", em lugar de "por quem"? A razão é que o assunto da cláusula principal é indubitavelmente a cruz de Cristo. é natural supor que é também o assunto do resto da sentença, se não há motivo de mudar. "A cruz de Cristo", não o Cristo da cruz, é o que Paulo está discutindo. Certamente, não é um Cristo desassociado da cruz quem erguerá a cruz em nós e matará o mundo para nós. Nossa identificação com Cristo, nosso divino Sacrifício, nos tornará sacrificiais na vida, indiferentes às considerações personalistas e á opinião popular, na sua oposição a Jesus. Os tradutores católicos eliminaram o Espírito Santo, quase inteiramente, da Epístola pelo simples subterfúgio de imprimir a palavra espírito com letra minúscula em tantas passagens onde a maiúscula cabe e é vital. Não lhes atribuo motivos

quaisquer pela preferência que estou discutindo. O efeito é, a meu ver, porém, uma indefinível perda do grande valor associado com a redenção histórica de Jesus no Calvário. Não sei se o clero achas que um Cristo vivo, talvez o "Jesus Sacramentado" de suas hóstias, sejas mais a seu gosto do que a real fonte de santidade e sacrifício na vida cristã que foi aberta uma vez para sempre no Calvário.

Os pronomes, no original, são bem enfáticos, na forma e em saliência pela posição. Duas vezes as palavras mundo e o pronome pessoal da primeira pessoa estão colocadas em justaposição enfática; é, porém, a justaposição dos dois ladrões crucificados no Calvário. Isto não agrada à soberba da carne.

17 "marcas" – "Os estigmas são a insígnia verdadeira da liberdade; daqui em diante ninguém me moleste, pois eu trago em meu corpo os estigmata do Senhor (isto é, o Proprietário) Jesus", (T. R. Darlow, em "The love of God", p. 236, é citado fazendo menção de três valores da "marca". (1). Indica título, domínio, posse legal. Assim no caso, atualmente, das marcas usadas para distinguir o gado, e, há poucas décadas, ainda usadas para marcar escravos. Levar "as marcas" de Jesus significa ter Jesus como Proprietário e Senhor. Está ideia justifica o apóstolo ao dizer: Ninguém continue a molestar-me. Um escravo, simplesmente porque é escravo, fica aliviado da metade de suas ânsias. Seu amo provê a comida e a roupa e lhe indica o trabalho a ser feito. Satisfazendo ao seu Senhor, pode estar indiferente ao louvor ou à censura de outros. Assim, por um paradoxo, a escravatura traz uma espécie de liberdade que diz: "Se eu viver, é para o Senhor; se eu morrer, é para o Senhor; logo, vivendo ou morrendo, sou do Senhor."

2. As marcas constituem um reclamo. Identificamos logo o carregador no cais, o policial na rua. Cada um leva os sinais de seu ofício. E não deve o crente mostrar na conduta de quem é servo?

3 A marca prova a genuinidade. A cruz de Cristo, reproduzindo nos sofrimentos de Paulo, de certa maneira, identificava o apóstolo como sendo de Jesus, pois ele levava as marcas de Jesus na vida.

Hausrath representa Paulo como um velho general que desnuda o peito perante seus legionários e lhes mostra as cicatrizes das feridas que sofrera em outras campanhas, como prova de que não é indigno de ser chamado o comandante e de chamá-los também a sofrer pela pátria.

18 “Paulo atribui a Cristo as mesmas funções que a Deus e os mesmos atributos, e transfere para Cristo palavras usadas no Velho Testamento a respeito de Deus. Ele recebeu seu apostolado de Deus ou de Cristo. Seu título predileto para Cristo, ‘o Senhor’, era o nome dado a Deus na Septuaginta – fato mais extraordinário do que o uso do mesmo termo pelos pagãos contemporâneos a respeito de seus deuses.” (T. R. Glover, “Paul of Tarsus”, p. 220).

18 “graça” – Vejam-se as notas sobre 1:3, 15; 2:9,21. Dois estudos suplementares acrescentei às notas sobre este capítulo. Um é sobre a lei de Cristo, cuja jurisdição substitui, em nossa vida de crentes gentios a Lei de Moisés. Outro é um estudo especial do “Israel de Deus”, a que pertencemos pela graça. Não é acidental que Paulo deixasse para o fim este pensamento. Na discussão do assunto desta epístola, tal ideia constitui um clímax glorioso. Seu sentido é riquíssimo mais do que um relance casual às palavras nos daria a entender, um sentido que se enriquece e se torna possível pelas muitas fases desta verdade esclarecidas e enfaticamente doutrinadas nas partes anteriores da epístola. Terminada a parte controversial da discussão, eis que repousamos o espírito na terra da promissão do crente. Jesus é nosso Josué (Heb. 4); ele nos introduziu em nosso descanso espiritual: somos seu Israel no Espírito. Já estamos usufruindo a promessa.

Capítulo 7

- ESTUDOS SUPLEMENTARES - Epístola Aos Gálatas

O Período de Transição do Judaísmo para o Cristianismo

O período de transição do Judaísmo para o Cristianismo

João Batista veio, talvez no ano 26, e batizou o Mesias. Deu-se no ano 70 a destruição de Jerusalém e o estado teocrático, subordinado ao império romano, sede do templo, dos seus sacrifícios e sacerdócio, o centro da vida judaica da Palestina e da Diáspora mundial. Este período de menos de dez lustros foi o mais importante na história da raça humana. Uma fase de sua natureza peculiar passa despercebida à média dos leitores do Novo Testamento. Não avaliam que nesta época quase tudo é extraordinário e excepcional, senão os elementos essenciais da experiência cristã comuns a todos os crentes, em todos os tempos e lugares. É indispensável avaliar certos elementos peculiares aquela situação para entender a vida cristã primitiva, os problemas que surgiram na carreira apostólica e que recebem atenção nas epístolas, mas que para nós já não são problemas, antes são quase incompreensíveis em nosso meio ambiente.

Há uma diferença abismal entre nossa vida, nosso costumes e o que lemos de Jesus e os Doze. Basta enumerar dez fatos elementares da conduta de Jesus, nenhum dos quais se verifica em nossa vida.

1. Jesus foi circuncidado de acordo com a lei levítica e o costume sabático, Luc. 2:21, João 7:22. Não há um crente hodierno em dez mil que, neste respeito, siga o exemplo de Jesus.

2. Nosso Senhor assistia o culto judaico numa sinagoga, cada sétimo dia da semana. Eu nunca estive senão em um culto realizado numa sinagoga e foi numa noite de sexta-feira, um discurso popular que me atraiu. Os prezados leitores já tomaram parte em um culto de sinagoga? Provavelmente não. Mas quão diferentes somos neste respeito, do nosso Salvador.

3. Jesus, em conformidade com a Lei (Ex.23:14-17), peregrinava a Jerusalém três vezes por ano, como faziam milhões de judeus de todo o mundo civilizado. Nunca estive em Jerusalém e nem sei observar a Páscoa, Pentecostes ou o Dia de Expiação, como Jesus fielmente os observava.

4. Jesus acompanhava os sacrifícios de bois, bodes, aves, cereais etc. e teve sua parte nisto e pagou uma taxa pela manutenção do templo. Nunca vi animal sacrificado, nem sangue aspergido sobre um altar e sobre os adoradores, nem paguei um centavo para manter o culto israelita.

5. Jesus não comeria à mesa com qualquer um de nós nem nos teria evangelizado, nos dias de sua carne, se não fossemos também judeus, com talvez raras exceções predestinadas à graça especial por motivos do propósito divino, Luc. 4:25-26, Mat. 10:2-6.

6. Nosso Mestre guardava o sábado, se bem que não as tradições acumuladas sobre o dia original, e, mediante dois ensinamentos, preparou o povo para a abolição do sábado: (I) a declaração de que o Filho do Homem era "Senhor do sábado também", o sábado entre todos os demais elementos preparatórios, de revelações anteriores; (II) em citar o Decálogo ele aumentou a ênfase sobre a moral, dizendo ao moço rico: "não furtarás" e "não defraudarás," quando o Decálogo tem apenas um dos dois mandamentos; ele, porém, sempre omitia o mandamento sobre o sábado, pois sabia que haveira de caducar.

7. Jesus obedecia às autoridades judaicas e mandou obedecê-las, Mat. 23:3. Nós outros jamais obedecemos a judeu nenhum, nem ao menos por estar sentado na cadeira de Moisés.

8. Jesus por a mesma do banquete evangélico para os filhos de Israel. Com relutância cedeu mesmo umas migalhas aos "cachorrinhos" gentios. Mat. 15:26. Semelhante linguagem em nós seria presunçosa, hipócrita e intolerável.

9. Jesus fez pelo menos uma reforma, e esta duas vezes, no judaísmo. Expulsou do templo a comercialização do sistema sacrificial. Nós não o reformamos, pois Deus o abandonou quando rasgou, de cima a baixo, o véu do Santíssimo lugar.

10. Jesus observou a páscoa e se fez o cordeiro pascoal, a realidade da qual as pálidas festas cerimoniais eram sombras. Logo, tendo a realidade, o corpo, não buscamos voltar ao regime das sombras. Col. 2:17.

Para que continuar? A vida religiosa de Jesus era completamente diferente da nossa. Suponho que qualquer leitor dessas palavras, sendo evangélico, seria excomungado da sua igreja se mesmo de leve praticasse estas coisas que eram a praxe invariável da religião do judeu Jesus.

Ora, os apóstolos e a igreja primitiva de Jerusalém viviam nitidamente uma vida judaica no templo, nas suas orações, sacrifícios e festas. Atos 2:46; 3:1, 11; 4:1, 5; 6:9, 15. Paulo também agia com judeu leal nas sinagogas e no templo em Jerusalém, Atos 13:42, 44; 18:4; 19:8; 20:16; 21:17-26; 23:5, 6; 28:17-28. Citamos apenas um destes casos. Tiago, na ocasião do última visita de Paulo a Jerusalém,

disse-lhe: “Bem vês, irmão, que milhares há que têm crido entre os judeus E TODOS SÃO ZELOSOS DA LEI; e têm sido informados a teu respeito de que ensinas todos os judeus que estão os gentios a apostatarem de Moisés, dizendo-lhes que não circuncidem seus filhos nem andem segundo os nossos ritos.” Paulo concorda com Tiago que o boato é calúnia, e, para demonstrar que é, associa-se com um voto cerimonial de quatro homens judeus e paga as despesas no templo. Assim ficou demonstrado, como Tiago queria, que Paulo “andava retamente, guardando a lei” quando estava na Palestina, na jurisdição desta lei. Já passara algum tempo desde que escrevera a Epístola aos Gálatas, quando ele assim guardou reverentemente a lei e os seus ritos. Como explicar isso?

A explicação é muito simples. A lei de Moisés era a lei civil e religiosa da Palestina, com umas tantas restrições impostas pelo império romano. Na Palestina, Paulo e os demais judeus estavam tão subordinados a esta lei mosaica com nós no Brasil estamos subordinados às leis da constituição e legislação brasileiras. Se qualquer um de nós conseguisse morar na cidade do Vaticano, ficaríamos sob a lei canónica. Numa teocracia a lei civil e a lei religiosa se confundem. Israel era um teocracia. Os sacerdotes eram políticos. Os judeus eram cidadão e deviam obediência aos que se sentavam na cadeira de Moisés. Jesus e Paulo impunham obediência a estas autoridades, na Palestina. Outrossim, cada sinagoga era uma colónia da teocracia, em qualquer parte do império romano e podia açoitar judeus rebeldes, e o sumo sacerdote mandava “apóstolos” de Jerusalém a estas colónias subordinadas ao sacerdócio e ao sinédrio. Saulo de Tarso fora um apóstolo perseguidor, órgão desta autoridade quando foi a Damasco. Paulo ficou sempre relacionado com a sinagoga, nas cidades romanas, e, chegando em Roma preso, convocou em primeiro lugar a colónia judaica, da qual automaticamente fazia parte até que se efetuasse uma separação formal.

Como um maometano no Brasil é obrigado a observar o domingo, embora seu “sábado” seja a sexta-feira, e como um judeu fecha sua loja no domingo, embora tenha seu culto judaico nos sábados e Pentecostes e luas novas, etc., assim o crente judeu, como judeu, na terra dos judeus obedecia fielmente à lei judeus – sábados, dízimos, festas, ritual – e como cristão obedecia aos mandamento de Cristo e ao ensino apostólico – o dia do Senhor, o primeiro dia da semana, a igreja, o batismo, a ceia, os cultos separados para o povo crentes, a obra de evangelizar o mundo e todo o dever cristão.

Um crente, porém, nunca teria qualquer obrigação palestiniana da lei teocrática, peculiar ao povo de Israel. Desde o momento de crer, sua vida cristã nada teria de judaísmo, mas somente seus deveres cristãos. Usaria o Velho Testamento para conhecer a promessa do Messias e as lições práticas e devocionais de sua história e poesia, mas não para praticar seu cerimoniosíssimo.

De 70 d. C. em diante, perece a teocracia e o Pentateuco já não é lei civil para pessoa alguma, quer judeu ou crente. Daí em diante ninguém observa sábado ou ritos judaicos por obediência às autoridades públicas, mas unicamente por um dos dois motivos: (I) ou ele é judeu, nascido ou prosélito, e observa o ritual religioso de sua grei; (II) ou ele é vítima de alguma enganada e enganadora seita judaizante nominalmente cristã. Volta para o terreno da velha aliança nacional de Israel, agindo como judeu (falso) para ganhar mérito (fingido) num sistema cristão (espúrio) de salvação pelas obras (mortas). A Epístola aos Gálatas é o antídoto para este veneno e deve ser dada em doses fortes aos fracos da fé para evitar a terrível moléstia judaizante.

Uma das verdades mais elementares no estudo das Escrituras é a ideia de revelação progressiva. O que é dever num livro da Bíblia, para seus contemporâneos, passa a ser crime, em outro livro da Bíblia, para seus contemporâneos. O bíblico torna-se anti-bíblico, na marcha da revelação para novas ou mais amplas verdades, até cheguemos à perfeita revelação em Jesus Cristo e sua adequada interpretação, no Novo Testamento.

Para os israelitas era dever matar todo o povo de Canaã, logo ao entrar na terra da Promissão. Eram idólatras, prevalecia a responsabilidade, universalmente aceita, da solidariedade da família e da tribo. Logo, a única maneira de exterminar a idolatria era exterminar os idólatras. Se o Japão, porém, ao conquistar a China, fizesse isto, ficaríamos pasmados e furiosos. E com razão. A ideia de solidariedade de família ou nação passou. Jeremias e Ezequiel anunciaram a doutrina da responsabilidade pessoal. Fizeram larga exegese e uso da nova aliança com sua forte ênfase sobre o valor da personalidade, a competência de cada alma perante Deus sob sua graça, e o individualismo no terreno da experiência da salvação. O que fora bíblico passou a anti-bíblico.

A poligamia era bíblica nos dias de Davi e Salomão. Agora é anti-bíblica. Assim o divórcio, tão promíscuo e sem freios no judaísmo dos dias de Jesus. Assim o completo sistema levito. Paulo repudiou-o totalmente na Epístola aos Gálatas. E na aos Colossenses ele declarou que Cristo tinha “cancelado o escrito da dívida

que era contra nós e que constava de ordenanças, o que nos era contrário, removeu-o inteiramente, cravando-o na cruz.” Col. 2:14, 15. Pode haver dúvida? Era dívida. Já não é. Cristo o “removeu inteiramente.” Cristo o cancelou. Não tem mais valor do que os pregos enferrujados e a madeira podre das três cruzes que se ergueram no Calvário.

Por isto, escrevi há pouco este estudo de “Três Verdades sobre a Lei”, (“No Jornal Batista”):

Nossa distinção moderna entre lei cerimonial e lei ética não existe na Bíblia. A própria lei de Moisés a ignora. No mesmo contexto fala, no mesmo instante, sobre o Anjo de Jeová e sobre a proibição de cozer uma cabrita no leite da cabra mãe. Os escribas já descobriram os grandes mandamentos da Lei. (Mar. 12:30-33). Quer no Velho quer no Novo Testamento, porém, não há uma separação entre a lei moral e a lei cerimonial. O Evangelho e suas Escrituras cristãs substituíram completamente a legislação mosaica, tanto moral como cerimonial. Rom. 10:4, no original, não tem verbo. “Cristo, término de lei, para todo o crente concernente a justiça. A palavra enfática é término. Cristo terminou a lei, como a morte termina a vida terrestre. No terreno da justiça perante Deus a lei já não tem função alguma. Cristo é tudo.

I. Há, porém, uma hostilidade especial no Novo Testamento a uma parte da Lei – às suas ordenanças. “Alguns homens, descendo da Judéia, ensinavam aos irmãos: Se não vos circuncidardes, segundo o rito de Moisés, não podeis ser salvos. Tendo tido Paulo e Barnabé uma grande contenda e discussão com eles…” resultou a história narrada em Atos 15. À pregação de um rito com condição de ser salvo, Paulo se opôs tenazmente. A linguagem de Lucas é forte, violenta mesmo. Tudo estava em jogo. Paulo se fez revoltoso, fez parar toda a marcha de sua obra missionária, perturbar toda a paz do cristianismo mas não consentiu em semelhante ideia fatal ao Evangelho. “Contenda” é a mesma palavra usada a respeito do “motim” de Barrabás, em Marcos 15:7. Paulo fez motim para salvar o Evangelho. Outrossim, levou um incircunciso, Tito, a Jerusalém e intransigentemente obrigou a cristandade toda a reconhece-lo como plenamente cristão, sem o rito mosaico. Desafiou os judaizantes em sua própria fortaleza e conseguiu que fossem publicamente repudiados como “falso irmão”. Qualquer pessoa que realmente pense em seu coração ser necessário um rito para a salvação é “falso irmão”. Não é salvo nem sabe o abc do Evangelho. “Aos quais nem por uma hora estivemos em sujeição, para que a verdade do Evangelho

permanece entre vós", (Gál. 2:5). Os católicos e muitos protestantes caíram no mesmíssimo erro fatal de pensar que o batismo é rito regenerador ou justificador. Com todo o vigor de pulmões e cérebro, devemos fazer "motim" contra esse romanismo traiçoeiro. Um rito é tão impotente para salvar quanto é qualquer outro.

Outra passagem em que se vê esta franca hostilidade às ordenanças da lei é Col. 2:14-23. Cristo cancelou na cruz o escrito de dívida que era contra nós e que constava de ordenanças, "removeu-o inteiramente, cravando-o na cruz." Dos cravos da cruz os ritos caducos, cerimónias, sábados e ouros "rudimentos do mundo". São contas velhas, pagas, canceladas, arquivadas nos pregos do Calvário.

Há, porém, uma mentalidade legalista que não se satisfaz com esta disposição de legislação mosaica caduca que Jesus repudiou. Tira da cruz estas dívidas que Jesus pagou e cancelou e vai procurando cobrá-las a nós. Consertam essa papelada furada. Passam as mãos sobre suas rugas e dobras, carinhosamente. Avivam com tinta forte e letra apagada e morta. Tomam o véu do templo cerimonial que as mãos divinas rasgaram e o costuram e penduram de novo no santuário do seu pensamento, e fazem da Lei a corte dos sacerdotes, para impedir a entrada franca do crente no Santo dos Santos, pelo sangue de Jesus. Os sabatistas fazem isto aberta e sem-cerimoniosamente, renovando dívida do sábado que Jesus cancelou e removeu. Desfazem por tal meio, impiamente, a obra de Jesus no Calvário.

Mas disfarçado e não menos perigoso é o plano dos romanistas, e de muitos protestantes. Estes consentem, sim, que tais ordenanças estejam arquivadas ali na cruz, "canceladas" e "inteiramente" removidas. Inventam, porém, uma cerimónia equivalente e perpetuadora. O "sábado cristão" fica em lugar do sábado verdadeiro. Igreja nacional vem em substituição da Assembléia de Israel. O batismo infantil é proposto para substituto de circuncisão, a ceia em lugar da páscoa. Sacerdotes ou presbíteros das tribos de Israel terão seus sucessores em padres, ou presbíteros com funções que o Novo Testamento proíbe. A igreja local se governará segundo a norma da sinagoga. O altar e os sacrifícios antigos aparecerão de novo, resumidos na missa e nas vestimentas da casta sacerdotal romana, ortodoxa ou anglicana. E assim, de mil maneiras, obstinados inimigos da simplicidade do Evangelho, desfazem o escândalo da cruz, reabilitam o que Jesus repudiou, cosem farrapos de legalismo "cristão" (?) sobre as rupturas no velho pano de Moisés; botam o vinho novo em odres velhos e põem de novo sobre a

cerviz o judo judaico, ou judaico-romanista, o qual Pedro classificou de insuportável. Outra passagem em que esta hostilidade é fraca se acha em Efés. 2:15: “Tendo abolido na sua carne a lei dos mandamentos contidos em ordenanças.”

E para que servem as Epístolas aos Romanos e aos Gálatas em nossas Bíblias se, a despeito do seu claro ensino, ainda obstinadamente queremos ser legalistas, cerimonialistas, ou ritualistas?

II. Lado a lado com o repúdio das ordenanças da lei, como mundanismo e carnalidade, há nas mesmas Escrituras cristãs ênfase repetida, sobre o cumprimento da moral da lei no crente.

A passagem clássica sobre isto é Rom. 8. A lei era impotente pelo seu próprio legalismo e pela fraqueza de nossa carne, ou natureza não regenerada e anti-espiritual. Não pode realizar sua missão, vencer sua meta, alcançar seu alvo. Assim os versículos 2 e 3.

Mas, no 4, Jesus se mostrou omnipotente e vencedor, no sentido de que “a exigência justa da Lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito.” Deus pela transformação operada em nós pela sua graça nos transferiu para “as regiões celestes em Cristo Jesus” (Efés. 2) onde andamos segundo o Espírito. Sem nos gabarmos de nossa perfeição, podemos afirmar que o Espírito consegue no crente o que a Lei era impotente para conseguir no judeu, “A justa exigência da Lei” é viável pelo poder do Espírito, e somente assim.

Notai a frase – “a justa exigência”. A Lei fez exigências que são eternamente justas: o monoteísmo, o culto em espírito sem imagens, a reverência e veracidade no falar, a honra aos pais, o respeito ao valor e à segurança da vida humana, a pureza sexual, o direito de propriedade particular adquirida com justiça, o testemunho veraz e imparcial, e a atitude mental que regista em nossa consciência os direitos do próximo, sem por sonho pensar em roubar ou cobiçar o olhei-o. Estes e outros elementos morais, no Decálogo, bem como outras doutrinas do Pentateuco, são “justas exigências da Lei” e tem o pleno apoio de Novo testamento em cada página de sua autoridade. Cristo pessoalmente renova a vários desses ensinamentos, mas exclui o mandamento do sábado, Paulo formalmente repudia o inteiro sistema sabático. Não e agora uma “justa exigência”. Ninguém pode guardá-lo senão na primitiva civilização judaica; e ali era dificílimo. E nosso cristianismo. São os homens mas santos que trabalham

mais intensamente no domingo. O cristianismo não tem sábado nem sabatismo. O sábado era um dia de decanos, de vadiar em casa ou nas imediações da casa. não foi originariamente um dia semanal de culto. “O dia do Senhor” é um dia de culto e atividade cristã. Vem encher satisfatoriamente mais valores que o antigo sábado, quanto ao culto, à abstenção de labores desnecessários neste dia, à espiritualidade e meditação na igreja e no lar, e ainda as obras de necessidade, beneficência, caridade e evangelização. Não há identidade ou continuidade do sábado no “dia do Senhor”. O cristianismo preserva a semana (I Cor. 16:2) e ordena deveres no seu primeiro dia, mais repudia o sábado – sistema, dia e espírito. Só no terreno das exigências justas, as provisões da moral e santidade, é que o Evangelho renova, realiza, aumenta e completa a moral da Lei. Jesus não revogou a lei moral. Moisés dera uma revelação parcial e preparatória da lei moral, encaixada indiscriminadamente numa vasta legislação cerimonial, dietética e teocrática – visando apenas o povo de Israel. Cristo completou e universalizou a moral e separou do sistema levítico.

III. Deveres a moral do Evangelho supera a da Lei. Estende, expande, alarga, alonga, aprofunda, aplica e espiritualiza a moral primitiva.

Eis a razão por que a Lei toda findou em Cristo. Cristo e Paulo hostilizam, repudiam, cancelam e removem inteiramente as ordenaras da Lei. Logo esta arte não vinga no cristianismo. A outra parte, “justa exigência,” Jesus e os apóstolos cumprem, desenvolvem, alargam, alongam e aplicam. Logo nossa legislação cristã é a vontade ampla e perfeita de Cristo Jesus, revelada e interpretada pelo círculo apostólico no Novo Testamento. Há passagens em que o verbo traduzido “cumprir” significa “completar, encher”. Assim Cristo completou e edifício da moral, e encheu-o do seu Espírito todo-poderoso e removeu os andaimes cerimoniais e preparatórios.

Quem quererá residir no andaime, podendo morar no edifício completo? Quem regredirá da enciclopédia para a cartilha? Quem voltará da sua maioridade para vestir suas caducas saias infantis? Quem, estando livre, pedirá escravidão?

O Espírito cumpre no homem espiritual o que a Lei pode exigir, mas foi impotente para conseguir na vida humana. “O pecado não terá domínio sobre vós: visto que não estais debaixo da Lei (impotente) mas debaixo da graça” (moralmente transformadora e espiritualmente eficaz para realizar na vida e elevada moral que ensina). Rom. 6: 14. O Velho Testamento tem para nós valiosos elementos de história, profecia, devoção, exemplos, provérbios, sabedoria e filosofia. Porém,

não é lei no cristianismo. (Ao citar o artigo há certa repetição que parece inevitável, e uns acréscimos necessários para esclarecer a ideia).

Certamente, todo o leitor da Bíblia que não esteja física e espiritualmente cego há de notar que a Bíblia tem duas partes, dois Testamentos. Colher, à toa, passagens isoladas, de qualquer parte das Escrituras, indiscriminadamente, é maneira de enganar-se a si mesmo e aos outros. Jesus disse que seu ensino não seria remendos novos sobre os velhos panos rotos do judaísmo. Paulo pregou que a Lei findou e foi cravada na cruz. Quando a Epístola aos Hebreus foi escrita a questão era trágica, urgentíssima, para os judeus crentes. Já se aproximava rapidamente o dia quando ninguém podia ser judeu e cristão perante as autoridades de Jerusalém e das sinagogas. “Dizendo: nova aliança, ele tem feito antiquada a primeira; mas aquilo que se está tornando antiquado e envelhecendo, perto está de desaparecer.” Estas palavras foram escritas perto de 70 d.C. quando os cristãos unanimemente se retiraram de Jerusalém para Pela. Saíram, ficando com Jesus, “fora do acampamento, levando seu opróbrio”. Heb.13:13. Já não tinham aqui uma cidade permanente, pois Jerusalém estava para cair e com a capital caiu a teocracia, o sistema levítico, a oferta de sacrifícios sobre altares, todo o cerimonialismo mosaico. Isto, na véspera da campanha de Tito, já “estava se tornando antiquado, envelhecendo, prestes a desaparecer.” De fato, caducou. Quando João, o amado apóstolo, escreveu seu Evangelho, muitos anos depois, falou dos judeus como francamente inimigos de Jesus e seus discípulos. “Os judeus,” nos lábios de João, em 90 d. C., tem a mesma significação que tem para nós, uma religião completamente diferente da nossa, sem a menor confusão ou comunhão. Mas Paulo e Tiago foram bons judeus até ao fim de suas vidas, especialmente dentro da jurisdição territorial da teocracia. Nenhum gentio, porém, no primeiro século, jamais esteve legitimamente, sob a Lei.

Nossa norma não é a prática de Moisés perante o Sinai, de Israel no deserto ou em Canaã, ou de Jesus na Palestina ou da primitiva igreja em Jerusalém. As Escrituras, quer no Velho Testamento, quer no Novo, que manifestam uma atitude judaica, isto é, de judeus como judeus em relação à teocracia sacerdotal e cerimonial, simplesmente não tem aplicação à nossa vida. O período de meio século de transição passou. Já a separação se fez. Voltar para o judaísmo, ainda que no mínimo, é apóstatas da fé. É irmanar-se com os insensatos Gálatas na sai loucura.

Nada Além

No Apocalipse – obra da inspiração divina que tanto cronológica como mecanicamente remata a revelação de verdades apostólicas que chamamos o Novo testamento – lemos, na última página de nossa bíblia, estas solenes palavras: “Eu testifico a todos os que ouvem as palavras da profecia deste livro: alguém lhes acrescentar alguma coisa, Deus lhe acrescentará as pragas escritas neste livro; e se alguém tirar qualquer coisa das palavras do livro desta profecia, Deus lhe tirará a sua parte da árvore da vida e da cidade santa, que estão escritas neste livro.” Apoc. 22:18, 19. Era um apóstolo, o único sobrevivente, que fechas a era da revelação com exortações e uma profecia que devem para nos admoestar e animar até a segunda vinda do Senhor. Jesus primeiramente lhe revelou tudo, do céu. Então, como era o seu dever, o apóstolo “ligou” (poibiu modificações no Novo Testamento) e “desligou” (legislou para a consciência e a fé a última parte do Novo Testamento e sua palavra Finis). Ninguém escreveu uma “Escritura Sagrada” desde João. Há princípios adequados no Novo Testamento para guiar a cristandade até que venha o Senhor Jesus. Obedecê-lo e aplicá-los é a tarefa do nosso dever nesta época entre o primeiro e o segundo adventos. Não temos a menor necessidade de revelações ou de “luz íntima” ou de tradições humanas ou de pseudo-infalibilidades para aumentar ou diminuir a verdade apostólica contida nas escrituras cristãs do Novo Testamento. O romanismo não faz o menor esforço para obedecer ao Senhor Jesus e seu mandamentos em o Novo Testamento. Grandes setores do protestantismo, também, saíram de Roma, ou de movimentos originados dentro do romanismo a título de protesto contra seus excessos; trouxeram na ocasião de seu êxodo muita bagagem dogmática, ética e eclesiástica de tradições que os papas e seus teólogos tomaram emprestadas do judaísmo e paganismo.

Ora, a mesma atitude de um era a de todos os apóstolos. Pedro identifica o Evangelho com a profecia (I Pedro 1:12) e com a mensagem do Espírito Santo por intermédio da pregação apostólica. Seus leitores são “filhos da obediência” (1:14). O apóstolo repudia “as práticas vãs que por tradição recebestes de vossos pais”(1:18). O apóstolo teria apoiado a arma terrível do clero, hoje em dia, em embaraçar o estudo das Escrituras no Brasil, alegado que o católico deve seguir “a religião da maioria,” a “religião de nossos pais,” em lugar de obedecer a Cristo e ao Novo Testamento? Êle afirma que haviam “purificado as suas almas na obediência à verdade,” (1:12). Foram regenerados pela Palavra de Desu, não pela graça recebida num batismo infantil, (1:23). Esta Palavra é identificada com o

Evangelho oral, (1:25). Não há uma verdade nas páginas dos escritos apostólicos e uma tradição oral diferente. Todos os apóstolos pregaram mensagem idêntica à Palavra de Deus que possuímos nos seus escritos. Jesus é Pastor e Bispo, logo deve ser seguido na sua revelação e ensino, (2:25). "Não obedecer a palavra," é a descrição do incrédulo, (3:1). O Evangelho foi pregado nos dias de Noé aos que nos dias de Pedro Estavam mortos, (3:19; 4:6). Pedro, como Paulo, achou seu Evangelho no Antigo Testamento (mas não nos ritos e no sacerdócio paramentado e na organização levítica ou no legalismo e ritualismo) e identificou seu Evangelho plenamente com as promessas messiânicas. Há uma só ordem do ministério – o presbítero-bispo-pastor – e Pedro pertencia a esta ordem como "co-presbítero," na simplicidade apostólica do Evangelho, (5:1-4). O apóstolo não segui "fábulas engenhosas," (II Pedro 1:16), "mitos sofismados," diz o grego. Que descrição melhor poderia haver da hagiografia insípida e mentirosa e das tradições dos livros apostólicos, cujas fábulas pueris o romanismo encorporou no seu ensino? Nestas "fábulas engenhosas" o clero e sua grei estão abismalmente separados de Pedro! A palavra escrita, Pedro considera até "mais segura" do que a própria voz oral de Deus que o apóstolo ouviu no monte de transfiguração, (1:19). Estas Escrituras, "fazeis bem de atender" até ao segundo advento do Messias que anunciaram (1:19).

Então Pedro prefere aquelas palavras, tão torcidas pelo clero romano: "Nenhuma profecia da Escritura é de particular interpretação" (1:20). Exulta o clero na suposta proibição do livre exame e interpretação da Bíblia pelo povo de Deus. Não pode haver uma violência mais crua e tirânica contra Cristo, sua Bíblia e seu povo. Jaime de Seguiér define paricular assim: "Que pertence propriamente a certas pessoas, a certas coisas." Notai que a referência pode ser a pessoas ou a COISAS. Esta última é a incontestável idéia da palavra aqui. As profecias vieram em parcelas, figuras e símbolos, "ora mais, ora menos e de muitos modo." Os vários itens desta profecia messiânica, diz Pedro aos eleitos judaicos da Dispersão, não ficam isolados. Como as pedrinhas de um mosaico se apreciam no todo de que são partes, não cada pedrinha particularmente, assim o retrato de Jesus na profecia messiânica. Continua Seguiér a definir "particular." "Opostos a geral." "Não particular", portanto, seria geral. Cada profecia tem seu lugar na interpretação geral, no conteúdo total do retrato messiânico. "Separado" define Seguiér. Uma profecia não tem uma interpretação separada, isolada. É isto que Pedro afirmou.

“Desviar-se do santo mandamento,” é a fórmula da apostasia, (2:21); e este mandamento é logo (3:2) definido como “o mandamento que o Senhor e Salvador vos deu pelos vossos apóstolos.” Pedro não é autoridade única ou absoluta para eles. É co-presbítero e apenas confirma o mandamento do Senhor e Salvador e identifica sua Escritura com a pregação oral dos demais apóstolos.

Paulo é o “amado irmão” de Pedro a cujas escritos este apóstolo apela em apoio de sua doutrina. Os escritos de Paulo são “sabedoria que lhe foi dada,” (3:15). Esta sabedoria se acha “em todas as suas epístolas.” Estas epístolas paulinas também são Escrituras Sagradas – “como as demais Escrituras,” (3:16). Há pessoas que “torcem” algumas coisas difíceis nas Escrituras paulinas, como é a praxe dos tais com toda a Bíblia. Quem são esses torcedores? São descritos como “os indoutos e inconstantes,” e “insubordinados,” (3:16, 17). Se há um grupo de homens “indoutos” nas Escrituras é o clero. Se houve uma inconstância na história humana, foi a das ‘seitas católicas’, da circunvizinhança mediterrânea, que não conservaram a verdade apostólicas mas encheram sua religião nominalmente cristã com tantas tradições de judaísmo e do paganismo quantas lhes agradassem. São também insubordinadas, superlativamente insubordinadas, contra a Palavra de Deus, anulando-a com sua tradições medievais. Se há quem torça as Escrituras de Paulo, são os intérpretes presos à orientação tendenciosa da “Comissão Bíblica” da Cúria Romana que abriga os comentadores romanistas, escravizados à sua tutela, a torcerem a linguagem precisamente desta Epístola aos Gálatas sobre “outro” Evangelho, sobre Tiago “irmão do Senhor,” sobre a ascendência do mesmo Tiago acima de Pedro nas reuniões em Jerusalém acerca da circuncisão, e tudo quanto não seja do seu agrado na Epístola, como nas demais Escrituras. Torcer significa, no original, torturar. A Santa Inquisição torturou a Bíblia, e ainda a tortura, como torturou e ainda torturaria, se pudesse, tantos quantos são crentes em Cristo e obedientes à sua Palavra.

Há muitas outras Escrituras que poderíamos citar, mostrando que todos os apóstolos, indiscriminadamente, limitam o cristianismo verdadeiro e obediente à conformidade com o ensino apostólico, idêntico na mensagem oral e na página escrita do Novo Testamento. Ao bem da economia de espaço, porém, passamos a analisar este mesmo ensinamento do apóstolo Paulo. Repetidas vezes e sob várias figuras e formas o apóstolo insiste em não haver nada além do seu Evangelho, em declarar anátema todo o acréscimo à mensagem por ele pregada e escrita.

1. O vibrante protesto do apóstolo contra “um evangelho diferente”(1:16) é ouvido longo no princípio da Epístola. Os gálatas foram chamados “pela graça de Cristo,” (1:10). Em admitir como canal da graça divina um rito, como a circuncisão, eles estavam desertando do Evangelho. Nada além. Não é por graça e ritos, por graça e obras, por graça e pela Lei, por graça e igreja, por graça e sacramentos, por graça e confessionário, por graça e absolvição clerical. O acréscimo é anátema, é outro evangelho.

A igreja romana, e não poucas agremiações protestantes, fingem crer que a salvação é pela graça. Mas, em seu pensamento, a graça salvadora é apenas a represa da água da vida. Esta deve ser canalizada pela igreja, e ao pé, diante de cada torneira, um padre vende o dom de Deus de côrdo com a tabela eclesiástica. Demos de barato que este complexo sistema eclesiástico, interposto entre Deus e a alma sedenta, esteja realmente ligada com a represa e possa canalizar suas águas cristalinas ao necessitado. Nesta hipótese libérrima, a bênção originariamente proposta por Deus ainda poderia ser chamada graça. Mas a salvação comprada em mesquinhas prestações, gotejos da graça, certamente não é de graça. É graça cara, graça retalhada sobre balção sacerdotal, graça de que nenhuma gota seja de graça. Naturalmente, posta em dúvida a ligação da torneira com a represa divina do rio da vida, fica o tal sacerdote réu de duplo crime, o de vender o que Deus dá de graça, e o de vender por graça divina aquilo que não passa de mistura de paganismo roubado e judaísmo caduco. Foi, sem dúvida, para evitar que a graça seja vendida e a salvação explorada comercialmente que Paulo usou da tautologia em Rom. 3:24 – “justificados gratuitamente pela sua graça mediante a redenção que há em Cristo Jesus.” A graça é abundamente na represa divina. É canalizada por Jesus Redentor, não pelo falso “Jesus sacramentado,” em pela falsa igreja que inventou e explora este embuste maligno. É graça gratuitamente recebida, justificadora do crente realmente de graça.

A passagem clássica sobre a salvação pela graça é Efés. 2:8 – “fostes salvos pela graça mediante a fé,… dom de Deus… não de obras.” A canalização é pela redenção de Jesus Cristo diretamente para o próprio crente. A torneira no fim da canalização é a fé salvadora do pecador redimido, e sua mão abre-a livremente pela fé. No cristianismo apostólico, no primeiro século e no vigésimo, não há padres. “Só há um mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus homem,” I Tim, 2:5. Agora é vital que não haja nada além, nenhum explorador que finja ter espichado a canalização da graça salvadora e esteja negociando com um chafariz

eclesiástico para alvivar a sede espiritual do povo. Tal água não é boa, nem é bom o enganador.

Toda a alma evangélica revolta-se contra o engano do povo, atribuindo a atos físicos poder espiritual. Pelo contrário, a graça divina pode manar somente do Espírito de Deus, por Jesus Cristo mediante a fé. Nada além de graça mediante a fé é verdade, evangelho ou caminho de salvação. É outro evangelho e Paulo declara que seria anátema, mesmo se todos os seus pregadores fossem anjos, arcanjos e querubins, mesmo se fora pregado pelos próprios apóstolos.

Ora, aí está a fatal desgraça das tradições humanas acrescentadas ao património original da mensagem apostólica. Tratam de salvação e graça quase todos esses acréscimos, através dos séculos. Se um prelado tivesse apenas aumentado o número ou o peso dos deveres práticos do cristão, isto poderia ser grave. Pedro falou da Lei à luz do farisaísmo que a interpretava e acrescentava tradições minuciosas, das quais seus autores sabiam escapar por um probabilismo hipócrita, (Mat. 23:16-28), e taxou semelhante regime de "jugo insuportável," Atos 15:10. Multiplicar os itens de uma vida beata não ajuda à santidade e afasta do cultivo da santidade real muitas energias preciosas.

Os acréscimos das tradições clericais, porém, através dos séculos contribuem fortemente para o aniquilamento do Evangelho. O romonismo e o Evangelho são antónimos e todos no Brasil reconhecem este fato. Quando obras humanas são inventadas e incorporadas a tradições eclesiásticas, é quase sempre com o propósito de opor tais obras à graça divina, ou juntá-las à fé, como base e meio da salvação. Daí a razão por que Paulo declara anátema um rito alegadamente meritório. Se é evangelho engrossado, é outro, diferente, contrário, além daquele que Paulo e João receberam do Cristo ressuscitado.

3. Nesta conexão surgiu uma forte discussão de Gál. 1:8 – "Mas ainda que nós, ou um anjo do céu vos pregasse um evangelho além do que vos pregamos, seja anátema." É tão importante a declaração que o apóstolo imediatamente a repete em v. 9 – "Como antes temos dito, assim digo agora de novo, se alguém vos pregar um evangelho além do que recebestes, seja anátema." A Epístola toda se resume, pois, nas duas palavras: Nada além!

A. Notemos o enérgico esfôrço dos intérpretes católicos romanos por escapar do que Paulo diz com tanta ênfase. A comissão bíblica do Vaticano obriga seus tradutores a verter e comentar o original de tal maneira que modifique o que

Paulo realmente disse e abra as portas para justificar uma evolução multissecular que transformou o cristianismo apostólico no romanismo atual.

A versão franciscana diz: “anunciar um evangelho diferente” e assim comenta:

“um evangelho diferente. Os antigos luteranos, sofismado com a palavra ‘proeter’ que se lê aqui na Vulgata, atacaram os católicos porque, além do evangelho escrito, admitiam a tradição; os católicos, porém, os rebateram, fazendo ver que com esse ‘proeter’ o apóstolo designava o que fosse contrário ao Evangelho de Jesus Cristo; além de que S. Paulo não podia referir-se ao Evangelho escrito, que ainda não se conhecia. Hoje quase nenhum a católico renova semelhante objeção, e geralmente concordam em que o ‘proeter’ aí vale o mesmo que contra.” (Cornely)

Notai os dois passos com que fogem do anátema apostólico. Primeiro passo: Além = diferente. Segundo passo: diferente = contrário. Logo a única coisa proibida pela apóstolo é uma evolução tal que o cristianismo evoluído venha a ser radialmente contrário, aposto ao evangelho original.

Mesmo nesta base de uma tradução duvidosa, o acréscimo de tradições sacramentalistas ao cristianismo do Novo Testamento não deixa de ser uma violção da linguagem de Paulo. Traduza quem quiser e como queira, não há meio de fazer o romanismo, e muito protestantismo semi-católico, ter semelhança fundamental com o Evangelho e seu cristianismo puro e original. Traduzem “diferente”, hein? Pois bem. A missa é diferente da ceia do Senhor. A regeneração batismal é diferente da regeneração efetuada pelo Espírito por meio da Palavra de Deus mediante a fé. É diferente o Jesus sacramentado do Jesus histórico e real. São diferentes a penitência e o arrependimento, a fé salvadora evangélica que aceita em Jesus crucificado e a fé católica que meramente aceita dogmas promulgados por concílios eclesiásticos. São diferentes o ministério democrático de pastores-bispos-presbíteros em igrejas autónomas e responsáveis e uma prelacia e sacerdócio ilícitos, intruosos como mediadores entre Deus e a alma humana. São diferentes as igrejas livres do primeiro século e a vasta hierarquia que erradamente se intitula igreja, embora seja mera concubina do cesarismo em todos os estados totalitários dos tempos antigos e modernos. O que foi além de Paulo fez-se diferente, contrário e digno de anátema.

A versão Figueiredo, a versão de D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, com anotações de J. B. Claire, revista pelos padres da Pia Sociedade de São Paulo, e

até a nova versão do dr. Huberto Rohden, a primeira versão católica romana do Novo Testamento grego, para nossa vernáculo, todos são obrigados, sendo seus autores padres, a verter aqui: evangelho diferente. É iluminadora a sentença de claire: “Outro Evangelho. E Paulo tem aqui em vista o Evangelho que pregavam os falsos doutores. Era no essencial o de Jesus Cristo, ao qual juntavam a lei de Moisés.” Mas aí está a razão do anátema. “Juntar” é mudar, é perder, é corromper, perverter, adulterar. Juntar água ao leite, areia ao açúcar, chumbo ao ouro diminuindo na moeda contrafeita, veneno à formulo farmacêutica, novos dogmas à simplicidade do evangelho, obras à graça com meio da salvação, vem dar coisas diferentes, e a isto Paulo não fica indiferente! Por causa desses acréscimos Paulo exclamou: “Ó insensatos vos circuncidardes, Cristo de nada vos aproveita. Estais já separados de Cristo os que vos justificais pela lei.” Não é, pois, matéria de somenos importância acrescentar tradições à fé. A linguagem humana é paupérrima para expressar a solene gravidade de humana é paupérrima para expressar a solene gravidade de introduzir no cristianismo tradições além do que está escrito.

B. Vede como uma larva da praga se transforma logo em clamorosa peste. O prof. James Moffarr analisa os métodos romanistas de justificar por “fábulas engenhosas” a vasta invasão evolutiva de tradições no cristianisamo pós-apostólico e culminando na atual apostasia completa do catolicismo da norma bíblica da fé.

“O método histórico é suspeito pois parece pretender que o Novo Testamento encerre preto no branco, um relato completo do evangelho primitivo; em outras palalvras porque aparta e isola o Novo Testamento como um tratado pertinente ao cristianismo primitivo, sobre ele versando. Contrariamente, porém, argumentar-se que aquela coleção de livros é apenas um reflexo parcial da vida igreja, da qual e para qual originou-se. Consequentemente, é para a tradução da Igreja que o pesquisador tem de apelar. O Novo Testamento pode bem falhar na menção disto ou daquilo, no terreno da crença ou prática; este silêncio, porém, de modo algum constitui argumento contra tal crença ou prática, a menos baseando-se na tese injusta e historicamente falha, de que o método histórico é capaz de descobrir nas páginas do Novo Testamento um reflexo completo e coerente da religião cristã original.

“A verdade à raiz desta objeção deve ser reconhecida e se enfrentar a objeção à altura. Não por ter sido ela sempre expressa de maneira que mereça ser refutada.

Por exemplo, quando João Konx debateu a questão das cerimónias com um frade romano em S. André no ano de 1547 e desafiou ao ser oponente a apresentar qualquer testemunho escritural para as mesmas, o frade em desespero declarou que os apóstolos não haviam recebido o Espírito Santo quando escreveram suas epístolas, mas receberam-no depois e então instituíram as cerimónias! Tal explicação é sua confutação adequada. Todavia, não é menos verosímil do que afirmação mais sutil do argumento do silêncio, que é mais popular. Esta teoria se estriba numa frase, numa das narrativas do período após a ressurreição. Lemos que uma sensacional eclosão de êxtase religioso assinalou o primeiro festival de Pentecostes para os seguidores do Jesus. Apredemos também como a mor parte do intervalo entre a crucificação e este festival foi ocupado. Durante quarenta dos cinquenta dias, Jesus estava expedindo ordens pelo Espírito Santo aos apóstolos que escolhera. Após seus sofrimentos, ele lhes mostrara que estava vivo através várias provas, revelando-se a eles por quarenta dias e discutindo os negócios do reino de Deus,… (Atos 1:2-3). A tradição, porém, posteriormente, valeu-se desta história para atingir seus propósitos. Os quarenta dias foram dilatados em dezesseis messes, e mesmo doze anos, de modo a permitir a comunicação de uma vasta doutrina esotérica aos apóstolos. Aos cristãos gnósticos e igualmente aos católicos, esta alusão a um intercurso prolongado entre Jesus ressurreto e os apóstolos, provou-se de extraordinário valor. Por uma hipótese somos levados a crêr que Jesus transmitiu secretamente aos seus discípulos durante estas semanas um sistema completo da ordem da igreja, incluindo a posterior organização episcopal, um corpo de dogmas religiosos, que deviam transmitir a sucessores acreditados, e o ritual completo da igreja no futuro. Desde que a Igreja não podia de primeiro receber tão grande depósito de verdade, era o mesmo tido em reserva, gradualmente revelado, e autorizadamente elucidado pela sucessão apostólica. Não é, portanto, argumento contra a verdade de qualquer rito, doutrina ou função eclesiástica, que esteja em penumbra no Novo Testamento, ou mesmo que aí não apareça. Isto significaria apenas que, segundo a providência divina, o tempo não era próprio.

“A vantagem de uma hipótese como esta é que não pode ser refutada por qualquer esforço do método histórico; ela paira aereamente sobre as categorias comuns de investigação. Por outro lado, jamais pode ser comprovada.” “The Approach to the New Testament,” James Moffatt, ps. 188-191).

Pode ser que o "método histórico," numa frieza acomodativa de liberalidade académico seja impotente para refutar tal invasão do evangelho pelas tradições dos homens. Mas Paulo, sob o Espírito divino, não foi impotente em face do perigo. Ele bradou: "Nada além"; e a tradição farisaica recuou e caiu fulminada pelo anátema apostólico e Pedro e Barnabé voltaram das suas vacilações para a devida coerente com o único evangelho. Não há outro. O que é diferente é falso, é mortífero.

C. Concedida, provisoriamente, a versão da comissão bíblica do Vaticano, o romanismo e muito do protestantismo são condenados, porque nenhuma inteligência sincera é capaz de negar suas radicais diferenças da simplicidade do evangelho único que Paulo pregava.

Quando vertermos, porém, com exatidão o que Paulo disse no grego, é mais aparente ainda a tremenda apostasia de acrescentar à fé as tradições humanas. Já citamos a versão Brasileira: "Um evangelho além"… é "anátema". A versão de Almeida também verte "além." As versões francesas de Second e D'Ostervald dizem un outre évangile que. Assim as versões espanholas de Cipriano de Valera, e de Subrayada: "outro evangelio del que." Dom Pablo Besson traduz: "atra cosa que lo que anunciamos." É outro? É falso e detestável! Nas versões em inglês, lemos: "any other gospel than" (Rei Tiago); a revisão inglêsa de 1881, a Versão da Senhora Montgomery, como também a revisão americana de 1900 usam a frase: "any gospel other than," Conybeare e Howson vertem num vesículo: 'any other Glad-tidings than that which I declared" (v. 8), porém no v. 9: "a Glad-tidings different from that, etc." São anglicanos, e seria difícil um anglicano traduzir isto corretamente e permanecer na igreja anglicana. Moffat e Goodspeed plenamente apoiam a idéia católica, traduzido: "a gospel that contradicts." Já mostramos que o romanismo e mesmo muitos ensinos de Lutero, Calvino e Henrique VIII realmente contradizem o evangelho de Paulo nesta epístola, pois o apóstolo não permite incorporar-se ao cristianismo as tradições quer do ritualismo da lei de Moisés ou do paganismo do variado meio ambiente do catolicismo durante esses vinte séculos. David Smith traduz anather gospel than, sem matiz nesta contravérsia. Como diz Moffatt em sua introdução ao seu "New Translation of the New Testament," toda a tradução é antes uma interpretação. Várias considerações influem na decisão de cada tradutor. O evolucionismo liberal não quer ficar preso a um evangelho único, final, infalível. Considera lícito, pois, qualquer acréscimo que lhe seja apetitoso, e que não possa ser chamado uma contradição flagrante e propositada. Weymouth traduziu: "a good news

different” e “a good news than”, até a terceira ediçõ do Novo Testamento, em 1909. Em 1929 apareceu a quinta edição desta magnífica versão, grandemente mudada, tristemente mutilada em espírito, uma revisão que representa o triunfo do modernismo sobre uma obra clássica conservadora. Mudaram a lição dos versículos 8 e 9 para “a gospel contrary,” etc. E assim é a versão da “Improved Bible” (de Hovey, Broadus e Westcott).

Assim se verifica, mesmo em muitos tradutores perfeitamente evangélicos, um conservantismo que não adota uma tradução capaz de ser contestada, se outra for mais viável. O nosso ponto de vista é de fidelidade à linguagem de Paulo, sem olhar a probabilidade de haver contestação disse? E que significa a declaração, em seu contexto geral, e imediato? Nada menos, nada mais nos pode satisfazer!

“Se alguém vos pregar evangelho ao lado do que recebestes, seja anátema.” A preposição grega, para, vertida como diferente, contrário, além, é realmente uma preposição no original, não um adjetivo, e as traduções que fogem desta maneira de traduzir mostram já certa fraqueza. Quando usada com o acusativo esta preposição é traduzida: “para o lado de, perto de, ao longo de, a; contrário a, contra; antes que a, além de, mais que, menos que, que (em comparação); por causa de” (Assim meu Dicionário Grego, p. 124). Minha Gramática Grega assim fala da preposição, p. 247-248:

“Para com o acusativo (60 vezes no N. T.) é comum com verbos tanto de movimento com de descanso.

1. Lugar – preta, para o lado de, ao longo de:

2. Contrário a, contra.

3. Comparação (às vezes desfavorável):

Combinado (2) e (3) temos em Gál. 1:18 Ainda que nós ou um anjo do céu vos pregasse um evangelho além do que anunciamos, Gál. 1:8, (Ver. Bras.); autre Evangile (Ver. Fran.); boas novas diferentes, (Weymouth, Lightfoot, Goodspeed). Advogados da utilidade da tradição opinam pela tradução “contrário a” (2), assim permitindo a inclusão no cristianismo de tradições que não contradisserem absolutamente ao Novo Testamento. Assim os intérpretes católico romanos, Moffatt e outros. “Na interpretação destas palavras, uma controvérsia sobre a “tradição” de levantou: escritores protestantes atribuindo a para o sentido além de, e os católicos romanos o de contrário a. O contexto é o melhor guia. São Paulo

aqui advoga a unidade, a integridade do Evangelho. Não tolera rival. Não admite acréscimo de elemento estranho. A ideia de contrariedadem, pois, é estranha ao contexto, embora a preposição, independentemente do contexto, bem possa ter esta significação." (Lightfoot sob Gál. 1:8). Concordamos com o dr. Robertson que amabas as ideias são presentes. Qualquer acréscimo é contrário ao Evangelho."

A ideia fundamental da preposição grega para é ao lado. Alguém deita uma coisa ao lado de outra. Pode ser para a substituir, caducar ou modificar por acréscimo. A preposição não esclarece a razão ou o propósito de se colocar uma coisa ao lado de outra. O contexto fornece o esclarecimento do motivo e daí a consequente tradução.

Esta consideração me leva a apoiar as versões evangélicas em traduzir "além de." Qual o contexto aqui? Paulo evangelizou aos gálatas com um evangelho de salvação pela graça mediante a fé. Ao lado desta base de justificação os judaizantes chegam a depositar, nas mentes dos gálatas, a confiança na circuncisão e no ritualismo e nacionalismo judaico. E contra o acréscimo que Paulo protesta, com forte anátema.

Com o dr. A. T. Robertson, não nos apegamos a esta ou aquela tradução. Apoiamos a ideia de ambos. O que é diferente é além do lícito, o que é além é contrário, pois trata-se dos termos da salvação. Acrescentar outra condição é mudar e mutilar o Evangelho.

Citamos algumas opiniões apósitas. Lutero personifica a Lei, no prefácio do seu comentário sobre a Epístola aos Gálatas, da seguinte maneira:

"Assim a Lei é limitada aos confins necessários. Se ela, porém, pretende penetrar de soslaio na tua consciência, e aí procura reinar, vê-te que te tornes mestre de uma lógica sagaz… dize à Lei: "Ó Lei, tu queres subir ao trono de minha consciência e aqui reinar… Isto fazes além do teu ofício; guarda-te de teus confins legítimos," etc. É quando a Lei quer entrar ao lado Evangelho que Paulo "faz motim." Nada além, nada ao lado da graça no terreno da base e meio da salvação.

Burton em o "International Critical Commentary," p. 27, prefere a tradução: "não de acordo com" ou "variando de" único Evangelho e insiste que a ideia fundamental ("ao lado de) permanece na preposição.

Se há mesmo tanta dúvida sobre esta preposição, então cada guia religioso do povo deve sentir-se em perigo quando acrescenta qualquer coisa, por inocente

que lhe pareça, ao caminho de salvação revelado na pregação e nas epístolas de Paulo e dos demais apóstolos. O evangelho oral e o evangelho epistolar dos apóstolos era um, o mesmo, o único Evangelho. Acréscimos são modificações graves e a divisa do apostolado é "nada diferente" ou "nada além," como queiram os tradutores. O efeito é o mesmo.

4. O que aqui Paulo apenas introduz sob as palavras "outro" e "além de" "ao lado de," ele desenvolve amiudadamente em Gál. 3:15-22. "Irmãos, falo como homem. Ainda que a aliança seja só de homem, contudo uma vez confirmada, ninguém a anula ou lhe acrescenta coisa alguma." Como simples principio comercial, esta ética é reconhecida universalmente.

Paulo serve-se da fidelidade contratual que é a alma dos negócios e do comércio para firmar que Deus é pelo menos tão fiel e imutável na aliança da graça como dois negociantes seriam no cumprimento de um contrato. O pacto se fez. Os beneficiários são Abraão e sua Semente. Paulo declara que a semente é Cristo. é uma promessa universal – a bem-aventurança de todas as nações – e é também incondicional. Deus apenas declara o que fará. Nesta Epístola, Paulo classifica o regime da aliança da graça da parte de Deus para Abraão e sua semente, da seguinte maneira: (I) É um regime de promessa, não contrato de responsabilidades mútuas, não intercâmbio de vantagens.

(II) Esta promessa havia de chegar à sua realização no gozo do Espírito Santo na experiência e vida do crente (3:14) e destinava-se ultimamente aos gentios crentes.

(III) O herdeiro é Jesus; e nós, em solidariedade com ele, entramos na heranaça. É um pacto entre o Pai e o Filho. Nós somos os beneficiários da promessa.

(IV) Havendo um regime unilateral de bênção, uma religião de graça e de promessa, e sendo esta a primeira revelação do propósito divino a Abraão, visando todas as nações e para sempre, então a Lei, vindo quatrocentos e trinta anos depois, não pode invalidar este plano divino, por a promessa é antenor e permanente.

(V) A justificação pela fé é a essência da aliança evangélica. "Abraão creu a Deus e foi imputado para justiça." (3:6). A única maneira de alcançar as bênçãos de um regime de graça é aceitá-las. A fé, pois, recebe vida e justificação.

(VI) Sendo aliança com Abraão um regime da promessa, a Lei não faz parte deste regime. E outra aliança com Israel nacional, não com outros povos ou indivíduos, um contrato bilateral. Israel pactuou solenemente: “Faremos tudo o que Jeová tem dito, e seremos obedientes.” Moisés selou este pacto bilateral com sangue, declarando: “Eis o sangue da aliança que Deus fez convosco sob todas estas condições,” Êxodo 24:7-8. “Todas estas condições” abrangem os dez mandamentos e a legislação congénere e a lei de sacrifícios e festa rituais. Israel não cumpriu “todas estas condições” uma hora sequer de sua existência, nem na vida pessoal dos religiosos nem na coletividade nacional.

Ora os benefícios de um pacto legalista não descem sobre os adeptos ou partidários do pacto. São reservados para os guardadores, os obedientes, os praticantes das condições estipuladas. “A Lei não é da fé, mas: Aquele que faz estas coisas viverá por elas,” v. 12. Um transgressor só pode esperar da Lei uma coisa: maldição, condenação, v. 10. É o erro de todos os movimentos legalistas pensar que por apoiar ao sistema legal é possível alcançar suas bênçãos. Não é. “O que faz” é tradução de um particípio aoristo. Contempla toda uma vida de absoluta obediência, sem lapso ou imperfeição de ato ou pensamento. Esta vida perfeita é contemplada de vez, como um ponto eficaz, e nesta condição é predicada a ausência de condenação. Nem na base de semelhante perfeição se promete o Espírito ou a salvação positiva que nos gozamos. Numa condição impossível ao pecador, é prometido que o legalista, escapará precisamente à função principal da Lei que ele adora – a condenação.

Qual a razão de haver Lei na história? Sua função é tríplice: ergue um padrão da moral particular e pública; revela transgressão de nossa parte pela comparação de o que somos, como o que devemos ser; assim estimula a humildade e o desespero nesta base e a prontidão para abandonar tal base desesperadora e fatal e correr a Cristo e ser salvo pela graça, aceitando a promessa pela fé. A Lei era assim uma fase efémera da revelação a Israel, um regime de escravo em autoridade sobre um menor. Chegado o Salvador, já não tem a Lei função alguma, nem mesmo em Israel. Uma vez destruída Jerusalém, ficou terminada a função teocrática-nacional da legislação mosaica. Esta última função ainda persistia na Palestina, e Paulo e os demais judeus estavam na era transição que sicutíamos em outro apêndice. Mas a Lei já caducava para Israel, e já morreu para o crente gentio. Para o crente, Cristo era o “fim da lei,” seu aniquilamento, sua ab-rogação. Seu passamento, seu túmulo. O véu roto no templo na hora da morte de Jesus foi o aviso divino de que o parêntese aberto no Sinai, para Israel, já se fechava.

(VII) Paulo agora faz a declaração mais estupenda talvez em todas as suas treze epístolas. Ninguém anule, "ninguém acrescente" coisa alguma – NADA ALÉM!

A própria fé não é condição meritória para receber a bênção que Deus prometeu incondicionalmente a Abraão e outorga em Jesus. É anui à aliança da graça e aceitar o dom; é a mão do mendigo aberta para receber a mercê divina. "Sabei, pois, que os que são da fé, esses são filhos de Abraão. A Escritura prevendo que Deus justificaria os gentios pela fé, de antemão anunciou as boas novas a Abraão: em ti serão bem-aventuradas todas as nações. Assim os que são da fé são bem-aventurados com o fiel Abraão," (3:7-9).

Uma vez confirmada esta perpétua aliança da graça mediante a fé, ninguém é autorizado a mudá-la, anula-la ou acrescentar-lhe outra condição. É a revolucionária declaração apostólica. Nada além da fé, nada, absolutamente nada, pode ser interposto, intrometido entre a fé salvadora e a salvação, como meio de graça, ou condição para gozar as bênçãos prometidas em Jesus. Abraão era virtualmente gentio – Paulo argumenta isto extensamente em Rom. 4 – quando o patriarca foi justificado, no momento de crer. Logo é a norma perpétua da aliança da graça, salvação para todos, sem distinção de raça, outorgada livremente ao que crê. Não se pode acrescentar como condição para ser salvo coisa que Deus não incluiu na aliança com Abraão.

Paulo estabelece o princípio fundamental e o aplica no caso. O princípio é: nada além da fé. A aplicação é: os gálatas eram crentes, já justificados pela fé antes que viessem o judaizantes com seu falso evangelho. Logo, nada há que exigir além da fé. A circuncisão não faz parte do Evangelho, não é condição da promessa do Espírito prometido, não é meio de graça salvadora.

Apliquemos o mesmo princípio. Abraão foi batizado? Não foi. Logo não é o batismo condição da aliança, nem meio da graça salvadora, nem faz parte do Evangelho, I Cor. 1:17. Todo o sacramentalismo é apenas uma atitude judaizante, com o rito trocado. A superstição se transfere de um ato físico para outro ato físico, mas sua essência é a mesmíssima superstição. Nenhum ato físico alcança graça divina, salvação eterna, justificação da alma, bênção espiritual. A fé remata a experiência de justificação. Nada além.

O romanismo e muito protestantismo sem-católico procura interpor a igreja entre a alma e Deus. Extra ecclesiam nulla salus é a sentença mais anti-cristã de todo o medivalismo. O que Deus uniu – a fé e a justificação – a superstição

eclesiástica separou como o Ocidente se separa do Criente e sobre o abismo procurou colocar a igreja. Não serve de ponte. Nunca houve salvação em igreja, seja qual for o valor dado ao termo. Deus salvou a Abraão pessolamente e assim salva a cada um crente. Não há promessa para descrentes, sejam quais forem seus sacramentos, boas obras, igreja ou acúmulo de coisas em que se gloriam. Nada além da fé, como condição de ser justificado. Quem introduz a mínima condição entre a fé e a promessa, violou a aliança da graça, acrescentou uma condição num descreto divino unilateral, agiu como se fosse um deus também, um deus mais ajuizado do que o Deus de Abraão. Não há no universo maior presunção nem mais iníqua nem mais fatal para o bem estar humano.

Nada além. Nem sábados nem ritos, nem confessionários nem sacerdócio, nem igreja cem sacramentos, nem boas obras, nem esmolas, nem indulgências nem peregrinações, nem mérito próprio nem mérito de anjos ou arcanjos ou de santos canonizados, nada, absolutamente nada além da fé. Jesus disse: "O que crê no Filho tem a vida eterna." Ninguém no céu na terra ou no inferno conseguirá interpor outra condição entre a fé e a vida que Deus dá. E o fato mais vergonhoso da história cristã é que judaizantes, católicos, protestares sacramentalistas, sabatistas e ritualistas de uma infinidade de nomes se unem na mania anti-evangélica, anti-cristã, de mutilar a aliança soberana de Deus, o contrato eterno entre Deus Pai e Deus Filho de salvar eterna e imediatamente todo o que crê no Filho crucificado. Notai quantas vezesreafirma-se a salvação de todo o crente – não o crente batizado, mas todo o crente, batizado ou não batizado; não o crente circuncidado, mas todo o crente, circunciso ou incircunciso; não o crente incorporado a igreja, mas todo o crente, dentro ou fora da igreja, seja qual for sua espécie; não o crente batizado no Espírito Santo, mas Abraão e Davi e os apóstolos e nós outros, a respeito dos quais Pedro declarou: "não fez distinção alguma" entre os que foram salvos antes ou depois de Pentecostes, "purificando seus corações pela fé." Nada além da fé, pois, sob pena de ser impostor, falsário do pacto uma vez firmado e para sempre. Todos os crentes são os beneficiários, a Escritura muitas vezes o afirma.

O Evangelho é "poder de Deus para a salvação de TODO aquele que crê", Rom. 1:16.

As maravilhosas bênçãos de João 3 são sempre para "TODO AQUELE QUE CRÊ", João 3:15-16.

Pedro nos afirma que “A eles TODOS OS PROFETAS dão testemunho de que por meio de seu nome, TODO O QUE NELE CRÊ recebe remissão de pecados”, Atos 10:43.

Paulo pregou que “por este é justificado TODO O QUE CRÊ”, Atos 13:39.

“A justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo para com TODOS OS QUE crêem”. Rom. 3:22.

Abraão é o pai espiritual de “todos os que crêem”, Rom. 4:11.

“Pois TODOS VÓS sois filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus”, Gál. 3:26.

Naturalmente esta fé não é a mera crença em dogmas ou especulações de concílios ou clero, mas sim a viva confiança da alma em Cristo crucificado que nos une vitalmente com seu Espírito.

A esta fé todas as bênção de bênção de salvação no tempo e na eternidade são garantidas. São para TODOS OS QUE CRÊEM, João Batista e Abraão, o salteador crucificado e Nicodemos, Simão Pedro e Zaqueu, Cornélio e Paulo, meretrizes e publicamos convertidos, preto e branco, eunuco e varonil, pobre e rico, sadio, moribundo, ancião ou jovem, católico ou católico, protestante ou batista, dentro da igreja ou fora da igreja, batizado ou não batizado, observador dos ritos cristãos ou inimigo de todos os ritos – todos, absolutamente todos, todos sem nenhuma exceção, recebem plena salvação em Jesus pela fé, se genuína e evangelicamente depositam sua confiança em Jesus Cristo crucificado.

Esta verdade deve ser nitidamente distinguida de uma teoria extremista que é parecida, mas bem diferente. Alguns querem que o Novo testamento seja um catálogo de todos os métodos de trabalho e de todas as proibições a respeito dos problemas práticos da vida cristã através dos séculos. No mundo inteiro não caberia tamanho catálogo! Era dever de Paulo circuncidar a Timóteo, porém recusar a circuncisão de Titio. Ele às vezes comia, às vezes não comia, carne vendida nos açougues gregos, carne que fora previamente exposta perante um ídolo num templo pagão. Ele, ao princípio, distribuía cópias da carta geral da reunião em Jerusalém descrita em Atos 15, mais tarde não a circulava e seguia outra norma, pois era uma provisão efêmera, para a época transitória, antes da destruição de Jerusalém, antes do crescimento do cristianismo gentio.

Assim na própria vida apostólica, sua praxe variava, no terreno de costumes. Mas nem seu evangelho nem sua doutrina nem seus princípios mudaram. O princípio

é o mesmo, embora mande circuncidar a Timóteo e recusar circuncidar a Tito, comer ou não comer, observar as festas judaicas e condenar sua observação. E o Novo Testamento é um livro de princípio, não uma lista de métodos e maneiras de aplicar esses princípios. Os métodos passa; os princípios, a doutrina e o Evangelho são imutáveis.

Há a doutrina de cantar. Mas o Novo Testamento não esclarece mais nada a respeito da música nos cultos, se é permissível ter piano, violino, coro, canto antifonal, antenas, etc. são métodos e não são prescrita ou proscritos.

A doutrina diz: ensinai. Não prescreve ou proíbe escolas dominicais ou classes de catecúmenos, catecismos ou elucidários evangélicos, livro ou jornais.

A doutrina diz: ide; não diz se por trem, navio, aeroplano, automóvel ou a pé.

Muitos métodos apostólicos, nem os praticamos: o ósculo santo, o lavar de pés, os ágapes, o uso de sandálias, e várias instruções dadas por Jesus aos Doze tão somente para suas viagens locais na Galiléia. Conservamos o princípio de cordialidade social, no aperto de mão e no abraço brasileiro – não no ósculo santo. Assim fazemos o que Paulo faria, em obediência ao seu princípio de se fazer tudo para todos os homens.

A verdade está entre os dois extremos. Um extremo quer mudar doutrina, Evangelho, caminho de salvação, princípios de vida e moral. Tudo isto é imutável. Nada além.

O outro externo, usaria a frase “Nada além” para nos limitar a simples métodos, costumes e hábitos sociais da Palestina e do Império Romano e nos proibiria de fazer coisa alguma não especificamente mencionada ou autorizada na Bíblia. Eles mesmos vão além. O Novo Testamento impõe Evangelho, doutrina e princípios. Quando os fanáticos vão além, acrescentando à norma e ao conteúdo obrigatório do cristianismo, meros costumes do Oriente ou da antiguidade, eles mesmos fazem um acréscimo à soma da fé. Daí o católico ainda exigir véu para as mulheres entrarem na igreja. Não ter véu era ofensa contra a praxe social do Corinto mas impor aquela praxe coríntia sobre todas as mulheres de todos os lugares por todos os séculos é tirania e insensatez.

A Bíblia não nos diz se devemos ir ao cinema, ao jóquei clube, ao baile, ao carnaval, à praia balnear, ao hotel serrano, ao clube, ao campo de futebol, às festas cívicas, nem dezenas de milhares de outras questões recebem luz direita

ou legislação alguma nas revelações apostólicas. Mas há princípios abundantes para orientar a todos, nos transes de perplexidade de consciência.

“Fazei tudo para edificação”, “em decência e ordem”, “coisas excelentes”, evitando “toda a espécie de mal”. Estes e muitos outros princípios gerais regulam a conduta cristã, e o indivíduo não é deixado a sós. Pastores e igrejas ajudam, e estas “ligam e desligam” quanto às praxes de uma boa disciplina, Mat. 18:17.

Em terreno de métodos, pois, temos princípios mas não temos regulamento, catálogo de instruções nas minúcias de conduta, legislação teocrática em detalhes e particularidades da vida pessoal, doméstica e social do crente ou das igrejas. Revelações amplas e finais temos na esfera do Evangelho, da doutrina e dos princípios. Nenhum acréscimo, pois, à revelação dada em Cristo e interpretada no Novo Testamento. Isto na sua plenitude! Nada além!

A Doutrina do Espírito Santo nesta Epístola

Paulo usa a palavra espírito dezoito vezes nesta epístola, sempre acerca do Espírito Santo senão em 6:1, 18. Vemos referências gerais às suas ideias sobre: (1) a obra do Espírito antes da encarnação do Filho de Deus, (2) o advento do Filho e do Espírito, (3) o Espírito como autor de milagres, (4) o Espírito versus a lei, (5) o lugar geral do Espírito na vida cristã, (6) seu fruto, estudado por extenso, e (7) o que significa ser "espiritual."

(1) Primeiro, estudemos a doutrinas de Paulo da atuação do Espírito na época patriarcal e mosaica. O regime do Espírito é original, primitivo, antes da lei, primacial no plano divino. Em 3:13-14 o apóstolo declara que Cristo nos redimiu da maldição da lei, tomando para si a pena por nós merecida. Isto ele fez "a fim de que a bênção de Abraão visse em Jesus Cristo para os povos gentios, a fim de que recebessemos a promessa do Espírito mediante a fé."

A própria palavra "promessa" é usada a respeito do Espírito Santo a primeira vez que se encontra no N. T. (Luc. 24:49). Ele é a promessa do Pai. O Espírito é chamado por Paulo "O Santo Espírito da promessa," com forte ênfase sobre a palavra "Santo", Efés. 1:13. Os gramáticos analisam esta frase em Gál. 3:14 como o genitivo de aposição. A cidade frase de Jerusalém é Jerusalém mesmo. A promessa do Espírito é o mesmo Espírito prometido. A realidade, pois, da bênção outorgada a Abraão e destinada aos demais crentes, sem distinção de nacionalidade, consiste no gozo do Espírito. Nem Abraão nem qualquer outro crente jamais experimentou a fé salvadora pela energia humana. "Pela graça é que fostes salvos mediante a fé, e isto não vem de vós. É p dom de Deus." Abraão e os gálatas "começaram no Espírito", receberam o Espírito pelo ouvir da fé, não pelas obras da lei , 3:1-2. Quem fala da fé, pressupõe o Espírito, pois a fé é efeito e o Espírito é a causa deste efeito. A promessa da bênção do pacto, ao crente de qualquer nacionalidade, foi, portanto, inerentemente uma promessa do Espírito Santo, sem o qual ninguém crê evangelicamente. E a substância da promessa não é a fé humana, mas o Espírito que gera esta fé e regenera a este crente. O Espírito é a promessa. Gozar sua atuação na experiência é receber a bênção outorgada a Abraão e prometida aos filhos espirituais de Abraão. Estes são os filhos da promessa. Receberam o Espírito Santo quando creram. O prometido se lhes deu.

A outra referência ao Espírito no Velho Testamento se acha em 4:29: "Mas como então o que nasceu segundo a carne perseguia ao que nasceu segundo o Espírito, assim também é agora." Isaque e os crentes gentios são "filhos da promessa",

sobrenaturalmente gerados pelo Espírito; nascem "segundo o Espírito." "Segundo a carne" é o regime judaico de hereditariedade nacional: "segundo o Espírito" é o regime pelo qual forma soberanamente seu Israel espiritual, pela regeneração. O Evangelho (a promessa) e o Espírito unem-se no novo nascimento.

Será que Isaque nasceu do Espírito somente no sentido carnal, de Deus fertilizar sobrenaturalmente o ventre de Sara, para tornar possível uma concepção milagrosa da semente de Abraão? Certamente, que não. Isaque era crente, gerado fisicamente pelo poder criativo do Espírito e regenerado pelo Espírito, tipo e precursor de nós, os crentes desta dispensarão.

Cito aqui as palavras sábias e oportunas de Benjmin Warfield:

"O nome (Espírito) encontra-se nos versículos da abertura do Velho Testamento e ali aparece sem apresentação ou definição precisamente como nos primeiros versículos do Novo Testamento. É claro que não é mais uma novidade para o autor de Gênesis do que na boca de Matues"… "Ao passar do Velho Testamento para o Novo, o leitor não sente solução de continuidade na ideia do Espírito encontrada nos dois tomos."

Ele cita Semeaton (Doctrime of the Holy Spirit, p. 351), assim: "Isaías espalha através de suas profecias referências ao Espírito tão multiformes e variadas, tanto em descrições específicas como em breves alusões incidentais de suas frases, que não seria difícil construir de suas palavras a doutrina completa do Espírito;" e de novo, "Verificamos que a doutrina do Espírito ensinada pelo Batista, por Cristo e pelos apóstolos era, em todos os seus elementos, idêntica àquela que a igreja do Velho Testamento conhecia. Não descobrimos que seus ouvintes judaicos estranhassem-na em ocasião algurna."

"Aqui, (no V. T.) também, é dado por Deus. (Núm. 11:29. Is. 13:1) Deus o põe sobre homens e os enche do Espírito (Núm. 11:25, Ez. 28:3, 31:3); ou o Espírito vem, (Juiz. 3:10, 11:29), ou desce poderosamente sobre os homens, (Juiz. 14:6, 19, etc., I Sam. 11:6), cai sobre eles (Ez. 11:5), invade violentamente a personalidade, toma posse da mesma, se reveste de homens como de um traje (Juiz. 6:34)."

(São enfadonhas as afirmações sectárias de qe ninguém estava cheio do Espírito antes do dia de Pentecostes. Vede as referências acima e lembrai-vos de que João Batista estava cheio do Espírito Santo desde o ventre do sua mãe (Luc. 1:15), uma

plenitude que nenhum outro ser humano jamais gozou em escala igual, a não ser Jesus. Outros afirmam que a obra do Espírito era exterior, nos tempos dos profetas, e até o dia de Pentecostes. Cegueira igual, ignorância da nova aliança, exposta por Jeremias e Ezequiel. O Espírito agia em sua plenitude antes da encarnação e nos dias da carne de nosso Senhor. Regenerava, santificava e dava dons. Jesus mesmo afirmou isto aos apóstolos: "Vós o conheceis porque ele habita convosco (permanece continuamente ao vosso lado, diz o grego) e estará em vós." É a Versão Brasileira, mas o texto de Westcott e Hort usa o tempo presente: "e está em vós." Logo a atuação interna do Espírito no crente era uma realidade tanto antes como depois de Pentecostes. W. C. T.)

"O Espírito de Deus no Velho Testamento executa todas as funções atribuidas ao Espírito Santo em o Novo Testamento, e possui todos e os mesmos características. São concebidos do modo idêntico em sua natureza e suas operações. Não podemos fugir da necessidade de identificá-lo." "Em ambos os Testamento o Espírito aparece nítidamente como quem executava a vontade divina." (Citação de "Biblical Doctrines," por Benjamin Varfield, pp. 101, 102, 117, 124 e 105, nesta ordem).

Esta verdade é pressuposta na Epístola aos Gálatas. O Espírito é a realidade prometida a Abraão, é a bênção outorgada à fé. Deus se lhes dá a si mesmo. O Espírito é visto por Paulo ativo na vida patriarcal. O apóstolo não argumenta, não defende, não explica, não interpreta esta atividade de Espírito. Dá de barato que todos entenderão que o mesmo Espírito atuava naquele tempo da promessa que age hoje em dia, e que atuava da mesma maneira na experiência do crente como agora.

(2) Notamos, porém, que o mesmo Espírito que agia em toda a história humana pela natureza e pela graça teve um advento para uma dispensação peculiarmente dele, comparavel à encarnação de Jesus. Notai as passagens paralelas, 4:4, 6, na Ver.Brasil.:

"Quando veio o cumprimento do tempo, enviou Deus o seu Filho." "Porque sois Filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai."

É o mesmo verbo em ambos os passos e não podemos traduzi-lo. Se tivéssemos um verbo que correspondesse ao substantivo apóstolo e em composição com este verbo a preposição que expressa a ideia de sair de dentro para fora,

poderíamos indicar o fato de tanto o Filho como o Espírito serem envidas de dentro do céu para fora na sua missão terrestre. O Pai ex-apostolou o Filho e o Espírito. O Filho se encarnou no ventre da Virgem num corpo humana. O Espírito se encarnou em nossos corações.

Paulo não desenvolve aqui a ideia da encarnação do Espírito, quanto á figura do corpo. Aliás esta figura é usada mais a respeito de Jesus, mas o Espírito não está alheio à realidade. Em outras epístolas o apóstolo ensina que o Espírito se encarna em (a) cada crente, individualmente. Ele habita no corpo do crente como seu santuário, I Cor. 6:19. (b) Cada igreja é corpo de Cristo. o grego não diz: "Ora, vós sois o corpo de Cristo," mas "Vós sois corpo de Cristo." O grande Hort traduziu: "um corpo de Cristo." há muitas igrejas e a cada uma Cristo sustenta a relação direita de cabeça a corpo, sendo os crentes seus membros componentes. É uma figura, não há dúvida. O contexto é a discussão dos problemas locais da igreja de Corinto. O Espírito é a vida desta união. "Na comunhão de um só espírito fomos batizados todos nós em um só corpo." É a versão de 12:13 por Conybeare e Howson. A ceia testifica que a congregação celebrante é "um corpo," I Cor. 10:17. (c) Nas epístolas escritas na prisão (Col. E Efés.) Paulo advoga a ideia de que totalidade dos crentes, a igreja geral, é o corpo de Cristo. efés. 1:23, etc. Mas na Epístola aos Gálatas ele não desenvolve senão o primeiro desses três pontos.

O Espírito tem seu advento no coração do crente para desenvolver nele o sentimento de filho, a responsabilidade de sua maioridade em Jesus Cristo. O Espírito se encarna em nosso coração e clama a Deus, por nossos lábios, a sílaba filial do bebê na fé – "Aba" (Papai!).

(3) Paulo escreveu quando milagres eram comuns, o acompanhamento e as credenciais da maior de todas as épocas de revelação. Os apóstolos eram órgãos da revelação cristã e pela imposição de suas mãos davam o poder de operar milagres. Podiam assim ter delegados contemporâneos, mas não tinham sucessores nesta função como não os tiveram nas demais funções peculiares ao apostolado. Mas a ressurreição de mortos, curas milagrosas e muitos outros sinais eram comum nas igrejas apostólicas do primeiro século. Warfield, em sua magistral obra, "Counterfeit Miracles," mostra que este dom terminou no primeiro século, como o apostolado e a formação das Escrituras. Os milagres fingidos hoje em dia não passam de milagres contrafeitos. Ninguém pode apontar uma ressurreição sequer neste século. Mas nas igrejas da Gálaxia havia milagres. Há duas teorias sobre o passo, "Aquele que vos subministra o Espírito e opera

milagres entre vós," 3:5, Versão Brasileira. Acompanhei por longos anos a interpretação que nos dá esta tradução, pensando que na Galáxia havia uma pessoa com esses dons e o poder de transmiti-los a outros, a fim de aprofundar a espiritualidade, subministrando, "dando com largueza," o Espírito aos novos crentes. Segundo esta teoria, um delegado da autoridade apostólica fazia milagres, como credenciais de sua obra. Nesta hipótese, é claro que havia uma so pessoa em toda a província com este dom. quem seria? Por que não evitou a apostasia das igrejas gálatas, se houvesse um delegado apostólico no meio delas e com tanto poder? Ao preparar a tradução desta Epístola, notei que várias versões, em diversas línguas, vertem as palavras de modo a mostrar que se referem unicamente a Deus. Depois de considerável estudo, e iluminado e incentivado pela valiosa revisão do MS, neste trecho, pelo erudito colega, o dr. A. R. Crabtree, conclui que subministrar é tradução errada, e que, como diz o dr. A. T. Robertson em seus "Wor Pictures", in loco, quem dá o Espírito com largueza "é Deus". Era Deus que derramava dons e milagres na vida cristã na Galáxia. E não vi no horizonte da Epístola um ser humano que "subministrasse" o Espírito.

Nós ainda temos a manifestação sobrenatural do Espírito nos corações que sentem a devoção filial e o fruto do Espírito, mas não estamos num período de revelação. No Cristo histórico temos a finalidade da revelação e no Novo Testamento a última Escritura Sagrada. Logo não necessitamos de milagres. A comunhão, o fruto e os dons ordinários do Espírito nos são adequados.

Como podemos falar do adventa do Espírito se ele antes de Pentecostes já regenerava, santificava, enchia crentes, dava dons e chamada, ungia e dirigia tão maravilhosamente? Bem. É fato. Não consintamos que a lógica de uma teoria ou de uma interpretação nos vende os olhos às declarações categóricas da Palavra de Deus. Não tem razão os que dizem que as referências ao Espírito pelos protestas eram futuras. Eram futuras e contemporâneas. O profeta conhecia o Espírito de quem escrevia. "Eu, porém, na verdade, estou cheio de poder pelo Espírito de Jeová, e de juízo e de força, para declarar a Jacó a sua transgressão, e a Israel o seu pecado," (Miquéias 3:8). Precisamente como os apóstolos e presbíteros escreveram: "Parecia bem a nós e ao Espírito Santo." Assim Isaías afirma – "Agora o Senhor Jeová me enviou o seu Espírito." São sócios na missão profética. Assim foi com Ezequiel (3:12, 14, 24; 8:3, 9:1, 5, 24; 28:1) e os demais profetas.

Mas não é somente aos profetas que o Espírito era uma realidade preciosa. “Também lhes deste o teu bom Espírito, que os instruísse,” diz Neemias de Israel no deserto (9:20). Ao povo Deus disse por Ageu: “O meu Espírito habita entre vós: não tenhais medo” (2:5). Ezequiel afirma: “pois derramei o meu Espírito sobre a casa de Israel, diz o Senhor Jeová” (39:29), e há inúmeras passagens de igual teor.

Por que, então foram escritas as palavras de João 7:39? “Disse isso a respeito do Espírito que iam receber os que nele criam; pois o Espírito ainda não fora dado porque Jesus não havia sido ainda glorificado.” Jesus também soprou sobre os apóstolos e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo” (João 20:22), como também lhes disse: “Se eu não for, não virá a vós o Paráclito,” (João 16:7). Como conciliar esta aparente contradição?

Uma coisa é certa. Estes dois versículos não nos podem vendar os olhos ao considerável ensino sobre a atuação e a plenitude do Espírito na experiência dos santos antes de Pentecostes. Busquemos, pois, a harmonia em outra explicação. Smeaton é assim citado por Warfield: “Não significa que o Espírito não existia, porque toda a Escritura afirma sua eterna pré-existência – nem que sua eficácia regeneradora estava desconhecida até aí – pois milhões inumeráveis foram regenerados pelo seu poder desde a primeira promessa no Éden – mas estas operações do Espírito estavam em antecipação à dádiva redentora de Cristo, não era a dádiva formal. O apóstolo fala relativamente,não absolutamente.” E Warfield acrescenta: “As bênçãos espirituais concedidas vieram como uma libação antecipadora, um antegosto.” (“Biblical Doctrines, p. 128, 129). Warfield ainda explica que a obra do Espírito na experiência da graça fora minitado ao “resto na nova dispensarão do que na antiga. É apenas mais universal.”

“Naquele tempo o Espírito limitava seu poder. Agora o grande dia do Espírito raiou.”

O dr. A. T. Robertson comenta: “Certamente o Espírito Santo já operava nos corações dos homens, mas não no sentido de testemunhar como o Paráclito, o que seria possível somente depois de Jesus voltar ao Pai”, (Word Pictures of the New Testament, Vol. V., pág. 266).

Em resumo, pois, podemos falar desta dispensação como a do Espírito, e do dia de Pentecostes como o advento do Espírito, pelos seguintes motivos:

(I) A operação do Espírito agora é esclarecida pela doutrina da Trindade. A eletricidade existia antes de Franklin, Edison e Marconi, mas seu aproveitamento

poder ser muito mais amplo agora quando a ciência nos adestrou em seu uso. Do mesmo modo os dons do Espírito estão indizivelmente mais ao alcance do crente agora que o Novo Testamento e era apostólica ensinaram e demostraram abertamente o poder do Espírito que ele exercia soberanamente, sem explicação doutrinária, nas eras antigas.

(II) O Espírito é o Executivo da Trindade. A obra de Cristo no Calvário é aplicada aos nossos corações pelo Espírito. De certo modo Cristo era um Cordeiro imolado antes da fundação do mundo, e o Espírito produzia fé neste Servo Sofredor de Jeová, a fé num Messias vindouro. Porém, depois de realizada a encarnação e paixão redentora de Jesus, começou o regime, por excelência, do Espírito, o Vigário e Alter Ego de Jesus, representando-o e aplicando ao crente todo o valor e eficácia de Calvário.

(III) Com o Pentecostes principiou a carreira mundial da igreja na evangelização de todas as nações. Os fenómenos do advento do Espírito para este fim não são inferiores aos que se manifestaram em Belém na ocasião do advento do Messias.

Estas e outras considerações justificam a doutrina do duplo advento Cristo e do Espírito, que Paulo afirma nesta epístola, sem contradizer as referencias igualmente claras do apóstolo à obra do Espírito entre os patriarcas. Creiamos em ambas estas fases da verdade. Não são contraditórias ou mutuamente exclusivas: são apenas sucessivos aspectos da revelação progressiva.

(4) A experiência cristã normal é a esfera principal da obra do Espírito em todas as épocas. Mesmo em plenos dias apostólicos o amor era dom mais excelente do que o falar com línguas ou mesmo a protésica. É ainda o supremo dom do Espírito, I Cor. 13.

Toda a experiência normal da salvação é obra do Espírito. Seu advento em nós é como o primeiro brado do recém-nascido e nos dá o espírito filial, o sentimento do coração que diz, “Nosso Pai que estás nos céus,” e, ainda mais intimamente, o “Papai!” do aramaico: “Aba, Pai.”

Notai que os crentes priciparam no Espírito, 3:3. O Espírito estava em contacto com os nossos espíritos antes de nossa salvação, operando a convicção do pecado. Ele nos deu o arrependimento e a fé, nos fez novas criaturas, nos regenerou. “Fostes justificados… no Espírito do nosso Deus,” I Cor. 6:11. Todo o crente recebe o Espírito quando crê. De outra forma não creria, absolutamente. É pela graça que cremos, Atos 18:27, por obra e graça do Espírito, que é quem

executa a vontade da Trindade em nossa salvação. As alternativas são sempre o Espírito ou a lei, não a confusão, não a união dos dois, não a subordinação de um regime a outro, mas dois regimes mutuamente exclusivos. "O pecado não era domínio sobre vós, viste que não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça." O Espírito dá a graça. O legalismo faz o crente cair da graça, e colocar-se fora da esfera onde a graça é acessível.

Recebemos o Espírito pelo ouvir da fé. Deus abriu o coração de Lídia para atender. Foi o advento do Espírito em mais outra crente. Enquanto Cornélio e seu grupo ouviam, eis que a obra do Espírito se manifestou numa realidade gloriosa e incontestável. Como nós todos, receberam eles "a promessa do Espírito – o Espírito prometido – por meio da fé."

(5) A superintendência geral da vida cristã é dada ao Espírito depois de nosso novo nascimento. Notai as descrições gerais de nossa vida: "Nós por meio do Espírito pela fé aguardamos a esperança da justiça." De onde parte a justiça? Não da circuncisão nem de ritos nem do legalismo. De fé. Promana da fé. Seu ponto de partida é a experiência da crença. O justo vive de sua fé. Logo a expectativa de justiça repousa na fé e o Espírito nutre em nós esta expectativa, esta confiança no êxito de sua obra santificadora, a qual partiu da fé viva em Jesus. Outras fases desta obra do Espírito em produzir em nós uma atitude de grande expectativa, de viva esperança, são indicadas em passagens paralelas onde o mesmo verbo se emprega: Rom. 8:19, 23, 25; Fil. 3:20; Heb. 9:28. A vida no Espírito dá larga visão, ampla perspectiva, forte esperança.

"Andai (tempo presente de ação constante, repetida, costumeira), no Espírito," como Enoque. A palavra "Espírito" é muito enfática. Toda a direção de nossa vida é para efetuar-se na união com o Espírito, sob sua direção divina.

Antes da salvação as alternativas exclusivas são Espírito ou lei. Depois de salvos, achamos que os antagónicos são o Espírito (de Deus) e a carne (nossa). A vida cristã é a guerra sem tréguas contra o nosso eu carnal, como seria, nossa personalidade, ou quer ser, em nosso estado natural, destituído da obra da graça e do Espírito. Não é fácil transformar-nos (Rom. 12:2). Somente no Espírito é possível.

"Se, pois, sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo de lei." O Espírito torna real a liberdade, a maioridade, a madureza. Ainda Paulo concebe a vida cristã como o "viver no Espírito" e "semear no Espírito". O pensamento é que o dinheiro

e os outros bens da nossa mordomia são semente. Em lugar de lançá-la às aves (Satanás – Mat. 13:19) semeemo-la no Espírito. É difícil imaginar uma vida cristã mais dominada pelo Espírito do que a que Paulo propunha aos gálatas.

(6) Fiz perante os Seminários Teológicos Batistas do Rio, e do Norte do Brasil, no Recife, um estudo especial sobre fruto do Espírito, revelado em Jesus. É o aspecto prático da sagrada penetração e influência diária do Espírito em nossa vida cristã. O fruto é o alvo. Ao conseguir em nós o amor, o gozo, a paz, a longanimidade, e as demais lindas e doces virtudes da graça, o Espírito Santo alcança a meta de seu propósito na vida espiritual. Julguei proveitoso o estudo na íntegra, inclusive a ênfase e exposição inicial da ideia de fruto, como doutrina enfática de Cristo e do Novo Nascimento, mormente porque o fruto do Espírito é a notável contribuição porque o fruto do Espírito é a notável contribuição que Paulo, nesta Epístola, faz à doutrina do Espírito Santo, e é vida cristã, através dos séculos.

O FRUTO DO ESPÍRITO REVELADO EM JESUS

1. Estudo preliminar de ênfase de Cristo e do Novo Testamento sobre frutos na vida cristã.

1. Que significa frutos na vida cristã?

A. Seu esforço para dar, de sua seiva, substância, perfume, vitaminas e gosto, o melhor possível para alimentar e alegrar a outros. O altruísmo é da essência da vida cristã.

B. O fruto contém, amadurece e guarda a semente. A perpetuidade da nossa religião está nesta no Espírito, não em mera organização exterior, se bem que esta seja útil como casca da vida espiritual e esfera de sua manifestação coletiva e eficaz.

2. Fruto – ou frutos?

Maclarem opina pelo singular, e não em sentido genérico.

Amor, paz, gozo, etc. são como umas tantas laranjas num galho, não como frutas de géneros diversos – maçã, laranja, pêra e ameixa no mesmo galho. A essência, a vida, o gosto é o mesmo. A ênfase é diferente. Como os atributos de Deus não são entidades isoladas e independentes, assim esses atributos do Espírito em nossa vida. O amor de Deus é Deus amando; a justiça de Deus é Deus exibindo seu caráter moral e jurídico; a santidade de Deus é Deus separando-se do impuro,

reagindo contra o pecado e realizando positivamente seu alvo bom no universo. Assim o amor e as demais manifestações da realidade do Espírito em nossa experiência e vida são o Espírito mesmo, em união com o nosso espírito, virando ora para esta, ora para aquela via de santa emoção, vontade, experiência e atividade da vida cristã. Isto explica com pessoas igualmente santas manifestam diferentes aspectos de devoção, e ênfase em graus diversos. Em todos é o mesmo Espírito produzindo seu fruto, "distribuindo a cada um particularmente como lhe apraz," I Cor. 12:11.

3. Frutos versus sinais. Notai como Jesus recusou terminantemente dar sinais para conseguir a fé ou provar a origem e a realidade de sua obra divina.

"Alguns escribas e fariseus disseram: Mestre, queremos ver algum milagre feito por ti. Ele, porém, replicou: Uma geração má e adúltera pede um sinal; e nenhum sinal se lhe dará, senão o do profeta Jonas" Mat. 12:38, 39.

"Chegaram os fariseus e saduceus e, para experimentar a Jesus, pediram que lhe mostrasse um sinal do céu. Mas ele respondeu: Á tarde dizeis: Teremos bom tempo, porque o céu está avermelhado; e pela manhã: Hoje teremos tempestade, porque o céu está de um vermelho sombrio. Sabeis, na verdade, discernir o aspecto do céu e não podeis discernir os sinais dos tempos? Uma geração má e adúltera pede um sinal; e nenhum sinal se lhe dará senão o de Jonas. Deixando-os, retirou-se" Mat. 16:14.

"Saíram os fariseus e começaram a discutir com ele, procurando obter dele um sinal do céu, para o experimentarem. Ele, dando um profundo suspiro em seu espírito disse: Por que pede esta geração um sinal? Em verdade vos digo que a esta geração nenhum sinal será dado" Mar. 8:11, 12.

"Como afluíssem as multidões, começou a dizer: Esta é uma geração perversa; pede um sinal e nenhum sinal se lhe dará, senão o de Jonas. Assim como Jonas foi um sinal para os ninivitas, assim o Filho do Homem o será para esta geração" Luc. 11:39, 30.

"Perguntaram-lhe, pois, os judeus: Que milagre nos mostras, visto que fazes estas coisas?" João 2:18.

"Disse-lhes Jesus: Se não virdes milagres e prodígios, de modo algum crereis" João 4:48.

“Perguntaram-lhe pois: Que milagres operas tu para que vejamos e te creiamos? Que fazes tu?” João 6:30.

Sinais e milagres nada provam no terreno da religião. Os magos egípcios igualaram os milagres de Moisés até certo ponto. Jesus disse que os falsos Cristos dariam sinais em abundância.

“Hão de se levantar falsos Cristo e falsos profetas, e mostrarão tais sinais e milagres, que se fora possível, enganariam até os escolhidos” Mat. 24:24.

“Levantar-se-ão falsos Cristos e falsos protestas e farão milagres e prodígios, para enganar os eleitos, se possível fora” Mar. 13:22.

Esses fenómenos ainda estão profetizados com fartura, em conexão com a obra de Satanás contra a verdade.

“A vinda esse ímpio é segundo a operação de Satanás com todo o poder, e com sinais e com prodígios mentirosos e com toda a sedução da injustiça para aqueles que perecem, porque não receberam o amor da verdade, a fim de serem salvos” II Tess. 2:9, 10.

Sinais, sem caráter e lealdade à verdade revelada nas Escrituras não provam coisa alguma. Quanto mais falsa uma religião, tanto maiores maravilhas alega. É mister lembrar que Satanás é uma força sobrenatural na vida humana. Jesus não é o único autor de milagres, se bem que o soberano. Sinais são manifestações exteriores. A verdadeira prova é o fruto. Aí está toda ênfase de Jesus.

“Pelos seus frutos os conhecereis. Colhem-se, porventura, uvas dos espinheiros, ou figos dos abrolhos? Assim toda a árvore boa dá fruto, porém a árvore má dá meus frutos. Uma árvore boa não pode dar maus frutos, nem uma árvore má dar bons frutos. Toda a árvore que não dá bom fruto é cortada e lançada no fogo. Logo pelos seus fruto os conhecereis.” Mat. 7:16, 20.

“Reconhecei que a árvore é boa e o seu fruto bom, ou que a árvore é má e o seu fruto mau, porque pelo fruto se conhece a árvore” Mat. 12:33.

“Outra caiu na boa terra e dava fruto, havendo grãos que rendiam cem, outros sessenta e outros trinta por um… porém quando a erva cresceu e deu fruto, então apareceu também o joio” Mat. 13:8.

“Responderam-lhe: Fará perecer horrivelmente a estes malvados e arrendará a vinha a outros, que lhe darão os frutos no tempo rpórpio. Perguntou-lhes Jesus:

Nunca lestes nas Escrituras? A pedra que os edificadores rejeitaram, essa foi posta como a perda angular; isto foi feito pelo Senhor, e é maravilhoso aos nossos olhos? Portanto vos declaro que o reino de Deus vos será tirado e oferecido a uma nação que dará os frutos dele" Mat. 21:41, 43.

"Não há árvore boa que de mau fruto; nem tão pouco árvore má que de bom fruto. Pois cada árvore se conhece pelo seu fruto. Os homens não colhem figos dos espinheiros, nem dos abrolhos vindimam uvas" Luc. 6:43, 44.

"Narrou esta parábola: Um homem tinha uma figueira plantada na sua vinha, e foi buscar fruto nela, e não o achou. Então disse ao viticultor: Há três anos que venho procurar fruto nesta figueira e não o acho; corta-a, para que está ela ainda ocupando a terra inutilmente? Respondeu-lhe: Senhor, deixa-a por mais este ano, até que cave em roda e lhe deite esterco; se der fruto, bem está; mas se não, cortá-la-ás" Luc. 13:6,9.

"Em verdade, em verdade, vos digo: Se o grão de trigo cainod na terra, não morrer, fica só; mas se morrer, dá muito fruto" João 12:24.

"Toda vara em mim que não dá fruto ele a corta; e toda a vara que dá fruto, ele a limpa, para que o de mais abundantemente… permanecei em mim, e eu permanecerei em vós. Como a vara não pode dar fruto de si mesmo, se não permanecer na videira; assim nem vós o podeis dar, se não permanecerdes em mim, eu sou a videira; vós sois as varas. Aquele que permanece em mim, e no qual eu permaneço dá muito fruto, pois sem mim nada podeis fazer… Nisto é glorificado meu Pai, em que deis muito fruto, e assim vos tornareis meus discípulos… Vós não me escolheste a mim, mas eu vos escolhi a vós, e vos designei para que vedes e deis fruto, e o vosso fruto permaneça: a fim de que tudo quanto pedirdes ao Pai em meu nome ele vo-lo conceda" João 15:2, 4, 5, 8, 16.

4. Notai o contraste: obras da carne, fruto do Espírito. O que a carne produz é exterior, superficial, morto – "As obras infrutíferas das trevas."

"E não tenhais sociedade com as obras infrutíferas das trevas, mas antes reprovai-as" Efés. 5:11.

O que o Espírito produz é fruto, interiormente vitalizado e ligado, em união com a seiva de nossa vida humana e da personalidade e energia divina, exteriormente doce, maduro e nutritivo. Dizer obras do Espírito, ou frutos da carne, seria perder

de vista a relação vital que flui em amor, gozo, paz e outros aspectos da espiritualidade.

5. O cristianismo foi iniciado, no ministério do Batista, com uma solene exgência de frutos.

"Dai frutos dignos do arrependimento," Mat. 3:8; Luc. 3:8. O verbo não significa nem justifica o frio indiferentismo com que algumas igrejas vão adiando o batismo dos "congregados" por meses e anos. O verbo "daí" é aoristo, exigindo ação de vez, não tempo presente, de ação contínua ou repetida. O que João exigiu ele pode verificar aí mesmo, naquele instante, na atitude prática manifestada pelo batizando.

Decisão urgente. "O machado está posto à raiz da árvore."

6. A ênfase de João, Jesus e os apóstolos sobre frutos é estupenda. Devemos orientar-nos e informar a outros. Dou uma lista dos frutos exigidos.

(1) DAR. "Dai" frutos. E o primeiro fruto é dar. João pregava a peregrinos indo a Jerusalém em caravanas ou a pé. Havia nos auditórios ao ar livre os mendigos, os leprosos, os pobres das cidades vizinhas, os quais ficando no deserto para ouvir a pregação do Batista, necessitariam de roupa, para dormir nas cavernas, e comida. A primeira ordem do movimento cristão sobre a vida dos convertidos foi "Dai". "Dai túnicas," "dai comida". Eram as únicas coisas que tinham utilidade lá no deserto. Assim João provia o sustento de seu movimento. Assim os conversos dariam evidência de seriedade na confissão de pecado e na profissão da fé.

(2) Segundo fruto – a honestidade. Não cobrar demais.

"Respondeu ele: Não cobreis mais do que aquilo que vos está prescrito" Luc. 3:11.

(3) Contentamento com o soldo. Notai que cada exigência de João para o batismo estava no terreno de dinheiro ou bens, logo no princípio da história cristã. O peregrino teria de dar roupa e comida, o publicando de transformar-se em um cobrador honesto – nenhum centavo além do prescrito. Zaqueu devolveu o roubado. E o soldado teria de manifestar contentamento com sua situação financeira. João fez a religião cristã enfrentar o problema financeiro neste aspecto tríplice, como condição para o batismo: não se batize quem não queira dar, ser honesto e viver contente dentro de sua receita. Assim o cristianismo começou. Assim se preparou um povo para o Senhor.

(4) renúncia da palavra falsa e da violência, da parte do soldado a ser batizado, mas nenhuma sugestão de pacifismo. O soldado poderia continuar a defender a pátria e ser esteio da ordem.

"Perguntaram-lhe também uns soldados: E nós que havemos de fazer? Respondeu-lhes: A ninguém façais violência, nem deis denúncia falsa, e comentai-vos com o vosso soldo" Luc. 3:14.

(5) Louvor, fruto dos lábios –

"Por ele, pois, ofereçamos… sacrifícios de louvor… o fruto dos lábios que confessam o seu nome"Heb. 13:15.

É fruto pessoal, em manifestação particular e coletiva.

(6) Fazer a vontade de Deus e não praticar a iniquidade.

"Pelos seus frutos os conhecereis. Colhem-se, porventura, uvas dos espinheiros, ou figos dos abrolhos? Assim toda a árvore boa dá bons frutos, porém a árvore má dá maus frutos. Uma árvore boa não pode dar maus frutos, nem uma árvore má dar bons frutos. Logo pelos seus frutos os conhecereis. Nem todo o que me diz: «Senhor, Senhor, entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus" Mat. 7:16-21.

(7) Palavras boas e proveitosas

"Reconhecei que a árvore é boa e seu fruto bom, ou que a árvore é má e o seu fruto mau; porque pelo fruto se conhece a árvore. Raça de víboras, como podeis falar coisas boas, sendo maus? Porque a boca fala o de que esta cheio o coração. O homem bom tira boas coisas do seu bom tesouro, e o homem mau tira más coisas do seu mau tesouro. Digo-vos que toda a palavra ociosa que falarem os homens, dela darão conta no dia de juízo; porque pelas tuas palavras serás justificado, e pelas tuas palavras serás condenado" Mat. 12:33-37.

(8) Ganhar outros discípulos

Vossa conversão dá a Cristo um discípulo, vosso testemunho e evangelização aumentam este um, a trinta e um, ou sessenta e um ou cento e um. "Outra caiu em boa terra e dava fruto, havendo grãos que rendiam cem, outros sessenta, e outros trinta por um" Mat. 13:8.

(9) Vida coletiva, santa e reta

“Responderam-lhe: Fará perecer horrivelmente a estes malvados, e arrendará a vinha a outros, que lhe darão os frutos no tempo próprio… Portanto, vos declaro que o reino de Deus vos será tirado e oferecido a uma nação que dará os frutos dele” Mat. 21:41, 43.

(10) A progressiva manifestação da vida e atividade cristã

“Disse mais: O reino de Deus é como se um Homem lançasse a semente na terra e, dormindo ou acordado de noite e de dia, a semente germinasse e crescesse, sem ele saber como. A terra por si mesma produz fruto: primeiro a erva, depois a espiga, e por último o grão grado na espiga. Depois de o fruto amadurecer, logo lhe mete a foice, porque é chegada a ceifa” Mar. 4:26-29.

(11) Vida coerente com a profissão

“Pois cada árvore se conhece pelo seu fruto. Os homens não colhem figos dos espinheiros, nem dos abrolhos vindimam uvas” Luc. 6:44.

(12) Submissão á autoridade de Jesus

“No tempo próprio mandou um servo aos lavradores, para que lhe dessem do fruto da vinha; os lavradores, porém, depois de o espancarem mandaram-no embora sem coisa alguma” Luc. 20:10.

(13) Abnegação – o ato de sepultar-se na obra do reino, resultando isso em brotar e serem frutíferos muitos discípulos para o serviço de Cristo

“Em verdade em verdade vos digo: Se o grão de trigo, caindo na terra não morrer, fica só; mas se morrer, dá muito fruto” João 12:24.

(14) Operosidade na vida cristã em união vital e vitalizadora com Jesus (A figura da videira e das varas) João 15:1-8.

(15) A santificação

“Agora libertados do pecado e feitos servos de Deus, tendes o vosso proveito para a santificação, e por fim a vida eterna” Rom. 6:22, (fruto não «proveito», no original.

(16) selo sobre o fruto – uma praxe comercial que indica que o serviço cooperativo está sendo eficaz, acabado, levado a êxito incontestável e de tal modo dirigido que ninguém pode duvidar de seus motivos ou administração.

“Tendo, pois, concluído isto e havendo-lhes posto o meu selo neste fruto, irei à Espanha” Rom. 16:28.

(Vemos hoje laranjas estampadas com a marca “sunmaid”, da Califórnia, etc. Paulo selou sua obra acabada com a marca de sua usual eficiência vencedora).

(17) Dízimos, dados pelo povo para o sustento do ministério evangélico, o qual é responsabilizado pelo Senhor Jesus para ensinar este dever ao povo

“Quem jamais vai à guerra à sua própria custa? Quem planta uma vinha e não come do seu fruto? Ou quem pastoreia um rebanho e não come do leite do rebanho?... Se nós vos semeamos as coisas espirituais, é, porventura, grande coisa se colhemos aos que proclamam o Evangelho, que vivam do Evangelho” I Cor. 9:7, 11, 14.

(18-26) Os nove frutos de Gál. 5:22 que estudamos agora detalhadamente.

(27) Bondade, justiça, verdade, “o candor da mente que está isento da afetação, pretensão, falsidade, fingimento e dolo; sinceridade mente e integridade de caráter, o modo de vida que está de acordo com a divina verdade” – (Thayer, em definição de verdade).

“Porque o fruto da luz consiste em toda a bondade e justiça e verdade” Efés. 5:9.

(28) O apoio ao excelente, a sinceridade, livre de ofensa, a justiça

“Para que aproveis as coisas que são excelentes, a fim de que sejais sinceros e sem ofensa para o dia da Cristo; cheios do fruto de justiça, que é por meio de Jesus Cristo, para glória e louvor de Deus” Fil. 1:10, 11.

(29) Viver ainda, em horas de desgosto, quando o homem cansado gostaria de morrer, viver para servir ainda a outros embora sejam ingratos

“Mas se o viver na carne resultar em fruto do meu trabalho, não sei então o que hei de escolher” Fil. 1:2.

(30) A expansão da personalidade que é operada pela generosidade na mordomia

“Não é porque procure eu dádivas, mas procuro o fruto que cresça para a vossa conta” Fil. 4:17.

(31) A receita da igreja para o sustento pastoral e do culto

“O lavrador que trabalho deve ser o primeiro a gozar dos frutos” II Tim. 2:6.

(32) Resultado pacífico da correção divina, fazendo-nos caminhar do terreno de nosso desvio do dever para a senda da justiça

"Toda correção ao presente não parece ser de gozo, mas de tristeza depois, porém, dá fruto pacífico de justiça aos que por ela tem sido exercitados" Heb. 12:11.

(33) A sabedoria dada por Deus e seus resultados benéficos e salutares na vida.

"Mas a sabedoria que vem lá de cima é primeiramente pura, depois pacífica, moderada, fácil de se conciliar, cheia de misericórdia e de bons frutos, sem parcialdade, sem hipocrisa." Tiago 3:17.

(34) Justiça semeada em paz – o solo em que toda a obra do Espírito convém é a paz, não a agitação, nem a briga, nem a controvérsia prolongada. A semente semeada em ventos agitados se perde, em grande parte, e árvores à beira-mar, embora se inclinem na direção da terra, fugindo do estrago da tormenta, dão pouco fruto. Galhos agitados ou perdem seu fruto ou o que resta fica duro e pouco amadurecido.

"Ora o fruto da justça é semeado em paz para aqueles que são pacificadores" Tiago 3:18.

(35) Paciência como a do lavrador

"Tende, pois, paciência, irmãos até a vinda do Senhor. Vede como o lavrador aguarda com paciência o precioso fruto da terra, até receber esta as primeiras e as últimas chuvas" Tiago 5:7.

(36) Perseverança e operosidade no bem

"A que caiu na boa terra, estas são as que, tendo ouvido a palavra, com coração reto e bom, a retêm e dão fruto com perseverança" Luc. 8:15.

(37) Novidade do Espírito

"Agora desligados estamos da lei, por termos morrido para aquilo em que estávamos presos, de sorte que sirvamos em novidade de espírito e não na velhice da letra" Rom. 7:6.

(38) Dando fruto e aumentando

"… o Evangelho, que tem chegado a vós como também está em todo mundo, dando fruto e aumentado, assim como entre vós, desde o dia em que ouvistes e o conhecestes a graça de Deus em verdade" Col. 1:6.

(39) Andando de um modo digno do Senhor, agradando-lhe em tudo, frutificando em TODA A BOA OBRA

"De sorte que andeis de um modo digno do Senhor, agradam do-lhe em tudo, frutificando em toda a boa obra e crescendo no pleno conhecimento de Deus" Col. 1:10.

(40) A justiça cria, gera, multiplica. O mesmo vocábulo traduzido por "fruto" em II Cor. 9:10 é vertido como "raça" de víboras, em Luc. 3:7.

(41) Filhos são frutos. Luc. 1:42. O dr. Maddry diz a missionárias casadas que perguntam qual a sai "carreira" no campo missionário: "A Junta espera que irmã estabeleça um lar cristão de paz e santidade e contentamento. Ser boa esposa e mãe será a melhor carreira, e a mais frutífera para a causa de Cristo." Naturalmente, isto não impede que as mulheres cristãs, como outras pessoas empenhadas em carreiras nobres e exigentes, dêem tempo para servir ao Senhor nas suas igrejas, a ser operosas no trabalho do reino como o Espírito lhes proporciona.

Eis algo da estupenda ideia da vida cristã frutífera que o Novo Testamento nos impões sobre a consciência e nos chama para ensinar aos outros.

II. Exame desse fruto do Espírito e de como é revelado em Jesus Cristo

O AMOR 1. Não é a pálida virtude católica ou espírito da mera caridade. O amor "não busca os seus próprios interesses", antes, em sua essência cristã, é a disposição de dar-nos. A cobiça, ambiciosa de possuir, gozar e explorar para seu próprio prazer e proveito, costuma mascarar-se na capa do amor, roubar o rótulo e os títulos do amor e cantar em versos pornográfica de suas proezas "amorosas" (?), mas não é amor. Entre os próprio companheiros de Paulo em Roma havia pouco amor, pois ele o afirma, em Fil. 2:20, 21, em palavras de louvor a Timóteo:

"Nenhum outro tenho de igual sentimento, o qual sinceramente cuide de vossos interesses, pois todos eles buscam o que é seu, não o que é de Cristo Jesus."

Palavras terríveis, pungentes, esquadrinhadoras. Um ministro pode ter grande êxito no seu ministério embora seus motivos sejam impuros, ou uma mistura do bem e do mal, ou apenas motivos secundários. O ministro "sem igual" é aquele que "não busca o que é seu," mas "o que é de Jesus," "cuida dos interesses" de outros. Dar-se, santificar-se para esta vida é ter e manifestar o amor. A disposição de se dar, com "o sentimento" congénere, é amor cristão, e é o supremo propósito da atuação do Espírito em nossa vida. E em o Espírito, nenhum de nós é capaz de viver e crescer neste amor.

2. o amor, como Jesus o ensinou e mandou, é tríplice, triangular. A base do triângulo é o amor a Deus, os lados do triângulo isóscele são o amor próprio e o amor ao próximo. Em Mateus, temos uma vez citado o mandamento de Jesus para que amemos a Deus, e três vezes o mandamento do amor próprio e do amor ao próximo em doses iguais. Por que? Porque o amor tem seu jardim de infância nas relações humanas do lar e da vizinhança da vida estudantil, na sociedade e na igreja, em círculos cada vez mais largos. Aprendemos a amar, amando, e amando logo e nas imediações da vida atual. Ninguém pense que irá cultivar e amadurecer este fruto após os dias escolares. A vida estudantil é o laboratório do amor. Nela aprendemos o amor; de outra forma a teologia estudada será de pouco proveito para nós, para Deus ou para a nossa geração. A capacidade e o gosto de amar aos colegas com quem vivemos nos darão maior capacidade e melhor gosto de amar a Deus. O progresso sempre começa onde estamos e consiste em passos de peregrino para o alvo. O amor enceta sua jornada aí, a vosso lado, e termina a carreira no trono de Deus. É indubitavelmente o ponto de vista cristão.

"Aquele que não ama o seu irmão a quem vê, não pode amar a Deus a quem não vê."

"Se nos amarmos uns aos outros, Deus permanece em nós, e seu amor é em nós perfeito."

É a palavra quase final do apóstolo do amor, no fim do primeiro século cristão, na madureza de sua meditação. I João 4:20, 12. Assim Mat. 25:40, 42.

(A) O amor próprio, sem ser egoísmo ou personalismo. Descobrimos a nossa personalidade, primeiro, e nossa relação a esta deve ser de amor cristão. Nossa peronalidade é mina riquíssima a ser explorada para enriquecer a Jesus e a outros. Negligenciá-la ou explorála com inépcia e descuido e surtos alternativos

de atividade e ociosidade, é falta de amor. Precisamos dar-nos a nós mesmos com atenção, estudo e perseverança para que cheguemos a valer o que podemos na vida abundante dentro de nós, em nosso meio ambiente e para Jesus. Sem amor próprio não temos medida do amor altuístico ou da devoção a Cristo. a ética começa em casa, a fim de ir longe, até aos confins da terra e ao trono celestial.

Digamos cada um a seus botões: "Amo a mim mesmo. Até gosto de mim. Vou praticar o que é bom para mim, segundo Cristo me ensina e quer. Farei de mim o melhor instrumento possível de sua vontade, de sua semelhança, de seu Espírito."

Amo o meu corpo. "Não te faças nenhum mal," foi a palavra de Paulo numa emergência da terror, e é um conselho para a vida, exceto quando o dever nos chamar para um sacrifício. Negligência com saúde, comida, força, longevidade, sono, nervos, exercícios, tratamento, oportuno descanso, inocente divertimento, não é "sacrifício"; é pecado.

Amo a minha mente. É o órgão de minha personalidade, responsabilidade e faculadades. Quero cultivá-la, no terreno da minha chamada e carreira. Quero que seja esducada durante a vida inteira na linha de meu destino eterno. Quero que expanda e cresça e vença suas inerentes falhas e fraquezas e alcance suas possibilidades latentes. É tarefa para a vida inteira e para a eternidade. Nós nos educamos para a vida, vivendo cristãmente na cultura genuína e variada da qual Cristo é o Senhor e a inspiração. Esta vida é abundante, esta educação jamais acaba. O próprio cristianismo é uma educação (Mat. 28:18) e Cristo é sempre o Mestre.

Amo ao meu espírito, residente no corpo – o todo do qual a mente é a parte pensante e diretora. Meu espírito precisa também de alimento, exercício, descanso em Deus, sociedade e comunhão, trabalho e missão. O amor a mim mesmo será mais cuidadoso do eu real que sou, o eu eterno, o filho do Deus vivo. Minha primeira consideração, pois, em tudo será a saúde, o vigor e o progresso do meu espírito. Cabe-lhe a primazia; e a primazia das coisas do espírito, o Espírito me guiará a escolher.

Amor próprio mundano é um beco sem saída. "Amar ao próximo como a tu mesmo" é mandamento de Jesus que nos abre uma estrada do bem e de benevolência partindo do eu, passando pelo lar, pela escola, pela igreja, pela

sociedade e pelo reino de Cristo e rumando sempre em direção do trono de Deus no céu. Vede a obra do dr. Langoston sobre a “Ética”, em relação ao amor próprio.

(B) AMOR AO PRÓXIMO. Eu quero um corpo sadio para mim, quero-o também para meu próximo. Sacrifico-me a fim de dar uma educação cristã aos meus filhos: sacrifico-me também para a educação cristã dos filhos do meu próximo. Quero que meu filho esteja livre das tentações: farei o possível para afastar dos filhos do meu próximo a bebedice, o jogo, a carnalidade. Quero boa literatura: ajudarei a prepará-la, custeá-las, distribuila para outro. Assim diariamente e em todos os propósitos fundamentais da vida procurarei o bem de outrem com esforço igual ao com que procuro meu próprio bem-estar.

Alguns colegas vão além desta medida estabelecida por Jesus, incorrendo no perigo próprio. Perdem a saúde por demasiado esforço. Um em dez, talvez, no ministério dá mais do que pode ou deve dar. O resultado é perder a influência por causa de dívidas ou perder, para o reino de Jesus, os filhos por causa da amargura. É a tragédia das tragédias, quando os filhos do ministro ficam amargurados ou cínicos, pensando e falando sempre contra a fé e a vida do pai porque resultaram na negligência ou na prejuízo dos filhos. Recuse-se este dez por cento de ministros excessivamente liberais para uma mordomia que não esteja em excesso, além do esforço de seu amor próprio, e vamos nós outros ao seu encontro, numa moderação áurea. E evitemos o outro extremo, muito mais comum, de dar tudo a nossos filhos, sacrificando o pai, deixando-os viver no luxo e ociosidade a fim de poupar-lhes as duras experiências da pobreza que nos deram precisamente as melhores lições de nossa juventude.

Jesus exige este amor tríplice, e une a lei e o evangelho na exigência. O amor somente a Deus é imoral e anti-cristão. Produz o ascetismo, o pietismo, o adventismo e outros fanatismos. O amor somente ao próximo é imoral e anti-cristão. Produz o socialismo exagerado, o comunismo filosófico, os ódios de casta e classe, o humanismo e todo o exagero sobre esta vida, no esquecimento da eternidade. O amor somente a si mesmo é imoral e anit-cristão. Produz a avareza, a carnalidade, o egoísmo, um capitalismo desalmado ou a soberba e “proteção” política. Jesus ensinou a simetria, a moderação e a coordenação das forças do nosso amor.

(C). Amor a Deus é o máximo dever. Se o amor próprio e o amor ao próximo não nos educam na capacidade e gosto deste supremo amor, são espúrios. Aqui temos o ensino mais profundamente moral e espiritual de Jesus:

“Chegou um dos escribas e, tendo ouvido a discussão e vendo que Jesus lhes havia respondido bem, faz-lhe esta pergunta: qual é o primeiro de todos os mandamentos? Respondeu Jesus: O primeiro é : Ouve, ó Israel, o Senhor é nosso Deus, o Senhor, é um só; e amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de toda a tua força. O segundo é: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes. Disse-lhe o escriba: Na verdade, Mestre, disseste bem que Ele é um; e não há outro senão Ele; e que o amá-lo de todo o coração, de todo o entendimento e de toda a força, e o amar ao próximo como a si mesmo, excede a todos os holocaustos e sacrifícios. Vendo Jesus que ele havia falado sabiamente, disse-lhe: Não estás longe do reino de Deus” Mar. 12:28:34.

Oxalá nós outros pelo menos alcancemos o grau de penetração espiritual daquele escriba do judaísmo.

Notai: Jesus e o perito na lei e na moral concordam. A base de todo a moral é este tríplice amor. Ninguém é moral se não for moralmente amoroso. Não amar a Deus e ao próximo e a nós mesmos é o supremo pecado.

“Se alguém não ama ao Senhor, seja anátema. Maranta” I Cor. 16:22.

O Evangelho intensifica esta revelação fundamental e o Espírito realiza no crente, por este fruto, o que a lei ergueu como alvo da vida mas estava impotente para atingir. Rom. 8:4.

“O que a lei não podia fazer… Deus (fez em Jesus)… para que a exigência justa da lei se cumprisse em nós não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito”.

(1) Amarás de todo o teu coração. Não é o órgão físico, mera bomba da circulação do sangue. Sede de afeto e emoções, “o coração”, na psicologia bíblica, é quase sinónimo da alma, porém com ênfase na vida emotiva.

Sem emoção, a vida espiritual é como um mecanismo sem óleo, sem graxa. Dão-se atritos destrutivos, ensurdecedores, alarmantes. Com o óleo de emoção, corre a vida cristã mais pacificamente e com maior êxito.

Ponhamos as emoções ao serviço de Deus. Saquemos dos recursos do coração para o alvo religioso, para a operosidade cristã. Cultivemos o gosto da espiritualidade. Deus quer que nós o amemos com a mesma intensidade que o noivo ou o marido deseja o afeto e a submissão da pessoa amada. Não

conseguiremos amar a Deus fria ou platônincamente. Com o coração é que se principia. Com o coração se crê para justiça e se ama para a espiritualidade.

(2) Amarás de toda a tua alma. "Sou alma," dizia o dr. Langston, "e tenho corpo." Parece, pela atividade febril física e material de muitos crentes, que estão pensando: "Sou corpo, e nem tenho alma para zelar, educar, e manter sã e forte." Vivamos mais na invisível cidadela de nosso ser, em comunhão, leitura dos salmos e de João 14, 15, 16, 17, na contemplação de Jesus, em interceder e resolver atitudes de visão e progresso. Sob o Espírito, os mancebos tem visões e os velhos sonham. Atos 2:17.

(3) Amarás com todo teu entendimento. A palavra assim vertida significa: "mente, intelecto, a mente como faculdade de entender, sentir e desejar." É a suprema falta. A espiritualidade não é anti-intelectual. É a chamada divina para usar nossos talentos em amor a Jesus numa vida operosa e obediente.

Na parábola do Mestre era o servo com um talento que o sepultou na terra e deixou-o ficar sem juros, atividade e aumento. Hoje em dia, que é que vemos? Vemos o Senhor Jesus a correr entre a mocidade evangélica qual mendigo, de mãos estendidas, pedindo aos analfabetos e medíocres os meio-talentos, as frações de um talento, para o seu serviço. E os moços que o evangelho criou e educou dão ouvidos de mercador a Jesus e sepultam seus talentos em coisas secundárias, a medicina, o direito, a engenharia. E o próprio ministério, em casos inúmeros, despreza seu ministério, dedica-se ao magistério ou a outras carreiras e Jesus perde não poucos que a mordomia do seu povo educa. E é a mais formidável cegueira.

Na véspera de sua paixão Jesus disse: "Eu me santifico." Havia tanta carreira secundária que ele podia ter aceitado, evitando a cruz. Mas o bom é o inimigo do melhor. Tais tentações ele recusou com forte choro e lágrimas e suor de sangue, dizendo: "O cálix que o meu Pai me deu, não hei de bebê-lo?" E se nós fomos chamados por Cristo, não foi para que ficassem no Evangelho apenas nossa garganta e boca, sendo entregue nosso intelecto a ofícios secundários às carreiras mundanas. Mais vale um Sorem, um Álvaro Reis, do que dez homens mais brilhantes que apenas dedicam a Jesus um pedaço de sua personalidade, uns restos de sua mente e talentos. A mais gloriosa carreira mental, a mais vasta cultura intelectual, o assunto mais profundo de estudo e visão é o ministério de nosso Senhor Jesus Cristo. Digamos sem reserva: "Eis-me aqui, Senhor. Envia-me a mim, emoções, alma, intelecto, forças todas, um ser completo, completamente

consagrado a Jesus para cumprir meu ministério. Eu me santifico para a carreira para qual ele me separou.” Por esta decisão no espírito de qualquer moço, os céus se regozijarão. E ninguém pode imaginar quantos colegas me procuram para chorar sua sorte de mentes divididas, vidas contraditórias, energias fracionadas, carreiras perdidas, ministério que não ministra ou parcialmente segue na senda da chamada divina. Demos a Jesus o que é dele, nosso intelecto. Hoje é um dia de maiores responsabilidades do obreiro nacional. Que não tenha ele suas mãos tão cheias de outra coisa que não possa atender à chamada de seu Senhor.

(4) Amarás com as tuas forças todas.

Na visita do dr. Maddry a Vitória, tivemos uma palestra com D. Alice Reno. Ela narrou algo da vida do esposo nos primeiros anos no Brasil. Seu companheiro inseparável nas viagens evangelizadoras pioneiras, o pranteado Francisco José da Silva, às veses disse a D. Alice: “Desta vez, irmã, pensei que o irmão Reno não chegasse ao ponto de pregação. Apeou do cavalo, deitou-se na estrada e vomitou até que eu pensei que ia morrer. Depois, com grande fraqueza, seguiu viagem. Quando chegamos, ele nem podia ficar sentado. Deitava-se num dos bancos (sem encosto) na casa de culto e falava de Jesus e o povo ficava ao redor escutando.” Pela abnegação de pioneiros como aqueles dois, temos hoje o nosso patrimônio que se extende do litoral ao Paraguai e dos papas ao Amazonas. E nós seremos filhos indignos de pais heróicos se não amarmos ao Senhor Jesus com as nossas forças, servindo-o até que corpo e mente cansem, até à velhice, até poder declarar, como Paulo: “Ninguém me moleste: pois trago em meu corpo as marcas de Jesus.” Os tempos são de molde heróico. Em lealdade a extremismos de toda sorte, a mocidade oriental e européia se lança à destruição sem reservas. E seremos menos leais a uma causa infinitamente mais nobre e digna?

3. O amor não é mero sentimento. É firme propósito de dar, de dar personalidade, não coisas, dar o eu. Muitos darão dinheiro mas reservam seu tempo, estudo e personalidade para seus afazeres seculares. O amor é a dádiva do eu a Jesus e ao próximo, o eu desenvolvido ao máxima grau mediante o amor próprio espiritual.

Certamente, a emoção e o sentimento fortalecem o amor. Há ocasiões, porém, quando o amor pode ser real poderoso e sacrifical, sem emoção. É assim possível amar aos inimigos.

Quando demonstrará boa mãe o amor mais forte pelo seu bebê, na hora da alegria quando lhe pede beijos ou na hora da doença e do perigo quando passa a

noite em claro, silenciosamente guardando a saúde e o repouso do seu querido? Na hora de lavar-lhe a roupa e preparar-lhe as refeições, ou no momento de sorrisos e abraços? Sem dúvida o amor é tão genuíno numa hora quanto é na outra. E nosso amor a Cristo e a outros é tão genuíno e obrigatório quando servimos com alegria r aleluias quando é quando nos obrigamos a dar-nos a Deus ou ao semelhante a despeito da angústia e cansaço, desapontamento e tédio.

Era nos dias dos pioneiros no meu estado natal. Uma filha dum casal heróico e abastado, o qual desbravara a floresta em grande perigo dos selvagens, fora pedida em casamento por um rapaz conhecido. Ela não sabia se o amava ou não. A mãe lhe disse a respeito: "Tu, minha filha, não sabes se amas a esse moço? Eu te explico. Se estás disposta a ir com ele para desbravar nova habitação na sela; se queres rachar a lenha, acender a fogueira, preparar-lhe a comida, enquanto ele faz o trabalho mis duro; se podes lavar-lhe a roupa suja sem te queixar; se ficas a sós em casa enquanto ele cultiva o milho e caça a pesca para o teu sustento; se tens a coragem de ficar ao seu lado e atirar contra os selvagens quando vierem matar e queimar pessoas e bens; de noite, quando esse moço volta cansado de seu labor, exalando suor, tu podes acolhê-lo, confortá-lo e animá-lo para novos dias de labor e perigo, se queres dar à luz aos filhos desse rapaz e lavar e cozinhar e tecer e costurar e ser enfermeira, esposa e mãe na casa que ajudarás a construir, então tu o amas e consinto ao teu casamento." A moça disse: "Eu o amo, e estou pronta para tudo que se der". A este amor dos longos anos, muito mais operoso e genuíno do que as efêmeras emoções da lua de mel, nós todos devemos tudo, em todas as Américas. Lede os livros de Gilberto Freyre e vereis o quanto as antigas matronas portuguesas tinham para dar ao Brasil e com que eficiência e vigor intelectual e físico elas davam-se a si mesmas e seus dons. Nós seremos seus devedores para sempre por tudo que há nas raízes de nossa civilização. O amor é muito mais que a emoção e o sentimento, mas estes o enobrecem e evitam os atritos das relações domésticas, sociais e eclesiásticas quando estas estão compenetradas da persuasiva influência do Espírito.

4. Vários pontos de vista de Jesus sobre o amor:

(a) O amor em proporção ao arrependimento. Jesus proferiu uma parábola para ensinar que amará mais aquele a quem mais se perdoou, Luc. 7:36-50. O amor é fruto do Espírito e este principia a produzir seu fruto pela convicção do pecado. Uma grande salvação faz que o salvo seja eterna e profundamente grato. Assim Pedro, Paulo, Bunyan, Spurgeon, Carey. Uma salvação insignificante produz um

adepto superficial e mesquinho que procurará explorar a igreja ou dar-lhe o rumo de outros interesses genuínos do membro que nunca experimentou a contrição e o arrependimento. Este fato nos daria o diagnóstico da fraqueza ética e espiritual de muitas igrejas. Sem a raiz da convicção do pecado, não colheremos o fruto do amor.

(b) O amor e a obediência. É uma ênfase predileta de Jesus, mas uma idéia desagradável aos ouvidos modernos. "Por isso sabemos que amamos aos filhos de Deus, quando amarmos a Deus e guardarmos os seus mandamentos. Pois este é o amor de Deus, que guardemos os seus mandamentos; e os seus mandamentos não são penosos," I João 5:2,3. Espada de dois gumes: o amor obediente é a real maneira de mostrar amor aos nossos irmãos e a nosso Pai. Todo o sentimentalismo e unionismo insistem em que os mandamentos de Deus são penosos e que é falta de caridade fraternal insistir na obediência ou distinguir entre os obedientes e os desobedientes. João, o apóstolo de amor, apenas seguiu a Jesus neste ensino: "Quem me não ama, não guarda as minhas palavras" João 14:24.

(c) Jesus, nesta conexão, salienta especialmente que a lealdade do amor sincero e bem orientado fará que nós sejamos inteligentes e firmemente leais ao VOCABULÁRIO de Jesus Cristo.

Todo o ofício tem seu vocabulário próprio e exato. Um canoeiro precisa saber tudo a respeito de popa, proa, remo, leme, "marcha á ré," etc. ele não admitira que se trocasse a significação desta palavras do seu vocabulário. Assim o piloto, o chofer, o motorneiro, o tecelão, o barbeiro, o cozinheiro.

Quando mais elevado o ofício, tanto mais complexo e exato o vocabulário. O químico, o farmacêutico e o médico têm um vocabulário estupendo. Consentiriam em erros ou indiferentismo ou inexatidão no seu uso? Absolutamente não. A morte em escala vasta seria o resultado.

O vocabulário do Evangelho e da religião cristã é complexo e é o mais importante na linguagem humana, pois encerra toda a revelação divina, ou nosso entendimento da mesma. Inexatidão aqui é pior do que na farmácia ou no laboratório, porque as conseqüências são eternas. Guardar para o vocabulário de Jesus o significado das mesmas palavras que Jesus deu é preservar o evangelho do Salvador e a vontade do Soberano de nossas consciências. É preservar, dentro do frasco do remédio, o conteúdo que a formula verdadeira do rótulo exige. Nada

menos é lealdade e amor. Aqui temos um elemento principal de nossa missão batista ao mundo religioso. Jesus diz: “Se me amardes, guardareis os meus mandamentos.” E ele mostra que guardar o mandamento é preservar as palavras do mandamento e obedecer ao sentido real do vocabulário. João 14:15, 21, 23, 24.

(d) O amor de Cristo não se limitou à igreja, mas canalizou-se especialmente pela igreja, em ambos os sentidos da igreja, para alvos práticos.

A. O sentido espiritual e universal, a igreja geral, a comunhão dos redimidos. Esta igreja não é organização. Nossa lealdade e amor para com ela não se manifesta, pois, em organização, mas em comunhão fraternal e social. Sou irmão de todos os crentes. Como disse o dr. Truett num sermão que ouvi: “Eis minha mão, estendida para todo aquele que ame ao Senhor Jesus, e com a mão vai meu coração.” A qualquer crentes, de qualquer grei eclesiástica, ou de nenhuma, nós queremos ser irmãos e viver e agir social e fraternalmente na igreja geral que todos entram pela regeneração mediante a fé. Mas esta igreja geral, como disse o dr. Mullins na Aliança Batista Mundial em Toronto, não é organização. Por isto, manifestamos nosso amor a esta igreja, e dentro da mesma, não por nenhum apoio à organizações neo-católicas de movimentos unionistas. Estes representam uma corrupção da idéia da igreja, estabelecem nova igreja “católica” sonhada, uma rival materializada da igreja espiritual que é o corpo de Jesus, aquele único rebanho no qual ele é o único Bispo e Pastor. Devemos, pois, cultivar o espírito, a camaradagem e a fraternidade social e cristã com todo o povo do Senhor. Rebanho – há um, o único universal. Apriscos, há muitos. Nossa unidade está no rebanho, não nos apriscos, que por natureza de sua utilidade serão muitos e locais.

Servimos melhor à igreja geral, conservando vivo seu ideal e realidade no pensamento, recusando consentir em ludibriar os incautos por identificar sua comunhão com organizações ou movimentos unionistas, que fatalmente se tornarão intolerantes e derramarão de novo o sangue de dissidentes. Vozes batistas foram arautos da liberdade religiosa que gozamos, e aqueles que promovem o unionismo são os filhos na fé daqueles cujos pais eclesiásticos já derramaram rios de sangue de crentes não-conformistas. Não voltaremos outra vez ao domínio deles, que tanto ambicionam e tramam. Antes chamemos a todos os crentes para comunhão real e mais amiga de todos os salvos versus os ambiciosos esquemas de união exterior e superficial.

B: A instituição local. A esta, indubitavelmente, Jesus amou e ama. O Apocalipse mostra seu amor e zelo pelas igrejas. E, na última página de nossas Bíblias, lemos:

"Eu, Jesus, enviei meu anjo para vos testificar estas coisas a favor das igrejas," Apoc. 22:16

Quem não estiver "a favor das igrejas" é contra Jesus pelo menos neste respeito. Ele organizou-as e as perpetua como divino Zelador das lâmpadas de ouro. Apoc. 1.

A passagem clássica sobre o amor de Jesus à igreja geral é Efés. 5. A passagem clássica sobre o amor de Jesus à igreja local, à instituição congregacional, é Atos. 20:28.

"Atendei por vós e por todo o rebanho sobre qual o Espírito Santo vos constituiu bispos para apascentardes a igreja de Deus, a qual ele adquiriu com seu próprio sangue." Eis o preço do seu amor.

O contexto sempre é o fator que determina a referência do texto. Não há dúvida que aqui a referência é para a igreja de Éfeso, não a igreja universal. Paulo falava a presbíteros, bispos daquela igreja local. Não estavam "apascentando" a igreja universal, mas aquele rebanho em Éfeso. Eram bispos, superintendentes, de responsabilidade fixa e localizada em aquela congregação organizada. A igreja por eles pastoreada era a igreja que Cristo amou e comprou. Podemos generalizar a idéia aplicando-a por analogia a qualquer outra igreja local, e à instituição, a todas as congregações que sejam igrejas do Novo Testamento.

Em que sentido visou Jesus no calvário a igreja organizada, como instituição local, ou como organização congregacional?

Primeiro, as igrejas são agentes do reino, símbolos e centros movimento cristão, e cada uma em seu meio ambiente local é a grei à qual devem pertencer, normalmente, os crentes do lugar. Concretiza, pois, aos olhos do povo, embora sem monopólio dos salvos, o reino de Cristo e a comunhão dos santos, e é o canal desta comunhão quando for pessoal e coletivamente obediente. Uma igreja não salva, mas é o lar normal dos salvos, aprisco local das ovelhas.

Em segundo lugar, as igrejas visam ser compostas unicamente dos regenerados. Daí o cuidado na recepção de membros. A despeito de exceções como Judas e Simão Mago e talvez Demas e Ananias e Safira, Jesus adquiriu cada igreja verdadeira com seu sangue. A igreja de Corinto era a pior na história apostólica,

porém, Paulo a idealiza e exclama: “Fostes lavados, fostes santificados, foste justificados” I Cor. 6:11. Jesus idealizou na cruz a instituição chamada igreja, rebanho local em aprisco local, e comprou-a com seu sangue. Há um rebanho no qual Ele é Bispo e Pastor, há muitos rebanho locais nos quais Ele chama pastores-bispos-presbitros e os responsabiliza sobre esses rebanhos locais, em apriscos segundo o Novo Testamento prescreve; e a tais pastores-bispos vem esta exortação de Paulo: Atendei por todo o rebanho – o Espírito vos constituiu bispos – apascentai, pois, esta igreja vossa, a qual é também do Senhor, pois a adquiriu com seu sangue.

Se amarmos a Jesus e o imitarmos, também nós nos daremos à igreja geral e às igrejas, em amor. Eis o canal do amor e operosidade obediente. Não atendamos a vozes sedutoras para promover uma igreja falsa, seja de natureza local, nacional ou universal. “Crentes servindo a Cristo, mas igrejas” – é o lema da vida mais frutífera no evangelho. Será que um unionista, ou todos eles, inventarão uma organização mais bem adaptada para os fins da vida cristã do que Jesus nos deu? Não aceitemos na ilusão e assim não gastaremos energias cristãs fútil ou pecaminosamente. Mudar a natureza congregacional da igreja em vasta organização presbiterial, episcopal ou papal é pecado e rebelião contra a autoridade de Jesus. O amor é submisso a Jesus, não cheio de invenções e tradições dos homens, usando os rótulos do vocabulário de Jesus para dar a formas e organizações que Jesus não autorizou.

(e) Notemos que Jesus sabia tolerar o crente ultra-individualista, não cooperador, o guerrilheiro cristão que não entra, ou não fica, nas fileiras regulares mas anda a sós, fazendo o bem.

O caso é famoso.

“Disse-lhe João: Mestre, vimos um homem que não nos segue, expelir demônios em teu nome, e lho proibimos porque não nos seguia. Mas Jesus respondeu: Não lho proibais: porque não há ninguém que faça milagre em meu nome e logo depois possa falar mal de mim. Pois quem não é contra nós é por nós” Mar, 9:38, 39; Luc. 9:49, 50.

Notai: (1) Este homem fazia milagre, não propaganda doutrinária errada. (2) O ponto de João era: “Não nos segue.” Duas vezes em três linhas ele repete esta frase reveladora. Queria o monopólio de atividade cristã… Jesus não permitiu isto nem ao apostolado nem às igrejas.

Notai, porém, que Jesus nem mandou que os apóstolos seguissem após esse individualista isolado nem que parassem seu trabalho para ir solicitar que ele abando nas se sua iniciativa e todos formassem uma união. O serviço dos apóstolos era a norma regular da direção da vida obediente dos crentes e não deviam abandonar este sérico. Porém, se um espírito isolado e ultra-individualista quer trabalho para cristo, deixai-o. Nem o sigais nem gasteis tempo-lhe oposição. Façamos obra melhor. Jesus nunca deu uma palavra ou um esforço para promover uma união superficial ou forçada. Vede a liberdade que Ele deu aos discípulos de João. O espírito voluntario é fundamental no amor e na espiritualidade. Sigamos nós, e se outro seguir a sós ou em grupo separado, nem o molestemos nem corramos atrás dele. Mãos à obra. A noite vem e há bastante trabalho para todos.

(f) Jesus censura amores rivalizados, e amor dado a coisas. Os iludidos e ambiciosos "amam" (é o verbo do original) as primeiras cadeiras nas sinagogas e as saudações nas ruas (longas formalidades orientais de saudação). Lucas 11:43. "Amam mais a glória que vem dos homens do que a glória que vem de Deus." (É a superma tentação hodierna, usada pelo unionsimo e pelos extremismos no proletariado ou na aristocracia). João 12:42, 43 "Amam" a ostentação religiosa, Mat. 6:5. "Amam" a vida João 12:25, e a perdem em trágica ilusão. "Amam" as trevas, porque seus feitos são maus, João 3:19. Quanta gente ama gatos e cachorros mais do que a Jesus! Anátema, diria Paulo. Além dessas coisas que são rivais, Jesus menciona mais dois rivais de sua pessoa em nosso amor. A família é rival de Jesus, em muitos lares. Mat. 10:37. Isto é uma tragédia na vida de muitos homens de meia idade. Jesus pede lealdade e sacrifício, e filhos mundanizados de missionários, pastores, diáconos, e de leigos grandes e pequenos requerem lealdade e sacrifício rivais. E o obreiro do Senhor fica angustiado e perplexo. Se o amor á família vence, Jesus perdeu mais um pobre iludido, e este pobre iludido verá brevemente que perdeu sua vida útil e a família também. Não há ano em que eu não veja essas tragédias no ministério em muitas terras.

Lideres se fazem rivais de Jesus, candidatos ao amor e lealdade absoluta. Embora a minha seja uma voz no deserto, continuarei a afirmar que toda a solidariedade votada a homens é demais. A palavra é forte demais para ser cristã. A nenhum homem devemos tanto, porém devemos precisamente isto a Jesus. Mas eis a Escritura: "Eu vim em nome de meu Pai e não me recebeis: se outro vier em seu próprio nome recebê-lo-eis" João 5:43. É de pasmar como os homens se entusiasmam em seguir a outros homens. A esses líderes rivais, porém,

pertencem os dias, os meses, os nãos. A Jesus pertencem os séculos, a eternidade. Hitler e Mussolini e Stalin estão já com o Primo de Rivera e o Napoleão e o Rosas. A Jesus cabe o reino sem fronteiras, o reino eterno.

Amo aos meus irmãos mas sou de Jesus. A ele seguirei, não a líderes facciosos que queiram açambarcar para si os que pertencem unicamente a Jesus. Pedem demais. O Espírito é nosso guia, e não desviaremos o amor de Jesus em nós infundido, para os inferiores em seu serviço.

Não abdicarei da minha responsabilidade pessoal, para seguir a nenhum líder humano senão quando este seguir a Cristo.

(g) Permanecer em amor é a divisa de Jesus para seu povo. Deu-nos o exemplo:

“Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim” João 13:1.

E ele nos manda: “Permanecei no meu amor” João 15:9.

O contexto, de novo, associa a permanência no amor de Cristo com o dever de permanecer em suas palavras.

Examinai-vos. Aqueles que eram vossos amados no Senhor há anos ainda estão nesta mesma íntima comunhão afetuosa? “O amigo ama em todo o tempo” Prov. 17:17. “Não abandones o teu amigo, ou o amigo do teu pai” Prov. 27:10. No seio da fraternidade cristã, o fruto do Espírito deve ser permanente, uma força unificadora e perseverante muito mais poderosa que um provérbio de mera amizade. “O amor jamais se acaba.”

Outra vez “a Palavra” e o amor estão aliados. “Se permanecerdes na minha palavra, verdadeiramente sois meus discípulos” João 8:311. A estabilidade em atitudes doutrinárias e fraternais é uma dupla necessidade do cristianismo. Jesus não se satisfaz quem um crente seja amoroso e cheio de emoções generosas e outro crente seja duro e intransigente na verdade doutrinária. Este “falará a verdade em amor” e aquele amará ao próximo e aos irmãos na esfera e sob a égide de verdade revelada no Novo Testamento, e assim os dois serão um, em amor estável e leal.

(h) O amor não se jacto. Jesus deu uma lição de ternura a Simão Pedro neste sentido, mas uma lição humilhante. “Comparações geram ódios”, diz Shakespeare; e Pedro se comparou com outros apóstolos e afirmou a superioridade do seu amor. Jesus lhe fez três perguntas para lembrar-lhe as três

vezes em que Pedro o negara. As respostas de Pedro são leais afirmativas de amor, mas não de amor superior ao dos companheiros.

Para nós do ministério convém notar que o pastorado é a carreira do nosso amor. Fenômeno raro é um pastor. Pregadores há em abundância, teólogos alguns, escritores poucos, evangelistas um ou outro, doutrinadores escassos; o que deve ser o mais comum, porém, e é o mais raro de todos, é um verdadeiro pastor . o pastor conhece as ovelhas por nome, guia-as diáriamente, prevê os perigos, atende especialmente aos cordeiros, alimenta e protege o rebanho coletivamente por atenção pessoal às ovelhas, ama a que mais falta.

O primeiro dever imposto por Jesus a Pedro como demonstração do amor era: "Apascenta os meus cordeiros", "os pequeninos que crêem." Uma grande igreja examinou seu rol há pouco e descobriu que entre mais de 200 membros havia apenas seis com menos de 15 anos de idade. Começaram a igreja e o pastor a dar atenção aos filhos dos crentes e alunos na escola dominical, com o resultado de vários batismos de jovens convertidos e notável impulso ao poder do evangelho entre a mocidade. Sábio pastor: "Apascenta os meus cordeiros." Em segundo lugar: "Pastoreia as minhas ovelhas." De novo, e sempre, o amor a Jesus é manifestado ao seu povo.

(i) A tempera, a qualidade, o calibre, a duração, o alcance do nosso amor deve ser muito superior à média que os homens do mundo manifestam nas bases naturais de suas amizades e afetos. "Se amais aqueles que vos amam, que mereceis? Pois também os pecadores amam aos que os amam" Lucas 6:32-35. É o comentário de Jesus sobre a regra áurea. O crente deve ser o expoente Maximo de inteligente amor. Assim o Espírito verá seu poder produzir fruto em nossa vida.

5. Jesus e Paulo resumem, às vezes, quase toda a vida cristã em amor. Disse Moody que o amor abrange o resto do fruto do Espírito. O gozo é o amor em ebulição; a paz é o amor em serenidade; a longanimidade é o amor em, perseverança; a benignidade é o amor vertido em atos generosos; a bondade é o amor firmado caráter; a fidelidade é o amor que valha a verdade, e seja leal; a mansidão é o amor em controle de si; à temperança é o amor governando os impulsos de sexo, paixão e apetites e conservando estes impulsos na moderação e na moral. O amor permanece, com a fé e a esperança, e é maior que tudo na vida espiritual.

6. Ao concluir, cito três frases das Epístolas: (1) "Saúda aqueles que nos amam na fé." Não devem ser contrastados ou divorciados o amor e a fé. Tito 3:15. (2) "O presbítero à senhora eleita com seus filhos, aos quais eu amo em verdade, e não somente eu, mas também todos aqueles que conhecem a verdade." O ambiente ideal no amor não é o erro, por mais sentimental que se mostre. É a verdade revelada. (3) Paulo exorta que tenhamos "o Mesmo amor" Fil. 2:2. Aí está a unidade – que amemos e nos demos ao mesmo Senhor e a seu serviço em obediência e abnegação.

Li a seguinte definição de amor, de James Moffatt, The Approach to the New Testament, p. 14.:

"O amor cristão pode ser definido como devoção aos propósitos de Deus na personalidade humana. Envolve o cuidado por tudo quanto favoreça o alvo tanto em outros como em nós mesmos. É uma proibição do cinismo ou do personalismo. É incentivo para remover qualquer condição social, como a escravatura, por exemplo, ou o espírito de classe, que venha deprimir o espírito humano, privando-o de uma vida pessoal abundante. É vibrante de ação contra o vício, o sofrimento, a crueldade e a opressão." Removamos um tanto essas idéias, da esfera de pensamento abstrato para a nossa vida e seus motivos, e compenetremo-nos da convicção de que tal amor não nos é possível senão na graça e dependência do Espírito de Jesus e teremos nestas palavras a mesma idéia do estudo anterior. Continuemos a buscar o fruto do Espírito revelado em Jesus.

O Gozo. Jesus espera que discípulo seja alegre. Nada menos é o gozo. Diz-se Jesus em Lucas 10:21 que "exultou". Isto é gozo elevado ao ponto de júbilo. É a razão? A doutrina e o fato de eleição: "porque escondestes estas coisas aos sábios e entendidos e as revelastes aos pequeninos!" E o escritor aos Hebreus cita um salmo profético concernente a Jesus:

Acerca do Filho, porém, diz:

O teu trono, ó Deus, é pelos

séculos dos séculos,

E cetro de equidade é o cetro

do teu reino.

Amaste a justiça e odiaste a iniqüidade:

Portanto, Deus, o teu Deus,

te ungiu com o óleo de

alegria acima dos teus

companheiros.” (Sal. 45, “uma

canção de amores,” diz o título).

Amar a justiça como Jesus a amava, odiar a iniqüidade (in=não=equidade) – odiar ao oposto e ao destruidor do que se ama –, como Jesus amava e odiava, são uma fonte de júbilo na vida, gozo superlativo.

Os padres fazem publicar na “Semana Santa” uma carta fictícia descritiva de Jesus, na qual afirma um pseudo-contemporâneo que Jesus jamais riu nem foi visto sorrir mas frequentemente chorava. Nada mais falso. Se Jesus nunca sorriu, então a encarnação do Verbo era defeituosa, sua vida humana não era genuína, não conhecia a metade de nossas experiências. Como assistia a tantas festas sem um sorriso? Como foi querido pelas crianças? Como tomou parte nas inocentes brincadeiras que menciona? Como podia comer com o povo e beber vinho co eles? Um Cristo que nunca sorriu é um sacerdote incapaz e demasiadamente austero. E quanto ao chorar, Jesus é mencionado como chorando em alto e doloroso pranto sobre Jerusalém, uma vez, e silenciosamente derramou lágrimas de simpatia à beira do túmulo de Lázaro. Duas vezes apenas, porém, em sua vida, verifica-se esta emoção historiada. De seu gozo, e até júbilo, os evangelhos muito falam. Certamente aquele que ordenou esconder o jejum debaixo de um rosto lavado e sereno não estaria fazendo ostentação de suas lágrimas.

Nem tampouco foi ao outro extremo o Salvador. Não vivia se excitando para gritos de “Aleluia!”, “Glória a Deus!”, “Aleluia”. Neste universo não há dois seres humanos menos parecidos do que o Cristo sereno e cheio de gozo perpétuo, de um lado, e o fanático pentecostal, com sua artificialidade, fingimentos e energias da carne, para aparências de espiritualidade, ao outro extremo. Jesus nos deu o exemplo de uma vida qual rio caudaloso, sem cachoeiras nem vaus, à tona de cujas águas plácidas se move o comércio celeste da vida. A profundeza é calma à superficial espuma e murmura sobre as pedrinhas d leito das suas águas escassas e impotentes.

Afirma-se que Jesus sentiu gozo calmo e sereno.

1. Como a norma inabalável de sua vida, ideal que ele quer realizar em nós também. João 15:12; 16:22.

2. Nas angústias e clamores do Calvário, ele tudo suportou, animado do gozo que lhe fora proposto, aquela glória que tivera com o Pai na eternidade primitiva, e a satisfação que dura hoje e através do porvir. "Ele verá o fruto do trabalho da sua alma, e ficará satisfeito; pelo seu conhecimento o meu Servo justo justificará a muitos, e as iniqüidades deles, ele as tomará sobre si", Is. 53:11.

3. As realidades desta redenção constituem a base fundamental do gozo. Os Setenta alegravam-se diante de Jesus porque os demônios se lhes submetiam, na sua viagem de evangelização. Jesus disse: "Não vos regozijeis em que os espíritos se vos submetam; antes regozijai-vos em que os vossos nomes estão escritos nos céus" Luc. 10:20.

4. A comunhão da Noiva escolhida com o divino Noivo é motivo expresso de gozo. As igrejas e o reino são de Cristo, não de fulanos, exploradores do povo. Ver Jesus realmente Senhor, amado e acatado em sua casa, é motivo de gozo ao Batista e a todos que amam a Jesus mais do que aos homens. João 3:29.

5. É proibida a ostentação em jejum ou formalidades religiosas. "Quando jejuas, unge a cabeça (sinal de alegria e gozo social) e lava o rosto" (sinal de que a tristeza passou.) Mat. 6:16-18.

Devemos guardar-nos contra certos perigos que ameaçam o gozo e cultivar, em dependência do Espírito, este fruto doce e santo.

(I) o gozo pode ser uma atitude determinada a perpétua da vida. Assim andamos no Espírito. Li de uma senhora que dizia: "Quando eu me sinto bem, sempre me sinto mal porque sei que daqui a pouco vou me sentir pior." O pessimismo e a disposição queixosa não permitem ao Espírito encher-nos de gozo. Todavia, podemos resolver manter a atitude contrária. Quando me sinto mal sei pela experiência que isto passa e me sentirei melhor – logo posso antecipar o gozo do porvir e reprimir em mim o desânimo do momento. O gozo é como qualquer outro fruto. Cultiva-se.

(II) Há uma base física de nossa vida na carne, que muito afeta ao espírito e à sua capacidade de fruto são e doce. O cansaço dificulta o gozo. Muitas vezes um passeio em um lindo arrabalde da cidade, por uma praia isolada, ou num bosque

cerrado mudará o horizonte espiritual completamente. Jesus obrigou os apóstolos a irem à parte e descansar. Ele mesmo vivia muito no Monte das Oliveiras, no horto de Geste mane e no mar de Galiléia. Férias de real descanso são forte auxílio ao espírito.

Numa convenção aparece entre os mensageiros, às vezes, um brincalhão que se diverte em conservar todos os mensageiros acordados a noite inteira. No dia seguinte começa a reação física. Esse brincalhão agora não acha graça em nada, é malcriado, perturba com discussões inúteis, anarquia às sessões com pontos de ordem e personalismo, critica e destrói. Pensa ele que os outros estão totalmente em falta e o mundo bem torto. Algumas horas de sono tê-lo-iam predisposto na minha seguinte para condições de espiritualidades, cooperação e boa vontade. Vi convenções inteiras arruinadas por essa carnal idade tola de quem se esqueceu de que o povo de Deus se reúne para fins sérios.

Todos os casos já vi de crentes que imaginaram ter cometido o pecado imperdoável, ou estarem possessos de demônios, não passaram de depauperamento físico. Se foram levados a um lugar quieto para descansar, recuperaram a tranqüilidade de espírito. Se seus amigos consentiram na discussão interminável do assunto, o resultado geralmente foi um colapso nervoso ou um período no asilo dos alienados. É assunto que não se discute com a suposta vítima. A atenção médica ou de parentes calmos e ajuizados é urgente. A inspiração do Espírito, na epístola de Paulo a Timóteo, se interessa pelo estomago e pela saúde do grande evangelista. O gozo se mantém em muitos crentes acamados, por uma vitória espiritual de suas longas horas de meditação. Dor de dente, porém, e gozo são incompatíveis. O dentista fará muito mais pela espiritualidade do crente.

Quando avaliamos que um Monte de Oliveiras, um Getsemane, um afastamento da turba nos fez bem, cumpre lembrarmo-nos deles na horas em que de novo achamos difícil manter a paciência, para ministrar seu conforto outra vez ao nosso espírito. O silêncio refez a Elias. O recreio recria.

(III) A leitura muito ajuda o gozo ou o destrói. O hábito de ler jornais cronicamente oposicionistas mata a espiritualidade. a propaganda nos arruína o caráter e nos explora. Sejamos senhores, não escravos, do que lemos. Uma dieta de vinagre e fel não dá saúde nem adoça a boca ou as relações sociais. Leiamos os jornais para saber as novas do progresso e dos problemas da atualidade, não para absorver veneno. Se temos obrigação de ler, leiamos ambos os lados de questões políticas,

econômicas e sociais e fujamos do espírito partidário em coisas de somenos importância.

(IV) Uma fonte de amargura é epítetos. Evitai-os. É um modo de mentir. Mesmo em gracejos são cruel injustiça. Alcunhas desairosas são uma ofensa à personalidade humana e destroem sua dignidade. Há pessoas que possuem um gênio infernalmente agudo para estudar as deficiências de outrem e logo grudar-lhe uma alcunha pejorativa que o amesquinha e deixa para sempre acabrunhado. Um golpe na face seria menos ofensivo. Matemos resolutamente em nós este espírito cruel de provocar risadas à custa de lágrimas de uma vítima – lágrimas derramadas às escondidas de madrugada, na amarga memória de injustiça, embora a pessoa saiba manter-se calma ou até briosa na hora em que sofre o epíteto. Já vi alunos, até seminaristas, ter de deixar escolas e perder sua única oportunidade de uma educação por causa dessa malvadez de alcunhas perversas.

Esta leviandade nos voltará sobre as próprias cabeças um dia, pois o que o homem semeia, isso ceifará. Não obriguemos um irmão a sair para outro lugar a fim de que sua personalidade possa gozar respeito. Muitas pessoas têm atravessando continentes ou mares, fugindo de uma língua ridicularizadora, buscando a possibilidade de gozo.

(V) A polêmica tende a evitar a personalidade, se não for uma exigência da própria verdade para sua defesa e se não for realizada na verdadeira espiritualidade. Não escaparemos à polêmica, como Jesus e Paulo dela não escaparam. Não a cultivemos, porém. Preguemos verdades positivas. Uma razão por que alguns irmão ex-padres surgem e caem como cometas e que se entregam, talvez por culpa de outros, a uma controvérsia incessante contra Roma e nada há de positivo em seu evangelho ou espiritualidade. Um desses irmãos, amado por todas nós, me disse que a segunda cidade por ele visitada como pregador não poderia voltar, tão exaltados deixara os ânimos. Mudou de rumo e agora pode sempre voltar. É o caminho do gozo.

(VI) Fujamos da amargura, especialmente na meia idade e na velhice. “Não entristeçais ao Espírito Santo,” diz Paulo. “Como?” podemos perguntar. A resposta do contexto é: “Nenhuma palavra torpe saia da vossa boca, senão a que seja boa para a edificação… para que ministre graça aos que a ouvem… Toda a amargura e cólera e ira e gritaria e calúnia sejam tiradas do meio de vós com toda a malícia. Tornai-vos, porém, bondosos uns para com os outros, como também Deus em Cristo vos perdoou”, Efés. 4:29-32. A espiritualidade reside no espírito,

não num vácuo, e se relaciona sobremaneira com o nosso falar. Quando dois crentes começam a elevar a voz e descambam para a gritaria, atrofiam o fruto do Espírito; e o Espírito desprezando fica triste.

A epístola aos Hebreus nos manda seguir a paz e “a santificação sem a qual ninguém verá ao Senhor, vigiando com cuidado… para que não haja alguma raiz de amargura que, brotando, vos perturbe e por ela sejam muitos contaminados”, Heb. 12:14, 15. Notai: à santificação e a amargura são opostas. Uma aniquila a outra. É um triste fato que muitos agitadores personalistas cultivem a amargura porque é sua arma predileta da ambição. Pelo descontentamento semeado contra os atuais administradores de responsabilidade conseguem galgar as posições ambicionadas.

Mas o tempo de matar a amargura é logo na raiz. Não se cultive, pois é uma árvore de mal e veneno, e cresce espantosamente.

De novo, saibamos que a amargura contamina. É suja, absolutamente suja. Viajava certa vez e perguntei a um companheiro como ia. A resposta foi: “Não me sinto bem. Não enjoei, porém meu companheiro de camarote enjoou. Eu estava no beliche superior, mas o enjôo dele me contaminou.” E deveras. Não há na vida coisa que contamine mais do qu uma alma cheia de amarguras, vomitando censuras, indiretas, calúnias, palavras duas, injustas, anti-crisãs. Recuemos do próprio princípio de amargura, como de um demônio. O primeiro amargurado de que a Bíblia nos fala é Esaú. Em amargura vendeu sua primogenitura, em amargura se casou, em amargura se dedicou à vingança – uma alma arruinada pela amargura.

Há homens cujos nomes devem ser Mara (Rute 1:20) porque também estão dispostos a afirmar que Deus os “encheu de uma grande amargura”. Mas o Espírito Santo é mais forte do que a amargura e pode vencê-la e bani-la e encher-lhes a vida de gozo.

A fórmula de Paulo para limpar a mente dessa amargura suja é regular os pensamentos em atitudes positivas: “Regozijai-vos sempre no Senhor… tudo o que é verdadeiro… venerável… justo… puro… amável… de boa fama, se há alguma virtude e se há algum louvor, seja isso o que ocupa vossos pensamentos,” Cultivai o hábito apostólicos de louvar, apreciar, de estimar! É o antídoto da amargura. Se existe uma única coisa agradável na vida ou no universo, estudai-a até estar cheio de gozo é espiritualidade.

A PAZ. O fruto do Espírito é "paz, envolvendo ordem, segurança, concórdia, felicidade, isenção de ódios e estragos de guerra, o estado tranqüilo da alma que tem certeza de sua salvação por Cristo, e assim nada temendo da parte de Deus vive contente com sorte neste mundo, seja qual for." (Meu Dicionário Grego, em parte citando Thayer).

As mesmas considerações feitas acima sobre obstáculos ao gozo nos podem orientar na conservação da paz do Espírito.

Reconheça o homem de paz que ele não é livre. Em Efés. 4:3, Paulo fala do "vínculo da paz". A palavra significa laço, nó, cadeia ou corrente comum, e indica que os que estiverem unidos pelos santos vínculos são "presos juntos", "companheiros em prisão". Não podemos fazer o que queremos. Somos presos da paz.

Aquele que diz o que entende, faz o que deseja, vai onde e como queira e anda no gozo de sua plena liberdade de ação e palavra, pode ser livre, mas nunca terá a paz. A paz consiste precisamente em por limites, usar freios, demarcar esferas, restringir iniciativas, dizer "não" para si mesmo, a fim de haver concórdia para com outros e no íntimo.

Os dois verbos de Heb. 12:14, 15 indicam a intensidade de propósito essencial para conservar a paz. Um é nosso verbo seguir ou perseguir. Talvez seja reminiscente do Salmo 34: "Guarda a tua língua do mal e os teus lábios de falarem dolo. Desvia-te do mal e faze o bem; busca a paz e segue-a".

Rimo-nos do irlandês que exclamou: "Vou gozar a paz se tiver de brigar para conseguir-la." Mas a paz é digna de esforço e não há de perdurar sem que para isto nos empenhemos resolutamente com a repressão de nossas línguas, de todo o dolo e de atitudes manhosas ou ambiciosas contra outros. É melhor cavar outro poço adiante, como Isaque, fez. No final chegará à paz.

Não se confundam a paz com o pacifismo. Há um vasto movimento mundial contra a guerra, louvável cruzada e urgente, mas o pacifismo vai ao extremo de chamar soldados homicidas e de fazer juramentos de nunca levar armas. Fiquemos na moderação de Jesus que não recusou soldados com discípulos e que escolheu introduzir o evangelho entre os gentios por primícias tiradas do exército romano. A conversão do soldado Cornélio é narrada tantas vezes quantas à de Paulo. Pedro não obrigou a Cornélio adeixar de ser soldado, nem também Jesus, ao centurião de grande fé.

O pacifismo é uma das fôrças mais barulhentas na política interna e externa de muitos países e tem a seu crédito interna de muitas guerras e muita pusilanimidade quando a firmeza as teria evitado. A paz é atitude de espírito humano, possível sómente pela comunhão com o Espírito de Deus.

Como crentes, não podemos ter a paz num vácuo. A paz regula nossas ações, permeia nossas relações fraternais. Se vivemos em eternas campanhas de agitação das igrejas, não nos é possível nem a paz nem a espiritualidade, pois são obras da carne – e sua principal operosidade – todas as "inimizades, contendas, ciúmes, iras, facções, dissensões, partidos, invejas", oito dos quize aspectos de carnalidade são nossa maior tentação. O Espírito de amor divino quer varrer tudo isto de nossas vidas e enchê-las de paz, que excede todo o entendimento.

A LONGANIMIDADE. A etimologia da palavra é interessante. Há duas categorias de ira, a ira pensada e a que ferve, estoura. Adiar a ira é ser longânimo, "ser demorado" em zangar-se, não estourar tão cedo. Longoânimo é fruto do Espírito.

Um notável guerreiro disse, depois de veterano em muitas guerras: "Ganha à batalha o exército que luta mais cinco minutos." E inúmeras lutas cristãs seriam coroadas de êxito com mais cinco minutos de esforço, mais um pouco de perseverança. A Bíblia nos obriga a ser "tardios para falar, tardios para se irar." É longanimidade. Em geral nós crentes somos o oposto – pressurosos para falar e para nos irar. Os maiores pecados dos crentes são os pecados da língua e são o maior obstáculo à este elemento da espiritualidade. Brio carnal, gênio forte, irascibilidade fácil serão banidos da nossa vida pelo Espírito que nos dará ânimo-longo, coragem e paciência prolongada sobrenaturalmente em nossos corações e línguas.

A BENEGNIDADE E A BONDADE. São frutos gêmeos, e como soe com os gêmeos, um é confundido com o outro. Se alguém nos ajuda, dizemos: "Ele é bom!"; e, se mosta excepcional coragem moral, dizemos também: "È bom." Qual dos dois sentidos de bom é o quinto fruto e qual o sexto fruto enumerado nesta lista?

Temos, na confusão que existe em muitas línguas antigas e modernas, uma reflexão de nosso espírito humano decaído, que é esencialmente interesseiro, o qual açambarcou ambos os termos para indicar a atitude de quem nos faz favores. Chamamos os atos de nosso benfeitor tanto "benignidade" como "bondade" e perdemos de vista a formosura da santidade, para o qual devemos reservar um dos vocábulos.

Se distinguirmos os dois termos, o primeiro é a manifestação prática da disposição de ser útil e generoso para com outrem. O segundo é a elevação de caráter, a boa moral, a firmeza no bem como norma ética de vida.

E por que separar o que Deus uniu? Em Jesus vemos ambos. Ia sempre fazendo o bem a outros, operoso no altruísmo eficaz. Ele era, também, tão essencialmente bom e puro que desafiou aos críticos a achar falta nele, e não deixou um homem chamá-lo “bom Mestre” sem lhe confessar a deidade, pois sua bondade e santidade eram absolutas. Jesus é o nosso exemplo para que unamos na vida estas duas fases de bondade.

A FIDELIDADE. É palavra nossa bem conhecida que é geralmente vertida fé. Como pode a mesma palavra significar fé e fidelidade? É porque há uma intensidade na experiência de crer evangélicamente em Jesus que o pensamento do mundo, inclusive da Igreja Católica Romana, ignora por comleto. A fé é o apego de nossos espíritos a Jesus Cristo ressuscitado, vivo e real para os que dele se aproximam. E esta atitude para com Jesus bifurca-se naturalmente: (i) na confiança que temos nele para nos salvar completamente; e (ii) também na fidelidade despertada em nós pelo amor e gratidão que nasceu com a nossa esperança em Jesus. Aquêle aspecto da fé se apega a Jesus com Salvador, este o estima como Senhor em franca lealdade. Na experiência não há muralha chinesa entre os dois aspectos da mesma palavra. Sendo Jesus, porém, o Salvador, e não nós; é a fé que alcança a salvação, e a fidelidade que demonstra que fomos salvos e unidos com Cristo.

Meu Dicionário Grego assim define a palavra nesta passagem: “integridade, fidelidade, lealdade, dignidade que mereça confiança;” cita Mat. 23:23 e II Tim. 4:7 (?) como passagens paralelas. Assim traduzem Montgomery, Goodspeed, Weymouth (good faith), Luiz Ségond (francesa), Moffatt, Burton, etc. Alguns (Robertson, Conybeare e Howson) vêem na palavra a disposição que confia em outros, versus o espírito desconfiado. Isto é realmente um elemento de fidelidade.

Interpretado como fidelidade, o fruto é uma virtude moralizadora, ergue na vida cristã o pdrão de responsabilidade. O divino Espírito é visto dando energia ao crente para ser homem de palavra, cumpridor de seus votos, fiel a obrigações professadas, leal a companheiros em mantes atitudes coletivas e levar avante a obra cooperadora encetada, íntegro tanto no sentido moral como no de unidade de propósito da vida, evitando fracionar a personalidade e a eficiência cristã em lealdades múltiplas ou na aquisição de culturas heterogêneas. É o antônimo de

vacilação, inconstância, instabilidad, atitudes de consciência que estejam em perpétua guerra civil entre motivos e propósitos rivais na vida. Esta virtude nos levará a “ouvir o que o Espírito diz às igrejas”: “Sê vigilante e confirma o que ainda permanece, que estava prestes a morrer; pois não tenho achado tuas obras compleras diante de meu Deus.” A mania de começar e o tédio de acabar é carnalidade e grave falha de caráter. O Espírito é fonte de energia perseverante. “Aquêle que em vós começou a boa obra, a aperfeiçoará até o dia de Jesus Cristo.”

Começas a leitura de um bom livro sem conseguir acabá-lo? Adotas os estatutos de umas tantas sociedades, sem que às leves a executar seu programa e cumprir sua missão? Insistes em protidão da parte de outros, mas chega tarde? Corres atrás de novos “movimentos”, logo abandonados por outra novidade, em lugar de usar esta energia em servir a Cristo nas igrejas? Estás perpétuamente clamando por um avivamento que nunca se prolonga, nunca satisfaz? Inauguras hábitos cristãos que duram poucos dias – culto doméstico, tempo para meditar, oração secreta, estudo da Bíblia, ensino doutrinário dos filhos, visitas cristãs, testemunho pessoal do evangelho, mordomia, correspondência epistolar com os parentes e amigos, resoluções de não perder tanto tempo em prosa, leitura de jornais, e coisas fúteis? Resolver fazer tanto e efetuar tão pouco é fraqueza da carne. É melhor prometer menos e fazer mais. Convém meditar as palavras de Salomão: “Quando fizeres um voto à Deus não tardes em o cumprir porque não se agrada de tolos. Cumpre o vota que fazes. Melhor é não fazeres voto do que fazê-lo sem o cumprir,” Ecl. 5:5. Corre ao Espírito para te fortalecer. Mais vale levar ao fim uma tarefa cristã difícil ou desagradável do que mil “Aleluias” ou aliar-te com dez novos “movimentos”. O homem de Deus e da Bíblia “leva ao fim tudo quanto empreende”. E “jura em seu dano, contudo não muda”. Ele paga as dívidas. Conserva a honradez. Um crente deste quilate vale uma vitena de faladores em cuja palavra ninguém confie. O Espírito une a bondade (essencial caráter moral n íntimo), com a fidelidade, (caráter socialmente demostrado no cumprimento de votos, promessas e obrigações assumidas). O que Deus uniu, não separe o homem.

Quão multiforme a atividade do Espírito na experiência de produzir a espiritualidade. Em amor, o Espírito principia bem no fundo do coração e leva a nossa devoção até à Deus nas alturas, ao perímetro de nossa vida pessoal, ao próximo em igual medida. No gôzo, o Espírito move o nosso coração em alegria pelo conhecimento de Cristo e sua graça, num plano bem superior às

circunstâncias da vida, santificadora e vitoriosa sobre estas. Na paz, o Espírito, qual brisa suave, sabe serenar a nossa mente e oração. Na longanimidade, o Espírito é visto como um freio contra os estouros da ira, água na fervura da paixão irascível, combustível inexaurível no motor da vida e domínio próprio. Na beniguinidade, o Espírito enobrece o rosto do crente em aspecto benévolo e lhe abre o bolso e lhe ensina e lhe torna possível o altruísmo. Na bondade, o Espírito consegue o que a lei não podia fazer, no que se achava fraca pela carne, e cumpre em nossa vida o alvo moral da lei, em nós que andamos segundo o Espírito. Na fidelidade, o Espírito é uma corrente elétrica, ligando nossa consciência com nossa palavra dada, em mil aspectos da vida social, doméstica, cívica, religiosa e moral. Na mansidão, o Espírito vira os recursos do crente contra seus impulsos de soberba, vontade própria e inconstância e os transforma em poder sob controle, fogo que aquece e propulsa, sem incendiar. Na "temperança", o Espírito ainda vira-se para dentro do homem e governa o sexo, o apetite, e o gênio. Quão adeuqado é o Espírito, se apenas sacarmos do seu poder para todas as fases de nossa experiência, todos os nossos ideais e o alvo da santa vocação.

A MANSIDÃO. Não confundamos a mansidão com a moleza, como é bem fácil e comum. Esta virtude consiste em poder sob controle – vapor canalizado para as rodas do tráfego no mar e na terra, não perdido em constantes apitos estridentes – energia domesticada, gênio forte encaminhado para a obra do bem. Xenofonte usava a palavra a respeito de cavalos de raça, depois de domesticados. O animal domesticado é tão forte e mais capaz do que o mesmo animal bravo e não acostumado a levar o freio ou o jugo. Cristo nos amansa sob o jugo que ele suporta conosco.

Moisés era o mais manso dos homens, porém forte, culto e operozo. Sua ira era capaz de quebras as tábuas do decálogo ou de fender uma rocha, embora assim perdêsse, de vez a terra de promissão. Novecentos e noventa e nove vezes em mil, porém, sua ira fervia no caldeirão, sob controle, e gerava vapor para fazer rodar a máquina de sua operosidade no bem. Era manso, uma Niágora de personalidade, utilizada para luz e força.

Jesus era manso. Não é que se deixasse explorar. Quando os cinco mil que foram por ele alimentados no deserto seguiram ao seu encontro, no dia seguinte, com uma pergunta para abrir um palavrório e pedir mais peixe e pão, vede sua resposta. Não lhes deu nem migalha nem barbatana! Mas Stalker nota a operosidade ode Jesus. As notas biográficas que nos restam a seu respeito são

breves, porém contem eventos originais e majestosos que puderam servir de enredos a uma vasta biblioteca de romances de primeira ordem. Os mais mansos são os mais operosos, porque seu poder está domenticado e não se perde em futilidades ou extravagâncias.

"Os mansos herdarão a terra." É simples fato da vida. Os Rocjefellers e os Fords e Rothschilds e os grandes proprietários não são uns violentos e raivosos. São mansos. O bravo perde ou morre. O neto do milionário pensa que a ousadia tudo vale e acaba sua exiténcia na miséria do mendigo.

O Novo Testamento quase sempre associa esta virtude a outras congêneres: mansidão de sabedoria, (Tito 3:13); mansidão e temer, (I Pedro 3:15); "manso e tranqüilo", (I Pedro 3:4); "a mansidão e clemência de Cristo", dois mandamentos: "Segue a mansidão" e "Peleja a boa peleja", (I Tim. 6:10.)

A TEMPERANÇA. Este elemento de espiritualidade é definido como o "domínio próprio". Souter acompanha o uso popular do termo nos papiros e o define: "contimencia". Thayer diz que é "o dominio sobre os desejos e as paixões, especialmente os apetites sensuais". Visto que está em contraste com as duas últimas obras da carne, "as bebedices e orgias", muitos entenderam que significa a "temperança", a qual alguém definiu como "a abstinência em absoluto de tudo quanto for venenoso ou mau, e o uso em moderação do que for bom."

De forma alguma, porém, limitemos seu alcance a comer e beber, ou mesmo ao domínio-próprio sexual, pois é uma eficácia do Espírito Santo na personalidade por ele governada, nestes problemas e lutas, e em outros mil, também.

Domínio e é idéia – governo. Temos nas palavras autocracia, democracia, plutacracia, etc., o vocábulo grego que significava governo, em composição com outras palavras (povo, rica auto-crata). O zênite do governo pelo Espírito é o governo de si mesmo. É a cracia-do-eu, autocracia virada para dentro, autocracia cujo soberano e único súdito seja o próprio eu. Esta qualidade de autocracia é boa. Mas Pedro proíbe que padeçamos "como quem se intromete em negócios alheios" – literalmente, bispos do que não é de nossa conta – da responsabilida de pessoal de outrem. Esta dispoição façamos virar para dentro, como fazem os jardineiros, virando para o canteiro a dentro a mangueira com que lavavam a calçada, quando passa um transeunte.

Talvez o sentido mais direto da palavra e o domínio próprio sexual. Pensemos nobremente do sexo. Deus asscociou a ele nossos melhores, mais formosos e

mais santos dotes de vida. Na moderação do lar cristão se enobrece e desenvolve a personalidade. Como fogo, ou água, é bênção, sob controle, mas torna-se incêndio u dilúvio quando desgovernado. Sansão dominado pelo Espírito é juiz de Deus, executor da sua providência, redentor de seu povo. Sansão sem domínio próprio é idiota, preso, escravo e cego. E Sansão tem muitos sucessores. A espiritualidade principia no amor cristão – a disposição de dar-se em beneficio de outrem – e alcança seu auge no domínio próprio. Quem não se domina, logo não tem que dar – tudo gastou nas suas extravagâncias. Jesus nos domensticou – e ficamos mansos. Ele vai um passo além; confia em nossas mãos o domínio próprio. Estamos com as rédeas nas mãos. Guiaremos segundo a vontade do Espírito?

Quando eu era menino, corria para ver as "paradas" públicas dos raros circos que visitavam a nossa vila. Trepado numa árvore, ou poste telefônico, vi pasmado passarem os elefantes, e os tigres, leões, macacos e ursos, em suas gaiolas montadas em carros. Bandas de música marcial tocavam alegremente. Mas o zênite da glória, que me empolgava, foi uma banda de música no carro dourado da rainha do circo. Eu não tive olhos, porém, para a rainha ou os múscios. Fiquei encantado com o homem que dirigia o carro. Sentado bem alto, ao pé da rainha, ele tinha nas mãos poderosas, vinte e quatro rédeas com as quais guiava, com perfeição e perícia inigualável, doze potros de raça, bem brancos e lindíssimos, que puxavam galhardamente o carro-trono. "Ah", dizia eu aos meus botões, quase fora de mim com entusiasmo, "quando eu for homem, minha ambição suprema é fazer o que ele faz – com as rédeas todas na minha mão, guiar tantis cavalos possantes." Agora sou homem e sei que há carreira na vida mil vezes melhor do que segurar as rédeas do melhor cavalo. É que um homem, de dia em dia, sem lapsos, tenha em perfeito controle as rédeas de dia, sem lapsos, tenha em perfeito controle as rédeas de suas paixões, apeites, energias, impulsos e palavras, e, com calma e serenidade, diga sempre: "Senhor Jesus, as rédeas de minha natureza e de meus dons estão nas minhas mãos resolutas, em perfeito domínio próprio. A ti sumbmento esta força mansa. Dize o rumo e teu servo segue, fazendo a tua contade." Este é o maior dos homens, o homem espiritual.

Que o Espírito de Jesus assim mande em toda a nossa liberdade!

(7) Resta examinar o adjetivo "espiritual". Meu dicinário define a palavra: "Espiritual, sobrenatural, (em sentido bom ou mau), tendo as qualidades ou caráter do divino Espírito." Warfild confirma que o adjetivo tem sua referência

quase únicamente ao Espírito de Deus, não ao espírito humano. O homem espiritual, pois, é participante e sócio da natureza e poder sobrenatural do “executivo da Trindade”. Assim ele está capacitado a restaurar seu irmão que for supreendido em algum delito. Ao mesmo tempo ele se lembra com humildade do fato de que ele é também humano e age num espírito de mansidão. Seu espírito se subordina ao Espírito. É o grande cristianismo de que Paulo gozava e ensinava aos gálatas.

"Á Lei de Cristo"

Primeiramente, estudemos que significação tem a palavra lei. "A lei de Cristo" cabe, juntamente com as demais leis, na definição exata do termo lei. Em segundo lugar, esforcemo-nos para compreender a superioridade da lei de Cristo que levou seu irmão, Tiago, a chamá-la "a lei perfeita", "a lei da liberdade" e "a lei real" e que levou Paulo a repudiar os regimes anteriores de legislação como obsoletos e mortos.

I. A palavra usada por Paulo, e traduzida lei, significa: (a) O Velho Testamento; (b) O Pentateuco; (c) O Decálogo ou qualquer mandamento do Velho Testamento; (d) um princípio; "o poder de legislar, o sentimento de legalidade, autoridade legisladora, Rom. 7:23; 8:2; Gál. 6:2" – Souter; (e) uma ordenança, mandamento; (f) na Epístola de Tiago "a parte ética da lei mosacia". – Thayer (embora Thayer não julgue haver no Novo Testamento nossa distinção moderna entre a lei cerimonal e a ética) ("Dicionári Grego", de Taylor, p. 111). Vede o estudo anterior nesta série, sobre "a lei" no período de transição entre a Lei e o Evangelho. Embora não existisse nossa distinção nítida entre as partes cerimonial e ética da lei, a ênfase crescental visivelmente caducava na primeira metade do século apostólico.

Como vedes acima, a lei de Cristo, segundo Souter consiste em seu "poder de legislar", "o sentimento de legalidade" ligado às palavra de nosso Senhor, sua divina "autoridade legisladora" para regular nossa vida como o Monarca da consciência que ele é. Esta autoridade legisladora é expressa geralmente em princípios, não em minucioso regulamento dos detalhes da vida – sua maior diferença, talvez da Lei de Moisés.

Ora, em virtude desta concepção e deste aspecto da lei de Cristo, Paulo pode dizer que a disposição altruística, serviçal e compassiva – o "levar as cargas uns dos outros" – cumpre a lei de Cristo. Como o amor cumpre "a lei real", no pensamento de Tiago, o amor manifestado em altruísmo prático e o operoso realiza na vida cristã todo o espírito da legislação moral e espiritual que Cristo impôs sobre a consciência humana. Isto não significa que esta simples sentença de Gál. 6:2 faz caducar as provisões específicas de Cristo, deixando-nos para orientarmos a vida por um vago sentimentalismo. A Grande Comissão nos manda ensinar todos os mandamentos de Cristo. Paulo resume tudo no espírito e atitude que produziu da parte de Jesus, e cumprirá em nós, esta considerável soma de mandamentos daquele que é o único Legislador no cristianismo.

II. Não posso duvidar que um evangelho regenerado e sincero, pronto para ser realmente orientado pela Palavra de Deus, aceitará sem reservas a declaração repetida de Paulo: “Não estais debaixo de lei, mas debaixo de graça” e, ainda sua afirmação categórica: “Término de lei é Cristo para todo aquele que crê.”

Se qualquer leitor ainda tiver dúvida, convido-o para ver a palavra término ou fim em seu uso total em o Novo Testamento. São estas passagens em que se emprega: Mat. 10:22; 17:25; 24:6, 13, 14; 26:58; Mar. 3:26; 13:7, 13; Luc. 1:33; 18:5; 21:9; 22:37; João 13:1; Rom.6:21, 22; 10:4; 13:7; I Cor. 1:8; 10:11; 15:24; I Cor.1:13; 3:13; 11:15; Fil. 3:13; I Tess. 2:16; I Tim. 1:5; Heb. 3:6, 14; 6:8, 11; 7:31; I Ped. 1:9; 3:8; 4:7, 17; Apoc. 1:8; 2:26; 21:6; 22:13. Constantemente há referências ao fim da vida, do mundo, da era atual, “fins dos séculos”, “fim” de todas as coisas, guardar “até o fim”, “não terá fim” e semelhantes expressões. O fim da vida é a morte, o fim da era terrestre é o começo de outra, celeste. Assim o Cristo crucificado foi o fim da lei, pois era “término de lei”, em sentido genérico, inclusive a Lei de Moisés. Nova era comêçou, a época evangélica. Verifica-se nela a legislação de Cristo, único Legislador do crente. A “Lei de Cristo” é a constituição do reino dos céus.

Não está completamente ausente do Novo Testamento o outro significado da palavra “fim”, isto é: “alvo”, lo neste sentido: o que era preparatório e simbólico no Velho Testamento chegou em Jesus Cristo à sua plena realização (da parte simbólica) e ao zênite (da parte ética). Esta idéia pode ser colhida de outras passagens, no Sermão do Monte, por exemplo, onde “cumprir significa “encher”, “completar”.

Rejeito, porém, esta interpretação aqui, por duas razoes: (1) As declarações sobre “Cristo ser término de lei” se acham em contextos fortemente antilegalistas e a nossa exaltação da lei como tendo a realização do seu alvo em Cristo é pensamento alheio ao contexto e à linha de pensamento de Paulo, na literatura desta controvérsia com os judaizantes. Pode ser congenial à mente moderna dada à nossa ênfase ética. Paulo, porém, emprega a linguagem com um propósito completamente diferente. Se desvirtuarmos de sua palavra a idéia que o contexto exige, perdemos a conexão de seu argumento, e fazemos violência ao seu ensimo. (2) O outro motivo de rejeitar este ensino é que o peso do uso vocábulo fim consagra a idéia de término, especialmente da parte de Paulo. É, pois, a interpretação natural, se não houver forte motivo de adotar o outro significado do vocábulo. Já vimos, porém, que o motivo do contexto nas epístolas é

irresistível, na sua força confirmadora da idéia de que a Lei, como expressa no Pentateuco, teve em Cristo seu término. Morta, pois, esta legislação mosaica, Jesus, o legislador para as nossas consciências, nos deu nova lei, com centenas de mandamentos, cujo espírito é altruísmo, em quase a totalidade de suas prescrições práticas, teóricas e mesmo simbólicas. O altruísmo, bem orientado pelo Novo Testamento, cumpre toda a legislação de Jesus para a consciência.

É uma arbitrariedade incompreensível abrir uma brecha na Lei de Moisés e limitar esta declaração da Escritura à lei cerimonial. Nem Moisés, nem Jesus, nem Paulo, nem Tiago isolaram a parte cerimonial, separando-a da parte ética. Os profeats também não condenaram a parte cerimonial da Lei. Quando Samuel declarou: "Eis que o obedecer é melhor do que o sacrifício", sua linguagem significa: "Os sacrifícios e holocaustos prescritos na legislação mosaica são bons no terreno de submissão à autoridade divina, mas a obediência a esta autoridade, revelada em um mandamento específico é melhor." Não disse: "O sacrifício é mau: deves apenas obedecer no terreno ético." O próprio sacrifício, para o israelita, era obediência. O sacrifício, porém, que o profeta colocou em plano de inferioridade era um sacrifício de fachada, para esconder, hipócritamente, uma flagrante desobediência a uma ordem positiva e terminante de Deus! Da mesma categoria são as declarações hiperbólicas dos outros profestas, sucessores de Samuel, embora não tenhamos tempo de entrar aqui em longa e detalhada discussão do fato. Os profestas de Israel jamais revogaram a Lei nem guiaram o seu povo a desprezar a Lei.

O ponto claríssimo do ensino profético, enquanto a Lei ainda estava em vigor, era: "A Lei é um Unidade. Está em vigor na sua inteireza. Não se pode isolar a parte cerimonial da parte ética. Deus repudia a separação, exige o sistema levitico, compenetrado da paixão ética mosaica, e exige também a intensidade ética e moniteísta em Israel, manifestada obedientemente de conformidade com a legislação cerimonial." Todo o ponto do apelo profético se baseia na unidade e indivisibilidade da legislação mosaica.

O criticismo radical e destrutivo do Velho Testamento anarquiza a literatura por hipóteses de um desgovernado subjetivismo, e divide o Velho Testamento em literatura profética, de suposta índole anti-sacerdotal e anti-cerimonial, e outra parte levitica, cerimonial, sacerdotal. Abrem tais críticos artificalmente, um abismo de ódio de uma parte, e para servir de munições dessa guerra fictícia, citam, com um literatismo cru, umas declarações hiperbólicas dos profestas

contra o cerimonialismo exagerado, hipócrita e imoral dos perversos que escondiam crimes sob a formalidade. Não percebem que o próprio ponto e propósito do profeta era protestar contra a separação entre a lei cerimonial e a lei moral que os degenerados em Israel ambicionavam. O judeu perverso dizia: “Guardo a lei cerimonial. Basta.” O profeta protestava sempre: “A Lei é uma unidade. A parte cerimonial sem a parte ética é mera casca rota e podre, sem a noz.”

Outrossim, a perpétua obrigação ética não invalida a declaração de que terminou esta ou aquela legislação que interpretava a moral para um povo em uma era limitada. Vamos supor que o legendário “Judeu Errante” tivesse realemente vivido desde od dias de Jesus até agora. Sendo judeu, ele estava sob a lei teocrática: “Não furtarás.” Furtou. As autoridades em Israel o prenderam e lhe impuseram a pena. Emigrou para Roma. Jerusalém caiu. A Lei de Moisés já não era a constituição teocrática do seu povo. Furtou. Descbriu que a lei romana também diz: “Não furtarás.” Sua punição inveitável não visou cumprir a legislação teocrática de Moisés que prescreveu: “Não furtará.” A pena foi imposta de acordo com a lei dos césares que também proibia o roubo. Emigrou o legendário peregrino para a Espanha. Nas sucessivas legislações ele descoire que cada uma delas, através dos séculos declara: “Não furtarás.” Portanto pagava a pina, em submissão aos sucessivos regimes vigentes. O policial que o prendia não fazia voltar a vingar o regime mozaico, ou a legislação republicana-romana ou a autoridade imperial-romana, ou as complexas regras canônico-romanas ou das várias culturas jurídicas neo-romanas. Cumpria a legislação que estivesse em vigor. Emigrou nosso judeu errante para Portugal. Sob seus monarcas primitivos, sob o Código de Napoleão, sob as sucessivas legislações monarquias ou republicanas, sempre encontrou a lei: “Não furtarás.” Emigrou para o Brasil. Furtou nos dias de D. Pedro I, na regência do padre Feijó, no regime de D. Pedro II. Preso, sempre preso. Furtou no regime da primeira república brasileira. Preso. Viu estabelecer-se a revolução de 1930. Furtou. Preso mais uma vez. No dia 10 de novembro de 1937 nosso multi-secular judeu exclama: “Enfim. A lei passou. Agora sou livre.” Roubou. Preso. No xadrez ele afinal se convence. Os regimes passam. Morrem mesmo. Ficam bem defuntos, frios e sepultam. Já não estão em vigor em sentido algum. O homem, porém, nunca está sem lei. Lei! Êle a tem gravada indelévelmente na sua consciência e na consciência coletiva governante, Rom. 2:14. Esta ou aquela legislação, com seus policiais e suas penas, pode estar em vigor ou pode passar, como passa tudo quanto seja humano. Legislação para

a consciência, porém, sempre haverá. Quem sabe? Talvez nem Moisés tivesse inventado a sentença: Não furtarás! Talvez os faraós e Humurabi e Noé e Matusalém e Abel vivessem sob a mesma lei em seus respectivos regimes legais antes de Moisés nascer. O fato, porém, de ainda estar em vigor o mandamento: "Não futarás", não significa que esteja em vigor a legislação dos faraós ou de Hamurabi ou de Israel segundo a carne, ou ainda de Solon ou Tomaz de Aquino ou o Código de Napoleão ou de qualquer outro regime legislativo que caducou. O criminoso é preso hoje em dia conforme a lei brasileira. Os demais regimes cívicos são obsoletos, no Brasil, mesmo nas suas partes morais e acertadas. Isto é um fato jurídico e histórico.

Outro fato, oportuno para os legisladores e os peritos nas ciências jurídicas, mas não para a nossa discussão, é o seguinte: Há um padrão perfeito da moral. Não é o decálogo. É a natureza ética de Deus. O legislador não deve impor legislação que seja contrária a este padrão. Provocará a ira divina e a reforma jurídica aportuna. É fútil, porém, para o legislador decretar um alvo que o cidadão nem compreende nem apóia nem almeja. Moises era sábio legislador no terrno de legislação doméstica, em respeitar "a dureza dos corações" do primitivo Israel. Isto, porém, torna-lhe a legislação efêmera, parcial, indulgente de muita falta de conformidade com o perfeito alvo da vontade de Deus para o individuo e a raça nas fases de seu progresso ético. O progresso raça fez possível um padrão mais elevado.

Há vários tratados que afirmam que Jesus repetiu todos os mandamentos do decálogo. Não é a verdade. Ele deu coisa melhor. De fato, Jesus não repetiu nem o primeiro, nem o segundo, nem terceiro, nem o quarto mandamento da lei. Em seu ambiente era supérfluo legislar sobre o monoteísmo, o emprego de imagens no culto, a santidade do nome de Jeová, o qual seus contemporâneos nem sequer pronunciavam. Em Jesus temos infinitamente melhor revelação destas verdades obrigatórias do que na primeira tábua do decálogo. Seu ensino é mais forte sobre os primeiros dois, evita a idéia popular do terceiro, um medo insensato do vocábulo que era o nome da deidade. E Jesus, o Senhor do sábado, deixou caducar o sabatismo, para Paulo completamente repudialo e declará-lo "cancelado" e "removido" pela cruz, (Col. 2:14). Jesus cita em duas sentenças o mandamento contra o roubo, e amplificou a idéia do homicídio até abranger o ódio, e do adultério para incluir os olhares cobiçosos, e intensificou a honra devida aos pais, repudiando os sofismas dos escribas. Não há menção do décimo manadamento, nas palavras de Jesus. Parece que ele deixou para Paulo o enisno

e aplicação deste mandamento, depois que matasse o farisaísmo no grande filho de Tarso (Rom. 7:7), a fim de matar pela experiência do apóstolo a esperança da possibilidade de salvação pela guarda de mandamentos. Jesus, pois, não repetiu nem mesmo a metade do decálogo. Há treze sentenças no decálogo e ele so repetiu cinco, estas incompletamente. Em lugar de proibir outros deuses, deu a revelação do Pai. Em lugar de meramente proibir imagens, prescreveu o culto em espírito e verdade. Em lugar de repetir a proibição de tomar o nome de Deus em vão, deu a oração: "Santificiado seja o teu nome." Adiou o ensino claro sobre o sabado para até depois de sua ascensão, dando vislumbres do fim do sabatismo durante os dias de sua carne, e estabelecendo depois de ressuscitado a norma dos encontros entre seu Espírito e seu povo no dia do Senhor. Por seu exepmplo, pela norma apostólica das reuniões do seu povo no primeiro dia da semana, por mandamento sobre mordomia semanal, calculada e observada no domingo (I Cor. 16.2), e pelo nome dado afinal a este dia evangélico de culto e reuniões – "o dia do Senhor"- Jesus por seus apóstolos, completou o repudio do sabatismo e a introdução de um dia de reuniões do povo crente, sem sabatismo de espécie alguma.

Muitos irmãos estão dispostos a deixar tudo passar do regime mosaico menos o sábado. Laragam mesmo todo o sábado, exceto o nome. Querem conservar, no domingo, o "sábado cristão". Mas o nome não é, certamente, a essência do sábado da lei do decálogo. Pessoalmente, conheço milhares dos crentes, e dos melhores, mas não conheço sequer um que guarde mesmo o quarto mandamento, muito menos a complexa legislação que o interpretava a Israel. Este mandamento exigia:

(1) Seis dias de trabalho cada semana. "Seis dias trabalharás e farás tudo o que tens para fazer" (Deut. 5:13). Entao! Os feriados cívicos num regime político não tecorático? Há semanas em que não é permitido trabalho senão quatro ou cinco dias. Mas é permitido trabalho senão quatro ou cinco dias. Mas observo que os crentes mais zelosos do quarto mandamento omitem de trabalhar seis dias, qualquer semana que quiserem, sem o menor temor da consciência. Tomam ferias, fazem pique-niques, gozam viagens de recreio, deixam de trabalhar, à vontade. São transgressores do mandamento, quanto e quando quiserem. Este mandamento não está escrito na consciência e natureza humana. É um regime todo especial para Israel. A legislação moderna, nestes tempos de falta de emprego, está cogitando de limitar o trabalho a quarenta horas semana, ou menso ainda, em alguns países.

(2) O sétimo dia – e contesto que seja sábado legistimo outro dia que não o sétimo – tem de ser "santificado" – separado do trabalho e para o descanso. É o dia em que mais trabalham o ministério cristão e os crentes mais operosos, o dia também em que menos descansam. A lei de Moisés, no entanto, dá como o propósito do sábado: "a fim de que descansem teu servo e tua serva bem como tu."

Mas algum sabatista-cristao do primeiro dias da semana me responde: "Ora nós deixamos nossa cozinheira assistir os cultos." Que adianta? Isso enche os seus domingos mais labor do que os outros dias da semana. O mandamento, que se alega ser elemento indispensável da eterna lei moral da raça humana, diz: "Nele não farás obra alguma nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu boi, nem o teu jumento, nem animal algum teu, nem o teu estrangeiro que vive de tuas portas para dentro; a fim de que DESCANSE…" Se o domingo é sabado, então preparar café no domingo é transgressão do decálogo. Almoço quente é violação do decálogo. Jantar servido com o auxilio de "tua serva" é imoral, conforme o regime mosaico, dado a Israel segundo a carne. Carregar água, no sertão sendento, num jumento no dia do sábado domingueiro, seria infração da eterna e imutável lei moral, conforme esta teoria. Montar um animal para ir ao culto ou para qualquer outro fim, séria ofensa ética. A dona evangélica de uma pensão, se tivese pensionista judeu, sabatista ou maometano, teria o dever de obrigá-los a comerem refeições frias bo sábado-cristão, segundo o regime mosaico-evangélico, e a permanecerem com sua vida paralisada, até raiar a segunda-feira. Ou o sábado cristão principia e termina ao pôr do sol, como na legislação mosaica? Isto não me é claro, e perante Deus não gracejo. Não sei, simplemente, quando ou como eu poderia ou deveria principiar a sabatizar! Conheço cidades no longínquo interior à beira de um rio – cidade de uma só rua. Carros de burro me poderiam conduzir para o culto. Seria imoral tomar esse bonde de burro? Seria obrigar ao motorneiro, o condutor e os animais a violarem o decálogo? Uma senhora de remoto engenho rural teria direito a ser levada ao culto na cidade viziha em carro de boi? O decálogo lembrou-se daquele boi. Se o domingo conseguise mistificar-se e virar sábado, seria imoral para aquele boi trabalhar no sábado domingueiro. Seu dever de boi sabatista, propriedade de cristão, é descansar em o novel "sábado cristão". A lei moral, ninguém a revoga. Pois bem, bois ociosos ainda requerem-se para o dia santo, se identificamos o decálogo e a lei moral. Isto teria mil ramificações diferentes em cada cidade, vila, engenho, fazenda, escola, lar, igreja (o zelador trabalhará?), hotel, navio, etc.

Paralisemos o Rio de Janeiro, como o quarto mandamento pretende, um só dia! Teríamos noites sem luz, ladrões à toa sem policiamento, cultos com apenas os que poderiam ir a pé, criacinhas e doentes sem leites ou remédios, subúrbios sem trens, ilhas sem barcas, café frio, refeições frias, toneladas de comida apodrecendo em frigoríficos sem gelo, serviço postal e ferroviário paralisado, trens nos desvios no meio da jornada, hospitais sem enfermeiras, médicos ou empregados, dormitórios sem disciplina nos colégios, etc., etc. E qual a relação entre o quarto mandamento e o automóvel, por exemplo? Tentando observar a lei num clima que não seja o de Sinai, Arábia ou do sertão brasileiro, então uma cidade domingo-sabatista ficaria reduzida à miséria e à morte, num domingo sem gás, sem fornos, sem luz, sem elevadores, nos arranha-céus de apartamentos sabáticamente privados de mil serviços absolutamente necessários sete dias na semana ao habitante das regiões do rigoroso inverno, na vida complexa da atualidade. Não saí ainda do decálogo. Mas qualquer lei fundamental tem sua legislação para explicar e fazer vigorar suas provisões. E quando o mesmo Moisés, por ordem direta de Deus, ilumina os súditos da lei sobre o alcance do quarto mandamento, eis que vemos um judeu morto porque pegava lenha no dia do sábado, Num. 15:32-36. As soleníssimas palavras finais de Jeová antes de entregar as primeiras tábuas da lei Moisés são: “Falarás também aos filhos de Israel: Certamente guardareis os meus sábados… guardareis o sábado, porque é santo para vós. Aquele que o profana será certamente morto; pois todo o homem que trabalhar neste dia será exterminado do meio do seu povo. Seis dias se trabalhará, porém no sétimo dia é uma sábado do descanso solene, consagrado a Jeová; todo o que trabalhar neste dia, certamente será morto.” São as palavras finais de Deus a Moisés antes de este descer de Sinai. Poderemos ficar com o decálogo e não com sua interpretação imediata pela própria voz de Deus? Não é demasiado apego ao mero vocábulo sábado, como se apega o romanista ao mero vocábulo católico? Que adianta preservar a casca oca, jogando fora a substância toda? Pois a substãncia toda é descanso. A casca é a palavra “sábado”.

O sábado era a bandeira de Lei. Se passou o regime para que apertarmos ao coração a bandeira obsoleta? Mormente quando vemos que foi precisamente o sabatismo que incendiou os ódios contra nosso Senhor e o levou à cruz. Broadus em sua Harmonia dos Evangelhos traça, passo a passo, este sabatismo deicida.

Devo acrescentar duas coisas. Não nos cabe legislar para César. O cristianismo preservou “a semana” em seu pensamento e doutrina, I Cor. 16:2. No terreno civil, o governo tem amplas razões de adotar uma legislação que isente o operário

de trabalho perpétuo, outorgando-lhe seu descanso semanal. Isso já se generalizou na civilização toda. Em grande parte é devido à legislação conseguida pelas viórias socialistas e dos partidos laboristas.

Não temos de ir a outro extremo, para evitar o sábatismo. Veja-se adiante a discussão do ensino positivo na simples frase evangélica de "o dia do Senhor".

Quero ainda dizer que é sumamente culpável a falsificação do quarto mandamento nos catocismos católicos romanos, pois o domingo e os dias santos do calendário o clerical substituem o Sábado de Deus. O único sábado que Roma guarda é o "sábado de aleluia", e quando renovam o trabalho e, nas feiras do interior, trabalham mais do que nunca.

Se os evangélicos virtualmente mudam a lei que Deus deu a Israel, repudiando o que está escrito – "Sábado" – e arbitráriamente substituindo domingo, e revogando o resto da sentença, não é pecado de presunção contra a Palavra que Deus escreveu com o próprio dedo divino?

Tudo quanto o cristianismo precisa, se alcança pela imitação do Cristo ressuscitado e pelo ideal do "dia do Senhor". O Salvador ressuscitado nos deu o exemplo de reunir seus discípulos no primeiro dia de semana. Paulo e as igrejas por ele fundadas celebravam a ceia no domingo (Atos 20:7) e ensinavam o culto a Deus pela mordomia caridosa de nossos haveres materiais no primeiro dia da semana (I Cor. 16:2). À Deus cabem as primícias. O primeiro dia, as primícias de cada semana, é o "dia do Senhor". Basta esta frase, este ideal, sem legislação ou complexos regulamentos de conduta. "Eu estava no Espírito no dia do Senhor." Quem não estiver no Espírito não agradará ao Senhor. Quem estiver no espírito não estará debaixo de lei sabática ou complexas regras domingueiras.

O "dia do Sennhor" – eis o dia santo do crente. Milhões de crentes escravos, através dos séculos, não puderam fazer sua vontade, mas santificaram ao Senhor nos seus corações, assisindo cultos de madrugada e trabalhando para seus amos o dia inteiro de domingo. Muitos não podem se abstiver do trabalho hoje em dia. Aproximem-se, pois, do espírito desta provisão de Cristo e estejam no Espirito no dia do Senhor. Se o dia é do Senhor, não é dos clubes atléticos, nem das casas de divertimentos, nem de outro. É sagrado a Jesus e seu culto e serviço. E este espírito vale mais do que todo o cerimonialismo.

Valioso criticismo deste ponto de vista foi me dado por um amigo estimando que nega categoricamente que "Cristo é o fim da lei." A tradução da Versao Brasileira

é atacada por este amigo porque falta, no original, o artigo definido, portanto ele insiste que Cristo é apenas "término de legalismo (lei)" e que nunca a Escritura diz que findou "a Lei" (com o artigo expresso no original). Atacado o fundamento desta interpretação da Epístola aos Gálatas – pois o repúdio total da lei, em particular, e de lei em geral como esperança da salvação e da justiça, e, ao meu ver, o âmago e a razão de ser da Epístola aos Gálatas – é preciso parar um momento e ver se os alicerces da interpretação evangélica que dou foram, de fato, abalados.

1. Em primeiro lugar, é mpossível impugnar dogmáticamente a tradução da Ver. Bras. e de quase todos os tradutores: "Cristo é o fim da lei." A gramática grega justifica esta tradção, se bem que não a impõe. Quando um substantivo grego, sem o artigo, é seguido por um genitivo, ambos podem ser traduzidos com o artigo ou sem o artigo. O contexto decide, Rom. 10:4 pode muito bem ser traduzido: o fim da lei, e ser fiel ao grego da passagem. Não a traduzo assim neste estudo limitando-me ao que posso cabalmente rovar. Acho, porém, em consideração tanto da gramática como do contexto, que Paulo realmente disse em Rom. 10:4 – "O término da lei é Cristo, para todo o crente." Em estudo especial, já mostrei que esta controvérsia surgiu num período de transição, logo a lei ainda não findara, em sua função político-teocrática, em Israel segundo a carne. Mas para a justiça – quer no seu aspecto de justificação, quer no de santidade – a Lei era um regime morto para o crente em Jesus pois ele achava a sua justicação em Cristo crucificado e ressuscitado, e a sua santidade no Espírito Santo que o orientava na vontade de Jesus, a qual é a lei do crente nesta era evangélica. Ninguém tem autoridade de impugnar dogmáticamente à tradução "o fim da lei é Cristo". Nem eu dogmáticamente a afirmo. Decidiremos a pendência de Escrituras onde não há possibilidade de dúvida.

2. Antes de dizer "término" e "lei" Paulo já tinha dito, na mesma epístola, usando no grego original o artigo definido: "Vós fostes mortos à lei pelo corpo de Cristo", Rom. 7:4. Aí o artigo se usa. E a bem conhecida Lei de Moisés, com o artigo. Paulo começa o Capítulo dizendo que: "A Lei tem domínio (a Ver. Bras. Traduz "ela" tem domínio, para evitar tantas repetições da palavra lei) sobre o homem durante todo o tempo que vive." Pergunta o apóstolo se ognoram este fato. Parecia que ele ia afirmar, pois, que a Lei de Moisés tem domínio sobre o crente durante a sua vida inteira. O apóstolo, porém, nem por sonho ia dizer semelhante coisa. Ele tem uma surpresa para o leitor. O crente já morreu. Foi crucificado com Jesus na cruz. Deixou a jurisdição da lei (a Lei de Moisés, lei com o artigo) ao outro lado do

Calvário, numa vida anterior, em outro regime do seu espírito. O corpo de Cristo é uma insuperável barreira enre o crente redimido e a lei, repudiada, impotente para salvar, capaz sómente de condenar, mesmo de conhecer nosso substituto e sacrifício Jesus Cristo, quando levou em seu corpo nossos pecados para expiá-los.

Todo este capítulo ensina que a Lei de Moisés provocava e estimulava o pecdo no espírito refratar o do pecador. Será permitido que Paulo diga em português o que disse claramente em grego? "Pois quando estávamos na carne as paixões dos pecados que havia pela lei operavam em nossos membros a fim de darem fruto para a morte." Por meio da Lei de Moisés (com o artigo, outra vez) as paixões dos pecados "operaram", antes operavam – diz o verbo grego (tempo imperfeito), continuamente achavam a sua energia estimuladora na boa e santa e justa Lei de Moisés, que também era impotente e mortífera, moralmente, por sua própria natureza de lei. Era da espécie, tinha e tem as fraquezas inerentes em lei, genérica, faz parte da mesma e é precisamente a parte do legalismo que deu origem às Epístolas aos Gálatas, e aos Romanos, a fim de repudiá-la no cristianismo. Os judaizantes não advogavam mera abstração de lei. Eram protagonistas da Lei de Moisés, para justiça e santidade.

E Paulo ainda não terminou. Também diz: "Mas agora"; (a palavra agora é muito enfática e significa: agora, crucificados com Cristo e ressuscitados com ele para andar em novidade de vida, amado sua divina vontade e andando em seu Espírito santificador, agora, a este lado do Calvário onde "fostes mortos à Lei pelo corpo de Cristão")… "Mas agora, desligados estamos" (Paulo e os crentes em Roma, judeus e gentios sem distinção)… "desligados estamos da lei por têrmos morrido para aquilo em que estávamos presos, de sorte que sirvamos em novidade de espírito e não na velhice da letra", Rom. 7:6.

Paulo bem avalia que este ensino traz sempre a acusação caluniadora de que semelhante doutrina é antinominiana e imoral. O capítulo 6 já foi escritoem resposta a esta acusação e agora do capítulo 8:7 em diante ele volta a repudiar a mesma calúnia. Servir em novidade de espírito é a garantia de longa espiritualidade e santidade vital. A velhice da letra é garantia de morte, "meio" de paixões, estímulo ao pecado.

Em lugar desta velhice da letra (a novidade do espírito é nova em qualidade, não em anos, e a velhice da letra é, no grego, "gasta, caduca, antiquada, velha de uso", não velha no sentido de original, primitivo, pois, neste sentido, a aliança da graça é a aliança original, feita em sua essência com o crente Abraão) e seu

sistema de exigir uma elementar moral, nós que acompanhamos a Paulo substituímos a vida do crente em Cristo, e de Cristo no crente, a pujante fôrça santificadora do Espírito e seu fruto em nossa vida eterna que gozamos em Jesus. Éramos “presos” na lei, agora fomos libertados do jugo (eco paulino do ensino de Pedro, também, Atos 15:10). “Desligados estamos da lei” – Antes, (tempo aoristo) fomos desligados de vez e absolutamente da lei, resgatados para sempre de seu jugo e escravidão, mortos ao sistema mosaico, e vivos para Cristo e o Espírito, em amor santificador.

Respeitosamente, pergunto aos advogados e defensores da Lei como sendo perpétua na sua regência moral do crente, se eles estão sujeitos à acusação da parte dos legalistas de ser antinominianos? Jesus foi crucificado como vítima dêsse labéu legalista, e Paulo tem de dedicar tantas Escrituras à defessa do Evangelho contra a mesma descabível acusação. De suas uma. Ou a posição que tomam estará aberta à mesma censura. Então, em que sentido é vantajosa? Se, porém, os advogados evangélicos da perpetuidade da Lei no cristianismo se colocaram numa atitude tal que os legalistas não irão taxá-los de antinominianos, não é prova cabal que abandonaram o ensino de Paulo? Jesus foi acusado pelos legalistas. Também Paulo. O servo não é melhor que seu Senhor. Se não nos acusam a nós, não será por que crêem que nós abandonamos a cidadela? Qualquer ensino tem seus pontos vulneráveis ao inimigo. Ora o ponto de antagonismo entre a lei e a doutrina da graça é o suposto antinominianismo desta. Paulo, e os que acompanharam a doutrina de Paulo, sempre tiveram e sempre terão de se defender do labéu: “antinominianos”. Se, porém, os advogados evangélicos da perpetuidade da Lei de Moisés se livraram desse labéu legalista, põem ter plena certeza de que é porque abandonaram a doutrina de Paulo de que a lei teve seu término no Calvário. Se os legalistas não os acusam +e porque os estimam como sócios no legalismo teórico.

Ora, o tal labéu legalista não nos mete medo. Que é a doutrina moralizada que nós advogamos, juntamente com Paulo? É que a vontade de Cristo é a legislação atual da consciência cristã – “ensinando-os a observar todas as coisas que vos tenho mandado”, diz nosso Senhor. Cristo vive em nós. Se Cristo vive em nós pela graça, não vai viver em nós moralmente! Somos vivos para Cristo a fim de produzirmos fruto, o fruto da santidade, vital e espiritual. O fruto do Espírito, esta epístola o descreve. E o fruto do Espírito é infinitamente superior a qualquer obra da lei. Nós apontamos para nosso Paulo, nosso Spurgeon, nosso Carey e

desafiamos o legalista à comparação entre a vida santa e operosa destes e a conduta dos paladinos da lei nesta era.

Ora, dizer que é perigosa a vida de Cristo em nós pelo Espírito, é impropério ao próprio Cristo, injúria contra o próprio Espírito. Não nos impressiona tamanha ousadia do criticismo legalista. Recusamos ficar medrosos de um perigo fictício. O crente judaico não passava do regime da lei para um vácuo ou um ermo. Ele sobrenaturalmente se tranpunha da lei para a comunhão da Trindade, operosa sua vida cristã.

Outrossim, parece que alguna estão dispostos a identificar o decálogo com a lei moral. O decágolo, porém, não é e nunca foi a lei moral. Não é completo. E principalmente negativo. Faltam-lhe todos os frutos do Espírito. Faltam-lhe muitas virtudes. E nunca foi promulgado para a raça humana inteira. A lei moral existiu séculos antes de nascer Moisés. A lei deste era um transcrito efêmero e bem elementar de um sistema nacional e especial de moral e vida cerimonial, doméstica, cívica e social. O padrão da moral é o caráter divino, revelado em Jesus Cristo e interpretado no Novo Testamento. A lei não inventou a moral. Esta existia em escala notável antes de haver lei, sendo gravada pelo Criador na própria natureza humana, Rom. 2:14. Existiu a moral, e a lei moral, antes de Moisés e bem pode existir e progredir quando nós nos tivermos evangélicamente desligado para sempre de toda a legislação mosaica. A Epístola aos Hebreus afirma que Jesus é superior a Moisés. Nós somos a casa de Jesus e Ele – não outro – manda em sua casa. A Epístola aos Hebreus é a continuação das Epístolas aos Gálatas e aos Romanos, e completa a obra. Elemento por elemento do judaísmo – a lei, Moisés mesmo, Josué, o sacerdócio, o tabernáculo, o altar, o sacrifício, o espírito, tudo que o judeu louvava em sua lei – o apologista de Cristo rejeita como inerentemente inferior, caduco, prestes a desaparecer – Jerusalém havia de sair naquele mesmo lustro – e, distinguindo Cristo e a cristianismo como radicalmente diferente e "superior", convida os judeus a sair do arraial da lei e sofre com seu Salvador a completa separação e ostracismo que o judaísmo lhes havia de infligir. (Vêde os comentários sobre 2:19; 5:3 e outras passagens.)

III. Agora notemos bem que a lei de Cristo é infinitamente superior a lei de Moisés. O propósito do Sermão da Montanha é demonstrar este fato, indício da soberania de Jesus. Ao fazer esta demonstração de que sua palavra é fundamental e conclusiva na moral, (Mat. 7:24-28), Jesus, às vêzes, repudia e revoga a legislação de Moisés, às vezes a encosta como parciale insuficiente.

(1) O Mestre disse: "Foi dito aos antigos: Não matarás… Mas eu vos digo" (Mat. 5:22) e acrescentou à simples sentença do Decálogo legislação contra ódio, epítetos e menos pejorativos (pecado tão comum entre nós), estipulando penas tanto judaicas ("sinédrio" v. 22) como eternas ("Geena do fogo" v. 22). Isto indica que seu ensino reflete a era de transição já discutida.

(2) Jesus modificou a lei do altar, que é tão vasta nos livros do Pentateuco. Exigiu suspender o holocausto e promover a reconciliação social antes de completar o ato cerimonial, Mat. 5:23-24.

(3) Ao sétimo mandamento Jesus acrescentou legislação moral nas régiõesdo pensamento, culpando a carnalidade da imaginação e do desejo, irmanando-a com o crime exteriormente efetuado. Nesta senteça Jesus voou moralmentealém e acima de Moisés, como o aeroplano voa acima e além do carro de boi; foi mais profundo do que Moisés como a sonda marinha vai mais ao fundo do mar do que a âncora da jangada da praia.

(4) Moisés autorizou divórcio facílimo. Jesus repudiou a lei de Moisés neste ponto, categóricamente, Mat. 5:32, 33.

(5) Igualmente, Jesus categóricamente repudiou a doutrina e jurisprudência mosaica de "olho por olho e dente por dente". Mat. 5:38, nos dias de Moisés, impor esta ordenança representava progresso legislativo. Nos dias de Jesus repudiar o que Moisés ordenara representava mais progresso, mesmo a verdadeira e final palavra da moral. Vemos que Jesus assim sentia que tinha plena liberdade de ampliar, modificar ou repudiar a legislação de Moisés, no Sermão do Monte. Claramente, pois, esta legislação, mesmo no terreno moral, não se deve confundir por um instante com a eterna e imutável lei moral.

(6) Em outras partes dos evangelhos vemos, ainda, Jesus repudiando abertamente a legislação mosaica. Quando ele falou, "purificando todos os alimentos", Mar. 7:19, repudiou em pleno Israel, para o futuro governo dos seus discípulos, os capítulos 11 de Levítico e 14 de Deuteronômio embora escandalizasse aos fariseus, Mat. 15:12.

(7) Quando ensinou à mulher samaritana a espiritualidade do culto aceitável e sua independência de lugares santos, Jesus fez caducar de vez o Pentateuco na sua essência. "A hora vem", disse Jesus, quando isto se realizaria plenamente, "e agora é", quando o princípio se proclama para sua futura aplicação, no cristianismo fentio, liberado do judaísmo por completo.

Muitas considerações semelhantes se poderiam lembrar, mas estas mostram que a legislação de Jesus substituiu a de Moisés, foi o fim, o término, o ponto final desta e a proclamação de novos princípios e ordenanças para regular a vida cristã. “Não estais debaixo de lei” – em sentido algum – “as debaixo de graça”, a qual nos outorgou a nova revelação da vontade do senhor Jesus Cristo para nos guiar egovernar, e o poder espiritual para sermos obedientes e santos.

Quando comparamos a legislação de Moisés e os mandamentos de Jesus ressaltam-nos aos olhos evidentes diferenças. E são muitas e fundamentais.

A. A lei de Moisés se destinou à nação do Israel, no período de revelação especial a este povo, revelação preparatória para a vinda do Messias. Como qualquer corpo de leis visando orientar a conduta de um povo, incluía, no meio das provisões particulares e pecudliares à sua raça, à sua nação e à categoria de governo (teocrático), as ideias de elementar moral, ao nível das possibilidades que o caso permitia naquele estágio do progresso da revelaçao. Esta moral existia em códigos anteriores em parte, e existe em códigos atuais em grau variável, mas existe em sua perfeição de princípios no caráter e ensino de Jesus.

Este ensino não foi nacional ou racial. Seu lema é: “Ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em o nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; instruindo-os a observar todas as coisas que vos tenho mandado.” Não disse Jesus nem “batizando-as” nem “instruindo-as”; mudou, porém, o gênero do pronome grego, de evidente propósito, para evitar o nacionalismo na Grande Comissao, e para conservar na religião cristã, a responsabilidade pessoal, base de toda a moral vitoriosa na vida. Jesus disse: Fazei discípulos, batizai-os (os discípulos), instrui-os (os discpulos batizados). Para a nação em geral – o Evangelho, primeiro! Para os da nação que consentem matricular-se na escola do Mestre Jesus, o batismo como a matrícula formal, seguido pela instrução em todo o curso de ensino do Senhor. Cidadania primeiro, pelo novo nascimento; em segundo lugar, o conhecimento da legislação do Rei para o seu reino. Coisas espirituais são discernidas espiritualidade. Logo Jesus quer preparar a mente (mudada no arrependimento) e o espírito (regenerado, mediante a fé em Jesus, por obra da terceira pessoa da Trindade) para o discípulo ter a capacidade de aprender a vontade divina, de amá-la e póla em execução. Por isto, Jesus quer preparar o discípulo antes de ministrar-lhe o ensino, o cidadão antes de impor-lhe a legislação sobre a conciência. É método mais vagaroso. É, porém, o único meio seguro de alcançar objetivos espirituais.

B. A legislação de Jesus é principalmente devocional, espiritual, social e moral, com o mínimo de rito e organização; o grosso, porém, da legislação mosaica é cerimonial, sacerdotal, ritualista, nacional. Há quase três lustros fiz um estudo sobre "Os Mandamentos de Jesus", publicado em 1929 em livro. Contei os mandamentos de Jesus – são 489 em número – classifiquei e estudei, com grupos de colegas do ministério, esta literatura de nosso magistério da consciência cristã.

Agora fiz igual estudo da legislação mosaica. Encontro 2.386 mandamentos, das seguintes categorias: cerimoniais 1.564, devocionais 174, sociais 52, domésticos 23, cívicos 183, morais 190. A própria estatística total empolga. Ainda a vida é complexa e temos bastante orientação autorizada por Jesus. O espírito do cristianismo, porém, reside menos em mandamentos do que o da lei. Em 140 páginas examinadas no Pentateuco achei 2.386 mandamentos; em 120 páginas dos evangelhos, apenas 489 madamentos. Moisés é quatro vezes mais autoritário do que Jesus. Nosso Mestre inspira com idéia, com sua pessoa e obra redentora e com princípios, relativamente com poucos mandamentos detalhados. Contei no Evangelho de Mateus 182 mandamentos, no de marcos 93, no de Lucas 148, e no João 66, um total de 489 nos quatro evangelhos.

Dividi estes 489 mandamentos em duas classe gerais – particulares e universais; e esta classe de mandamentos de aplicação universal dividi em 12 categorias: hiperbólicos, evangélicos, morais, eclesiásticos, sociais, particos, devocionais, ministeriais, domésticos, escatológicos, missionários e cívicos.

Os mandamentosparticulares foram pronunciados para um individuo ou grupo antigo obedecer. Não são ordens para obedecemos na atualidade. Pode ser imprudente, e até pecado, obedecermos hoje em dia a ordens que não visam nossaa pessoas e circunstâncias de vida. Encontrei 180 mandamentos desta categoria nos quatro evangelhos.

Ainda existem mandamentos em duplicata, isto é, são repetidos em mais de um evangelho. Encontrei 67 destas repetições do mesmo incidente, e suas ordens, por mais de uma testemunha.

Subtraindo os 180 mandamentos particulares e os 67 que estão em duplicata, restam 242 ordens de Jesus Cristo que são deveres universais, e que constituem o conteúdo do ensimo que nós devemos como uma dívida sagrada a todas as nações. Quão vasta é a orientação da vida humana dada por Jesus Cristo! É fútil dizer que isto não é legislação. É chamado "lei" "mandamentos", "ordenaça" e é

formalmente promulgada pelo Senhor ressuscitado, baseado em "toda a autoridade no céu e na terra."

Na legislação universal de Jesus há 22 mandamentos hiperbólicos – 12 em Mateus, 7 em Lucas, devido às duas reportagens do Sermão do Monte; apenas 3 em Marcos, nenhum em João. Tirando os que há em duplicata, restam 16, quase todos da categoria prática, de conduta individual. João, o evangelho mais profundo e espiritual, não tem mandamento hiperbólico, eclesiástico, cívico, escatológico ou doméstico. Seu evangelho trata da salvação e tais mandamentos nenhuma relação tem com a nossa salvação.

Na legislação simples, clara e universal de Jesus, eliminadas as duplucatas nos vários evangelhos, há 61 mandamentos devocionais, que desenvolvem a espiritualidade do crente. Há 33 mandamentos sociais, promovendo o fruto do Espírito entre os crentes na sua vida social, e seu amor ao Espírito entre os crentes na sua vida social, e seu amor ao próximo na comunidade, há 30 mandamentos práticos, e mais quase todos os hiperbólicos, orientando o indivíduo nos problemas práticos da religião e da conduta. Há 23 mandamentos escatológicos. Este assunte é muito importante aos olhos de Jesus, principalmente do ponto de vista negativo. Lede a história cristã e vereis que a doutrina das últimas coisas desvia, tantas vezes, grandes grupos de cristãos e os arrasta para o fanatismo e a miséria. Por isto, o ensimo escatológico de Jesus está cheio de cautelas, prevenindo-nos contra enganos, precisamente no terreno teológico onde enganos são mais fáceis, comuns e desastrosos.

Há também 23 mandamentos evangélicos instruindo os homens a buscar a salvação, o reino de Deus, em que se entra pelo novo nascimento, e indicando, com divina autoridade o caminho de salvação, quais os passos necessários da parte do pecador, para que Deus o perdoe, regenere e justifique. Não são 23 condições ser salvo. São 23 exortações para procurar a salvação, e obte-la por meio do arrependimento e da fé.

Ainda há 16 mandamentos morais de Jesus. Cinco dos mandamentos do Decálogo, Jesus não repetiu na sua legislação. Deu ensimo melhor sobre o mesmo assunto ou repudiou, no todo ou em parte, o texto ou contexto do mandamento. Há 12 mandamentos eclesiáticos de Jesus. O primeiro destes imperativos dito por seus lábios, e que nos foi preservado, tratou do batismo. Apenas duas cerimônias foram estabelecidas por Jesus no cristianismo genuíno – o batismo e a ceia. Não são sacramentos e não há ritual elaborado, no Novo Testamento, para um ou

para o outro. O resto desta categoria de mandamentos trata da igreja (sentido congregacional e genérico), como a única organização fundada por Jesus. Prescreve o plano de sua disciplina, paz e harmonia. Aqui temos o mais notável aspecto da diferença entre a lei de Cristo e a legislação de Moisés. Esta lei é cerimonial por úndole e assunto predileto. O cerimonial na legislação de Jesus é pouco, lindo, simbólico de realidades na experiência anterior do discípulo, e "proclamam a morte do Senhor até que venha" e a sua ressurreição e a nossa. A legislação cerimonial de Moisés não se perpetuou no ensino de Jesus. Caducou, morreu, cancelou-se os farrapos destas contas legalistas de ordenanças revogadas pendem aí dos cravos da cruz do Calvário, Gol. 2:14. A parte cerimonial do cristianismo nunca esteve na mente ou na legislação de Moisés. Um símbolo não é símbolo de outro símbolo. Uma sombra não é capaz de lançar outra sombra. Jesus arfirmou que, absolutamente, não aceitava a rota legislação de Moisés, não consentia em coser uns remendos de nova legislação cerimonial sobre aquele vestido antigo e andrajoso que a Israel revestia há tantos séculos. O vinho novo de Jesus não se havia de preservar nos odres das formas do judaísmo. O cristianismo seria novo em espírito e novo nas formas, novo em doutrina e novo nas cerimônias que ilustram e proclamam esta durtina. As cerimônias de Moisés nem se perpetuam em si, nem por pseudo-sucessoras inventadas pelos papas ou reformadores. As cerimônias de Jesus são vestidos novos. E Paulo assim entende quando diz nesta epítola: "Tantos quantos fostes batizados em Cristo vos revestistes de Cristo", Gál. 3:24.

Há 15 mandamentos para o ministério ou sobre sua obra, mas o Novo Testamento não tem nenhum livro de Levítico. As epístolas pastorais versam sobre problemas morais e espirituais, não sobre sacerdotes, altares, sacrifícios, dias santos ou ritual.

Há dez mandamentos universais de natureza missinária. O judaísmo fazia sua obra missionária por nacionalizar, mediante a circuncisão, os seus prosélitos. O cristianismo evangeliza e batiza o discípulo voluntário, sem aspecto racista, nacionalista ou sacramentalista.

Há dois mandamentos domésticos e um cívico. É a máxima surpresa. Entre os 489 mandamentos de Jesus um só trata de nossa relação para com Estado. Fala na linguagem do seu dia: "Dai a César". Detestamos os césares, com seus Neros e Calígulas; o mandamento, porém, tirada a roupa antiga de sua expressão, impõe sobre nossa consciência cumprimento das exigências cívicas de nosso governo,

sem infração da autoridade divina em nossa vida. Nenhuma outra palavra. E basta. Deixa todo o terreno de legislação cívica ao critério do progresso humano, sem uma só regra sugerida por Jesus. Nosso Senhor deu carta branca aos pais da pátria, qualquer pátria, na sua assembléia constituinte, ou ao governo imperial, se assim optarem. Reserva para Deus, porém, sua saberania no terreno em que Jesus deu os outros 488 mandamentos, ou tantos destes quantos são de aspecto geral na sua aplicação.

Quero salientar, porém, a palavra "nações", na Grande Comissão. Em "Os Mandamentos de Jesus" PP. 5, 6, escrevi:

"Volto novamente a dar ênfase ao alvo nacional da evangelização do mundo. O homem torna-se discípulo por uma experiência pessoal da graça e perdão de Deus em Jesus Cristo. mas Cristo não visa apenas uns indivíduos isolados que se safem da nação, deixando esta abandonada à perdição. Há aspectos coletivos da obra de evangelizar uma nação. O sal da terra purifica e preserva o povo da terra. A luz do mundo afugenta as trevas, com a aurora do Evangelho, em escala verdadeiramente nacional. E, se aceitarmos a interpretação de outra figura que muitos adotam, o fermento do Evangelho leveda a massa nacional, pouco a pouco, até que ninguém escape à influência da verdade. A rêde do reino messiânico apanha na sua influência, de certa maneira, peixes maus e bons, mas muitos. A semente cai em todo o campo, embora com variedade de resultados. O grão de mostarda cresce, torna-se árvore e propaga-se pela sua semete multiplicada e dá abrigo e refrigério a vastas coletividades que procuram sua sombra quais bansos de aves. E – bem-aventurada parábola! – o lavrador semeia, cultiva, dorme, acorda e, paulatinamente, sem ele saber como, a semente brota e cresce e dá primeiro a espiga e então o grão maduro da safra providencial.

Tais aspectos do progresso do reino contemplam a bem-aventurança de tantos indivíduos que a soma destes toma aspecto coletivo, e o alvo aparece no horizonte cristão: ver a nação sentada aos pés de Jesus Cristo, sua discípula, matriculada na sua escola de vida para ser promovida, de época em época, para uma qualidade e têmpera de vida nacional que seja uma realização parcial e crescente do espírito de Cristo.

Onde está a ênfase de Jesus na sua legislação? Na serenidade, confiança e responsabilidade do Espírito humano, regenerado e ungido pelo Espírito de Deus. O mandamento mais freqüente de todos, na legislação de Jesus é: "Não temas", acompanhado muitas vêzes com a exortação: "Tem bom ânimo."

Sublime e radical diferença de categoria de legislação. A lei era regime de terror. A legislação de Jesus conforta, anima e encoraja. A Epístola aos Hebreus descreve este terrível aspecto da legislação de Moisés assim: “Não tendes chegado ao fogo palpável e incêndio e à escuridão e à caligem e à tempestade e ao som da trombeta e à voz das palavras, a qual os que a ouviram, rogaram que não se lhes falasse mais; porque não podiam suportar o que lhes era ordenado: se até um animal tocar o monte, será apedrejado. Era tão terrível o que se via que Moisés disse: Estou todo aterrorizado e trêmulo”, Heb. 12:18-21. O cristianismo não é assim. O supremo mandamento de nosso legislador é: “Não temas.” Seu princípio fundamental e regenerador é a fé.

Com este ligeiro resmo da “lei de Cristo”, contrastai a “lei de Moisés” e vede que diferença abismal de ênfase e espiritualidade: Jesus que diferença abismal de ênfase e espiritualidade: Jesus deu 12 mandamentos eclesiásticos ou cerimoniais, mas o cerimonialismo na legislação de Moisés chega à soma formidável de 1564 mandamentos cerimoniais. O cerimonialismo cristão é 5% dos mandamentos de Jesus. A lei, porém, é quase 70% cerimonialismo. Os mandamentos domésticos de Jesus são dois, os de Moisés são 20, legislação efêmera que em grande parte Jesus repudiou. Os mandamentos cívicos de Moisés são 183, legislação para uma teocracia numa “terra santa”. O único mandamento cívico de Jesus é a exigência da dupla lealdade cívica e religiosa, em suas esferas separadas de consciências autônomas em sua relação a Deus. Moisés não tem, que eu saiba, mandamentos escatológicos, hiperbólicos ou evngelicos. Há Evangelho, mesmo a doutrina de justificação pela fé, no Velho Testamento, mas é na parte histórica, poética e profética. A lei é um sistema de salvação pelas obras. Paulo assim interpreta: “A lei não é da fé mas: Aquele que faz estas coisas, viverá por elas”, Gál. 3:12; Lev. 18:5; Rom. 10:5, 6.

Há 190 mandamentos morais na lei, 16 no mandamentos de Jesus. Jesus consgue a moral pelo Espírito Rom. 8. Em Rom. 7 mostra a futilidade de legislação moralista para moralizar. Jesus nos orienta melhor com a décima parte do número de mandamentos que Moisés deu. Moisés impôs a pena de morte 53 vezes, Jesus nenhuma na sua orientação moral. Todavia, o Israel de Deus é infinitamente mais moralizado do que o Israel de Moisés. Há seis vezes mais legislçao social em Moisés do que em Jesus – 252 versus 41. São particularidades mosaicas versus princípios de Jesus.

Há uma aproximação do Pentateuco ao Evangelho em um dos seus livros. É no livro predileto de Jesus – Deuteronomio. Aí encontramos 142 dos 174 mandamentos devocionais do Pentateuco. Em Jesus esta qualidade de legislação é, porém, maior do que qualquer outra, duas vezes maior. Em Moisés, fora de Deuteronomio, é menos do que 2% do total.

No livro de Deutreonomio, porém, há 142 mandamentos devocionais, versus 124 cerimoniais. Há progreso na revelação, e sua finalidade é Jesus.

"A lei" não se limita, naturalmente, ao Pentateuco. Os Salmos e os Profestas acrescentam vários mandamentos devocionais e morais e sociais, os Provérbios e Eclesiastes são uma mina de legislação moral e social Neemias, Ester Esdras, I e II Crôncias e Ezequiel aumentam o cerimonialismo da teocracia.

Nós estamos, do mesmo modo, sob a autorizada interpretação de Jesus e sua vontade revelada pelos apóstolos nos seus escritos. Estes contraste porém, entre a lei de Moisés e a lei de Cristo, so pode ser feito, entre a legislação dos dois fundadores de judaísmo e cristianismo, nas suas fases organizadas e autorizadas.

C. deste estudo da legislação de Jesus vemos sua ênfase. Deus é soberano. O indivíduo é orientado. O Estado quase não está no horizonte. A família não é a unidade do reino de Cristo como fora no reino de Israel e como Calvino ainda quis conservá-la na sua teocracia meio-judaica de Genebra. O espírito humano, não as exterioridades, é o âmago do objetivo de Jesus.

Estudemos agora outra diferença fundamental. Toda a legislação mosacia era um sistema de obras para alcançar salvação, de encorporar-se a um povo escolhido e separado para Deus, numa vida nacional teocrática.

A legislação de Jesus é para o crente – exceto os 22 mandamentos evangélicos que mostram o caminho de salvação e impulsionam o incrédulo a toma-lo – 95%, pois, da legislação de Jesus é para o cristão, o homem já salvo, inclusive o Sermão do Monte. O Evangelho abre a vida cristã com a dádiva de salvação pela graça e matricula os salvos na escola de Cristo, sobrenaturalmente preparados para dele aprenderem por todo o resto da vida. A lei, como todo o legalismo subsquente, multipilca ordenanças e ordens e diz categóricamente: "Aquele que faz estas coisas viverá por elas." Moisés e Jesus amoldaram material bem diferente. Moisés batia em ferro frio, Jesus em ferro em brasa, aceso pelo fogo do divino Espírito. A lei de Moisés se gravava em tábuas de mármore, a de Jesus em tábuas macias de corações regenerados.

É a medula da nova aliança: "Esta é a aliança que farei com eles depois daqueles dias, diz o Senhor: imprimindo as minhas leis nos seus corações, eu as escreverei sobre a mente deles", Heb. 10:16.

É fútil uma pequena minoria cristã num país procurar forçar sobre um povo impenitente e incrédulo a legislação do idealismo de Jesus nas leis nacionais. Serão logo uma letra morta. Evangelizemos primeiramente a nação e elevemos o nível legislativo de acordo com o progresso moral do povo e o núcleo espiritual que o pode orientar.

D. A lei de Moisés dependia de um só lugar e uma religião centralizada. Quando Israel foi levado ao cativeiro teve suas primeiras lições para desmamar-se da Jerusalém carnal. Surigu a sinagoga, instrumentalidade educativa, missionário, colonial, congregacional em natureza, universal até ao dia de hoje em sua utilidade à raça. Com a reconquista da relativa autonomia nacional, porém, Israel e o templo foram preparados para a presença do seu Senhor e a lei entrou na sua mais gloriosa fase histórica, com um povo purificado pelo cativeiro e por muitos jugos pesados do estrangeiro: Assíria, Babilônia, Síria, Pérsia, Egito e Roma. Este povo, embora purificado e separatista, (fariseu), demonstrou perante toda a história humana a impotência da lei para regenerar, santificar, unir e abençoar. Jerusalém pereceu, Israel morreu, o templo caiu em ruínas e a lei passou. Jesus e sua vontade é agora toda nossa religião. E Jesus não depende de lugares, cidades eternas, capitais, estados ou templo. Maravilha de espiritualidade: "O tempo vem e agora é um os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque são estes que o Pai procura para seus adoradores", João 4:23.

E. Outro aspecto da legislação mosaica que é bem diferente da de Jesus é que aquela estava dependente do sacerdócio levítico. Hoje não há sacerdócio judaico – só rabis nas sinagogas – pois sem templo, altar ou tabernáculo, um sacerdócio não tem funções. O catolicismo voltou para o judaísmo, em parte, e em parte incorporou o paganismo romano em suas idéias do sacerdócio.

A afinidade do ministério cristão é mais com os profetas do que com os sacerdotes judaicos. O que Israel recusou ser, uma nação de sacerdotes, o reino de Cristo se tornou, no sacerdócio de todos os crentes. O ministério é chamado pelo Espírito para pastorear as coletividades chamadas igrjeas, ou rebanhos, figuradamente. O presbítero cristão não é e nunca foi sacerdote para oficiar cerimonialmente perante altares ilicitamente reabilitados numa mistura de judaísmo caduco, cristianismo espúrio e paganismo redivivo.

“A lei de Cristo” é vista assim na sua espiritualidade, na sua pujança ética, na sua energia social, no seu conforto íntimo e dinamismo devocional e missionário. Mata o egoísmo, o bairrismo, o nacionalismo como força divisiva e perseguidora e a catolicismo como centralizador e sufocante de livres santas iniciativas. Sua essência é o altruísmo prático e opreoso. Portanto Paulo podia sem hestiaçao dizer: “levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo”. Cristo tem lei para nos rientar. Esta lei, porém, nos orienta neste espírito e por este principio em todos os seus mandamentos.

“O Israel de Deus”

Há palavras ou frases que encerram em si uma vasta teologia: “regeneração” (Mat. 19:28), por exemplo; “filho do Homem”; “Abba”; “resgate” (Mat. 20:28); “cordeiro de Deus” (João 1:29) e uma com qu Paulo associa sua Bênção no fim desta epístola – “o Israel de Deus”.

“Pois nem a circuncisão é coisa alguma nem a incircuncisão, mas o ser uma nova criação. Quantos andarem por esta norma, paz e misericórdia sejam sobre eles e sobre o Israel de Deus,” (6:16).

A palavra “Israel” se acha umas duas mil e quinhetas vezes na Bíblia, principalmente com respeito ao patriarca Jacó e à nação que procedeu de seus lombos. No Novo Testamento é usado umas setenta vezes, e no mesmo sentido, até chegarmos às epístolas da controvérsia judaizante. Nestas principia um novo sentido do vocábulo, distinguindo do Israel incrédulo um Israel crente e avançado para incluir neste Israel de Deus, sem distinção de raça, todos que estejam unidos com o Messias de Israel mediante a fé em Jesus Cristo. Ainda progride esta doutrina nas epístolas de Paulo quando preso, e há a mesma idéia em outras Escrituras cristãs. Paulo não explica ou desenvolve a frase: supõe que é compreendida. Compreendamo-la, pois, em tudo quanto sugere e em tudo com que se associa no ensino apostólico.

1. As raízes da doutrina voltamà idéia profética de um “resto,” em Israel antigo. “Israel exclama a respeito de Israel: ainda que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, é somente o resto que será salvo,” Rom. 9:27. É deste resto que Israel fala, em 6:13: “Se ainda ficar nela a décima parte, essa tornará a ser exterminada. Como terebinto e como carvalho, dos quais, depois de derrotados, ainda fica o tronco, assim a santa semente é o seu tronco.” Já vi postes de cerca que se arraigaram e deram galhos e folhas. Isaías conhecia árvore desta espécia e profetizou que do cativeiro seria preserada uma semente, um tronco vivo para florescer, dando crentes como Simão, Ana, Zacarias, Elizabete, Maria e João Batista, os apóstolos e as primitivas ogrejas dos judeus.

2. Havia, pois, um Israel espiritual dentro do Israel carnal. “Pois nem todos os que são de Israel são israelitas,, nem por serem descendência de Abraão são todos filhos,” Rom. 9:6, 7.

3. Paulo escreve estas epístolas da contravérsia judaizante uns dez ou doze anos antes de sua morte. A incredulidade de Israel, em peso, já é manifesta. Daí a

pouco, vai aparecer no horizonte a destruição da teocracia, do tempo, do sistema sacrificial e da própria nação como entidade organizada. Já enche o horizonte na Epístola aos Hebreus. Israel desaparece como um reino. Paulo, porém, tranfere para o reino espiritual de Cristo as promessas dadas por Deus mediante os profetas concernentes a um reino universal do Messias com seu povo, e francamente identifica este reino com os crentes, sem distinção de raça.

(I) Crentes gentios são chamados categoricamente judeus: "Se o incircunciso guardar as ordenaças da lei, não será a sua incircuncisao reputada como circuncisão? E o que é por natureza incircunciso, cumprindo a lei, julgará a ti que, com a letra e com a circuncisão, és trangressor da lei. Não é judeu aquele que o é exteriormente, nem é circuncisão o que o é esteriormente na carne; mas é judeu aquele que o é interiormente, e circuncisão é a do coração, no espírito e não na letra. O louvor do tal judeu não vem dos homens, mas de Deus," Rom. 2:26-29. Este judeu não é mero prosélito, convertido a Cristo. É gentio, e, até ao fim, fica incircunciso. Mas por sua fé se torna descendente espiritual de Abraão, membro do Israel de Deus. Concordam as palavras da nossa epístola. A Jerusalém palestiniana e seu povo são repudiados categoricamente: "está em escravidão com seus filhos," Gál. 3:25. Os crentes gentios são "como Isaque, "filhos da promessa," v.28. Israel segundo a carne passa a ser "lançado fora," não será "herdeiro" das promessas proféticas, v. 30, antes identifica-se com a escrava Agar e o bastardo Ismael; mas o filho, o herdeiro, o Isaque, o Israel real, o povo de Deus, a Jerusalém celestial e seus filhos, são os crentes gentios, encorporados com Jesus e Paulo e os outros apóstolos no trono indestruitível da árvore de Abraão e da aliança da graça.

(II) Ainda sob a figura de uma árvore, Paulo unifica, numa vida orgânica espiritual, os judeus crentes e os centes gentios. É o extenso passo sobre a oliveira, o corte de seus galhos naturais e o enxerto de galhos do zambujeiro.

Notai os elementos da linguagem figurada: o "Israel" de Abraão é a oliveira original. Os judeus incrédulos são os galhos cortados. Os gentios crentes são enxertados no trono de Abraão, tirados do zambujeiro e incorporados à vida espiritual do Israel de Deus. Se a incredulidade prevalecer em sua descendência, serão também cortados por falta de ligação vital. Comparaí o corte das varas secas da videira, que é Jesus Cristo, João 16. Novamente os judeus poderão voltar a ser incorporados ao verdadeiro Israel, mas sómente quando crerem. Isto é importante: "Eles também, se não permanecerem na sua incredulidade, serão

enxertados," Rom. 11:23. Não há promessa para nenhum judeu incrédulo. Ele pode voltar a pertencer ao Israel de Deus, ao lado dos gentios crentes, se crer e, Jesus Cristo como seu Messias. Mas é pela fé que os galhos cortados pela incredulidade voltarão a ligar-se vitalmente com a oliveira do Israel espiritual. Como nos dias de Elias, o profeta e sete mil fiéis eram "o tronco" "o resto", "a santa semente", "a eleição da graça", Rom. 11, assim agora Paulo, os Doze, os judeus crentes e os milhares de gentios crentes, constituem "o Israel de Deus", o herdeiro da promessa e da aliança da graça, revelada a Abraão para sua descendência espiritual – os crentes com Cristo, sem distinção de raça. E em Romanos, o apóstolo também repudia, neste Israel espiritual, qualquer confusão entre graça e obras, como base desta vida espiritual, como seiva vital do tronco de Israel segundo o Espírito: "Do mesmo modo, pois, ainda no tempo presente, há um resto segundo a eleição da graça; mas se é pela graça, já não é pelas obras, doutra maneira, a graça já não é graça", Rom. 11:6 – eco sereno da luta renhida na Galácia. Ninguém é israelita genuíno, com futuro profético, serão o crente Jesus Cristo, seja qual for sua raça, língua, tribo e povo. Teodoro Zahn assim fala deste novo Israel do Espírito, em sua "Introdução ao Novo Testamento," tradução inglesa, Vol. I, p.76: "não tem pátria terrestre, nem capital sobre a terra, mas sempre por onde peregrina, vive num mundo estranho como a dispensão judaica vivia na mesopotâmia ou no Egito."

4. Em toda a Escritura há fases desta doutrina.

(I) João Batista representa o machado como posto à raiz de Israel, um novo reino no horizonte de história humana, no qual Deus poderia suscitar das pedras filhos, embora os judeus rejeitassem o reino e o Rei. Mat. 1:2, 9, 10, 12.

(II) Jesus profetizou a rejeição de Israel e a incorporação dos crentes gentios ao povo de Deus.

"Digo-vos que muitos virão do Oriente e do Ocidente, e hão de sentar-se com Abraão, Isaque e Jacó no reino dos céus, mas os filhos do reino serão lançados fora nas trevas exteriores," Mat. 8:11, 12.

Assim, na parábola das bodas, os convidados foram exterminados e buscaram-se convivas nas encruzilhadas da terra. O banquete e o palácio são os mesmos para os convidados antigos e os convivas improvisados de última hora. Os gentios consentiram em ser convivas nas bodas oferecidas primeiramente aos judeus.

Luc. 13:28 também descreve gentios no reino com os patriarcas e profetas. Mas os judeus seriam "excluídos." Olhando com choro e raiva aos crentes gentios em seus lugares. Assim também Luc. 14:21.

Jesus prometeu "trazer" e pastorear "outras ovelhas" escolhidas, não do aprisco hierosolimitano, há "um rebanho e um Pastor", não um aprisco eclesiástico e um Papa. Missões aos judeus que conservem seus conversos isolados das igrejas de Deus não seguem o espírito de Jesus, ou a norma de Paulo. Erguem de novo o muro de separação que Cristo derrubou, Efés. 2:14. Na cruz, Jesus é o imã para atrair universalmente, não apenas nos limites de uma raça, João 12.32. vede Mat. 15:13, e Mat. 21:43, passagem na qual Jesus disse aos judeus: "o reino de Deus vos será tirado e oferecido (?) (o grego diz dado) a uma nação que dará os frutos dele." Esta nação não é o império britânico (segundo a insensata teoria anglo-israelita, do nacionalismo de alguns ingleses e outros anglo-saxões). É o povo de Cristo, a palavra graga no singular, cujo plural é vertidos "gentios". Não é um povo político mais um povo regenerado, uma coletividade espiritual.

(III) Paulo afirmará mais tarde: "Pois os circuncidados somos nós (ele e a primeira igreja fentia na Europa) que rendemos culto pelo Espírito de Deus, e glorificamo-nos em Cristo Jesus e não pomos confiança na carne." Fil. 3:3. São os marcos do verdadeiro Israel do Espírito.

Este Israel tem uma pátria, embora esteja peregrinando em terra estranha: "Pois a nossa pátria está nos céus," Fil 3:20. A nova Jerusalém é sua capital, a mãe do crente; todavia não foi esta identificada por Paulo com sistema, uma igreja ou uma hierarquia, mas sim com a aliança da graça. Gál. 4:24, 26.

(IV) Das idéias semelhantes, na Epístola aos Hebreus e no Apocalipse, citaremos apenas uma passagem: "Tendes chegado ao monte Sião e à cidade de Deus vivo, Jerusalém celestial, às hostes inumeráveis de anjosm a assembléia geral e igreja dos primogênitos, que são registados nos céus, e a Deus, juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados, e a Jesus, Mediador de uma nova aliança, e ao sangue de aspersão que fala melhor do que o de Abel", Heb. 12:22-24. O contraste é entre Moisés e Sinai versus Jesus e a nova aliança, da qual a nova Jerusalém figura como símbolo, na alegoria de Gál. 4.

(V) Pedro também afirma que sobre o crente estão todos os atributos de Israel: "Vós sois a geração (raça, nação) eleita, o sacerdócio real, a nação (a palavra de Jesus em Mat. 21:43) santa, o povo (o termo peculiar e querido para indicar Israel)

todo seu.” Pedro tira de Israel todo o seu vocabulário de honra e aplica-o aos que foram edificadores mas “para Deus eleita e preciosa”.

(VI) João se associa aos crentes da Ásia, gentios em sua grande maioria, e declara: “nos fez reino, sacerdotes para Deus e seu Pai”. A profecia, o sacerdócio e o reino, todos passam de Israel para o povo crente.

5. O fato de que Cristo e os apóstolos tranferiam do Israel político para “o Israel de Deus,” crentes sem distinção de raça, toda a linguagem sagrada – raça, nação, povo, sacerdócio, reino –, não deixa de ser uma interpretação do Velho Testamento pelo Novo. Muitas profecias sobre Israel que para os judeus tinham uma significação política e nacional, devem ter para nós uma significação missionária e universal, completamente acima de considerações racistas ou nacionalistas. Está transferência de termos e sua aplicação destrói absolutamente toda a possibilidade de literalismo para interpretar as profecias sobre Israel. O “Israel de Deus” era “mistério”, até que fosse revelado no Novo Testamento. Quando foi revelado, tudo mudou, em nosso entendimento da profecia. O esforço para dar uma aplicação minuciosa, realizada na história política, à linguagem de fervorosa exaltação poética dos profetas do Israel antigo é a mais completa cegueira que se posso imaginar em interpretar a Bíblia. A simples frase de Paulo, “o Israel de Deus”, aplica para a atualidade missionária as promessas de expansão e vitória do reino, que no Velho Testamento se indentificava com uma teocracia hierarquico-política, mas agora se conhece como reino espiritual, a comunhão de corações regenerados.

Muitos gentios crentes se têm tornado judaizantes mais fanáticos do que os judeus, na sua atitude para com os judeus na profecia. É uma verdadeira mania de alguns, examinarem microscópicamente os telegramas sobre a sorte política da Palestina, de Jerusalém, do sionismom e tais aspectos políticos da história contemporânea de Israel segundo a carne. O ponto de vista é carnal. A espiritualidade está em reconhecer o “Israel de Deus”, não o dos Rothchilds e Einsteins, o reino espiritual que herdou as promessas de Davi, Isaías e Jeremias. Em missões mundiais, não em imaginações políticas, está o futuro abençoado dos judeus e dos demais povos. Evangelizemos, pois, com urgência, e não fiquemos curiosos sobre o destino dos judeus, nem sobre “os tempos e as épocas que o Pai fixou pela sua própria autoridade”.

6. Há, no horizonte de Paulo, ainda um futuro para Israel segundo a carne? Parece que sim. Mas sómente quando este Israel incrédulo se tiver tornado, em grande

parte, crente e regenerado. Na incredulidade, o judaísmo e seus adeptos não têm futuro diferente do que tem tido por estes vinte séculos desde que crucificaram seu Messias. Não sejamos nem odiadores nem aduladores do povo hebraico. Merecem liberdade universal e justiça. Mas a entrada deles no Evangelho é pelo mesmo caminho aberto aos demais pecadores, e, entrando, serão como os demais crentes. E mesmo que osrael não queira incorporar-se ao verdadeiro Israel de Deus, este glorioso Israel não deixará, por isso, de existir, evangelizar e expandir sem aspecto racista ou nacionalista.

O dr. Carroll assim esboçou a profecia de Paulo sobre a conversão dos judeus em grande escala que o apóstolo previu:

"Uma passagem de Pedro mostra a relação entre a conversão dos judeus e o advento final de nosso Senhor é uma declaração de nosso Senhor revela o tempo de salvação geral de judeus. Diz Pedro: Arrependei-vos, pois e convertei-vos, para serem apagados os vossos pecados, de sorte que da presença do Senhor venham tempos de refrigério, e que envie aquele que já vos foi indicado, Jesus o Cristo, ao qual é necessário que o céu receba até os tempos de restauração de todas as coisas, de que Deus falou por boca dos seus santos profetas de outrora." Atos 3:19-21. Nosso Senhor diz: "Muitos cairão ao fio de espada e serão levados cativos para todas as nações, e Jerusalém será pisada pelos gentios, até se completarem os tempos deles." Lucas 21:24. Então, de acordo com Isaias, Ezequiel e Zacarias, os meios e os métodos desta grande salvação dos judeus são os seguintes:

(1) Será precedida de um ajuntamento de Israel provindo dentre todas as nações.

(2) Cristo, a quem eles traspassaram, será exaltado pela pregação dos gentios.

(3) O Espírito Santo, poder para convencer e converter, ser-lhes-á ministrado abundantemente pelo que hão de prantear e oar e verão a Jesus como seu Salvador.

(4) A nação nascerá de Deus num dia. O apóstolo baseia esta maravilhosa obra de Deus no princípio que "se as primícias são santas, também a massa o é; e se a raiz é santa também os ramos o são… Esta e a minha aliança com eles, quando eu tirar os seus pecados… porque dos dons e da sua vocação Deus não se arrepende". Rom. 11:16, 27, 29. Segue então sua ilustração sobre a oliveira cuja explicação é como se segue:

(1) Cristo é a raiz.

(2) A raça sana é o Israel espiritual eleito.

(3) Os ramos quebrados são os judeus incrédulos.

(4) Os ramos enxertados são os gentios convertidos.

(5) O princípio é a união vital e espiritual com Cristo através da fé, sem respeito a judeus ou gentios.

(6) Os filhos de Abraão, descrentes, são quais ramos, atados à árvore, porém externamente; nenhuma comunicação há entre a seiva exuberante e os vasos dos ramos assim atados.

(7) Assim, um gentio, se for ramo atado externamente, será quebrado. Carroll, "comentário sobre a Epístola aos Romanos," p. 211-212.

E Hodge assim se expressa sobre o mesmo assunto: Assim todo o Israel será salvo, como está escrito.

"Israel, aqui, visto o contexto, deve significar povo judeu, e todo o Israel, a nação inteira. Os judeus, como um povo, estão agora rejeitaos; como povo hão de ser restaurados. A sua rejeição, embora nacional, não implicou a rejeiçãode cada judeu individualmente; e assim sua restauração sendo igualmente nacional, não importa em incluir a salvação individual de cada judeu. "Todo o Israel" não deve ser, portanto, aqui entendido como referido-se a todo o verdadeiro povo de Deus, como Agostinho, Calvino e muitos outros explicam; nem todos os judeus eleitos, i. e., toda aquela parte da nação que constitui 'o restante de acordo com a eleição da graça,' mas toda a nação, como nação." Hodge "Commentary on Romans", p. 589. Outrossim, o mesmo autor escreve:.

"DOUTRINA"

Haverá uma conversão geral dos judeus, concernente à qual o apóstolo ensina-nos: 1. Que será de algum modo conseqüente da conversão dos gentios, vc. 11-31. 2. Que será acompanhada com importantes e mui desejáveis resultados para o resto do mundo, vs. 12, 15. 3. Que essa conversão terá lugar quando houver entrado a plenitude dos gentios, isto é, depois da conversão de multidões de gentios (quantos, quem pode dizer?) ver. 25. Nada diz-se de que esta restauração seja repentina, ou efetuada por milagre, ou em conseqüência do segundo advento, ou ainda pela restauração dos judeus à sua própria terra. Tais

particularidades têm sido acrescentadas por alguns comentadores, por sua imaginação ou de seus conceitos de outras porções das Escrituras. Não são ensinadas pelo apóstolo. Pelo contrário, é pela graça revelada aos gentios, de acordo com Paulo, que os judeus deverão entrar, o que implica em que aqueles deverão ser instrumentos na restauração destes. E ele ensina sempre que dentro da igreja a diferença entre judeus e gentios cessa. Em Cristo não há judeu, bárbaro, cita, escravo ou livre. Col. 3:11; todas as classes estão amalgamadas em uma, como no caso sob a direção dos apóstolos nos primeiros dias da igreja." Hodge "Commentary on Romans", p. 598-9.

7. Na passagem citada da epístola aos Hebreus, vimos que um dos gloriosos privilégios do Israel espiritual é ter "chegado" à "igreja dos primogênitos". Que significa "ter chegado" a anjos, justos aperfeiçoados, sangue melhor que o de Abel, a nova Jerusalém e ao santo gozo que está no mundo celeste, outra vida além do véu? Diz o Expositor's Greek Testament, in loco: "A condição e posição do crente agora são descritas em contraste com as do hebreu. Vós fostes introduzidos na intimidade com realidades eternas. "Tendes chegado" significa "vós vos aproximastes", isto é, já entrastes na vossa relação eterna com o invisível."

Um dos elementos da superioridade de novo regime ao velho é o contraste entre a assembléia, ou congregação, de Israel e a igreja geral dos redimidos. Há intérpretes que identificam com os "miríades dos anjos" uma das frases, "assembléia geral" e "igreja dos primogênitos", ou ambas. Justificam esta exegese numa remota associação deste texto com o livro de Jô que, segundo se opina, chama aos anjos de "filhos de Deus". Nesta própria epístola, porém, os pois estão deliberadamente classificados como servos dos crentes, os quais são herdeiros (1:14) e "filhos", (2:13). Quase com desdém perguntase retóricamente: "Pois, à qual dos amjos disse jamais: Tu és meu filho?", (1:5). Segundo a interpretação citada, porém, Deus disse a miríades de anjos, não apenas "Tu és meu filho", mas "Tu és meu primogentio". Por que fugir deste enfático contexto da própria epístola, na branca luz da apologia por excelência do cristianismo, para buscarmos, numa passagem obscura, uma analogia duvidosa entre "filhos de deus" e "primogênitos"? O primogênito teve dupla herança; o anjo não tem nenhuma (1:14). É servo, na providencia divina atual e na casa de muitas moradas. Rejeitamos, pois, a interpretação tendenciosa que procura fugir da doutrina da igreja geral, neste passo, por atribuir aos anjos a nomenclatura e a comunhão dos filhos de Deus.

Pondo de lado a referência figurada a uma “assembléia festiva” (panegírica), pois é só aqui que se usa esta palavra e no há base comparação, estudemos esta idéia da assembléia (igreja) dos primogênitos, idéia que é comum a vários livros do Novo Testamento e se relaciona profundamente com a idéia do “Israel de Deus,” da Epístola aos Gálatas.

Todo o crente obediente faz parte de duas igrejas: “a igreja geral” ou universal, “a igreja dos promogenitos”, e uma igreja “local”, a organização em que a vida cristã obediente normalmente se desenvolve, coopera e ativa-se na extensão do reino. Nem todos que pertencem a uma das duas igrejas fazem parte de ambas. Judas faiza parte da companhia e organização que anadava com Jesus, a qual chegou a localizar-se em Jerusalém depois da ressurreição, em obediência ao Salvador. O traidor, porém, nunca pertenceu à “irgeja dos promogenitos”. “Demônios” não entram jamais naquela santa grei. O malfeitor convertido, os santos do Velho Testamento, Zacarias, Elisabete, João Batista, Ana, Simeão e inúmeros crentes, mal orientados a respeito, mesmo na era cristã, nunca fizeram parte de uma organização local, uma igreja do Novo Testamento. A igreja geral ou universal – a Bíblia não usa adjetivos com a palavra igreja, e conservar o sentido apostólico desta é mil vezes mais importante do que inventar ou furtar um lindo adjetivo para lhe acrescentar – a igreja geral, digo, não é organização. Não é organização “católica” nem “sociedade” eclesiástica nacional ou internacional. Somente em figura aplica-se a palavra igreja à comunhão espiritual de todos os salvos.

Mas a igreja local é organização e sua natureza congregacional é da essência da significação da própria palavra graga que traduzimos igreja; é organização, tem ministério, oficiais, disciplina, missão, obrigações particulares e deveres gerais pela cooperação com outras igrejas congêneres.

Ora, muitos interpretes se apegam a esta frase, “o Israel de Deus”, para identificar ou confundir a nova e a velha aliança, Israel carnal e Israel espiritual, o Velho e o Novo Testamento, lei e Evangelho, graça e obras, e voltam ao judaísmo para incorporar seus caducos elementos, oficiais, cerminias, e, mormente, sua assembléia nacional que lhes serve de justificativa e norma para as igrejas nacionais hodiernas, ligadas ilícitamente a tantos estados civis na Europa e nas suas colônias. O literalismo traz este prejuízo à espiritualidade.

A assembléia de Israel nunca foi igreja nem teve a mínima relação com as igrejas apostólicas ou com a igreja geral, espiritual. A assembléia de Israel era composta

dos cidadãos votantes e guerreros do povo, numa base puramente fisiológica e carnal. Não se limitava de forma alguma ao Israel espiritual dentro do Israel político-teocrático. O “Israel de Deus”, no pensamento de Paulo, é a continuação, e expansão para abranger os crentes gentios, da “semente”, do “resto,” do “tronco”, dos “sete mil que não dobraram os joelhos a Baal”, da “eleição da graça”. Absolutamente nada tinha de herdeiro ou sucessor dos ritos, oficiais, união teocrática do religioso e do civil, dos seus altares, sacrifícios e sacerdocio paramentado, dias santos, etc., etc. É nesta propositada confusão entre a “Igreja” (?) de Israel” e “o Israel de Deus” que o romanismo e o protestantismo, em tantas fases de sua vida, apostataram do Evangelho para um judaísmo disfarçado. O “Israel de Deus”, no sentido paulino da frase, é agora “A Congregaçao de Israel”. Antigamente era o núcleo espiritual e regenerado entre os da circuncisão; agora é a comunhao de todos os salvos, em Cristo Jesus.

As duas idéias legitimas da palavra “igreja” principiam em Mateus e atravessam o Novo Testamento até o Apocalipse, sem se confundirem.

Jesus assistia às reuniões da “Congregaçao do Senhor” em Jerusalém, declarou o nome de Deus a seus irmãos e, “no meio da congregação,” louvou a Deus com Salmos, Heb. 2:12. Estas congregações de todos os homens de Israel se reunia, três vezes por ano (Êx. 23:14-17). Foi com facilidade, pois a Palestina era menor que alguns municípios brasileiros; o hábito de peregrinar era antigo e universal, e jerusalem distava poucas léguas da maior parte da população. Aquela “congregação do Senhor”, porém, rejeitou e crucificou o mesmo Senhor. Jesus, prevendo isto, disse: “Edificarei a minha Congregaçao” (???????) que sugeriu: “o meu Israel”, sob a figura das amadas congregações do povo de Jeová no templo. Israel já não era “Congregaçao do Senhor” porque rejeitaram o mesmo Senhor. Jesus ia edificar outra congregação, através dos séculos – a morte (portas do Hades que abrem para receber os mortais no além-tumulo) não teria força para fazer desaparecer esta congregação do Senhor, nem mesmo pela morte do proprio Senhor no Calvário. Nem em Israel nem em Mat. 16:18, a palavra igreja perdeus seu sentido congregacional. Nesta passagem, porém, a quase totalidade de intérpretes, inclusive os de convicções sinceramente congregacionalistas, opinam que a congregação da qual partiu a referência da linguagem de Jesus é aquela que era até então o povo do Senhor, e se congregava frequentemente no templo para culto. Jesus foi repudiado e repudiou aquele povo, aquela congregação. Disse: “Vou edificando um novo Israel, uma congregação geral, uma igreja de todos os crentes que também me confessam como o Filho de Deus,

minha igreja, uma comunhão baseada na fé, não na raça ou no nacionalismo, mas uma comunhão de todos aqueles que hão de congregar-se no céu."

Broadus diz: "No Novo Testamento o Israel espiritual, se bem que jamais congreado de fato, às vezes é concebido como uma congregação ou assembléia ideal, e esta é denotada pela palavra ekklesia. Assim em Efés. 1:22 e frequentemente nesta epístola; em Col. 1:18, 24; Heb. 12:23, etc. Parece que é o sentido aqui." (Comentário sobre Mateus, in loco).

Lado a lado com esta referência à igreja geral, uma figura do povo de Deus, paralela, mas não idêntica, com outras fiquras domesmo povo – reino, templo, corpo, noiva, casa, Israel, pão, etc. – temos uma vez nos lábios de Cristo durante seu ministério terrestre o significado real da palavra, em seu sentido normal da organização congregacional pela qual o cristianismo fiel e os cristãos obedientes funcionam em seu trablho cooperativo. "Dize-o à igreja" é uso genérico do sentido local do termo. Antes dos dias do rádio, ninguém poderia dizer coisa alguma mesmo à igreja geral. Só uma congergaçao local pode ouvir a voz. Só congregações locais devem chamar-se igrejas de Deus. O uso do termo a respeito de outros tipos de organização eclesiática é um abuso que engana os incautos.

Depois de Mat. 18, não temos palavra "igreja" por mais de 235 páginas no Novo Testamento de Rohden. A igreja, como o batismo, (I Cor. 1:17) não faz parte do Evangelho, portanto em três e meio dos quatro Evangelhos a palavra nem se menciona. Em Atos e Romanos só temos o sentido local (às vezes, genérico). É característico dasepístolas da prisão do apóstolo dar forte ênfase ao sentido geral (Efésios e Colossenses), porém o sentido local nem se perde, nem se absorve, nem se confunde.

A própria Epístola aos Efésios é uma carta circular. Um católico, ou um protestante, que fosse adepto de uma igreja nacional, teria escrito uma porção de cópias todas para "A Igreja da Ásia". Mas Paulo deixou em branco e enderêço para cada igreja local, e enviou um exemplar a cada uma, como a uma entidade autônoma, soberana e completa em si. Em Efés. 1, 2 e 3 temos o uso geral e o uso local genérico. A igreja é "o seu corpo, o complemento daquele que enche tudo". Mas neste Israel de Deus, os evangelizados, judeus e gentios, são "um só corpo", "um homem novo", "um edifício". Mas há igrejas locais que são edifício também, e Paulo escreve: "no qual (Cristo Jesus) cada edifício cresce para ser um templo santo." Cada igreja local é descrita pelas mesmas fiquras: corpo, templo, noiva, pão, casa, etc. A sublime Epístola aos Efésios é endereçada a cada igreja local na

Ásia e visa cada edifício espiritual, e, sem confusão, nos ensima também nossa mais profunda e elevada lição sobre a igreja geral.

A Epístola aos Hebreus conserva os dois sentidos em mira. "Não abandonando a nossa congregação", 10:25. A ênfase é sobre nossa. Zahn e Moffatt pensam que os recipientes da Epístola eram uma igreja suburbana no bairro judaico de Roma, cujos membros, com medo de seus intolerantes patrícios, assistem cultos nas outras igrejas, nos bairros gentios da cidade, pois a Bíblia não fala da "Igreja de Roma" uma vez sequer, mostra, porém, que havia uma igreja na casa da Áquila e Priscila em Roma, e provavelmente várias outras, na grande metrópole. Estes leitores que deviam lealdade, a todo custo, à sua própria congregação e cultos locais, eram os mesmo que "tinham chegado" à sublime realidade da "igreja dos primogênitos", a congregação ainda a congregar-se na glória, a igreja geral dos primogênitos. Uns estão na glória, outros na terra, mas todos estão arrolados no céu; e a Jerusalém nova (a nova aliança da graça) é sua mãe e a capital de sua esperança. Lealdade às duas igrejas, custe o que custar, é a norma cristã!

O apocalipse recusa dizer uma só vez: "A Igreja da Ásia"; Paulo escreveu uma carta à igreja de Êfeso; Jesus, com João por amanuense, escreve uma carta à igreja de Êfeso, mas nem Jesus nem João nem Paulo querem saber da idéia de "A Igreja da Ásia". Semelhante linguagem é erro, heresia, desvirtuamento de uma santa palavra do vocabulário cristão.

Ouvimos o côro católico e neo-católico, do unionismo protestante, a clamar cada instante de sua propaganda que há uma só igreja. É uma dessas meias-verdades, as quais são sempre a forma da mentira mais sedutora. Há uma só igreja universal. Deveras. Como há um só universo. Há, porém, milhares de milhares de igrejas autônomas, cooperadoras e responsáveis diretamente a Jesus, e que não mancharam suas vestes em prostituição com César. Fundir estas igrejas livres, compostas de crentes, em um eclesiasticismo ambicioso é fazer voltar os ponteiros dos relógios à Idade das Trevas a buscar novas perseguições, nova Inquisição, novas fogueiras e bastilhas. É repudiar todo o progresso. É perder o cristianismo puro. É divergir de Jesus. Na última página da Bíblia, o Senhor revelado e revelador declara: "Eu, Jesus, enviei o meu anjo para vos testificar estas coisas a favor de igrejas – não a favor da Igreja Católica da seita "romana" ou da seita "ortodoxa" ou das demais seitas "católicas" (?), nem da "Igreja de Cristo na China", etc. AS IGREJAS NÃO CONSTITUEM A IGREJA. É a heresia-mor. E quem a advoga, toma para si a culpa de "acrescentar" a idéia à revelação de Deus,

pois desde Mateus ao Apocalipse há uma igreja geral que abrange todos os salvos, mas não é organização. Não tem cerimônia, sacramentos, clero, credos ou ligação com o mundo, com o estado, com a 'proteção' carnal. É o complemento de Cristo e é santa porque é unanimemente salva e santificada. E graças a Deus há igrejas inumeráveis, cada dia mais numerosas, iguais em amor, doutrina, natureza, disciplina e missão com as igrejas com as igrejas do Apocalipse, tendo a mesma natureza, as mesmas faltas, e as mesmas virtudes. É nosso último relance à vontade do Senhor Jesus glorificado. Quem muda esta norma apostólica pratica uma obra nefanda.

Alguns têm querido ver na Epístola aos Gálatas as duas idéias da igreja, insistindo em que Paulo perseguia "a igreja universal", Gál. 1:13. Mas não há razão de assim pensar, Lucas diz categoricamente qual a igreja que Paulo perseguia: "Naqueles dias levantou-se uma grande perseguição contra a igreja que estava em Jerusalém", não contra "a igreja universal". Antes deste tempo a igreja geral incluía crentes em toda a face do mundo civilizado. Durante o ministério de João Batista e Jesus e no dia de Pentecostes e na pregação de Estevão multidões de toda a face da terra foram convertidas e faziam parte da igreja geral. Paulo não perseguiu a vigésima parte dessa gente. Não perseguiu a Apolo, na África, que tinha sido batizado por João, nem os milhares de crentes na Galiléia nem os Cirene que mais tarde evangelizaram Antioquia, nem os de Roma que foram batizados no dia de Pentecostes nem membros inúmeros da igreja universal. Ele perseguiu a igreja de Jerusalém, e os grupos desta logo se arraigaram e lemos, no v. 22, das "igrejas" da Judéia. Em lugar de uma, logo houve muitas; e estas nunca viram a Paulo. Sua perseguição obrigou os membros da Igreja de Jerusalém a fugir, mas escaparam e fundaram outras igrejas. O plano de Deus foi fazer uma igreja, a de Jerusalém, multiplicar-se em muitas igrejas. Querer o contrário, converter muitas igrejas em uma só organização, é querer o oposto à vontade revelada de Deus. E Deus é quem prevalecera. O Israel de Deus é a igreja geral, espiritual – na Epístola aos Gálatas. As igrejas da Galáxia ou de Jerusalém ou da Judéia são organizações e não se confundem com o Israel de Deus.

A linguagem figurada nasce de fatos concretos. Primeiramente, houve a congregação de Israel, mais tarde a igreja de Jerusalém, então as igrejas da Judéia, da Ásia, da Galáxia, da Macedônia, da Acaia, etc. Depois, generalizo-se o uso do termo, em sentido figurado, a respeito de todo o povo de Deus como congregação ideal, o Israel do Senhor. Primeiramente, batizaram-se milhares. Depois se falou em 'batismo em sofrimentos' ou no poder do Espírito.

Primeiramente, houve ceias e banquetes concretos, tangíveis, então o Evangelho se compara com bodas, e Cristo com o pão da vida. Primeiramente, há uma ordenança em que se usa o cálice, então Cristo pode dizer: “Este cálice é o Novo Testamento em meu sangue”, porque, também, primeiramente os homens conheciam seus pactos e testamentos comerciais e podiam entender o uso figurado da prazer comercial como símbolo de verdades sublimes. Primeiramente, houve um vulto histórico, Jacó, também chamado Israel; depois um povo político nasceu de sua semente. Agora, as frases “Israel de Deus”, “igrejas dos primogênitos”, “corpo de Cristo”, “templo do Espírito Santo”, “noiva do Cordeiro”, passam para o terreno da linguagem retórica. Não sejamos como aquele primogênito primitivo que vendeu sua primogenitura por um prato de lentilhas numa hora de tédio e canseira. Ah, se ele soubesse ser firme, poderíamos ter orgulho em nos chamar “o Esaú de Deus”, em lugar de “o Israel de Deus.” Conservemos a concepção “Israel de Deus” ou “igreja dos primogênitos”, como linguagem espiritual e figurada, não literatismo eclesiástico.

8. Talvez seja exigida uma prova cabal que indique ter Paulo pensado tanto de gentios como de judeus quando falou do “Israel de Deus”. Perguntará alguém: “Não é possível que o apóstolo apenas pronunciasse esta bênção sobre o Israel nacional, ou mesmo sobre o elemento evangelizado, ou sobre os judeus crentes que faziam parte das igrejas da Galáxia?” é razoável a pergunta e, naturalmente, é possível uma resposta afirmativa. Prova cabal raras vezes é possível em exegese. Temos de nos contentar com a exposição das palavras a serem interpretadas e esta não pode ser autoritária. Aqueles cuja teoria fixa os obrigue a ensinar que Israel é sempre e unicamente o Israel segundo a carne darão este valor à frase aqui. Mas, em assim fazer, ficam réus de uma interpretação tendenciosa, fechando os olhos à palavra de Paulo e impondo sobre a linguagem do apóstolo as idéias deles.

As seguintes são razões por que acreditamos que a referência aqui é a um Israel espiritual, composto de crentes gentios e judeus:

(I) O contexto esclarece o texto. A bênção principia com esta aplicação limitada de sua linguagem: “Quantas andarem por esta norma…” A norma é: “Nem a circuncisão é coisa alguma nem a incercuncisão.” Portanto, comentar esta sentença como uma frase que tivesse a idéia de que “a circuncisão” seja o velho Israel nacional e o torne digno de uma bênção especial, incondicional e ilimitada, seria a zênite de incoerência no apóstolo, com um movimento da pena ele

classifica “a circuncisão” como “nada”. Logo depois a elevará para as alturas de uma bênção? O contexto da própria sentença imediatamente anterior é claramente contrário.

(II) O contexto do parágrafo menciona, com forte desdém, o pendor de Israel carnal para gloriar-se na carne, no proselitismo, como Jesus disse em Mat. 23:15. Paulo acaba de condenar fortemente a vanglória do nascimento judaico. Agora, no mesmo parágrafo, estará ele unindo sua voz à adulação do Israel carnal, classidicando-o como “o Israel de Deus”?

(III) O contexto geral da epístola é ainda mais desfavorável. O apóstolo nem fala muito favoravelmente de Pedro e Barnabé, no capítulo 2. Para os judaizantes ele só tem anátemas. Como seria possível rematar uma epistolo tão forte contra os judeus incrédulos e os judaizantes crentes, dando-lhes uma bênção permanente na base racista? Seria uma bênção da Agar espiritual, bênção da escrava e seus filhos que jaziam na escravidão, bênçãos para os que ele mandou “lançar fora”, 4:30. É moralmente impossível.

Alguém perguntará: “O Israel de Deus, porém, não poderia ser o elemento judeu nas igrejas?” Não parece ser muito considerável este elemento. As igrejas eram quase solidamente gentias. Se estamos certo em pensar que as igrejas da Galáxia são aquelas cuja evangelização é narrada em Atos 14, então em Icônio vemos os judeus de um lado e os apóstolos de outro, v. 4. Em Listra é o povo licaônico que segue ao apóstolo, os judeus o apedrejam, v. 11, 19. Não diz os judeus incitaram o povo gentio a apedrejá-lo mais “alguns judeus… apedrejaram a Paulo”. A massa dos judeus tornara a mesma atitude hostil, em Antioquia (13:45). Paulo virou-se para os gentios e estes se regozijaram na sua decisão. Em Derbe nem se mencionam os judeus, 14:20. Parece não haver muitos judeus nestas igrejas. E mesmo que houvesse, a bênção não é para “o Israel de Deus entre vós”, mas uma oração geral a favor de todo o reino de Cristo em toda parte. A frase é majestosa e não se podia aplicar a um punhado de judeus anônimos nas igrejas da Galáxia, para a exclusão da quase totalidade das mesmas igrejas que era de gentios convertidos.

O Israel de Deus incluiria os poucos judeus crentes, mas não exclusivamente. É equivalente a toda a “nova criação”, os regenerados. Como disse Lighfoot: “O Israel de Deus está em contraste implícito ao ‘Israel segundo a carne’ (I Cor. 10:18): Comp. Rom. 9:6, nem todos os que são de Israel são Israelitas”; Gál. 3:29, Fil. 3:3. Não se refere aqui apenas aos fies convertidos da circuncisão,

geralmente, porém, ao Israel espiritual, todos os crentes, quer judeus ou gentios.” (Lightfoot, no seu Comentary on Galatians, p. 324, 25).

A passagem em Rom. 9:6 é difícil no original e dificílimo de traduzir, embora a idéia seja clara. As palavras de Paulo são: “Não, pois, todos os de Israel, estes Israel.” Não há verbo no original. É uma infelicidade abandonar o coletivo “Israel” e dar a tradução individualista israelitas, como fazem todas as seis versões no vernáculo que tenho à mão, tradutores católicos e protestantes seguindo indiscriminadamente o erro da Vulgata. O ponto está na conservação da palavra “Israel”, ambas às vezes. Weymouth procura dar a idéia, assim: “Nem todos que são de ‘Israel’ contam como Israel.” E Moffatt verte assim: “A palavra ‘Israel’.” Dá ele a entender que crentes gentios pertencem ao ‘Israel’ embora estejam excluídos do ‘Israel’ soberbo dos racistas. E Sanday e Headlam, em seu comentário clássico, assim traduzem, livremente: “E nunca foi designado que todos os descendentes de Jacó fossem incluídos no Israel de privilégio.” Claramente, temos em Romanos a expansão da frase isolada, “O Israel de Deus”, em três grandes capítulos. Ali como aqui, o ponto é não limitar a palavra Israel nem aos judeus, sob ponto de vista racista, nem ao núcleo de judeus crentes nas igrejas.

9. Estes vários termos, usados figuradamente, não se tornam sinônimos por serem empregados a respeito da coletividade cristã.

Suponhamos que uma família de crentes, um casal e dois filhos adultos, reside num lugar onde o Evangelho é novo. Constituem uma família. Estabelecem uma firma comercial na qual todos trabalham. Organizam uma igreja de quatro membros. São a família Fulano, a firma comercial de Fulano e Cia., e a igreja no lugar. Mas nem por isto família, firma comercial, e igreja se tornam sinônimos, embora sirvam para descrever o mesmo grupo, em aspectos diferentes da sua vida.

Do mesmo modo os crentes em Cristo são a família de Deus, a igreja geral, o reino de Deus, a casa de Deus, a noiva do Cordeiro, o sacerdócio real, o corpo de Cristo, a nação escolhida, o santuário do Espírito Santo e o Israel de Deus. Mas nem por isso tornam-se sinônimos a palavra monárquica “reino”, a palavra congregacional e democrática “igreja”, a palavra doméstica família”, a palavra política “nação”, a palavra hierárquica “sacerdócio”, a palavra arquitetural “santuário”, e a palavra racista, “Israel”. Seu uso figurado, por acaso, se aplica ao número total dos redimidos mas seu uso literal fica o que fora. A família de Deus, o reino de Deus,

a igreja geral, o sacerdócio real, a casa de Deus, o corpo de Cristo são o mesmo povo da fé, porém considerando sob um aspecto diferente em casa um destes nomes e também em seu nome: “O Israel de Deus”.

É glorioso haver esta doutrina do “Israel de Deus”. Produziu ela, inúmeras vezes, a mais cublime união de espíritos que estavam, outrora, divorciados pelos ódios da raça. Não sómente é um lar hospitaleiro para o espírito, onde judeu e gentio se tornam um novo homem, mas o é também par o crente católico ou protestante ou batista ou ortodoxo ou de qualquer outro nome. Estes são membros, individualmente, do Israel de Deus, não por ser católico ou acatólico, mas a despeito de seus erros de doutrina e prática. É a realização, no íntimo, da comunhão cristã e da súplica de Jesus na véspera de sua paixão: “a fim de que todos sejam um”, numa unidade comparável à da Trindade, João 17:21. A Trindade não é uma em virtude de um sacramento praticado por Pai, Filho e Espírito, nem por um credo, que os três rezam, nem por uma hierarquia, nem por um sistema eclesiástico, nem pela autoridade exterior de um super-estado. O Pai e o Filho são um, em sua natureza essencial, e na santa comunhão e gôzo. Assim são um, em uma unidade eterna, real e sublime, todos os redimidos. Todos têm a vida eterna pela fé, foram feitos participantes da natureza divina, II Ped. 1:4. São o Israel de Deus, a igreja dos primogênitos e um dia se congregarão na Nova Jerusalém no gôzo da herança celeste.

As versões e os problemas de tradução

(Principalmente para exegetas e futuros tradutores)

A religião cristã está na aurora de uma atividade literária no Brasil. Apareceram as traduções do Novo Testamento pelos Franciscanos e dr. José Basílio Pereira em 1912, na Banhia, a de D. Fr. Joaquim de Nossa Senhoria de Nazaré em 1935, em São Paulo, e a do dr. Humberto Rohden em 1936, sendo esta a primeira de autoria católica que visa reproduzir em português o sentido do texto grego. As Bíblias de Figueiredo e as Novo Testamento, de autoria católica, até 1936, tinham a fraqueza de ser traduções de uma tradução, versões da Vulgata.

A exaltação do espírito do Apóstolo torna sua linguagem abrupta, enérgica e, às vezes, lacunar. Traduzi-la é quase um feito de alpinista que passa por saltos de um a outro penhasco.

Em Gál. 2:6-10, por exemplo, há uma só sentença, na Versão Brasileira, que aliás segue a pontuação (?) começou declarações sem terminá-la e introduziu parênteses complicados.

Nas versões no vernáculo até agora dadas ao lume notamos as seguintes infelicidades ou inexatidões principais:

A VERSAO ROHDEN

(I) Principiamos com a mais nova, a tradução do texto grego pelo ex-padre dr. Humberto Rohden. O leitor só pode aproveitar bem, lendo o comentário com o Novo Testamento Rohden na mão.

O primeiro tradutor católico de Novo Testamento Grego sente grande liberdade em verter o original. Acrescenta e omite palavras e idéias do original. Faremos um estudo detalhado de sua versão. “Paulo, constituído apóstolo”, v. 1. O acréscimo “constituído”, limita à fase inicial da carreira apostólica o divino apoio que Paulo quis associar a tudo quanto se relacionasse com a sua experiência e ministério apostólico. “Em companhia de todos os irmãos” esconde a limitação da linguagem aos colegas de Paulo e muda a relação da frase à sentença. É acréscimo “Vos sejam dadas”, v. 3, e “se imolou”, v. 4, é uma tradução ousada do verbo deu. A preposição grega ajuda a idéia de expiação mas não permite substituir o verbo imolar em lugar de dar.

É inexata a tradução chamou à graça. A graça envolvia os gálatas na chamada, não foi um alvo adiante deles. Chamou na graça. “Quando não há outro”, de Rohden, substitui “o que não é outro” (igual), de Paulo, e perde o valor do contraste propositado entre as duas palavras gregas “outro”. “Pregasse”, v. 8, não representa a qualidade da sentença condicional de Paulo, que é futura ou geral – “Se nós ou um anjo pregar”. Também no v. 9, erra o verbo, que é: “se alguém vos está pregando outro evangelho”, ou “costuma pregar”, não “se alguém vos anunciar”. A referência é aos fatos, à realidade na Galáxia, não a uma hipótese vaga. “Asseguro-vos”, 1:11, deve ser “Declaro-vos”, ou “vos faço conhecer”. “O Evangelho não é obra de homens”, 1:11. Homem é singular e obra não é tradução de substantivo algum no original. É um esforço para verter uma preposição com a palavra obra. No v. 12 o eu enfático é omitido; e a conjunção, parte da força do negativo e a voz e a significação do verbo são mudadas para coisa parecida, e uma frase é mudado completamente em sentença, sem violar seriamente o sentido. No v. 13 vemos a omissão da conjunção, a mudança do

tempo passado para o presente e do verbo ouvistes" para "conheceis", e o substantivo conversação ou conduta para "a vida que eu levava". Seria difícil tomar mais liberdade com um versículo.

O v. 14 nos da, na linguagem do ex-padre Rohden: "de idade do". Esta monotonia é desnecessária, porque o grego tem "no", não "do", e dá sentido melhor dizendo "mesma idade". O v. 15 muda a declaração "mas quando aprouve" para "aprouve então", assim corta em duas uma longa sentença grega.

"Carne e sangue", trocando a conjunção e acrescentando os artigos definidos.

O v. 17 inocentemente acrescenta ter com. O v. 19, Tiago, em grego é "o (bem conhecido) irmão do Senhor". Não veja vantagem em diluir isto para "Tiago, irmão do Senhor". O v. 20 omite e muda, sem alterar seriamente o sentido. O v. 22 acrescenta outro caso do emprego da palavra cristão ao seu limitadíssimo uso no N. T., e sem razão, pois Paulo expressa muito mais pela frase "as igrejas da Judéia que estavam em Cristo" do que o dr. Rohden expressa com a pálida paráfrase: "as igrejas cristãs". Perde-se algo de linda doutrina e introduz e magnífica uma palavra que a Bíblia não salienta.

Capítulo 2 verso 1 omite a palavra que liga esta sentença com a outra. Estas referências foram amadas pela mente lógica de Paulo e são um elemento de estilo. Não sei por que o novo tradutor insiste em omiti-las tantas vezes. Que diminuísse o número, quando há várias na mesma sentença grega e difíceis de tradução exata, ao bem do estilo em português, vá lá. Mas a omissão de elos do pensamento é incompreensível.

O V. 2. O espírito tendencioso aparece pela primeira vez na versão quando se traduz "mormente aos que gozavam de autoridade". O título dado pelo tradutor ao parágrafo é: "Aprovação do evangelho paulino pelos apóstolos". Nem diz: pelos outros apóstolos. Sem dúvida o ilustre tradutor sabe que Paulo nem disse isto nem o teria dito neste contexto por consideração alguma. Aqui se faz grave injustiça a Paulo. Ele não foi "mormente", mas "particularmente", "à parte aos que pareciam", que pode ser traduzido "aos que eram de nomeada", mas dificilmente pode ser torcido a significar "mormente aos que gozavam de autoridade". Para conseguir ler isto numa epístola tão contrária às pretensões papalinas, o ilustre romanista introduziu-o na tradução sem que existisse no texto original. O v. 2. A representação de que o apóstolo temia haver "andado à toa" é um tanto frívola e não é fiel ao grego.

O v. 4 muda completamente a construção para dar com facilidade a idéia, plano viável em passos complicados, usado, porém, demais pelo padre Rohden.

O v. 5 muda a construção, traduz hora por momento e “a verdade do Evangelho” fica “a pureza do Evangelho”. Não haverá propósito nesse plano? O interprete católico vai insistir em que não havia ponto de doutrina na questão sobre uma fase da qual Paulo chegou mais tarde a repreender a Pedro. Logo, omitamos bem no princípio a palavra “verdade” e introduzamos “pureza”, para justificar a asserção que se irá fazer, de que o erro de Pedro estava no terreno de disciplina e não de doutrina, de “pureza” do Evangelho e não da verdade fundamental. Qual a razão para não seguir ao grego, como, aliás, o próprio padre o verteu fielmente, dizendo para o seu louvor, em outro trecho adiante?

De novo vemos introduzida a idéia de “autoridade” dos três sobre Paulo, precisamente o que a epístola nega, e o que motivou sua produção. E onde Paulo diz que os três não lhe acrescentavam nada, o advogado zeloso de Roma acrescenta de soslaio uma palavra traiçoeira contra Paulo. Sua versão é: “Os que tinham autoridade a nada mais me obrigaram”, como se já o tivessem obrigado a alguma coisa mas não acrescentaram outra imposição autoritária. A frase é dúbia quando deve se clara, pois trata-se da essência da epístola. É má obra traduzir tendenciosamente, com sentido ambíguo, possível de contradizer a evidente idéia do autor inspirado. O v. 7 tem o mesmo descuido, a mesma prontidão de dar uma idéia qualquer parecida com a do original. O verbo confiava está num tempo errado e o que é declarado ser confiado é o evangelho, não “a evangelização”, e o mesmo evangelho confiado a Paulo por ser herança da incircuncisão, o mudo gentio, e a Pedro como possesão do mundo judaico. É inteiro descuido traduzir “a Pedro tocavam os circuncisos”.

No v. 9 o grego é mais forte que “deram-nos as mãos fraternalmente”. Foi a mão direita, em solene pacto de sociedade numa tarefa comum. De novo vemos o tradutor, pelo título do parágrafo, impor idéia radicalmente contrária ao que o apóstolo escreveu. Que audácia foi dar o título: “Autorização por parte de Pedro”, a um passo cujas primeiras palavras são: “Tendo Cefas chegado a Antioquia, repreendi-o publicamente porque era culpado!” Bela autorização! Ser culpado e repreendido é dar autorização a quem o repreendeu, hein? Isto é escravidão eclesiástica, diante das arbitrariedades da Comissão Bíblica do Vaticano que obriga o tradutor católico a dizer diametralmente o contrário do que significa a linguagem empregada na epístola. O que lemos é, na realidade, a desautorização

formal e pública de Pedro por Paulo, no tocante à sua incoerência, de pendor anti-evangélico, em Antioquia.

Verso 12. É tolice falar de Pedro "comer com os pagãos". Isto não foi a questão. Os crentes gentios, batizados e dentro da igreja, certamente não eram pagãos!

"Os da circuncidados", no original, significa mais do que "os da circuncidados" na tradução, pois indica serem partidários da posição judaizante, do judaísmo fabricante de prosélitos.

Verso 13. O tradutor verte com inteira independência do original. Oxalá mostrasse tanta independência dos eclesiásticos quanto demonstra em relação à Palavra de Deus! Como pode o autor ler as palavras de Paulo: "Se procurasse agradar aos homens, não seria servo de Cristo", sem as faces lhe arderem? A verdade é menos pungente, tratando-se de agradar a uns clérigos do vaticano em plena deslealdade contra a Palavra de Deus?

No v. 14 o tradutor substitui Pedro onde devia escrever Cefas. Qual a razão? Verso 15. O tradutor abandona as aspas do discurso proferido a Pedro e faz Paulo dizer a uma porção de leitores gentios: "Nós somos judeus…" Pode haver uma coisa mais improvável? Ele faz isto para salvar os ouvidos de Pedro – ou dos católicos na sua indevida exaltação de Pedro – de escutar palavras duras, porém necessárias, rompe a continuação natural da cita e abre novo parágrafo para matar a impressão deixada pela linguagem veraz do apóstolo aos gentios. Vejam-se as notas. No verso 16 ele despreza o significado do artigo grego. Ninguém é justificado por obras de espécie alguma, obras de nenhuma lei, seja qual for – lei levítica, lei canônica, lei cerimonial, tradições dos homens quer do sinédrio judaico, quer dos concílios eclesiásticos da Igreja Católica. Todo o regime de lei é afastado do caminho de salvação. O grego indica isto, mas o padre não é fiel ao que devia traduzir. No verso 17 a pergunta retórica de Paulo toma forma errada na tradução, pois a partícula grega impõe, na própria pergunta, uma forma de linguagem que indique, antes de declarar a resposta, que esta havia de ser negativa. Questão de estilo, mas o estilo de Paulo revela imediatamente seu horror ao pensamento considerado, e o estilo do tradutor o esconde. No verso 18 Paulo é bem definido, usando um pronome demonstrativo, na sentença que o dr. Rohden verte como adágio. E "prevaricador" é fraco. Transgressor é o que Paulo disse, e é que Pedro se tornou. No verso 19 se despreza uma conjunção, a ausência do artigo grego e o tempo grego do último verbo.

No verso 19 não é exato dizer: "Com Cristo estou cravado na cruz." Cristo não está cravado em nenhuma cruz. Paulo disse: "Tenho sido crucificado com Cristo." Não é nenhum ascetismo perpétuo. Foi um ato histórico, no passado, com que Paulo se identificou, e os efeitos permanecem na atualidade. Este é o sentido do perfeito, e não se expressa por um simples presente, senão em raros casos de frases idiomáticas. Verso 21. Por que o tradutor não usou aqui imolou? Não se acha no original, é verdade, nem se deve usar na tradução, mas o verbo aqui é mais forte do que aquele de 1:4 que ele traduziu: imolou. Verso 21. "Não falo em desabono da graça", é fraco. A falta indiretamente a Pedro foi a de anular, frustrar, encostar, rejeitar, em efeito, a graça de Deus na hipocrisia praticada em Antioquia. A tradução do padre Rohden dilui a ofensa e a afasta de Pedro, escondendo a idéia que Paulo tornou claríssima e enfática. Também, pelo uso indevido do artigo, torna definida e limitada a lei de Moisés a referência apostólica, quando não tem artigo a palavra "lei" e a doutrina se aplica a todo o legalismo, seja qual for a lei. Capítulo 3:1. É inexato traduzir por "quando" um pronome relativo que significa "aos quais". Os gálatas não ficaram fascinados pelo erro quando Cristo foi "pintado aos olhos" crucificado, mas sim muito mais tarde quando o movimento judaizante ia entrando nas igrejas. No verso 2 é introduzido o romanismo pela tradução: "Recebeste o Espírito… pela submissão à fé?" A idéia romanista é que a fé consiste em opiniões – idéias doutrinárias que estejam em submissão cega aos dogmas proclamados pelos concílios eclesiásticos. O padre tradutor aqui reduz a atitude salvadora à submissão à fé, frase ambígua que, para seus fiéis, se presta para apoiar o sistema romanista de salvação pelas obras, sacramentos, penitência, etc. ora, é precisamente esta idéia que Paulo quis repudiar, e a tradução tendenciosa impõe sobre sua própria linguagem um conceito que lhe era abominável. Paulo Poe em contraste obras (quaisquer) de lei, (seja qual for), - como meio de obter o Espírito da graça –, e um ouvir de fé. O Espírito foi recebido pelos gálatas ao ouvirem o Evangelho e ao crerem no Salvador Jesus. Assim foi quando foi salvo Cornélio, o primeiro converso gentio. "Enquanto Pedro falava, veio o Espírito Santo sobre todos os que ouviam a palavra." E o Espírito sempre vem assim, no momento de ser aceita a palavra sobre Cristo, em atitude de fé salvadora. Certamente, ouvir pode significar obedecer, em certos contextos. Mas é para combater a idéia de justificação pela obediência que foram escritas a Epístola aos Gálatas e as demais desta controvérsia, especialmente a aos Romanos. É traiçoeiro, pois, introduzir na tradução precisamente a idéia que Paulo combatia no original.

Paulo não está inventando uma lei canônica, ou de credos fortificados com anátemas, decálogo de dogmas eclesiásticos, uma submissão cega a um crença imposta pelo clero. Esta afastando precisamente tudo isto. É no momento de atenção ao Evangelho de Cristo, quando nasce a fé, unindo-se com o ouvir, Heb. 4:2; que então o Espírito divino é dado ao homem crente, na regeneração, na justificação, e na santificação, João 1:12, 13; Rom. 3:28; Atos 26:18. O preclaro vigário de Petrópolis conseguiu obscurecer tudo isto na sua versão através deste parágrafo inteiro. É erro de soberba humana escrever "espírito" com minúsculo. A salvação não começa pela iniciativa do espírito humano mas sim pelo Espírito de Deus. Discutimos isto adiante onde a mesma afensa é freqüente.

A declaração: "Justamente como Abraão creu a Deus e foi-lhe imputado por justiça", v. 6, é adicionado, no mesmo parágrafo, no original, a fim estabelecer uma analogia entre nós, que recebemos o Espírito pelo ouvir da fé, e Abraão, que recebeu a justiça pelo ouvir da fé. Deus falou, Abraão ouvir e creu e isto lhe foi imputado por justiça. Mas a palavra de analogia: justamente como", o padre traduz: "É o caso de Abraão." Então ele tira a sentença do seu parágrafo onde está o zênite da argumentação e a transfere para o parágrafo seguinte. Um tradutor tem assim muitos recursos para impor sua idéia, ou matar a idéia bíblica, por uma tradução tendenciosa e um arranjo de pontuação e parágrafos que resulte na confusão daquilo no original é bem claro.

No verso 10 os dois verbos do original são verbo grego ser, mas a tradução Rohden os verte se guiam e estão sujeitos. Não é ruim, mas toma sempre liberdade, e estas liberdades presunçosas, às vezes, se tornam ruins. A citação é engenhosamente encurtada, também. No verso 11 vemos um esforço de dar ao tempo futuro o valor de um aoristo incoativo: "O justo alcança a vida pela fé." Mas a Escritura considera a vida inteira do justo, não apenas alcançada pela fé, mas vivida pela fé desde o princípio ao fim, como toda a história do cap. 11 da Epístola aos Hebreus mostra – alcançaram pela fé sua vida e pela fé operaram suas proezas que os tornaram eminentes entre o povo de Deus e pela fé morreram. Se o padre soubesse usar este aoristo incoativo em outros verbos onde cabe, seria bom; não, porém, neste verbo de um tempo futuro linear. O ponto aqui é precisamente sobre a coerência de começar pela fé e continuar pela fé, não mudar da fé inicial para um regime de obras a fim de gozar o Espírito. A mesma falta volta na tradução: "Quem observar estes preceitos alcançará por eles a vida". Verso 12. Não é só começo mais sim a continuação, pela vida inteira, que depende de observar mandamentos, num regime legalista. O v. 13 omite

“todo” e enfraquece o verbo remiu, para “livrou”. Não é grande coisa, mas o acúmulo destas pequenas faltas é como uma fenda numa represa. Acaba num desastre. O verso 14 remove a idéia de propósito em nossa maldição assumida por Cristo. Foi “para que recebêssemos pela fé o Espírito prometido”. A cláusula final desaparece na tradução, e em sue lugar lemos, em outro parágrafo a seguir: “Assim é que”. E há outras modificações arbitrárias na estrutura da sentença. Esta vez é claro que o Espírito é recebido pela fé. Por que não remover a confusão no parágrafo anterior? O verso 15 introduz uma concepção perturbadora: “Ninguém declara nula nem acrescenta clausula ao testamento duma pessoa exarado na forma de lei.” Não há palavra que possa sugerir lei. O Evangelho não é outra lei, e digamos a verdade enfaticamente. A referência é à aliança da graça. E esta não é testamento, pois Deus não morreu; logo é um contrato entre o Deus vivo e a semente de Abraão. É um contrato cuja natureza é a de uma promessa, unilateral; e seria a perda de todo o sentido deixá-la degenerar em outra “lei”. Aí mesmo é o caminho da degenerescência do romanismo. Mesmo que a palavra “lei” entre casualmente na tradução, como cremos, é uma infelicidade aqui. O verso 22 diz: “Para que a promessa fosse dada aos crentes, proveniente de sua fé em Jesus Cristo”, mas a sentença ficou arbitrariamente invertida, na tradução: “para que os crentes participassem da promessa mediante a fé em Jesus Cristo”. Há esta mania de mudar, em toda a versão que estamos examinando. O verso 23 reza: “estávamos obrigados a guardar a lei porque a fé ainda estava por ser revelada”. Devia ser: “estávamos conservados debaixo da guarda da lei; encerrados para fé vindoura, prestes a ser revelada.” A figura é da lei como escravo, guardando o menor, para seu destino maduro, a fé sendo a próxima maioridade. A época histórica da lei, concebida como pedagogo, guardando e levando os judeus para o Evangelho, é uma idéia bem diferente da tradução: “estávamos obrigados a guardar a lei.” A lei é a guarda, no velho regime, o escravo-tutor. Passou esta fase de revelação parentética, “vindo a fé”, isto é, o regime de fé, a era de revelação parentética, “vindo a fé”, isto é, o regime de fé, a era de revelação cuja nota saliente é a fé – o cristianismo puro.

Não se há esconderijo propositado na tradução do verso 26. “Graças à fé em Jesus Cristo, todos vós sois filhos de Deus. Sim, todos os que fostes batizados em Cristo vos revestistes do Cristo.” O que o padre entende por isto é claro, pois na mesma página, numa de suas notas, diz: “é o batismo que nos faz todos iguais, filhos de mesmo Deus.” Isto é paganismo sacramentário, puro paganismo batizado (?). O que Paulo declara categoricamente é: “Todos vós sois filhos de Deus mediante a

fé". "A inversão das partes da sentença principiando com graças à fé". Como dizem tantos e tão frivolamente, "graças a Deus...", desorienta o leitor. Não se pode esconder a idéia da preposição usada pelo apostolo. Significa que a fé, não o batismo, é o meio da regeneração. A criança somente se reveste depois de nascer: o batismo vem depois da regeneração, quando o batizando confessa a Cristo e professa a sua fé, sempre a condição imprescindível de ser batizado. A versão do padre engenhosamente escondeu o meio da regeneração, que, nas notas, seria pagamento atribuída ao ato físico de um batismo infantil inconsciente. Subterfúgio indigno, visando esconder a verdade evangélica pela superstição sacramentalista do batismo infantil.

O último versículo do capítulo omite, na tradução, o enfático vocábulo VÓS. Vós, (os crentes gentios da Galáxia), se sois de Cristo, então de Abraão sois somente, herdeiros segundo a norma da promessa, e não: "E, se sois de Cristo, como descendentes de Abraão, também sois herdeiros segundo a promessa", linguagem que confunde totalmente a idéia da sentença, pois poderia referir-se aos judeus. Mas o vós enfático indica os gentios gálatas.

Capítulo 4. Os verbos no verso 9 passam a tempos e modos que não representam o original.

O tradutor faz do v. 10 uma pergunta: "que ligueis importância a dias, meses, festividades e anos?" Nenhum bom texto grego adota esta pontuação. Foi feito para enfraquecer o claro pensamento de Paulo de que é perda de tempo um cristianismo ritualista?

Verso 12. O ponto da exortação apostólica é o tempo do verbo, presente linear. "Continuai a estar como eu," ou "Sempre me imitai (nas coisas fundamentais), pois eu sempre estou como vós", ou "sempre vos acompanho (nas coisas secundárias): suplico-vos". A versão Rohden não satisfaz – "Rogo-vos, meus irmãos, que vos torneis iguais a mim; pois que eu também me torno igual a vós."

O v. 13 erra em omitir a conjunção, no arranjo frouxo da sentença e ao traduzir a frase grega, a primeira vez: "da primeira vez" e ao terminar a sentença com estas palavras: "e que grande provação vos exigiu o meu estado físico". No original não existem as palavras "que", "grande", "exigiu" – uma paráfrase inepta, não uma tradução. Ora, o v. 14, no grego, principia com esta frase "a tentação" (provação), objeto direto dos verbos do mesmo versículo. O dr. Rohden isolou o objeto e inventou um verbo e rematou a sentença. Então, em lugar do objeto real, inventa

dois objetos diretos dos verbos da sentença arbitrariamente introduzida. É inépcia, ou foi sono que se apoderou do tradutor e de seus revisores, todos, nesta altura? O v. 14 também traduz a palavra anjo: "mensageiro". Às vezes significa "mensageiro", mas não aqui. O v. 15 inverte a relação do verbo principal e o particípio, dando contudo a idéia louvávelmente. O v. 16 tem um tempo perfeito grego, difícil de traduzir idiomaticamente. O padre não teve êxito. O v. 17 na primeira parte tem um acréscimo, como que tirando do ar a referência ou o sujeito escondido do verbo, de modo a dar a idéia e esclarecer a quem ela se aplicava. Tais surtos de gênio se revelam frequentemente neste tradutor, sendo viva e correta a impressão deixada, se bem que não seja tradução em sentido algum.

O v. 19 rudemente quebra em duas uma sentença que o grego tem doce harmonia e unidade. O v. 21 acrescenta, por hábito, um verbo supérfluo. No v. 23 o verbo no tempo perfeito dá a idéia de que a distinção entre o nascimento de Ismael e o de Isaque se fez e permanece até agora. É o ponto da alegoria. Mas é dificílimo transmiti-lo sem uma paráfrase e o gênio do dr. Rohden não logrou êxito simplesmente com "nascera". Também a promessa é concebida como meio da geração sobrenatural, idéia igualmente essencial à alegoria, mas ausente da versão Rohden.

No v. 24, não há razão para dizer: "os dois testamentos". São "duas alianças", e visto que há diversas alianças na história bíblica, é inexato, e contrário ao grego (que está sem artigo), verter "os dois". Inverteu-se a construção da sentença. Conservando-se a palavra "aliança", é feminina, como Agar, e naturalmente se traduzira; "dá a luz filhos". Mas o padre-mestre tradutor verte "testamento" o usa o verbo "gera", como de um pai. As alianças evangélicas e legalista são "mães" de seus adeptos, idéias desagradável ao clero, que ambiciona constituir seu eclesiasticismo como a mãe – "a santa madre igreja"! É uma das invencionices de Roma.

No v. 27 o contraste dos tempos é propositadamente forte, mas se perde na tradução. O artigo é omitido sem razão antes de "marido". A aliança espiritual, a Jerusalém celeste, tem "o mando", com quem a Jerusalém carnal se considerava casada e a única esposa. No v. 28, o dr. Rohden tem "nós", onde o texto Nestlé (mas não o de Westcott e Hort) tem vós. Este é mais claro, pois se aplica exclusivamente aos gálatas crentes, enquanto "nós" poderia ser ambígua referência a Paulo e os judeus. Preposição usada com Isaque ergue uma norma

ou padrão. E é segundo a norma de Isaque, a norma de um nascimento sobrenatural por meio da promessa, que somos os filhos da promessa. “promessa” é enfática, no original, mas não há nenhum esforço para mostrar estas coisas, na tradução.

O v. 29 é bem defeituoso ao falar de “nascer do espírito”. O texto Nestlé tem até maiúscula no grego – nascemos “do Espírito.” O v. 31 tem o artigo definido a respeito da aliança que é a nossa mãe, mas omite o artigo no contraste. Não é de mulher escrava – de aliança legalista alguma – que nós somos filhos. O padre Rohden verteu o substantivo sem o artigo da mesma maneira que o definido.

CAPÍTULO 5. Em 5:1, “levou” é fraco e inexato, e “para liberdade” é bem enfática no grego, mas desaparece na tradução que estudamos. O v. 3 transtorna a estrutura da sentença, que é mais clara no original do que na tradução. “A lei inteira”, diz o original.

O v. 4 é uma declaração geral sobre a classe judaizante e suas vítimas. “aqueles entre vós que estão no processo de se justificar no terreno de lei”, ou “Quantos de vós estão vos justificando na esfera de lei”, “ficaram desligados de Cristo, decaíram da graça.” A versão Rohden transforma a sentença em condição, acrescenta artigo à palavra lei, acrescenta a idéia incoativa ao presente linear, verte um tempo passado como presente, e deu significado perder ao verbo decair. Haverá propósito dogmático nesta tradução? A versão de D. Fr. Joaquim é muito melhor: “Estais já separados de Cristo, os que vos justificais pela lei: decaístes da graça.”

O v. 5 é apenas uma declaração do tradutor, não traduz a sentença de Paulo. O apóstolo afirmou: “Porque nós (enfático) pelo Espírito estamos avidamente aguardando uma esperança de justiça procedendo de fé”, ou “a justiça anelada”. Esta declaração tão viva, superlativa, calorosa fica traduzida friamente: “pois é pelo espírito e em virtude da fé que aguardamos a desejada justificação”. Por esta manobra, o advogado de dogmas romanistas (1) adia a justificação para o futuro – depois das chamas do purgatório, talvez –; (2) perde de vista o Espírito e deixa a luta se travar no impotente espírito humano; (3) ignora o contraste forte do “nós” enfático – nós, Paulo e os verdadeiros crentes, versus os “falsos irmãos” que estão na senda de justificação por obras legalistas, (4) dizendo “a fé” talvez pense em dogmas, (5) outrossim, esconde o real propósito de Paulo que é a justiça de Deus em todos os seus aspectos judiciais e práticos. Jesus disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos.” Paulo

manifesta esta fome e sede aqui, não da experiência passada de justificação mas da realização do alvo justo na vida. Pelo Espírito, e procedendo da fonte de fé, é que o crente realiza a promessa de Jesus e se torna progressivamente justo. Meu Dicionário grego define esta palavra: “retidão, justiça, integridade, ‘vida correta em pensar, sentir e agir’ (Thayer)”. O crente foi justificado quando creu, e como cavalo cujo pescoço fica estendido na carreira em direção à meta, “Nós (evangélicos) àvidamente aguardamos o fruto do Espírito, o rio caudaloso que mana da nascente de fé, no sentido de uma vida justa.” O romanismo impossibilita o tradutor de ver isto ou de querer transmitir a idéia apostólica aos leitores. É mania do autor rebaixar para a esfera do espírito humano o que Paulo atribui ao Espírito de Deus. Não há desculpa. O próprio texto Nestlé usa maiúscula no grego.

O v. 6 fala de “a fé que opera pela caridade”. O primeiro fruto do Espírito é muito mais do que a pálida virtude de caridade, tão degenerada no pensamento católico-espírita hoje em dia.

O v. 10 perde o forte “eu”, na tradução. A despeito da tendência do fermento para alastra-se, EU, Paulo, me oponho a essa tendência e serenamente deposito e confirmo minha confiança com referência a vós, em união com Cristo, que não tereis como hábito de pensamento ‘nada outro’, nada diferente – “nada além”. Quão inadequada a mera declaração: “Confio que nunca mais mudeis de sentimento.” Mas quem é que não muda? Haviam de se petrificar? Não é certo traduzir: “aquele que vos perturbou será castigado”; mas sim “aquele que vos está perturbando (pres. Linear), carregará com sua condenação” ou “seu juízo”. O v. 11 muda a idéia da sentença condicional, perde o eu enfático, e pergunta: “ainda me veria perseguido?” quando o que Paulo realmente perguntou é: “por que ainda estou sendo perseguido?” Tradução e original bem diferentes. O v. 12 “Oxalá se exterminassem de vez” é inexato. Vede o Texto.

O v. 13 acrescenta “meus” e omite o “vós” enfático de Paulo. “Não considereis a liberdade como carta branca para os prazeres carnais” é um dos surtos de gênio do padre Rohden que tornam sua tradução um deleite em certos trechos, a despeito de seus graves erros, em outros. Todavia, não são “prazeres carnais” que se contemplam aqui, mas uma religião carnal, o cerimonialismo, o partidarismo, a superstição, como se vê nas obras da carne mencionadas a seguir. A carnal idade impera em muitos terrenos além de prazeres.

O v. 14 perde a força do tempo, também. “Servi continuamente uns aos outros por meio do amor” – não “caridade (espiritual)”. O v. 14. “A lei inteira” diz o grego, “conserva-se realizada, na sentença: Amarás…” Se o clero consente traduzir o mandamento: “amarás” por que não traduz também o que se mandou: amor?Mandando amar, Deus não exigiu o amor? Para que esconder sua vontade? Não podemos ceder à catnalidade a palavra que encerra a essência da moral. Toda a lei não se conserva realizada numa fraca e pálida caridade católica ou espírita – Deis exige nosso amor, em toda a sua intensidade para si, para nosso próximo, para sua vontade, e é traição à revelação divina assumir uma atitude de falsa modéstia, fictício pudor clerical, e repudiar a maior palavra ética do vocabulário bíblico. Se existe na palavra amor qualquer sugestão carnal, é devido ao clero celibatário e suas vítimas, indevidamente orientadas para reservar seu amor para a carne e dar a Deus apenas uma fria “caridade”. É indispensável redimir nossa geração e suas Bíblias desse nervosismo clerical que nas suas versões manda amar, sem admitir o amor a Deus e ao próximo.

O v. 15 tem no original forte contraste de tempos: “Continuando a morder e devorar – eis que de vez fostes mutuamente aniquilados!”

O v. 16 de novo recua do poder do Espírito divino para a impotência do espírito humano. A palavra espírito se encontra nesta epístola 18 vezes, e a referência é ao Espírito de Cristo 16 vezes. Mas o padre Rohden é de um sistema legalista que enaltece o espírito humano como capaz de boas obras e até de mérito superior. Logo ele desonra a terceira pessoa da Trindade, a cada passo tirando-lhe seus atributos e os doando ao espírito humano. No testo grego Nestlé, que ele declara traduzir, há maiúsculas em todas estas passagens. A mudança para letra minúscula é tendenciosa, dogmática, sectária, mas se verifica na versão Rohden em 3:3; 4:29; 5:5, 16, 17, 18, 22 25; 6:8. Será a mão negra italiana de tal Comissão Bíblica? É um prejuízo à moral, à verdade e à espiritualidade eliminar assim nove vezes o Espírito de Deus de sua devida graça, soberania e operosidade na vida cristã, entronizando o espírito humano no lugar usurpado. Paulo, com forte ênfase, disse: “Eu, porém, (em contraste com essa “carta branca” dada à carne) afirmo: No Espírito é que deveis perpetuamente dirigir a vossa vida (pres. linear) e absolutamente não (fortíssimo negativo) consumareis o ardente desejo da carne.” Grande promessa e sublime segredo de poder moral, obscurecido pela incredulidade de tradutores céticos clericais! No v. 17 – “A carne (os restos de nossa natureza não regenerada e santificada) luta contra o Espírito” – não contra o espírito, padre enganado! O espírito humano em suas fraquezas faz parte da

“carne”, no sentido paulino do vocábulo, pois lemos da “mente da carne”, Rom. 8:7. Col. 2:18; e da “vontade da carne”, João 1:13. Logo “a carne”, nesta figura apostólica, não é mera matéria. Tendo “vontade”, “mente”, e “intenso desejo”, tem os atributos do espírito humano, indevidamente depravados por nosso estado decaído. A carne é “o jovem Melancthon que era fraco demais” para enfrentar, sem o Espírito, “o que era fraco demais” para enfrentar, sem o Espírito, “o velho Adão”. O v. 17 adiciona, na versão Rohden, “tudo” ao texto. Paulo disse que esta luta interna tinha da parte dos combatentes o propósito para que “não possais praticar continuamente (pres. linear) estas coisas que viveis anelando (pres. linear)”. Aniquilam-se mutuamente na vida dividida entre os impulsos da carne e do Espírito. Ficou isso friamente reduzido à admissão hesitante: “De maneira que não podeis fazer tudo quanto quereríeis”. O v. 18 diz na Versão Rohden: “Se vos guiardes pelo espírito, já não estais sujeitos à lei.” Mas por que não? Uma lei – seja qual for – só fala à parte material, física, de nossa personalidade? Não fala diretamente ao espírito humano? O que Paulo afirmou foi que a direção eficaz do Espírito veio substituir e rematar caducos regimes de lei como diretora da vida humana. A palavra deve ser Espírito, não espírito, e lei não deve ter artigo.

O v. 19 omite no texto principal uma das obras da carne e cita no texto alternativo da Vulgata mais uma do que Paulo menciona. O apóstolo enumera quinze. O padre Rohden dá quatorze ou dezesseis (Duas em parênteses). A tradução poderia ser melhor. No v. 21 Paulo não diz apenas “repito”, aliás não diz isto de forma alguma. Sua declaração foi: “Digo de antemão o que já vos preveni.” É essencial à idéia paulina o sentido linear do tempo presente do verbo: “Os que continuamente cometem, vivem cometendo, tais coisas, não herdarão o reino de Deus.”

No v. 22 Paulo enumera nove frutos do Espírito; o padre, porém, menciona doze (nos parênteses que revelam o texto da Vulgata) e traduz “caridade” em lugar de “amor”, alegria em lugar de gozo, paciência em lugar de longanimidade, fé em lugar de fidelidade, e continência em lugar da mais ampla graça de temperança ou domínio próprio.

Verso 23. “Contra as tais coisas”, não “contra estas”, não há lei. Ou talvez seja “contra os tais”, os que têm este fruto na vida.

No verso 24, em lugar de “Os que são de Cristo crucificaram a sua carne com as paixões e concupiscências” seria mais exato e claro traduzir: “os que são de Cristo crucificaram a carne com as suas paixões, etc.”

O V. 25 de novo deposita no “espírito” toda a confiança que Paulo vota ao Espírito. Cegueira que pasma! Também, não é que “recebemos a vida”, mas “vivemos” (linearmente) – todo o curso da vida cristã é no espírito.

No v. 26 Paulo diz: “Não nos tornemos (continuamente) vangloriosos, (constantemente) provocando e invejando uns aos outros.” Ficou apenas: “não cobicemos a glória vã”, seguido por verbos independentes.

CAPÍTOLO 6:1. “Meus irmãos”. Não é uma sentença. Omite-se o advérbio significativo: “mesmo se um homem for surpreendido num delito”. Corta a sentença no meio, enfraquecendo a idéia, por respeitar o tempo presente linear do verbo “atendendo” ou “considerando.” “Suportai as fraquezas uns dos outros” é uma fraqueza! Paulo mandou muito mais, no v. 2: Perdeu-se na tradução quase tudo da exortação apostólica. O v. 3 não tem forma de cláusula relativa. V. 4. Obra, no original, é singular e convém ficar no singular. É a complexa obra da vida, não minúcias da prática, que deve ser meditada aqui – a tradução do resto de ordem o pessimismo mostrado no v. 5: “cada um tem fardo bastante com as suas próprias misérias.” Não há vislumbre desta idéia no grego.

Paulo não manda “repartir de todos os seus bens” – boa cobiça clerical para aumentar o patrimônio da santa madre igreja, v. 6. Mandou que o ensinado constantemente faça sócio, co-participante consigo, o seu pastor e mestre, em todas as coisas boas. V. 8. De novo, o espírito expulsa o Espírito de seu devido lugar na vida cristã. Ninguém colhe a vida eterna, de seu próprio espírito Heresia fundamental e fatal aí, padre-mestre!

O v. 9 despreza os verbos do original.

O v. 10 tem 17 palavras no original e apenas 10 na tradução. O eminente vigário-literato cansou tão perto do fim da jornada? Omitiu quase a metade da sentença, mas achou ensejo de acrescentar ao original mutilado a palavra “irmãos”, em lugar de “domésticos” da fé.

O v. 11, outra vez, mostra o padre em seu estilo melhor. No v. 14 o dr. Rohden traduz: “por quem o mundo está crucificado para mim, etc.” Pode ser. As versões

católicas em todas as línguas seguem a Vulgata e traduzem assim. Os evangélicos variam entre “por quem” e “pela qual”. Vede as notas.

Verso 15. “Nada vale o incircunciso”, é sentimento alheio ao pensamento de Paulo. Vale muito, embora sua negativa incircuncisão e partidária oposição ao rito são tão fúteis para alcançar mérito, quanto é o próprio rito combatido.

O v. 16, “Israel”, por favor, não “israelitas”.

Em resumo, a versão do dr. Rohden dá esta impressão: que o autor estudou a epístola no grego, assimilou a idéia geral da sentença a ser vertida, então traduziu a idéia na sua mente, sem cuidadosa fidelidade ao original, caindo naturalmente sua versão, muitas vezes, na linguagem familiar da Vulgata, e, às vezes, sendo desnaturalmente forçada nos limites estreitos e dogmáticos das exigências da Comissão Bíblica da Cúria Romana. Ele não tem liberdade de corrigir tais erros coletivos, impostos que autoridade do grupo oficial de sua grei. Muitos dos descuidos manifestados, porém, poderiam desaparecer em futuras edições e esperamos que assim seja, pois é motivo de grande alegria ver o clero brasileiro virando-se com seriedade e cultura para a Palavra de Deus.

O Novo Testamento de D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, revisto pelos padres da Pia Sociedade de S. Paulo e publicado em São Paulo, apenas tem 49 dos 161 erros apontados acima na Versão Rohden. Destes esmos 161 erros enumerados, a Versão Figueiredo tem 45; a Versão Franciscana 53; a Versão Almeida 42; e a Versão Brasileira, 22.

A Versão Figueiredo, que circula entre os evangélicos, porém, já não é genuína. Numa comparação entre a Bíblia Figueiredo, com publicada pelas Sociedades Bíblicas e a Versão Católica da mesma tradução, publicada em 1864 com aprovação do Arcebispo da Bahia, noto diferenças fundamentais e que acho repreensíveis. Nós temos versões evangélicas e não temos, absolutamente, direito de ir lentamente modificando a versão católica do Padre Figueiredo, usando-a depois para iludir aos católicos, sob o pretexto de que lhes estamos oferecendo uma Bíblia católica. Este processo não é ético, subtrair o que não nos agrada numa obra clássica católica, e afirmar que é Bíblia católica autêntica. É para seguir este hábito pouco sincero que muitas pessoas ainda se prejudicam, usando a péssima versão do Padre Figueiredo, uma versão que trouxe inúmeros males sobre os evangélicos no Brasil e da qual é tempo de libertar-nos. Já nos trouxe o prejuízo de tornar nosso primeiro dicionário bíblico uma

monstruosidade ortográfica. O uso de semelhantes versões é deslealdade à Palavra de Deus e sua distribuição em forma truncada e mutilada; é bem perto da mesma hipocrisia que Pedro praticou em Antioquia – dissimulação para agradar os preconceitos da maioria. Somente na pequenina Epístola aos Gálatas, 6 das 1248 páginas da obra, contei as seguintes mudanças: 21 mudanças de palavras, omissão de duas palavras e de todas as análises de capítulos, o acréscimo de uma palavra, e 161 mudanças de ortografia e pontuação. O ponto mais notável, de séria mudança de idéia, é que o Padre Figueiredo em Gál. 3:3; 4:29; 5:5, 16, 17 (duas vezes), 18, 22, 25 (duas vezes) e 6:8 (duas vezes) atribuiu ao "espírito" do homem o que os seus editores evangélicos mudam arbitrariamente e atribuem ao Espírito de Deus. Evangelizam assim, fundamentalmente, a teologia do notável sacerdote de Roma. Se o padre Figueiredo ainda estivesse vivo e pudéssemos persuadi-lo a repudiar essa demasiada confiança no 'espírito' humano e transferir tamanha fé, do homem para o Espírito de Deus, seria louvável. Mas representar um padre como crendo o que não acreditava é uma trica abominável. Circular uma versão mutilada a fim de enganar a população católica é supor que o fim justifica os meios. Mil explicações deste estratagema de proselitismo manhoso jamais explicarão como um evangélico sequer seja capaz de aprovar semelhante processo, insincero ou ignorante. Se queremos usar Bíblias católicas com os católicos, estas existem no mercado, e é lícito comprá-las e usá-las. Mas fiquemos no terreno da elementar moral. Se há tantas modificações como notei em 6 páginas, quantas não haverá nas outras 1242 páginas da mesma Bíblia!

Não deixa de ser instrutiva a psicologia dos tradutores católico-romanos. O Novo Testamento do dr. Humberto Rohden sendo que é vertido do grego, parece que seria o mais exato e livre dos erros do romanismo. É, todavia, o mais eivado destes erros. O padre sabia que sua obra seria suspeita pelos seus colegas e superiores. Portanto, não somente obedeceu servilmente à "Comissão Pontifica DE RE BIBLICA" mas incorporou no seu esboço e nas suas notas as mais ousadas e fantásticas idéias em defesa do romanismo. Ele já era criticado em sua grei; e seu nervosismo psicológico diante do tipo tradicional de clero é compreensível e nos inspira compaixão.

Ora, os outros três tradutores católicos, embora estejam traduzindo a Vulgata, estão alerta contra criticismo, mas criticismo vindo de outra fonte. Esperavam que suas versões seriam criticadas pelas fraquezas inerentes numa versão Vulgata, tradução de uma tradução de outra tradução, pelo menos em partes do

Velho Testamento desta Bíblia oficial do romanismo. Esperando estas críticas, os tradutores clericais já se preveniram contra elas, dando da Vulgata uma versão tão isenta de divergência do Novo Testamento grego quanto lhes fosse possível. Logo nem sonharam em tomar as liberdades com o linguagem de Paulo que o dr. Rohden toma, a cada passo e inconscientemente. Isto resulta numa fidelidade estudada e severa das versões franciscana e do D. Fr. Joaquim de N. S. de Nazaré, no sentido de harmonia nas versões em português com o grego, visto através da Vulgata. E os franciscanos, nas notas, informam aos seus leitores o que diz o grego, mesmo quando a Vulgata diz outra coisa no texto traduzido.

Duas atitudes psicológicas bem diferentes! Avalie o padre Rohden também que sua versão será criticada exaustivamente do ponto de vista de sua inépcia ou descuido em relação ao texto grego, se bem que somos gratos admiradores de seu gênio de tradutor, em inúmeras passagens. Assim entre a cruz da Comissão "DE RE BÍBLICA" e o caldeirão de competente criticismo de sua erudição grega, ele agirá com mais prudência e maior êxito no futuro.

Não pretendo chamar atenção aos erros de todas estas versões, tarefa ingrata e volumosa. O que já foi dito, a tradução e as notas mostrarão as principais faltas nas demais traduções no vernáculo. Quero apenas chamar atenção aos erros da Versão brasileira, nossa versão das Escrituras incomparavelmente melhor, do ponto de vista de fidelidade ao original. Sua lealdade ao mais antigo texto grego, e sua isenção da influência maligna da Vulgata, fazem que seus erros sejam faltas de interpretação, obrigadas em verter o original de acordo com a teoria adotada, ou timidez em dar a verdadeira idéia de certos tempos do verbo grego, ou do artigo ou falta de artigo no original. Onde há uma destas faltas na Brasileira, há dez do mesmo gênero nas versões inferiores.

A Versão Brasileira erra, como as demais versões, em seu descuido do artigo grego. Tora definidos substantivos que Paulo determinou deixar indefinidos em 1:1 (homens), (mortos); 1:10 (homens) bis; 1:11 (homem); 1:12 (revelação); 2:8 (apostolado); 2:9, destras; 2:16 (homens) e (lei) (obras) (lei); 2:17 (obras, lei); 2:19 (lei) bis; 2:21 (lei, justiça); 3:2 e 5 (obras, lei, mensagem, fé); 3:7, 8, 9 (fé); 3:10 (obras, lei, maldição); 3:11 (lei, fé); 3:12 (fé); 3:13 (madeiro); 3:15 (aliança); 3:18 (lei, promessa, bis); 3:19 (mão); 3:21 (lei); 3:22 (pecado); 3:23 (lei); 3:24 (fé); 3:29 (promessa); 4:4 (lei); 4:5 (lei); 4:21 (lei); 4:24 (escravidão); 4:25 (monte); 4:27 (marido); 4:28 (promessa); 4:31 (escrava); 5:4 (lei); 5:5 (fé); 5:6 (circuncisão, incircuncisão, fé); 5:18 (lei), outros (5:21) homem (6:7); circuncisão, incircuncisão

(6:15). A gramática grega reconhece como definidos substantivos sem o artigo em dadas circunstâncias, e sentimentos abstratos e outros idiomas exigem o artigo em português inde não é idiomático expressá-lo em grego. Concedendo liberdade em tais casos, ainda restam muitos em que perdemos a idéia de Paulo quando adicionamos um artigo inoportuno.

Esta versão, deixa, porém indefinidos substantivos que na mente de Paulo foram bem definidos e devidamente expressos com o artigo: 1:4 (pecados); 1:5 (glória); 1:7 (Cristo); 1:19 (irmão); 2:5 (sujeição); lei (3:21); amor (5:13); Cristo (6:2); NOSSO Senhor (6:14). Reconheço, cordialmente, que o artigo tem funções bem diferentes nos dois idiomas, grego o português. Numa versão para uso popular e público, eu me conformaria com o idioma português onde a idéia genérica ou abstrata em português usa o artigo, e em grego o omite. Acho bem, todavia, indicar, ao bem dos estudantes, o grego mui fielmente, neste respeito, e julgarão onde o português expressa com o artigo a mesma idéia que o grego expressa com sua ausência. Somente em tais casos, porém, acho lícito à introdução do artigo nas passagens enumeradas acima. Temos a obrigação de transmitir a Palavra de Deus, na meramente de imaginar uma frase agradável aos ouvidos de um estilismo ou literatice exagerado e sem respeito à Palavra de Deus.

Sua tradução errada, insuficiente ou demasiada de vocábulos, ao meu ver, inclui mundo (1:4), servo (1:10), fui (1:17), nenhum (1:19), entre (2:5), eles (2:10), me (2:18), do (2:20), se e por (2:20), subministra (3:5), acaso (3:5), fiel (3:9), estas (3:12), por (3:13), como (3:15), deu (3:18), que é pois (3:19), porventura (3:21), todas as coisas (3:22); homem… mulher (3:28), enquanto, (4:1), cumprimento (4:4), adoção de filhos, (4:5), enviou (4:6); mais (4:7), por (4:7) guardais (4:10), temo-me (4:11), rogo (4:12); mas vós (4:13); uma alegoria (4:24), na verdade (4:24), fossem além (5:12), toda resume (5:14), pelo (5:16), cobiça – satisfareis (5:16); luta (5:17); caridade (5:22), andamos (5:25); e… olha (6:1); sejas tentado (6:1); sua (6:5); a seu tempo (6:9).

Faz falta ao sentido não se haver traduzido o pronome demonstrativo e o pronome reflexivo (2:18), a conjunção (3:4 17; 4:6, 28; 5:3, 12 13; 6:1, 16).

Ao traduzir verbos, esta versão erra nos seguintes passos: “pregasse” (1:8), “pregar” (1:9), “ouviram” (1:23), “sido confiado” (2:7), “era condenado” (2:11), “Torno a edificar” (2:18), tivesse sido… teria sido (3:21), se tornou… para conduzir (3:24), estávamos guardados (4:3), conhecendo… sendo conhecidos (4:8), torneis… me tenho tornado (4:12), disse (4:16), serdes (?) (4:18), são… alegoria

(4:24), os verbos de 4:27 em vivo contraste entre aoristo e presente linear; sujeiteis (5:1), se circuncida (5:3), guardar (5:3), estais separados (5:4), vos justificais (5:4), impedia (5.7), chama (5:8), confio (5:10), está desfeito (5:11), fossem além (5:12), consumais (5:15); andai (5:16); tornemos (5:26); restaurai (6:1); prove (6:4).

Os seguintes perfeitos do verbo grego expressam tanto mais que a tradução protocolar! Não me posso conformar que conteúdo tão precioso da Escritura fique sepultado em nossa inépcia de tradutores ou mesmo na incapacidade do idioma para reproduzir o que Paulo tão lindamente disse sem paráfrase: 2:19; 3:1, 10, 13, 17, 18, 24, 4: 16, 22, 23, 27; 5:10, 11, 14; 6:14.

Há prováveis erros ou infelicidades de construção de sentenças em 1:11, 12, todo o versículo 20, 2:6; 2:18; 2:20; 3:31; 4:11; 4:12; 4:18; 5:16.

O estudante interessado da epístola pode facilmente comparar esta crítica das traduções estudadas, com a versão deste comentário, e as notas que a acompanham, e assim verificar o lado positivo da crítica feita. Seria demasiadamente enfadonho entrar aqui na discussão detalhada das razões de aceitar ou rejeitar tantas maneiras de verter tantas palavras, pois seria equivalente a conservar os andaimes de nossa obra e reconstruir os de outrem, para comparação.

Como as Sociedades Bíblicas, orientadas por aqueles que prezam um texto e uma tradução que são inferiores, mudaram a linguagem e a idéia de Figueiredo, assim fizeram igualmente com Almeida. Tenho uma velha Bíblia do "padre João Ferreira A. D' Almeida, ministro pregador do santo evangelho em Batávia", publicada em Nova York em 1857. Comparando-a com uma Bíblia "pelo padre João Ferreira D' Almeida, edição revista e corrigida", de 1920, noto 56 mudanças no Capitulo 1 da Epístola aos Gálatas. Parece que ainda há outras mudanças nas impressões mais recentes. Mudaram Igreja e idade para Igreja e idade, Evangelho para evangelho, etc.

Em quatro passos onde a Versão Almeida estava certa em 1856, os que tomaram para si a autoridade destas mudanças arbitrárias, modificaram a linguagem exata e adotaram um tradução errada, no primeiro capitulo desta epístola. Por estes dados podemos julgar a extensão da arbitrariedade revelada em toda a obra. Limito-me a perguntar: se era lícito mudar para pior a Versão Almeida em tantos passos, não será lícito remover de vez milhares de seus erros? Concordo, de boa

vontade, que na quase totalidade destes erros não se mudam doutrinas fundamentais. Queremos nossas Bíblias, todavia, bem exatas e o ministério evangélico no Brasil já é capaz de dar-nos uma Bíblia acurada e leal ao texto e sentido grego e ao espírito do vernáculo.

Alguém talvez encontre na minha versão desta epístola algum erro apontado em outras versões. Não o nego, pois luto, às vezes desesperadamente, para transmitir no vernáculo toda a idéia do texto inspirado. Mas é precisamente para que outros lutem maior êxito com o mesmo problema que os seminários teológicos evangélicos do Brasil estão preparando exegetas capazes e dotados da cultura em sua própria língua, de modo a doarem ao Brasil uma versão ao mesmo tempo antiga, quanto ao texto seguido, e moderna e correta, quanto à linguagem com que traduz e adorna este texto no vernáculo.

Suponho que a Versão Brasileira jamais alcançará no Brasil a posição que merece pela sua fidelidade ao original. Missionários pioneiros, acostumados às frases baseadas no texto inferior usado pelos tradutores ingleses de 1611, gostaram dos erros parecidos de Almeida e os gravaram na memória desta geração de pastores. As Casas Publicadoras e professores das escolas dominicais exigem uniformidade em a juventude em decorar a mesma versão em nossos dias. Meus filhos foram obrigados, na escola dominical, a decorar passagens segundo Almeida, erradas em alguns pontos, que já haviam aprendido certas segundo a Versão Brasileira. Tudo conspira para conservar a predileção pela Versão Almeida, de geração em geração. Certamente, porém, os estudantes sérios da Bíblia devem ter um auxílio relativamente perfeito, na Versão Brasileira corrigida, ou em uma nova versão a ser feita. Mas podemos aproximar-nos da meta e é um dever do ministério culto do Brasil produzir ainda uma versão geralmente aceitável. E se os preconceitos não permitirem tanto, então a despeito da inércia ou tolerância popular, haja traduções que orientem estudantes e investigadores, enriquecendo a exegese brasileira como Moffatt, Weymouth, a Sra. Helena Montgomery, Goodspeed e outros enriqueceram sobremaneira, com as suas novas traduções, a interpretação da Bíblia em linguagem da atualidade no mundo anglo-saxão.

As Versões e os Problemas de Tradução

(Principalmente para exegetas e futuros tradutores)

A religião cristã está na aurora de uma atividade literária no Brasil. Apareceram as traduções do Novo Testamento pelos Franciscanos e dr. José Basílio Pereira em 1912, na Banhia, a de D. Fr. Joaquim de Nossa Senhoria de Nazaré em 1935, em São Paulo, e a do dr. Humberto Rohden em 1936, sendo esta a primeira de autoria católica que visa reproduzir em português o sentido do texto grego. As Bíblias de Figueiredo e as Novo Testamento, de autoria católica, até 1936, tinham a fraqueza de ser traduções de uma tradução, versões da Vulgata.

A exaltação do espírito do Apóstolo torna sua linguagem abrupta, enérgica e, às vezes, lacunar. Traduzi-la é quase um feito de alpinista que passa por saltos de um a outro penhasco.

Em Gál. 2:6-10, por exemplo, há uma só sentença, na Versão Brasileira, que aliás segue a pontuação (?) começou declarações sem terminá-la e introduziu parênteses complicados.

Nas versões no vernáculo até agora dadas ao lume notamos as seguintes infelicidades ou inexatidões principais:

A VERSAO ROHDEN

(I) Principiamos com a mais nova, a tradução do texto grego pelo ex-padre dr. Humberto Rohden. O leitor só pode aproveitar bem, lendo o comentário com o Novo Testamento Rohden na mão.

O primeiro tradutor católico de Novo Testamento Grego sente grande liberdade em verter o original. Acrescenta e omite palavras e idéias do original. Faremos um estudo detalhado de sua versão. “Paulo, constituído apóstolo”, v. 1. O acréscimo “constituído”, limita à fase inicial da carreira apostólica o divino apoio que Paulo quis associar a tudo quanto se relacionasse com a sua experiência e ministério apostólico. “Em companhia de todos os irmãos” esconde a limitação da linguagem aos colegas de Paulo e muda a relação da frase à sentença. É acréscimo “Vos sejam dadas”, v. 3, e “se imolou”, v. 4, é uma tradução ousada do verbo deu. A preposição grega ajuda a idéia de expiação mas não permite substituir o verbo imolar em lugar de dar.

É inexata a tradução chamou à graça. A graça envolvia os gálatas na chamada, não foi um alvo adiante deles. Chamou na graça. “Quando não há outro”, de Rohden, substitui “o que não é outro” (igual), de Paulo, e perde o valor do contraste propositado entre as duas palavras gregas “outro”. “Pregasse”, v. 8, não representa a qualidade da sentença condicional de Paulo, que é futura ou geral – “Se nós ou um anjo pregar”. Também no v. 9, erra o verbo, que é: “se alguém vos está pregando outro evangelho”, ou “costuma pregar”, não “se alguém vos anunciar”. A referência é aos fatos, à realidade na Galáxia, não a uma hipótese vaga. “Asseguro-vos”, 1:11, deve ser “Declaro-vos”, ou “vos faço conhecer”. “O Evangelho não é obra de homens”, 1:11. Homem é singular e obra não é tradução de substantivo algum no original. É um esforço para verter uma preposição com a palavra obra. No v. 12 o eu enfático é omitido; e a conjunção, parte da força do negativo e a voz e a significação do verbo são mudadas para coisa parecida, e uma frase é mudado completamente em sentença, sem violar seriamente o sentido. No v. 13 vemos a omissão da conjunção, a mudança do tempo passado para o presente e do verbo ouvistes” para “conheceis”, e o substantivo conversação ou conduta para “a vida que eu levava”. Seria difícil tomar mais liberdade com um versículo.

O v. 14 nos da, na linguagem do ex-padre Rohden: “de idade do”. Esta monotonia é desnecessária, porque o grego tem “no”, não “do”, e dá sentido melhor dizendo “mesma idade”. O v. 15 muda a declaração “mas quando aprouve” para “aprouve então”, assim corta em duas uma longa sentença grega.

“Carne e sangue”, trocando a conjunção e acrescentando os artigos definidos.

O v. 17 inocentemente acrescenta ter com. O v. 19, Tiago, em grego é “o (bem conhecido) irmão do Senhor”. Não veja vantagem em diluir isto para “Tiago, irmão do Senhor”. O v. 20 omite e muda, sem alterar seriamente o sentido. O v. 22 acrescenta outro caso do emprego da palavra cristão ao seu limitadíssimo uso no N. T., e sem razão, pois Paulo expressa muito mais pela frase “as igrejas da Judéia que estavam em Cristo” do que o dr. Rohden expressa com a pálida paráfrase: “as igrejas cristãs”. Perde-se algo de linda doutrina e introduz e magnífica uma palavra que a Bíblia não salienta.

Capítulo 2 verso 1 omite a palavra que liga esta sentença com a outra. Estas referências foram amadas pela mente lógica de Paulo e são um elemento de estilo. Não sei por que o novo tradutor insiste em omiti-las tantas vezes. Que diminuísse o número, quando há várias na mesma sentença grega e difíceis de

tradução exata, ao bem do estilo em português, vá lá. Mas a omissão de elos do pensamento é incompreensível.

O V. 2. O espírito tendencioso aparece pela primeira vez na versão quando se traduz “mormente aos que gozavam de autoridade”. O título dado pelo tradutor ao parágrafo é: “Aprovação do evangelho paulino pelos apóstolos”. Nem diz: pelos outros apóstolos. Sem dúvida o ilustre tradutor sabe que Paulo nem disse isto nem o teria dito neste contexto por consideração alguma. Aqui se faz grave injustiça a Paulo. Ele não foi “mormente”, mas “particularmente”, “à parte aos que pareciam”, que pode ser traduzido “aos que eram de nomeada”, mas dificilmente pode ser torcido a significar “mormente aos que gozavam de autoridade”. Para conseguir ler isto numa epístola tão contrária às pretensões papalinas, o ilustre romanista introduziu-o na tradução sem que existisse no texto original. O v. 2. A representação de que o apóstolo temia haver “andado à toa” é um tanto frívola e não é fiel ao grego.

O v. 4 muda completamente a construção para dar com facilidade a idéia, plano viável em passos complicados, usado, porém, demais pelo padre Rohden.

O v. 5 muda a construção, traduz hora por momento e “a verdade do Evangelho” fica “a pureza do Evangelho”. Não haverá propósito nesse plano? O interprete católico vai insistir em que não havia ponto de doutrina na questão sobre uma fase da qual Paulo chegou mais tarde a repreender a Pedro. Logo, omitamos bem no princípio a palavra “verdade” e introduzamos “pureza”, para justificar a asserção que se irá fazer, de que o erro de Pedro estava no terreno de disciplina e não de doutrina, de “pureza” do Evangelho e não da verdade fundamental. Qual a razão para não seguir ao grego, como, aliás, o próprio padre o verteu fielmente, dizendo para o seu louvor, em outro trecho adiante?

De novo vemos introduzida a idéia de “autoridade” dos três sobre Paulo, precisamente o que a epístola nega, e o que motivou sua produção. E onde Paulo diz que os três não lhe acrescentavam nada, o advogado zeloso de Roma acrescenta de soslaio uma palavra traiçoeira contra Paulo. Sua versão é: “Os que tinham autoridade a nada mais me obrigaram”, como se já o tivessem obrigado a alguma coisa mas não acrescentaram outra imposição autoritária. A frase é dúbia quando deve se clara, pois trata-se da essência da epístola. É má obra traduzir tendenciosamente, com sentido ambíguo, possível de contradizer a evidente idéia do autor inspirado. O v. 7 tem o mesmo descuido, a mesma prontidão de dar uma idéia qualquer parecida com a do original. O verbo confiava

está num tempo errado e o que é declarado ser confiado é o evangelho, não “a evangelização”, e o mesmo evangelho confiado a Paulo por ser herança da incircuncisão, o mudo gentio, e a Pedro como possesão do mundo judaico. É inteiro descuido traduzir “a Pedro tocavam os circuncisos”.

No v. 9 o grego é mais forte que “deram-nos as mãos fraternalmente”. Foi a mão direita, em solene pacto de sociedade numa tarefa comum. De novo vemos o tradutor, pelo título do parágrafo, impor idéia radicalmente contrária ao que o apóstolo escreveu. Que audácia foi dar o título: “Autorização por parte de Pedro”, a um passo cujas primeiras palavras são: “Tendo Cefas chegado a Antioquia, repreendi-o publicamente porque era culpado!” Bela autorização! Ser culpado e repreendido é dar autorização a quem o repreendeu, hein? Isto é escravidão eclesiástica, diante das arbitrariedades da Comissão Bíblica do Vaticano que obriga o tradutor católico a dizer diametralmente o contrário do que significa a linguagem empregada na epístola. O que lemos é, na realidade, a desautorização formal e pública de Pedro por Paulo, no tocante à sua incoerência, de pendor anti-evangélico, em Antioquia.

Verso 12. É tolice falar de Pedro “comer com os pagãos”. Isto não foi a questão. Os crentes gentios, batizados e dentro da igreja, certamente não eram pagãos!

“Os da circuncidados”, no original, significa mais do que “os da circuncidados” na tradução, pois indica serem partidários da posição judaizante, do judaísmo fabricante de prosélitos.

Verso 13. O tradutor verte com inteira independência do original. Oxalá mostrasse tanta independência dos eclesiásticos quanto demonstra em relação à Palavra de Deus! Como pode o autor ler as palavras de Paulo: “Se procurasse agradar aos homens, não seria servo de Cristo”, sem as faces lhe arderem? A verdade é menos pungente, tratando-se de agradar a uns clérigos do vaticano em plena deslealdade contra a Palavra de Deus?

No v. 14 o tradutor substitui Pedro onde devia escrever Cefas. Qual a razão? Verso 15. O tradutor abandona as aspas do discurso proferido a Pedro e faz Paulo dizer a uma porção de leitores gentios: “Nós somos judeus…” Pode haver uma coisa mais improvável? Ele faz isto para salvar os ouvidos de Pedro – ou dos católicos na sua indevida exaltação de Pedro – de escutar palavras duras, porém necessárias, rompe a continuação natural da cita e abre novo parágrafo para matar a impressão deixada pela linguagem veraz do apóstolo aos gentios. Vejam-

se as notas. No verso 16 ele despreza o significado do artigo grego. Ninguém é justificado por obras de espécie alguma, obras de nenhuma lei, seja qual for – lei levítica, lei canônica, lei cerimonial, tradições dos homens quer do sinédrio judaico, quer dos concílios eclesiásticos da Igreja Católica. Todo o regime de lei é afastado do caminho de salvação. O grego indica isto, mas o padre não é fiel ao que devia traduzir. No verso 17 a pergunta retórica de Paulo toma forma errada na tradução, pois a partícula grega impõe, na própria pergunta, uma forma de linguagem que indique, antes de declarar a resposta, que esta havia de ser negativa. Questão de estilo, mas o estilo de Paulo revela imediatamente seu horror ao pensamento considerado, e o estilo do tradutor o esconde. No verso 18 Paulo é bem definido, usando um pronome demonstrativo, na sentença que o dr. Rohden verte como adágio. E “prevaricador” é fraco. Transgressor é o que Paulo disse, e é que Pedro se tornou. No verso 19 se despreza uma conjunção, a ausência do artigo grego e o tempo grego do último verbo.

No verso 19 não é exato dizer: “Com Cristo estou cravado na cruz.” Cristo não está cravado em nenhuma cruz. Paulo disse: “Tenho sido crucificado com Cristo.” Não é nenhum ascetismo perpétuo. Foi um ato histórico, no passado, com que Paulo se identificou, e os efeitos permanecem na atualidade. Este é o sentido do perfeito, e não se expressa por um simples presente, senão em raros casos de frases idiomáticas. Verso 21. Por que o tradutor não usou aqui imolou? Não se acha no original, é verdade, nem se deve usar na tradução, mas o verbo aqui é mais forte do que aquele de 1:4 que ele traduziu: imolou. Verso 21. “Não falo em desabono da graça”, é fraco. A falta indiretamente a Pedro foi a de anular, frustrar, encostar, rejeitar, em efeito, a graça de Deus na hipocrisia praticada em Antioquia. A tradução do padre Rohden dilui a ofensa e a afasta de Pedro, escondendo a idéia que Paulo tornou claríssima e enfática. Também, pelo uso indevido do artigo, torna definida e limitada a lei de Moisés a referência apostólica, quando não tem artigo a palavra “lei” e a doutrina se aplica a todo o legalismo, seja qual for a lei. Capítulo 3:1. É inexato traduzir por “quando” um pronome relativo que significa “aos quais”. Os gálatas não ficaram fascinados pelo erro quando Cristo foi “pintado aos olhos” crucificado, mas sim muito mais tarde quando o movimento judaizante ia entrando nas igrejas. No verso 2 é introduzido o romanismo pela tradução: “Recebeste o Espírito… pela submissão à fé?” A idéia romanista é que a fé consiste em opiniões – idéias doutrinárias que estejam em submissão cega aos dogmas proclamados pelos concílios eclesiásticos. O padre tradutor aqui reduz a atitude salvadora à submissão à fé,

frase ambígua que, para seus fiéis, se presta para apoiar o sistema romanista de salvação pelas obras, sacramentos, penitência, etc. ora, é precisamente esta idéia que Paulo quis repudiar, e a tradução tendenciosa impõe sobre sua própria linguagem um conceito que lhe era abominável. Paulo Poe em contraste obras (quaisquer) de lei, (seja qual for), - como meio de obter o Espírito da graça –, e um ouvir de fé. O Espírito foi recebido pelos gálatas ao ouvirem o Evangelho e ao crerem no Salvador Jesus. Assim foi quando foi salvo Cornélio, o primeiro converso gentio. “Enquanto Pedro falava, veio o Espírito Santo sobre todos os que ouviam a palavra.” E o Espírito sempre vem assim, no momento de ser aceita a palavra sobre Cristo, em atitude de fé salvadora. Certamente, ouvir pode significar obedecer, em certos contextos. Mas é para combater a idéia de justificação pela obediência que foram escritas a Epístola aos Gálatas e as demais desta controvérsia, especialmente a aos Romanos. É traiçoeiro, pois, introduzir na tradução precisamente a idéia que Paulo combatia no original.

Paulo não está inventando uma lei canônica, ou de credos fortificados com anátemas, decálogo de dogmas eclesiásticos, uma submissão cega a um crença imposta pelo clero. Esta afastando precisamente tudo isto. É no momento de atenção ao Evangelho de Cristo, quando nasce a fé, unindo-se com o ouvir, Heb. 4:2; que então o Espírito divino é dado ao homem crente, na regeneração, na justificação, e na santificação, João 1:12, 13; Rom. 3:28; Atos 26:18. O preclaro vigário de Petrópolis conseguiu obscurecer tudo isto na sua versão através deste parágrafo inteiro. É erro de soberba humana escrever “espírito” com minúsculo. A salvação não começa pela iniciativa do espírito humano mas sim pelo Espírito de Deus. Discutimos isto adiante onde a mesma afensa é freqüente.

A declaração: “Justamente como Abraão creu a Deus e foi-lhe imputado por justiça”, v. 6, é adicionado, no mesmo parágrafo, no original, a fim estabelecer uma analogia entre nós, que recebemos o Espírito pelo ouvir da fé, e Abraão, que recebeu a justiça pelo ouvir da fé. Deus falou, Abraão ouvir e creu e isto lhe foi imputado por justiça. Mas a palavra de analogia: justamente como”, o padre traduz: “É o caso de Abraão.” Então ele tira a sentença do seu parágrafo onde está o zênite da argumentação e a transfere para o parágrafo seguinte. Um tradutor tem assim muitos recursos para impor sua idéia, ou matar a idéia bíblica, por uma tradução tendenciosa e um arranjo de pontuação e parágrafos que resulte na confusão daquilo no original é bem claro.

No verso 10 os dois verbos do original são verbo grego ser, mas a tradução Rohden os verte se guiam e estão sujeitos. Não é ruim, mas toma sempre liberdade, e estas liberdades presunçosas, às vezes, se tornam ruins. A citação é engenhosamente encurtada, também. No verso 11 vemos um esforço de dar ao tempo futuro o valor de um aoristo incoativo: "O justo alcança a vida pela fé." Mas a Escritura considera a vida inteira do justo, não apenas alcançada pela fé, mas vivida pela fé desde o princípio ao fim, como toda a história do cap. 11 da Epístola aos Hebreus mostra – alcançaram pela fé sua vida e pela fé operaram suas proezas que os tornaram eminentes entre o povo de Deus e pela fé morreram. Se o padre soubesse usar este aoristo incoativo em outros verbos onde cabe, seria bom; não, porém, neste verbo de um tempo futuro linear. O ponto aqui é precisamente sobre a coerência de começar pela fé e continuar pela fé, não mudar da fé inicial para um regime de obras a fim de gozar o Espírito. A mesma falta volta na tradução: "Quem observar estes preceitos alcançará por eles a vida". Verso 12. Não é só começo mais sim a continuação, pela vida inteira, que depende de observar mandamentos, num regime legalista. O v. 13 omite "todo" e enfraquece o verbo remiu, para "livrou". Não é grande coisa, mas o acúmulo destas pequenas faltas é como uma fenda numa represa. Acaba num desastre. O verso 14 remove a idéia de propósito em nossa maldição assumida por Cristo. Foi "para que recebêssemos pela fé o Espírito prometido". A cláusula final desaparece na tradução, e em sue lugar lemos, em outro parágrafo a seguir: "Assim é que". E há outras modificações arbitrárias na estrutura da sentença. Esta vez é claro que o Espírito é recebido pela fé. Por que não remover a confusão no parágrafo anterior? O verso 15 introduz uma concepção perturbadora: "Ninguém declara nula nem acrescenta clausula ao testamento duma pessoa exarado na forma de lei." Não há palavra que possa sugerir lei. O Evangelho não é outra lei, e digamos a verdade enfaticamente. A referência é à aliança da graça. E esta não é testamento, pois Deus não morreu; logo é um contrato entre o Deus vivo e a semente de Abraão. É um contrato cuja natureza é a de uma promessa, unilateral; e seria a perda de todo o sentido deixá-la degenerar em outra "lei". Aí mesmo é o caminho da degenerescência do romanismo. Mesmo que a palavra "lei" entre casualmente na tradução, como cremos, é uma infelicidade aqui. O verso 22 diz: "Para que a promessa fosse dada aos crentes, proveniente de sua fé em Jesus Cristo", mas a sentença ficou arbitrariamente invertida, na tradução: "para que os crentes participassem da promessa mediante a fé em Jesus Cristo". Há esta mania de mudar, em toda a versão que estamos examinando. O verso 23 reza:

"estávamos obrigados a guardar a lei porque a fé ainda estava por ser revelada". Devia ser: "estávamos conservados debaixo da guarda da lei; encerrados para fé vindoura, prestes a ser revelada." A figura é da lei como escravo, guardando o menor, para seu destino maduro, a fé sendo a próxima maioridade. A época histórica da lei, concebida como pedagogo, guardando e levando os judeus para o Evangelho, é uma idéia bem diferente da tradução: "estávamos obrigados a guardar a lei." A lei é a guarda, no velho regime, o escravo-tutor. Passou esta fase de revelação parentética, "vindo a fé", isto é, o regime de fé, a era de revelação parentética, "vindo a fé", isto é, o regime de fé, a era de revelação cuja nota saliente é a fé – o cristianismo puro.

Não se há esconderijo propositado na tradução do verso 26. "Graças à fé em Jesus Cristo, todos vós sois filhos de Deus. Sim, todos os que fostes batizados em Cristo vos revestistes do Cristo." O que o padre entende por isto é claro, pois na mesma página, numa de suas notas, diz: "é o batismo que nos faz todos iguais, filhos de mesmo Deus." Isto é paganismo sacramentário, puro paganismo batizado (?). O que Paulo declara categoricamente é: "Todos vós sois filhos de Deus mediante a fé". "A inversão das partes da sentença principiando com graças à fé". Como dizem tantos e tão frivolamente, "graças a Deus…", desorienta o leitor. Não se pode esconder a idéia da preposição usada pelo apostolo. Significa que a fé, não o batismo, é o meio da regeneração. A criança somente se reveste depois de nascer: o batismo vem depois da regeneração, quando o batizando confessa a Cristo e professa a sua fé, sempre a condição imprescindível de ser batizado. A versão do padre engenhosamente escondeu o meio da regeneração, que, nas notas, seria pagamento atribuída ao ato físico de um batismo infantil inconsciente. Subterfúgio indigno, visando esconder a verdade evangélica pela superstição sacramentalista do batismo infantil.

O último versículo do capítulo omite, na tradução, o enfático vocábulo VÓS. Vós, (os crentes gentios da Galáxia), se sois de Cristo, então de Abraão sois somente, herdeiros segundo a norma da promessa, e não: "E, se sois de Cristo, como descendentes de Abraão, também sois herdeiros segundo a promessa", linguagem que confunde totalmente a idéia da sentença, pois poderia referir-se aos judeus. Mas o vós enfático indica os gentios gálatas.

Capítulo 4. Os verbos no verso 9 passam a tempos e modos que não representam o original.

O tradutor faz do v. 10 uma pergunta: “que ligueis importância a dias, meses, festividades e anos?” Nenhum bom texto grego adota esta pontuação. Foi feito para enfraquecer o claro pensamento de Paulo de que é perda de tempo um cristianismo ritualista?

Verso 12. O ponto da exortação apostólica é o tempo do verbo, presente linear. “Continuai a estar como eu,” ou “Sempre me imitai (nas coisas fundamentais), pois eu sempre estou como vós”, ou “sempre vos acompanho (nas coisas secundárias): suplico-vos”. A versão Rohden não satisfaz – “Rogo-vos, meus irmãos, que vos torneis iguais a mim; pois que eu também me torno igual a vós.”

O v. 13 erra em omitir a conjunção, no arranjo frouxo da sentença e ao traduzir a frase grega, a primeira vez: “da primeira vez” e ao terminar a sentença com estas palavras: “e que grande provação vos exigiu o meu estado físico”. No original não existem as palavras “que”, “grande”, “exigiu” – uma paráfrase inepta, não uma tradução. Ora, o v. 14, no grego, principia com esta frase “a tentação” (provação), objeto direto dos verbos do mesmo versículo. O dr. Rohden isolou o objeto e inventou um verbo e rematou a sentença. Então, em lugar do objeto real, inventa dois objetos diretos dos verbos da sentença arbitrariamente introduzida. É inépcia, ou foi sono que se apoderou do tradutor e de seus revisores, todos, nesta altura? O v. 14 também traduz a palavra anjo: “mensageiro”. Às vezes significa “mensageiro”, mas não aqui. O v. 15 inverte a relação do verbo principal e o particípio, dando contudo a idéia louvávelmente. O v. 16 tem um tempo perfeito grego, difícil de traduzir idiomaticamente. O padre não teve êxito. O v. 17 na primeira parte tem um acréscimo, como que tirando do ar a referência ou o sujeito escondido do verbo, de modo a dar a idéia e esclarecer a quem ela se aplicava. Tais surtos de gênio se revelam frequentemente neste tradutor, sendo viva e correta a impressão deixada, se bem que não seja tradução em sentido algum.

O v. 19 rudemente quebra em duas uma sentença que o grego tem doce harmonia e unidade. O v. 21 acrescenta, por hábito, um verbo supérfluo. No v. 23 o verbo no tempo perfeito dá a idéia de que a distinção entre o nascimento de Ismael e o de Isaque se fez e permanece até agora. É o ponto da alegoria. Mas é dificílimo transmiti-lo sem uma paráfrase e o gênio do dr. Rohden não logrou êxito simplesmente com “nascera”. Também a promessa é concebida como meio da geração sobrenatural, idéia igualmente essencial à alegoria, mas ausente da versão Rohden.

No v. 24, não há razão para dizer: “os dois testamentos”. São “duas alianças”, e visto que há diversas alianças na história bíblica, é inexato, e contrário ao grego (que está sem artigo), verter “os dois”. Inverteu-se a construção da sentença. Conservando-se a palavra “aliança”, é feminina, como Agar, e naturalmente se traduzira; “dá a luz filhos”. Mas o padre-mestre tradutor verte “testamento” o usa o verbo “gera”, como de um pai. As alianças evangélicas e legalista são “mães” de seus adeptos, idéias desagradável ao clero, que ambiciona constituir seu eclesiasticismo como a mãe – “a santa madre igreja”! É uma das invencionices de Roma.

No v. 27 o contraste dos tempos é propositadamente forte, mas se perde na tradução. O artigo é omitido sem razão antes de “marido”. A aliança espiritual, a Jerusalém celeste, tem “o mando”, com quem a Jerusalém carnal se considerava casada e a única esposa. No v. 28, o dr. Rohden tem “nós”, onde o texto Nestlé (mas não o de Westcott e Hort) tem vós. Este é mais claro, pois se aplica exclusivamente aos gálatas crentes, enquanto “nós” poderia ser ambígua referência a Paulo e os judeus. Preposição usada com Isaque ergue uma norma ou padrão. E é segundo a norma de Isaque, a norma de um nascimento sobrenatural por meio da promessa, que somos os filhos da promessa. “promessa” é enfática, no original, mas não há nenhum esforço para mostrar estas coisas, na tradução.

O v. 29 é bem defeituoso ao falar de “nascer do espírito”. O texto Nestlé tem até maiúscula no grego – nascemos “do Espírito.” O v. 31 tem o artigo definido a respeito da aliança que é a nossa mãe, mas omite o artigo no contraste. Não é de mulher escrava – de aliança legalista alguma – que nós somos filhos. O padre Rohden verteu o substantivo sem o artigo da mesma maneira que o definido.

CAPÍTULO 5. Em 5:1, “levou” é fraco e inexato, e “para liberdade” é bem enfática no grego, mas desaparece na tradução que estudamos. O v. 3 transtorna a estrutura da sentença, que é mais clara no original do que na tradução. “A lei inteira”, diz o original.

O v. 4 é uma declaração geral sobre a classe judaizante e suas vítimas. “aqueles entre vós que estão no processo de se justificar no terreno de lei”, ou “Quantos de vós estão vos justificando na esfera de lei”, “ficaram desligados de Cristo, decaíram da graça.” A versão Rohden transforma a sentença em condição, acrescenta artigo à palavra lei, acrescenta a idéia incoativa ao presente linear, verte um tempo passado como presente, e deu significado perder ao verbo

decair. Haverá propósito dogmático nesta tradução? A versão de D. Fr. Joaquim é muito melhor: "Estais já separados de Cristo, os que vos justificais pela lei: decaístes da graça."

O v. 5 é apenas uma declaração do tradutor, não traduz a sentença de Paulo. O apóstolo afirmou: "Porque nós (enfático) pelo Espírito estamos avidamente aguardando uma esperança de justiça procedendo de fé", ou "a justiça anelada". Esta declaração tão viva, superlativa, calorosa fica traduzida friamente: "pois é pelo espírito e em virtude da fé que aguardamos a desejada justificação". Por esta manobra, o advogado de dogmas romanistas (1) adia a justificação para o futuro – depois das chamas do purgatório, talvez –; (2) perde de vista o Espírito e deixa a luta se travar no impotente espírito humano; (3) ignora o contraste forte do "nós" enfático – nós, Paulo e os verdadeiros crentes, versus os "falsos irmãos" que estão na senda de justificação por obras legalistas, (4) dizendo "a fé" talvez pense em dogmas, (5) outrossim, esconde o real propósito de Paulo que é a justiça de Deus em todos os seus aspectos judiciais e práticos. Jesus disse: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos." Paulo manifesta esta fome e sede aqui, não da experiência passada de justificação mas da realização do alvo justo na vida. Pelo Espírito, e procedendo da fonte de fé, é que o crente realiza a promessa de Jesus e se torna progressivamente justo. Meu Dicionário grego define esta palavra: "retidão, justiça, integridade, 'vida correta em pensar, sentir e agir' (Thayer)". O crente foi justificado quando creu, e como cavalo cujo pescoço fica estendido na carreira em direção à meta, "Nós (evangélicos) àvidamente aguardamos o fruto do Espírito, o rio caudaloso que mana da nascente de fé, no sentido de uma vida justa." O romanismo impossibilita o tradutor de ver isto ou de querer transmitir a idéia apostólica aos leitores. É mania do autor rebaixar para a esfera do espírito humano o que Paulo atribui ao Espírito de Deus. Não há desculpa. O próprio texto Nestlé usa maiúscula no grego.

O v. 6 fala de "a fé que opera pela caridade". O primeiro fruto do Espírito é muito mais do que a pálida virtude de caridade, tão degenerada no pensamento católico-espírita hoje em dia.

O v. 10 perde o forte "eu", na tradução. A despeito da tendência do fermento para alastra-se, EU, Paulo, me oponho a essa tendência e serenamente deposito e confirmo minha confiança com referência a vós, em união com Cristo, que não tereis como hábito de pensamento 'nada outro', nada diferente – "nada além".

Quão inadequada a mera declaração: “Confio que nunca mais mudeis de sentimento.” Mas quem é que não muda? Haviam de se petrificar? Não é certo traduzir: “aquele que vos perturbou será castigado”; mas sim “aquele que vos está perturbando (pres. Linear), carregará com sua condenação” ou “seu juízo”. O v. 11 muda a idéia da sentença condicional, perde o eu enfático, e pergunta: “ainda me veria perseguido?” quando o que Paulo realmente perguntou é: “por que ainda estou sendo perseguido?” Tradução e original bem diferentes. O v. 12 “Oxalá se exterminassem de vez” é inexato. Vede o Texto.

O v. 13 acrescenta “meus” e omite o “vós” enfático de Paulo. “Não considereis a liberdade como carta branca para os prazeres carnais” é um dos surtos de gênio do padre Rohden que tornam sua tradução um deleite em certos trechos, a despeito de seus graves erros, em outros. Todavia, não são “prazeres carnais” que se contemplam aqui, mas uma religião carnal, o cerimonialismo, o partidarismo, a superstição, como se vê nas obras da carne mencionadas a seguir. A carnal idade impera em muitos terrenos além de prazeres.

O v. 14 perde a força do tempo, também. “Servi continuamente uns aos outros por meio do amor” – não “caridade (espiritual)”. O v. 14. “A lei inteira” diz o grego, “conserva-se realizada, na sentença: Amarás…” Se o clero consente traduzir o mandamento: “amarás” por que não traduz também o que se mandou: amor?Mandando amar, Deus não exigiu o amor? Para que esconder sua vontade? Não podemos ceder à catnalidade a palavra que encerra a essência da moral. Toda a lei não se conserva realizada numa fraca e pálida caridade católica ou espírita – Deis exige nosso amor, em toda a sua intensidade para si, para nosso próximo, para sua vontade, e é traição à revelação divina assumir uma atitude de falsa modéstia, fictício pudor clerical, e repudiar a maior palavra ética do vocabulário bíblico. Se existe na palavra amor qualquer sugestão carnal, é devido ao clero celibatário e suas vítimas, indevidamente orientadas para reservar seu amor para a carne e dar a Deus apenas uma fria “caridade”. É indispensável redimir nossa geração e suas Bíblias desse nervosismo clerical que nas suas versões manda amar, sem admitir o amor a Deus e ao próximo.

O v. 15 tem no original forte contraste de tempos: “Continuando a morder e devorar – eis que de vez fostes mutuamente aniquilados!”

O v. 16 de novo recua do poder do Espírito divino para a impotência do espírito humano. A palavra espírito se encontra nesta epístola 18 vezes, e a referência é ao Espírito de Cristo 16 vezes. Mas o padre Rohden é de um sistema legalista que

enaltece o espírito humano como capaz de boas obras e até de mérito superior. Logo ele desonra a terceira pessoa da Trindade, a cada passo tirando-lhe seus atributos e os doando ao espírito humano. No testo grego Nestlé, que ele declara traduzir, há maiúsculas em todas estas passagens. A mudança para letra minúscula é tendenciosa, dogmática, sectária, mas se verifica na versão Rohden em 3:3; 4:29; 5:5, 16, 17, 18, 22 25; 6:8. Será a mão negra italiana de tal Comissão Bíblica? É um prejuízo à moral, à verdade e à espiritualidade eliminar assim nove vezes o Espírito de Deus de sua devida graça, soberania e operosidade na vida cristã, entronizando o espírito humano no lugar usurpado. Paulo, com forte ênfase, disse: "Eu, porém, (em contraste com essa "carta branca" dada à carne) afirmo: No Espírito é que deveis perpetuamente dirigir a vossa vida (pres. linear) e absolutamente não (fortíssimo negativo) consumareis o ardente desejo da carne." Grande promessa e sublime segredo de poder moral, obscurecido pela incredulidade de tradutores céticos clericais! No v. 17 – "A carne (os restos de nossa natureza não regenerada e santificada) luta contra o Espírito" – não contra o espírito, padre enganado! O espírito humano em suas fraquezas faz parte da "carne", no sentido paulino do vocábulo, pois lemos da "mente da carne", Rom. 8:7. Col. 2:18; e da "vontade da carne", João 1:13. Logo "a carne", nesta figura apostólica, não é mera matéria. Tendo "vontade", "mente", e "intenso desejo", tem os atributos do espírito humano, indevidamente depravados por nosso estado decaído. A carne é "o jovem Melancthon que era fraco demais" para enfrentar, sem o Espírito, "o que era fraco demais" para enfrentar, sem o Espírito, "o velho Adão". O v. 17 adiciona, na versão Rohden, "tudo" ao texto. Paulo disse que esta luta interna tinha da parte dos combatentes o propósito para que "não possais praticar continuamente (pres. linear) estas coisas que viveis anelando (pres. linear)". Aniquilam-se mutuamente na vida dividida entre os impulsos da carne e do Espírito. Ficou isso friamente reduzido à admissão hesitante: "De maneira que não podeis fazer tudo quanto quereríeis". O v. 18 diz na Versão Rohden: "Se vos guiardes pelo espírito, já não estais sujeitos à lei." Mas por que não? Uma lei – seja qual for – só fala à parte material, física, de nossa personalidade? Não fala diretamente ao espírito humano? O que Paulo afirmou foi que a direção eficaz do Espírito veio substituir e rematar caducos regimes de lei como diretora da vida humana. A palavra deve ser Espírito, não espírito, e lei não deve ter artigo.

O v. 19 omite no texto principal uma das obras da carne e cita no texto alternativo da Vulgata mais uma do que Paulo menciona. O apóstolo enumera quinze. O

padre Rohden dá quatorze ou dezesseis (Duas em parênteses). A tradução poderia ser melhor. No v. 21 Paulo não diz apenas "repito", aliás não diz isto de forma alguma. Sua declaração foi: "Digo de antemão o que já vos preveni." É essencial à idéia paulina o sentido linear do tempo presente do verbo: "Os que continuamente cometem, vivem cometendo, tais coisas, não herdarão o reino de Deus."

No v. 22 Paulo enumera nove frutos do Espírito; o padre, porém, menciona doze (nos parênteses que revelam o texto da Vulgata) e traduz "caridade" em lugar de "amor", alegria em lugar de gozo, paciência em lugar de longanimidade, fé em lugar de fidelidade, e continência em lugar da mais ampla graça de temperança ou domínio próprio.

Verso 23. "Contra as tais coisas", não "contra estas", não há lei. Ou talvez seja "contra os tais", os que têm este fruto na vida.

No verso 24, em lugar de "Os que são de Cristo crucificaram a sua carne com as paixões e concupiscências" seria mais exato e claro traduzir: "os que são de Cristo crucificaram a carne com as suas paixões, etc."

O V. 25 de novo deposita no "espírito" toda a confiança que Paulo vota ao Espírito. Cegueira que pasma! Também, não é que "recebemos a vida", mas "vivemos" (linearmente) – todo o curso da vida cristã é no espírito.

No v. 26 Paulo diz: "Não nos tornemos (continuamente) vangloriosos, (constantemente) provocando e invejando uns aos outros." Ficou apenas: "não cobicemos a glória vã", seguido por verbos independentes.

CAPÍTOLO 6:1. "Meus irmãos". Não é uma sentença. Omite-se o advérbio significativo: "mesmo se um homem for surpreendido num delito". Corta a sentença no meio, enfraquecendo a idéia, por respeitar o tempo presente linear do verbo "atendendo" ou "considerando." "Suportai as fraquezas uns dos outros" é uma fraqueza! Paulo mandou muito mais, no v. 2: Perdeu-se na tradução quase tudo da exortação apostólica. O v. 3 não tem forma de cláusula relativa. V. 4. Obra, no original, é singular e convém ficar no singular. É a complexa obra da vida, não minúcias da prática, que deve ser meditada aqui – a tradução do resto de ordem o pessimismo mostrado no v. 5: "cada um tem fardo bastante com as suas próprias misérias." Não há vislumbre desta idéia no grego.

Paulo não manda "repartir de todos os seus bens" – boa cobiça clerical para aumentar o patrimônio da santa madre igreja, v. 6. Mandou que o ensinado constantemente faça sócio, co-participante consigo, o seu pastor e mestre, em todas as coisas boas. V. 8. De novo, o espírito expulsa o Espírito de seu devido lugar na vida cristã. Ninguém colhe a vida eterna, de seu próprio espírito Heresia fundamental e fatal aí, padre-mestre!

O v. 9 despreza os verbos do original.

O v. 10 tem 17 palavras no original e apenas 10 na tradução. O eminente vigário-literato cansou tão perto do fim da jornada? Omitiu quase a metade da sentença, mas achou ensejo de acrescentar ao original mutilado a palavra "irmãos", em lugar de "domésticos" da fé.

O v. 11, outra vez, mostra o padre em seu estilo melhor. No v. 14 o dr. Rohden traduz: "por quem o mundo está crucificado para mim, etc." Pode ser. As versões católicas em todas as línguas seguem a Vulgata e traduzem assim. Os evangélicos variam entre "por quem" e "pela qual". Vede as notas.

Verso 15. "Nada vale o incircunciso", é sentimento alheio ao pensamento de Paulo. Vale muito, embora sua negativa incircuncisão e partidária oposição ao rito são tão fúteis para alcançar mérito, quanto é o próprio rito combatido.

O v. 16, "Israel", por favor, não "israelitas".

Em resumo, a versão do dr. Rohden dá esta impressão: que o autor estudou a epístola no grego, assimilou a idéia geral da sentença a ser vertida, então traduziu a idéia na sua mente, sem cuidadosa fidelidade ao original, caindo naturalmente sua versão, muitas vezes, na linguagem familiar da Vulgata, e, às vezes, sendo desnaturalmente forçada nos limites estreitos e dogmáticos das exigências da Comissão Bíblica da Cúria Romana. Ele não tem liberdade de corrigir tais erros coletivos, impostos que autoridade do grupo oficial de sua grei. Muitos dos descuidos manifestados, porém, poderiam desaparecer em futuras edições e esperamos que assim seja, pois é motivo de grande alegria ver o clero brasileiro virando-se com seriedade e cultura para a Palavra de Deus.

O Novo Testamento de D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, revisto pelos padres da Pia Sociedade de S. Paulo e publicado em São Paulo, apenas tem 49 dos 161 erros apontados acima na Versão Rohden. Destes esmos 161 erros

enumerados, a Versão Figueiredo tem 45; a Versão Franciscana 53; a Versão Almeida 42; e a Versão Brasileira, 22.

A Versão Figueiredo, que circula entre os evangélicos, porém, já não é genuína. Numa comparação entre a Bíblia Figueiredo, com publicada pelas Sociedades Bíblicas e a Versão Católica da mesma tradução, publicada em 1864 com aprovação do Arcebispo da Bahia, noto diferenças fundamentais e que acho repreensíveis. Nós temos versões evangélicas e não temos, absolutamente, direito de ir lentamente modificando a versão católica do Padre Figueiredo, usando-a depois para iludir aos católicos, sob o pretexto de que lhes estamos oferecendo uma Bíblia católica. Este processo não é ético, subtrair o que não nos agrada numa obra clássica católica, e afirmar que é Bíblia católica autêntica. É para seguir este hábito pouco sincero que muitas pessoas ainda se prejudicam, usando a péssima versão do Padre Figueiredo, uma versão que trouxe inúmeros males sobre os evangélicos no Brasil e da qual é tempo de libertar-nos. Já nos trouxe o prejuízo de tornar nosso primeiro dicionário bíblico uma monstruosidade ortográfica. O uso de semelhantes versões é deslealdade à Palavra de Deus e sua distribuição em forma truncada e mutilada; é bem perto da mesma hipocrisia que Pedro praticou em Antioquia – dissimulação para agradar os preconceitos da maioria. Somente na pequenina Epístola aos Gálatas, 6 das 1248 páginas da obra, contei as seguintes mudanças: 21 mudanças de palavras, omissão de duas palavras e de todas as análises de capítulos, o acréscimo de uma palavra, e 161 mudanças de ortografia e pontuação. O ponto mais notável, de séria mudança de idéia, é que o Padre Figueiredo em Gál. 3:3; 4:29; 5:5, 16, 17 (duas vezes), 18, 22, 25 (duas vezes) e 6:8 (duas vezes) atribuiu ao “espírito” do homem o que os seus editores evangélicos mudam arbitrariamente e atribuem ao Espírito de Deus. Evangelizam assim, fundamentalmente, a teologia do notável sacerdote de Roma. Se o padre Figueiredo ainda estivesse vivo e pudéssemos persuadi-lo a repudiar essa demasiada confiança no ‘espírito’ humano e transferir tamanha fé, do homem para o Espírito de Deus, seria louvável. Mas representar um padre como crendo o que não acreditava é uma trica abominável. Circular uma versão mutilada a fim de enganar a população católica é supor que o fim justifica os meios. Mil explicações deste estratagema de proselitismo manhoso jamais explicarão como um evangélico sequer seja capaz de aprovar semelhante processo, insincero ou ignorante. Se queremos usar Bíblias católicas com os católicos, estas existem no mercado, e é lícito comprá-las e usá-las. Mas fiquemos no terreno da elementar

moral. Se há tantas modificações como notei em 6 páginas, quantas não haverá nas outras 1242 páginas da mesma Bíblia!

Não deixa de ser instrutiva a psicologia dos tradutores católico-romanos. O Novo Testamento do dr. Humberto Rohden sendo que é vertido do grego, parece que seria o mais exato e livre dos erros do romanismo. É, todavia, o mais eivado destes erros. O padre sabia que sua obra seria suspeita pelos seus colegas e superiores. Portanto, não somente obedeceu servilmente à "Comissão Pontifica DE RE BIBLICA" mas incorporou no seu esboço e nas suas notas as mais ousadas e fantásticas idéias em defesa do romanismo. Ele já era criticado em sua grei; e seu nervosismo psicológico diante do tipo tradicional de clero é compreensível e nos inspira compaixão.

Ora, os outros três tradutores católicos, embora estejam traduzindo a Vulgata, estão alerta contra criticismo, mas criticismo vindo de outra fonte. Esperavam que suas versões seriam criticadas pelas fraquezas inerentes numa versão Vulgata, tradução de uma tradução de outra tradução, pelo menos em partes do Velho Testamento desta Bíblia oficial do romanismo. Esperando estas críticas, os tradutores clericais já se preveniram contra elas, dando da Vulgata uma versão tão isenta de divergência do Novo Testamento grego quanto lhes fosse possível. Logo nem sonharam em tomar as liberdades com o linguagem de Paulo que o dr. Rohden toma, a cada passo e inconscientemente. Isto resulta numa fidelidade estudada e severa das versões franciscana e do D. Fr. Joaquim de N. S. de Nazaré, no sentido de harmonia nas versões em português com o grego, visto através da Vulgata. E os franciscanos, nas notas, informam aos seus leitores o que diz o grego, mesmo quando a Vulgata diz outra coisa no texto traduzido.

Duas atitudes psicológicas bem diferentes! Avalie o padre Rohden também que sua versão será criticada exaustivamente do ponto de vista de sua inépcia ou descuido em relação ao texto grego, se bem que somos gratos admiradores de seu gênio de tradutor, em inúmeras passagens. Assim entre a cruz da Comissão "DE RE BÍBLICA" e o caldeirão de competente criticismo de sua erudição grega, ele agirá com mais prudência e maior êxito no futuro.

Não pretendo chamar atenção aos erros de todas estas versões, tarefa ingrata e volumosa. O que já foi dito, a tradução e as notas mostrarão as principais faltas nas demais traduções no vernáculo. Quero apenas chamar atenção aos erros da Versão brasileira, nossa versão das Escrituras incomparavelmente melhor, do ponto de vista de fidelidade ao original. Sua lealdade ao mais antigo texto grego,

e sua isenção da influência maligna da Vulgata, fazem que seus erros sejam faltas de interpretação, obrigadas em verter o original de acordo com a teoria adotada, ou timidez em dar a verdadeira idéia de certos tempos do verbo grego, ou do artigo ou falta de artigo no original. Onde há uma destas faltas na Brasileira, há dez do mesmo gênero nas versões inferiores.

A Versão Brasileira erra, como as demais versões, em seu descuido do artigo grego. Tora definidos substantivos que Paulo determinou deixar indefinidos em 1:1 (homens), (mortos); 1:10 (homens) bis; 1:11 (homem); 1:12 (revelação); 2:8 (apostolado); 2:9, destras; 2:16 (homens) e (lei) (obras) (lei); 2:17 (obras, lei); 2:19 (lei) bis; 2:21 (lei, justiça); 3:2 e 5 (obras, lei, mensagem, fé); 3:7, 8, 9 (fé); 3:10 (obras, lei, maldição); 3:11 (lei, fé); 3:12 (fé); 3:13 (madeiro); 3:15 (aliança); 3:18 (lei, promessa, bis); 3:19 (mão); 3:21 (lei); 3:22 (pecado); 3:23 (lei); 3:24 (fé); 3:29 (promessa); 4:4 (lei); 4:5 (lei); 4:21 (lei); 4:24 (escravidão); 4:25 (monte); 4:27 (marido); 4:28 (promessa); 4:31 (escrava); 5:4 (lei); 5:5 (fé); 5:6 (circuncisão, incircuncisão, fé); 5:18 (lei), outros (5:21) homem (6:7); circuncisão, incircuncisão (6:15). A gramática grega reconhece como definidos substantivos sem o artigo em dadas circunstâncias, e sentimentos abstratos e outros idiomas exigem o artigo em português inde não é idiomático expressá-lo em grego. Concedendo liberdade em tais casos, ainda restam muitos em que perdemos a idéia de Paulo quando adicionamos um artigo inoportuno.

Esta versão, deixa, porém indefinidos substantivos que na mente de Paulo foram bem definidos e devidamente expressos com o artigo: 1:4 (pecados); 1:5 (glória); 1:7 (Cristo); 1:19 (irmão); 2:5 (sujeição); lei (3:21); amor (5:13); Cristo (6:2); NOSSO Senhor (6:14). Reconheço, cordialmente, que o artigo tem funções bem diferentes nos dois idiomas, grego o português. Numa versão para uso popular e público, eu me conformaria com o idioma português onde a idéia genérica ou abstrata em português usa o artigo, e em grego o omite. Acho bem, todavia, indicar, ao bem dos estudantes, o grego mui fielmente, neste respeito, e julgarão onde o português expressa com o artigo a mesma idéia que o grego expressa com sua ausência. Somente em tais casos, porém, acho lícito à introdução do artigo nas passagens enumeradas acima. Temos a obrigação de transmitir a Palavra de Deus, na meramente de imaginar uma frase agradável aos ouvidos de um estilismo ou literatice exagerado e sem respeito à Palavra de Deus.

Sua tradução errada, insuficiente ou demasiada de vocábulos, ao meu ver, inclui mundo (1:4), servo (1:10), fui (1:17), nenhum (1:19), entre (2:5), eles (2:10), me

(2:18), do (2:20), se e por (2:20), subministra (3:5), acaso (3:5), fiel (3:9), estas (3:12), por (3:13), como (3:15), deu (3:18), que é pois (3:19), porventura (3:21), todas as coisas (3:22); homem… mulher (3:28), enquanto, (4:1), cumprimento (4:4), adoção de filhos, (4:5), enviou (4:6); mais (4:7), por (4:7) guardais (4:10), temo-me (4:11), rogo (4:12); mas vós (4:13); uma alegoria (4:24), na verdade (4:24), fossem além (5:12), toda resume (5:14), pelo (5:16), cobiça – satisfareis (5:16); luta (5:17); caridade (5:22), andamos (5:25); e… olha (6:1); sejas tentado (6:1); sua (6:5); a seu tempo (6:9).

Faz falta ao sentido não se haver traduzido o pronome demonstrativo e o pronome reflexivo (2:18), a conjunção (3:4 17; 4:6, 28; 5:3, 12 13; 6:1, 16).

Ao traduzir verbos, esta versão erra nos seguintes passos: “pregasse” (1:8), “pregar” (1:9), “ouviram” (1:23), “sido confiado” (2:7), “era condenado” (2:11), “Torno a edificar” (2:18), tivesse sido… teria sido (3:21), se tornou… para conduzir (3:24), estávamos guardados (4:3), conhecendo… sendo conhecidos (4:8), torneis… me tenho tornado (4:12), disse (4:16), serdes (?) (4:18), são… alegoria (4:24), os verbos de 4:27 em vivo contraste entre aoristo e presente linear; sujeiteis (5:1), se circuncida (5:3), guardar (5:3), estais separados (5:4), vos justificais (5:4), impedia (5.7), chama (5:8), confio (5:10), está desfeito (5:11), fossem além (5:12), consumais (5:15); andai (5:16); tornemos (5:26); restaurai (6:1); prove (6:4).

Os seguintes perfeitos do verbo grego expressam tanto mais que a tradução protocolar! Não me posso conformar que conteúdo tão precioso da Escritura fique sepultado em nossa inépcia de tradutores ou mesmo na incapacidade do idioma para reproduzir o que Paulo tão lindamente disse sem paráfrase: 2:19; 3:1, 10, 13, 17, 18, 24, 4: 16, 22, 23, 27; 5:10, 11, 14; 6:14.

Há prováveis erros ou infelicidades de construção de sentenças em 1:11, 12, todo o versículo 20, 2:6; 2:18; 2:20; 3:31; 4:11; 4:12; 4:18; 5:16.

O estudante interessado da epístola pode facilmente comparar esta crítica das traduções estudadas, com a versão deste comentário, e as notas que a acompanham, e assim verificar o lado positivo da crítica feita. Seria demasiadamente enfadonho entrar aqui na discussão detalhada das razões de aceitar ou rejeitar tantas maneiras de verter tantas palavras, pois seria equivalente a conservar os andaimes de nossa obra e reconstruir os de outrem, para comparação.

Como as Sociedades Bíblicas, orientadas por aqueles que prezam um texto e uma tradução que são inferiores, mudaram a linguagem e a idéia de Figueiredo, assim fizeram igualmente com Almeida. Tenho uma velha Bíblia do “padre João Ferreira A. D’ Almeida, ministro pregador do santo evangelho em Batávia”, publicada em Nova York em 1857. Comparando-a com uma Bíblia “pelo padre João Ferreira D’ Almeida, edição revista e corrigida”, de 1920, noto 56 mudanças no Capitulo 1 da Epístola aos Gálatas. Parece que ainda há outras mudanças nas impressões mais recentes. Mudaram Igreja e idade para Igreja e idade, Evangelho para evangelho, etc.

Em quatro passos onde a Versão Almeida estava certa em 1856, os que tomaram para si a autoridade destas mudanças arbitrárias, modificaram a linguagem exata e adotaram um tradução errada, no primeiro capitulo desta epístola. Por estes dados podemos julgar a extensão da arbitrariedade revelada em toda a obra. Limito-me a perguntar: se era lícito mudar para pior a Versão Almeida em tantos passos, não será lícito remover de vez milhares de seus erros? Concordo, de boa vontade, que na quase totalidade destes erros não se mudam doutrinas fundamentais. Queremos nossas Bíblias, todavia, bem exatas e o ministério evangélico no Brasil já é capaz de dar-nos uma Bíblia acurada e leal ao texto e sentido grego e ao espírito do vernáculo.

Alguém talvez encontre na minha versão desta epístola algum erro apontado em outras versões. Não o nego, pois luto, às vezes desesperadamente, para transmitir no vernáculo toda a idéia do texto inspirado. Mas é precisamente para que outros lutem maior êxito com o mesmo problema que os seminários teológicos evangélicos do Brasil estão preparando exegetas capazes e dotados da cultura em sua própria língua, de modo a doarem ao Brasil uma versão ao mesmo tempo antiga, quanto ao texto seguido, e moderna e correta, quanto à linguagem com que traduz e adorna este texto no vernáculo.

Suponho que a Versão Brasileira jamais alcançará no Brasil a posição que merece pela sua fidelidade ao original. Missionários pioneiros, acostumados às frases baseadas no texto inferior usado pelos tradutores ingleses de 1611, gostaram dos erros parecidos de Almeida e os gravaram na memória desta geração de pastores. As Casas Publicadoras e professores das escolas dominicais exigem uniformidade em a juventude em decorar a mesma versão em nossos dias. Meus filhos foram obrigados, na escola dominical, a decorar passagens segundo Almeida, erradas em alguns pontos, que já haviam aprendido certas segundo a Versão Brasileira.

Tudo conspira para conservar a predileção pela Versão Almeida, de geração em geração. Certamente, porém, os estudantes sérios da Bíblia devem ter um auxílio relativamente perfeito, na Versão Brasileira corrigida, ou em uma nova versão a ser feita. Mas podemos aproximar-nos da meta e é um dever do ministério culto do Brasil produzir ainda uma versão geralmente aceitável. E se os preconceitos não permitirem tanto, então a despeito da inércia ou tolerância popular, haja traduções que orientem estudantes e investigadores, enriquecendo a exegese brasileira como Moffatt, Weymouth, a Sra. Helena Montgomery, Goodspeed e outros enriqueceram sobremaneira, com as suas novas traduções, a interpretação da Bíblia em linguagem da atualidade no mundo anglo-saxão.